

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP

**A CHAVE DO CÉU E A PORTA DO INFERNO:
OS *MONGES BARBUDOS* DE SOLEDADE E SOBRADINHO**

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Orientador

Porto Alegre

2014

MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP

**A CHAVE DO CÉU E A PORTA DO INFERNO:
OS *MONGES BARBUDOS* DE SOLEDADE E SOBRADINHO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo
Orientador

Porto Alegre
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K835c Kopp, Maria da Glória Lopes

A chave do céu e a porta do inferno: os monges barbudos de Soledade e Sobradinho / Maria da Glória Lopes Kopp. – Porto Alegre, 2014.
280 f. : il.

Diss. (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Movimentos Sociais - Rio Grande do Sul. 3. Religião e Sociedade. 4. Conflitos Sociais. 5. Soledade (RS) – História. I. Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de. II. Título.

CDD 981.6593

Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297

MARIA DA GLÓRIA LOPES KOPP

**A CHAVE DO CÉU E A PORTA DO INFERNO:
OS *MONGES BARBUDOS* DE SOLEDADE E SOBRADINHO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Orientador (PUCRS)

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda (UFRGS)

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (PUCRS)

Porto Alegre

2014

Para as mulheres da minha família:
Em especial, Anunciação Lopes de Castro (em memória), Maria da Glória Nogueira Lopes (em memória) e Zaira Therezinha Lopes Kopp.
Para a prof^a Marianinha Nogueira Lopes (em memória), jovem “cidadina” que levou de Bagé letras e números para a Colônia São Paulo, em Sobradinho.

Para os homens da minha família:
Em especial, João Hugo Kopp (em memória), Túlio Lopes (em memória), João Carlos de Godoy Kopp (em memória) e Mário Lopes.
Para Cirilo Kopp Menegat, jovem “cidadino” que trilha o rumo infinito de ler e escrever.

Para as crianças da minha família:
Em especial, Pedro Henrique, Murilo, João Hugo, Cora. Também para o Ignacio Vasconcellos de Azevedo.

Agradecimentos

Esse trabalho só pôde ser concluído pela colaboração de muitas pessoas que, ao longo de vários anos, contribuíram para o levantamento e a sistematização dos dados desta pesquisa e com subsídios de natureza teórica e metodológica. Acredito que os novos conhecimentos acadêmicos necessitem de trabalho coletivo, de democracia, de liberdade de pensamento e, fundamentalmente, de tempo. Assim, agradeço:

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em especial, ao prof. dr. Ricardo Mariano – que acompanhou este trabalho com entusiasmo e acurada atenção até a banca de qualificação – e ao prof. dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, mais do que um mestre inteligente e sagaz, um grande amigo que contribuiu, de forma decisiva, para a retomada e a conclusão deste trabalho, orientando-o na etapa final. Aos professores da comissão examinadora, dr. Fernando Coutinho Cotanda (UFRGS) e dr. Rafael Machado Madeira (PUCRS), pela leitura atenta e contribuições argutas. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), pela bolsa parcial de mestrado. Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, particularmente à secretária Rosane Andrade, e às bibliotecárias da PUCRS, em especial, a Vanessa Pinent, pela boa vontade e interesse em fornecer orientações facilitadoras.

À profa. dra. Silvana Krause (UFRGS) pela generosidade de ter localizado e entregue o artigo do jornal *Kolonie* de 1938 sobre os *monges barbudos*. Ao prof. dr. René Gertz pelas muitas conversas sobre os *barbudinhos* e pela tradução do artigo do jornal *Kolonie* que possibilitou outras abordagens sobre o tema. Aos professores dr. Ario Pedro Oro (UFRGS) e dr. Mário Maestri (UPF) que acompanharam a etapa inicial deste trabalho junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS acrescentando conhecimentos sobre técnicas, métodos e teorias de pesquisa da Antropologia e da História. Ao prof. dr. Arno Kern, referência em arqueologia dos povos indígenas do Sul e no entendimento da experiência jesuíta e guarani no processo missionário. À profa Dianyra Calheiro de Sobradinho e à oficial do Cartório Distrital de Jacuizinha Sandra Luiza Segatto Mazzutti de Salto do Jacuí pelas valiosas informações.

Aos familiares, em especial, Rualdo Menegat, Cirilo Kopp Menegat, Zaira Therezinha Lopes Kopp, Marília Nogueira Lopes e Mariza Nogueira Lopes.

A Luciane Fagundes pela ajuda preciosa no trabalho de campo. Aos irmãos Marcelo e Martha Daisson Hameister pelo auxílio no início destas pesquisas. A Márcia Menegat que colaborou no levantamento de dados no Arquivo da Brigada Militar. A Vanessa Kopp e a Ana Fagundes pelo auxílio na digitação. A Daliana Mirapalhete por leituras e comentários. Ao Fabian Filatow pelos debates e materiais compartilhados.

Aos colegas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação, em especial, ao secretário João Motta, aos diretores Davi Schmidt e Nelson Cunico, aos colegas do Departamento de Participação Cidadã (DEPARCI) – particularmente, Itamar Spanhol e Angelina Bairy –, e aos geógrafos Fernando Dreissig de Moraes, Divisão de Geografia e Cartografia, e Suzana Beatriz de Oliveira, Departamento de Planejamento Governamental. Ao Jônatas Elias Florêncio, economista da EMATER de Jacuizinho, da família Gonçalves da Costa, pela coleta de informações das famílias quilombolas.

A Marília Papaléo Fichtner pelo entusiasmo e revisão na etapa final. A Eliana Menegat pelas incansáveis leituras e por ter compartilhado comigo esses muitos anos de convivência com o tema dos *monges barbudos*. Às professoras Sueli Pamplona Bulhões e Julia Marques da escola British House.

A todas as amigas e a todos os amigos que insistiram para a conclusão deste trabalho, muito especialmente, Beatriz Vieira, Denise Dora, Elizete Menegat e Marildo Menegat.

Aos homens e às mulheres que dedicam a vida para guardar os testemunhos históricos.

“Quem viu, duvida que viu. Quem pensa que viu, não viu.”

Mário Barbará Dornelles e Aparício Silva Rillo,
música *Era uma Vez*, 1982.

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
1 AMBIENTE SOCIOECONÔMICO DO CONFLITO.....	22
1.1 Notícias de jornal.....	24
1.2 Agricultores, caboclos, carvoeiros, ervateiros e intrusos.....	27
1.3 Paisagem de campos e florestas.....	32
1.4 Florestas de araucária, canela, cedro e erva-mate	35
1.5 Fumo e ametistas	40
1.6 Instabilidade e Mudança: as crises dos anos 1930.....	43
1.7 Porcos, banha e associativismo.....	47
1.8 Tradição agrícola e de criação de animais	51
1.9 Polêmicas da colonização: intrusos, corrupção e terras indígenas	56
1.10 Velhas lendas, antigos e novos problemas	61
2 AMBIENTE POLÍTICO DO CONFLITO.....	67
2.1 Resolver a crise com a Revolução de 1930	69
2.2 Marcas da política gaúcha nos poderes federais.....	73
2.3 Desdobramentos políticos em Soledade e Sobradinho	75
2.4 Revolução Constitucionalista de 1932: rupturas e traições	80
2.5 Violência política em Soledade e Sobradinho pós-1932	84
2.6 Conquista violenta dos novos eleitores	86
2.7 A difícil pacificação política em Soledade	89
2.8 O toma lá dá cá da violência política	96
2.9 A construção do Estado Novo.....	100
2.10 Denúncias de favorecimento em Sobradinho.....	107
3 REPRESSÃO AO “GRUPO DE FANÁTICOS” COM “IDEIAS EXTREMISTAS”	115
3.1 Rigorosa inspeção da Brigada Militar	118
3.2 Confronto na Igreja de Santa Catarina.....	122
3.3 No Jacuizinho, nova concentração de ‘fanáticos’	128
3.4 Antagonistas da família Silva Telles	136
3.5 Capitães investigam para a brigada e a polícia	139
3.6 Manifestação dos “fanáticos” e conclusões do major.....	145
4 PERSEGUIÇÃO AO “CÉLEBRE” DECA FRANÇA	152
4.1 Inquérito policial: registros da mesma versão	153

4.2 Na justiça, denúncia de violência e premeditação	159
4.3 Depoimentos de testemunhas civis e militares	168
4.4 Sentença previsível: acusação improcedente	174
4.5 Evidências inequívocas da emboscada.....	177
5 PROTAGONISTAS, OS BARNABÉ	180
5.1 A ida para a Igreja de Santa Catarina	185
5.2 Amarrados na mangueira	191
5.3 Para tirar a força, corta-se barba e cabelo.....	194
5.4 Percepções dos vizinhos: com fé, enfrentaram a violência	198
5.5 Núcleos familiares dos <i>monges barbudos</i>	204
5.5.1 Família Ferreira França, do curandeiro Deca França	206
5.5.2 Família Desidério Fiúza, do pregador Anastácio	212
5.5.3 Família Gonçalves da Costa, os Barnabé	217
5.6 O <i>profeta</i> João Maria, motivador da religiosidade.....	221
5.7 Aspectos místicos da religiosidade “exótica” e mestiça.....	225
5.8 Ervas, pés no chão e cuidados com o fumo	228
5.9 Curandeirismo e religiosidade, questões conceituais	233
CONCLUSÕES	239
REFERÊNCIAS	248
ANEXOS	259
Anexo 1 – Lista de presos, mortos e feridos	259
Anexo 2 – Lista das famílias envolvidas	262
Anexo 3 – Notas sobre alguns protagonistas	267
FIGURAS	277
Figura 1 – Mapa dos limites municipais de Soledade em 1900 e os municípios atuais .	277
Figura 2 – Mapa Hipsométrico do Rio Grande do Sul	278
Figura 3 – Protagonistas	279
Figura 4 – Protagonistas e Território em 1990	280

RESUMO

A presente dissertação analisa o movimento religioso ocorrido na região rural dos municípios de Soledade e Sobradinho, nos anos 1930, conhecido e autodenominado como *monges barbudos*. Eles foram comparados pelo juiz da Comarca de Candelária aos *muckers*, do Rio Grande do Sul, e aos participantes de Canudos, na Bahia, na sentença absolutória dos réus civis e militares julgados pelo homicídio do curandeiro André Ferreira França, ocorrido em agosto de 1938, na Coloninha, então sexto distrito de Soledade. Os protagonistas do movimento de trabalhadores rurais defendiam uma religiosidade associada a práticas de cura com ervas medicinais, em especial a caroba, e princípios de vivência comunitária pacífica e valorização da natureza. Referendados em um andarilho identificado como sendo o *profeta são João Maria*, eles mobilizaram mais de mil participantes. Três cercos policiais, com a colaboração de civis, ocorridos durante a Semana Santa e em agosto de 1938, resultaram em mais de cem presos, vários feridos e seis mortos. Este trabalho investiga material inédito como documentos cartoriais, policiais, judiciais e da administração pública além de entrevistas com alguns participantes com idade bastante avançada. Com a finalidade de identificar os protagonistas e os seus opositores do ponto de vista social, político e econômico foi realizado levantamento bibliográfico e documental sobre o contexto da década de 1930 no Rio Grande do Sul e no Brasil na perspectiva dos confrontos internacionais do pré-Segunda Guerra Mundial. Desta forma, foi descoberta a rede de relacionamento que envolveu mais de 40 unidades de parentela que tinha como núcleo aglutinador as famílias Desidério Fiúza, Ferreira França e Gonçalves da Costa. Além desses pequenos proprietários, o movimento religioso mobilizou ex-escravos e comunidades indígenas – especialmente os guaranis –, entre os moradores das florestas de erva-mate e araucária do Planalto Médio e Encosta da Serra. Esses trabalhadores rurais tiveram como opositores cerca de 500 pessoas entre as autoridades municipais, negociantes e comerciantes, fazendeiros e colonos de origem estrangeira assentados em empreendimentos coloniais do início do século XX. Os *monges barbudos* resistiram à conjuntura de crise econômica e política com um discurso solidário e místico. Eles foram confundidos com as disputas partidárias e os movimentos políticos existentes na época. Por isso, devido às intolerâncias, os *monges barbudos* foram reprimidos e perseguidos pela ditadura do Estado Novo (1937-1945).

ABSTRACT

The movement of *Bearded Monks* (*Monges Barbudos*) of the Soledade and Sobradinho was compared by the Judge of the District of Candelaria with two other famous Brazilian rural movements: the *muckers*, which took place in Ferrabraz, Rio Grande do Sul; and Canudos, in Bahia. That Judge had acquitted the civilian and military for the murder of André Ferreira França, who died in August 1938, in the place known as Coloninha, Lagoão district, by that time the 6th district of Soledade. The protagonists of the *Bearded Monks*' rural movement were rural farmers that advocated a kind of religiosity associated with practices of medicinal herbs, especially carob, and principles of peaceful community living, and appreciation of nature. They were mobilized around a thousand participants, endorsed by the prophet João Maria. During the Holy Week of 1938, two Police confrontations, with the cooperation of civilians, involved hundreds of people and left dead, wounded and more than one hundred prisoners. The two confrontations occurred in the Church of Santa Catarina, in Bela Vista district, and the Costa's Corner, in Jacuizinho district, both were district of Soledad. This monograph investigates unprecedented documents and interviews with the participants circa of 30 years after the event. In order to identify social, political and economic protagonists and opponents, the context of the 1930's in Rio Grande do Sul and Brazil was established. A network of family relationships involving more than 40 families had been unveiled. The unifying core of that network was composed by Desiderius Fiuza, France and the Ferreira Gonçalves da Costa. In addition to these small holders, the movement mobilized remnants of Guaraní communities and ex-slaves that were living in the yerba mate and araucaria forest of the Middle Plateau and the Encosta da Serra regions. These rural workers were confronted by 500 opponents, among them municipal authorities, traders and merchants, farmers and settlers of foreign origin settlers in colonial settlement of the early 20th Century. The *Bearded Monks* resisted the economic and political crisis that took place before the WW II with the practicing of a mutual and mystical discourse. They were repressed and persecuted by the dictatorship of the Estado Novo (1937-1945).

INTRODUÇÃO

Essa dissertação foi desenvolvida na área de concentração da Sociologia das Organizações, no curso de mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na perspectiva interdisciplinar, são aportados técnicas, métodos e conceitos de pesquisa da Antropologia, da Sociologia e da História visando estabelecer as conexões existentes entre o momento socioeconômico e político existente na década de 1930, no Rio Grande do Sul e no Brasil, e o movimento religioso conhecido e autodenominado de *monges barbudos*. Para aproximar o universo das instabilidades e das radicalidades presentes nessa época, foi dada primazia às fontes documentais e às informações produzidas na época dos acontecimentos.

O movimento dos *monges barbudos* ganhou as manchetes dos jornais de Porto Alegre e do interior do estado na Semana Santa de 1938, quando ocorreram dois conflitos violentos entre forças policiais – em colaboração com civis – e agricultores dos distritos rurais de Jacuizinho e do Lagoão em Soledade na divisa com o município de Sobradinho. As delegacias de polícia das duas municipalidades produziram informações e relatórios para o governo estadual, na época sob intervenção federal do Estado Novo (1937-1945), chamando a atenção das autoridades estaduais para a “seita de fanáticos” com “suspeita de professar ideias extremistas”¹. Testemunhas ouvidas na Delegacia de Polícia de Sobradinho sugeriram um insólito vínculo entre os “fanáticos” e o ex-governador do estado, general Flores da Cunha, então exilado no Uruguai.

Além desse suposto vínculo perigoso com o poder deposto, esses “caboclos” foram comparados pelo juiz de direito da Comarca de Candelária, Aristides Dutra Boeira², com os *muckers* (1868-1874) do Ferrabraz, no Rio Grande do Sul, e com os rebeldes de Canudos (1893-1897), na Bahia. Essa associação seria suficiente para exacerbar velhos traumas sociais e políticos existentes no estado. Mas, o juiz foi além. Ele apontou outros qualificativos capazes de agravar e justificar a repressão aos “fanáticos”. Afirmou: eles praticavam o “baixo espiritismo”, recorriam a poderes “sobre-humanos”, diziam-se capazes “de curar todas as

1 Dois documentos enviados ao comando da Brigada Militar e, posteriormente, ao interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Cordeiro de Farias, registram informações sobre os *monges barbudos*: o Relatório do 1º tenente Januário Dutra, delegado de polícia e comandante do destacamento da Brigada Militar de Soledade (30 de março de 1938) e o Relatório do major da Brigada Militar José Rodrigues da Silva com vários documentos anexos (12 de julho de 1938). (APERS)

2 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vistos, Etc. Setença do Juiz de Direito Aristide Dutra Boeira. Candelária, 30 de março de 1942. Vol 2, p. 203-204v. (APERS)

moléstias” e exploravam a “crendice e ignorância de grande número de pobres agricultores”. Afora isso, os líderes exerciam “grande autoridade”, contrapunham-se às ordens policiais e religiosas, realizavam reuniões quase “diariamente” e ameaçavam “os que não aderiram”. Na sentença do juiz, observa-se que a crescente aglutinação de adeptos, para rezas e pregações dessa nova “seita”, desencadearam boatos, fofocas e temores que provocaram uma decisiva repressão policial auxiliada e motivada por moradores não convertidos e receosos das intenções dos *barbudos*.

Por seu lado, os moradores convertidos ao movimento dos *monges barbudos* construíram um discurso religioso pregando atitudes pacíficas e de valorização da natureza. Eles achavam que haviam sido eleitos por Deus para um novo destino. Por isso, buscavam um modo de vida mais regrado e dedicado a vivências comunitárias. Eles defendiam a necessidade de purificação, com auxílio de ervas, em particular a caroba, preparando-se para o “juízo final”. As lideranças religiosas dos *monges barbudos* foram os agricultores André Ferreira França, o “vulgo” Deca França, como é citado nos documentos, Anastácio Desidério Fiúza³, conhecido como Tácio Fiúza, e vários membros da família Gonçalves da Costa – a extensa família Barnabé.

André Ferreira França era o líder espiritual e curandeiro. Ele tinha dez filhos quando aderiu à “religião” dos *monges barbudos* em 1935, com quase 50 anos, após ter batido à porta de sua residência um personagem identificado como sendo o *profeta são* João Maria. Anastácio Desidério Fiúza teve sua conversão associada à cura de sua esposa, Ana Fiúza – enferma de uma grave doença –, realizada por Deca França. Tácio tornou-se o pregador e o mobilizador da nova crença. Os dois foram assassinados em situações polêmicas em 1938 no Lagoão, então sexto distrito de Soledade. Anastácio foi morto no dia 14 de abril, em meio à multidão que estava acampada em torno da Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, na Semana Santa. André foi morto em emboscada, quatro meses depois, em 16 de agosto, na casa de um vizinho, na Coloninha, após ter estado escondido por vários meses devido às ameaças de morte que recebia. Os Gonçalves da Costa eram descendentes de Maria Pacífica da Costa e Pedro Ignacio Gonçalves – o Pedrinho Barnabé. O casal teve 11 filhos e eram proprietários de terras no Lagoão e no Jacuizinho – o Rincão do Caixão, onde existia um pequeno cemitério onde foi sepultado Anastácio. Eles conheciam e referendavam as histórias do velho *profeta são* João Maria, vários de seus filhos e genros foram presos, dois deles, ficaram cegos devido às torturas na prisão.

Os *monges barbudos* tiveram contra si as elites locais e a estrutura de Estado em transformação. A repressão política estava em recrudescimento com a ditadura de Getúlio

³ Também chamado de Estácio, Tácio ou Tasso em alguns documentos.

Vargas e, particularmente, a partir de 10 de novembro de 1937, quando foi formalizado o regime de exceção e o golpe de Estado. Assim, a reunião de centenas de pessoas na Semana Santa, em abril de 1938, na Igreja de Santa Catarina, no Lagoão, sexto distrito de Soledade – a apenas cinco meses da instalação do Estado Novo –, intensificou os temores. Comerciantes e colonos desencadearam a ação policial que resultou em diversos feridos, alguns mortos e uma centena de prisioneiros. O assassinato de Anastácio Fiúza, na igreja, e seu velório, no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, mobilizou os vizinhos, as autoridades municipais e os comandos da Brigada Militar e da Polícia Civil que deslocaram para Soledade e Sobradinho oficiais militares e uma tropa de 70 praças e oficiais provenientes de Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre.

Diversas versões sobre esse movimento religioso foram sendo apresentadas no decorrer dos acontecimentos e depois deles. As notícias publicadas nos jornais de abril e maio de 1938 utilizavam termos como “fanáticos invadem”, os “infiltrados”, as “desordens” e os “mal-afamados”. Os registros policiais também buscaram explicações e justificativas para as mortes verificadas naquela Semana Santa. A bibliografia sobre o tema ainda hoje é bastante restrita. Dois livros foram escritos nos anos 1980 sobre o movimento dos *monges* de Soledade e Sobradinho. O primeiro trabalho foi a reportagem dos jornalistas André Pereira e Carlos Wagner, publicada no *Coojornal* em 1980 e em livro em 1981. A pesquisa foi baseada em entrevistas e em registros da Brigada Militar e da Igreja Católica. Essa investigação influenciou decisivamente tudo o que foi escrito posteriormente sobre o tema.

O roteiro dos jornalistas Pereira e Wagner teve inspiração no contexto de redemocratização do Brasil. Assim, eles partem da perspectiva de valorização do protagonismo das classes subalternas, em especial, dos trabalhadores e dos agricultores, marca da linha editorial do *Coojornal*⁴. Esse trabalho apresentou razões econômicas, políticas, sociais e místicas para o conflito. Destacou a produção do fumo, cuja safra ficava guardada nas casas, potencializando problemas de saúde para os agricultores. A venda desse produto era intermediada pelos comerciantes que recebiam a produção e, em troca, financiavam a compra em seus armazéns. Além disso, a conjuntura política, a ditadura do Estado Novo e os conflitos ideológicos do integralismo e do comunismo, teria dado margem à suposição de que os *monges* seriam comunistas.

O segundo estudo foi publicado pelo frei Valdemar Cirilo Verdi⁵, também referenciado em entrevistas e documentos, foi bastante influenciado pela reportagem de

4 O *Coojornal* foi uma publicação mensal editada pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre que circulou entre 1975 e 1982. A publicação teve como características: a “valorização da reportagem e a coragem de retratar a realidade brasileira num momento em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar.” O jornal teve uma “marcante atuação na luta pela redemocratização do país”. Disponível em <<http://www.coojornal.com.br>>, acesso em: 20 de julho de 2013.

5 VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987.

André Pereira e Carlos Wagner. No entanto, a interpretação de Verdi incluiu qualificativos de conduta em sua análise, na perspectiva dos “infiltrados” e das “massas iludidas”, também uma abordagem típica do final do período de ditadura militar.⁶ Nos anos 2000, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado analisaram o movimento dos *monges barbudos* e a religiosidade inspirada pelo *profeta* João Maria. As dissertações de mestrado de Henrique Kujawa⁷ e de Fabian Filatow⁸ buscaram superar o que se poderia chamar de escassez de fontes com novas interpretações teóricas. Já a tese de doutorado de Cesar Goes⁹ buscou a atualidade da crença no *monge* João Maria e o espaço de fé por ele mobilizado no tempo presente.

O personagem João Maria mereceu estudos desde os anos 1960, quando Oswaldo Rodrigues Cabral¹⁰ escreveu um livro sobre ele. Nesse trabalho, o autor procurou identificar a origem e a área percorrida por esse “anacoreta”. Acabou por concluir que existiram dois *monges* João Maria. Um, seria João Maria de Agostini e o outro, João Maria de Jesus. Nos anos 1990, José Fraga Fachel¹¹ trabalhou na perspectiva da teologia da libertação e da religiosidade popular. Para o antropólogo Célio de Oliveira¹², João Maria foi um personagem “presente junto à população cabocla dos três estados sulinos, que conviveu com ela. Seus feitos e atos extraordinários são narrados e ritualizados por gerações sucessivas”. O personagem está associado à Guerra do Contestado¹³ (1912-1916). Segundo Célio de Oliveira¹⁴, na região conflagrada desenvolveu-se um catolicismo rústico de benzedores, curandeiros, rezadores, capelães, leigos e penitentes.

Algumas indagações que ainda não haviam sido resolvidas nos trabalhos anteriores acompanharam a realização da presente pesquisa sobre os *monges barbudos*. Como fio condutor desta dissertação está a proposta de estabelecer com segurança quem eram os

6 Existe uma monografia de VERDI, Valdemar. *Monges barbudos de Soledade*. Soledade: FAMUPA, 1982, citada por CAMPOS, Sonia Siqueira *et al.* *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, texto de Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, p. 17-27.

7 KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul - 1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.

8 FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

9 GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

10 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

11 FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.

12 OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 152.

13 A Guerra do Contestado foi um conflito ocorrido na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná. Os “caboclos”, posseiros das florestas, defenderam suas terras associados aos trabalhadores da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande em oposição aos interesses das companhias exploradoras de madeira e de construção ferroviária, criadas em 1911. As empresas foram responsáveis pela expulsão dos habitantes das terras contíguas aos trilhos da estrada de ferro. Conforme QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916. 3. ed. São Paulo, Ática, 1981; OLIVEIRA, Célio Alves de. Op. cit., p. 41.

14 OLIVEIRA, Célio Alves de. Op. cit., p. 10, 43-4.

participantes, quais suas origens sociais, a inserção econômica e os vínculos estabelecidos com a sociedade local. Uma segunda questão foi buscar compreender porque os *monges* atraíram o medo e o ódio de seus oponentes. Ou seja, que relações de poder existam naquelas comunidades que fizeram com que um grupo de agricultores buscasse uma organização informal, por meio de um movimento social de caráter religioso, baseado em uma rede de organização entre famílias visando promover a “justiça divina”. Afinal, como afirma o antropólogo Abner Cohen¹⁵, os grupos não se enfrentam por pequenos estranhamentos, mas, de fato, disputam poder:

Os homens podem troçar, e certamente o fazem, de costumes estranhos e bizarros de outras etnias, pois tais costumes são muito diferentes dos seus. No entanto, eles não lutam exclusivamente em função destas diferenças. Quando o fazem, por outro lado, o que está em questão são diferenças fundamentais relacionadas com a distribuição e o exercício do poder, seja ele econômico ou político, no interior do sistema social de que fazem parte as etnias em luta.

A questão que norteou as pesquisas deste trabalho foi identificar os grupos existentes na década de 1930 em Soledade e Sobradinho, verificando seus conflitos e suas associações de natureza étnica, econômica e política. Assim, foi relevante identificar as questões locais, as disputas estaduais, nacionais e a grande conjuntura mundial de conflagração em torno do nazi-fascismo, do comunismo e do liberalismo, e como estas questões chegavam às longínquas localidades rurais do interior do Rio Grande do Sul. O desafio desta dissertação é contribuir para a identificação desses agricultores, que se aglutinaram em torno de André Ferreira França, de Anastácio Desidério Fiúza e da família Gonçalves da Costa, com a proposta de promover e divulgar uma “nova religião”. O objetivo geral é determinar quem eram os participantes do movimento dos *monges barbudos*, suas motivações, e a relação desenvolvida entre eles e seus opositores do ponto de vista social, econômico e político.

Para atingir esse objetivo, foram esquadrihadas as fontes da época buscando novas pistas sobre a origem social e a inserção econômica dos *monges* e de seus opositores. Assim foram investigadas as possíveis causas para o surgimento do movimento religioso e a sua posterior repressão policial; e, por fim, foram sistematizados os aspectos religiosos apresentando algumas conexões entre as pregações dos *monges* e outras práticas mágicas e religiosas. Desta forma, busca-se compreender a relação entre os incluídos e os excluídos, entre *os de dentro* do movimento e *os de fora* dele, entre os “estabelecidos” e os *outsiders*, utilizando uma categoria desenvolvida por Norbert Elias e John Scotson¹⁶.

15 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 120.

16 ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p. 19-50.

A técnica utilizada foi construir uma lista de participantes e opositores, formada a partir da leitura da bibliografia, e buscar em novas fontes – jornalísticas e arquivísticas – informações a respeito das condições de vida de alguns participantes identificados e das circunstâncias que envolveram o homicídio das duas principais lideranças do movimento dos *monges barbudos*. Registros cartoriais, como escrituras de propriedade, atestados de nascimento e óbito e processos criminais do Poder Judiciário de Soledade e Sobradinho, das décadas de 1920 e 1930, mantidos pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), contribuíram para revelar as complexas relações de poder entre os pequenos agricultores, criadores de animais, trabalhadores rurais sazonais e seus empregadores ou parceiros comerciais, como os grandes produtores rurais e os comerciantes. No Arquivo Histórico do rio Grande do Sul foi possível localizar relatórios dos prefeitos de Soledade e Sobradinho com o balanço da gestão municipal em 1938 além de outras informações de natureza da administração pública.

No decorrer do trabalho de pesquisa realizado no APERS foi descoberto o processo crime sumário contra militares e civis julgados¹⁷ pela morte de André Ferreira França e Antônio Vital, ocorrido na Coloninha, sexto distrito de Soledade, em 16 de agosto de 1938. Esse documento, com mais de 200 páginas, trouxe novas possibilidades de conhecimento do movimento religioso e o envolvimento dos colonos de origem alemã com a perseguição aos *monges barbudos*. Além disso, foram localizados os registros de compra, venda e partilha de terras de Anastácio Fiúza e dos Gonçalves da Costa, confirmando a condição desses agricultores e criadores de animais como proprietários.

Nesse Arquivo também foi identificado, pela equipe técnica do acervo, o relatório do major José Rodrigues da Silva¹⁸ e os anexos. Esse conjunto de documentos públicos – relatórios policiais e interrogatórios de *monges barbudos* e de testemunhas – foi produzido pelas delegacias de polícia de Soledade e Sobradinho, alguns com acompanhamento do comando da Brigada Militar. Esse material havia sido parcialmente trabalhado por outros estudiosos do tema. Os anexos analisados na íntegra nesta dissertação, versam sobre a repressão policial, o envolvimento dos civis e o desconforto dos não participantes com a “multidão” de *monges* reunidos na Igreja de Santa Catarina, no Lagoão, e no velório de Anastácio Fiúza, no Rincão dos Costa¹⁹ em Soledade. Essa documentação contribuiu para

17 São eles: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão e os civis: Pedro Simon, seu filho, José Henrique Simon, seu peão, Aparicio Miranda, Benedito Paulo do Nascimento e João Elberto Oliveira.

18 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938. (APERS). O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul localizou o original do relatório com vários anexos: relatórios dos delegados de polícia, manuscritos de depoimentos de testemunhas, laudos e atestados.

19 O Rincão dos Costa é também conhecido como Rincão dos Barnabé ou Bernabé e Rincão do Caixão, em virtude do rio Caixão.

aprofundar detalhes e circunstâncias sobre esse movimento religioso rural que reuniu mais de mil participantes na Semana Santa e na Páscoa de 1938, e mais de 500 opositores. A lista nominal dos 98 presos possibilitou identificar os agrupamentos familiares e localizar novos documentos cartoriais inéditos com informações relevantes sobre os participantes, aproximando os *monges barbudos* do universo rural e das especificidades e contradições existentes na década de 1930.

Com essas novas informações foi possível ampliar o conhecimento sobre as motivações dos participantes e de seus contrários, identificando algumas redes de parentesco e de relacionamento social e a agência dos envolvidos. Essas informações permitiram detalhar os vínculos e os laços de solidariedade existentes entre as famílias de pequenos agricultores mobilizadas pelas pregações dos *barbudos* e identificar as lideranças religiosas que foram perseguidas, presas, torturadas e eliminadas em 1938, mas que vinham sendo acompanhadas e perseguidas desde o ano anterior. Somam-se a esses documentos entrevistas inéditas realizadas com membros do grupo e vizinhos contrários, em 1988 e 1990, nos municípios de Tunas, Lagoão e Salto do Jacuí. Assim, dá-se ênfase para aquilo que foi grafado na época dos acontecimentos e para as memórias que os próprios participantes do movimento dos *barbudos* revelaram sobre as crenças e as práticas religiosas e sobre o personagem João Maria. À luz dessa nova documentação confrontamos as pregações religiosas com as versões, as difamações, os exageros e suas consequências.

Alguns estudos acadêmicos influenciaram a abordagem do tema dos *monges barbudos* dessa dissertação. Atuaram como modelo metodológico ou como perspectiva de análise de fenômenos sociais. Por isso, cabe citar: Janaína Amado²⁰ pela valorização das fontes cartoriais que trouxeram novas luzes para o movimento dos *muckers*; Carlo Ginzburg²¹ pela forma como conseguiu explorar os inquéritos da Inquisição, recuperando fragmentos da cultura popular medieval italiana; José Rivair Macedo e Mário José Maestri Filho²² pela nova visão sobre a inserção dos movimentos messiânicos nas comunidades locais com o exemplo de Canudos; Norbert Elias e John Scotson²³ pela observação de sociedades com pouca diferenciação econômica, mas com o cotidiano conflituoso devido aos boatos e às fofocas; Abner Cohen²⁴ pela perspectiva do ser humano político e simbolista e as relações de poder. A leitura de alguns autores contribuíram para melhorar o entendimento sobre os anos 1930:

20 AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

21 GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

22 MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário José Filho. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

23 ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p. 19-50.

24 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

Carlos Cortés²⁵, Elizabeth Cancelli²⁶, Loiva Otero Félix²⁷, Luiza Kliemann²⁸, René Gertz²⁹, Sandra Pesavento³⁰ e Wolfgang Hoffmann Harnisch³¹. Para o instrumental teórico sobre o pensamento mágico e religioso e sociologia da religião foram fundamentais: Antônio Flávio Pierucci³², Ari Pedro Oro³³, Maria Isaura Pereira de Queiroz³⁴, Max Weber³⁵, Paula Monteiro³⁶, Pierre Bourdieu³⁷ e Ricardo Mariano³⁸. Sem as pesquisas de Carlos Wagner e André Pereira³⁹, Garibaldi Wedy⁴⁰ e Sérgio da Costa Franco⁴¹ seria impossível a realização deste trabalho. A descoberta do artigo publicado no jornal *Kolonie*⁴² de Santa Cruz por Silvana Krause e traduzido por René Gertz viabilizou conhecer os *monges barbudos* no aspecto étnico e social. Muitos outros autores e autoras também contribuíram para esclarecimentos diversos que possibilitaram os avanços que a dissertação consiga obter, conforme pode ser identificado nas referências bibliográficas.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. Nos dois primeiros são apresentados os contextos socioeconômico e político-administrativo de Soledade e Sobradinho em conexão com as grandes crises e transformações dos anos 1930. Para permitir uma abordagem mais fluente, foram feitos dois recortes que se conectam mutuamente: o ambiente socioeconômico e o ambiente político-administrativo. No capítulo 1, são apresentadas as grandes questões econômicas da época como a crise do sistema capitalista de 1929, seus reflexos na economia brasileira e suas consequências no Rio Grande do Sul. O recorte refere-se, em especial, a crise da pecuária e a influência dos ciclos de superprodução dos produtos de exportação da região como a banha, a erva-mate, a madeira e os cristais de rocha, como as ametistas. Como cenário e paisagem, são apresentadas as características geográficas e econômicas dos municípios de

25 CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 57-145.

26 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da violência*. A polícia da era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993.

27 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

28 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

29 GERTZ, René E. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991; _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

30 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. _____. *A Revolução Federalista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; _____. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

31 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A Terra e o Homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952.

32 PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

33 ORO, Ari Pedro. Messianismo, milenarismo e religiosidade popular. In: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, v. 2, n. 1, 1988, p. 73-84.

34 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

35 WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002; _____. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. V. 1. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 2009.

36 MONTEIRO, Paula. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

37 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 27-98.

38 Aulas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012-2013) e orientação para a dissertação acompanhada até a banca de qualificação.

39 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

40 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999.

41 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975.

42 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938. Artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz.

Soledade e Sobradinho, no aspecto dos recursos naturais e dos grupos humanos que desfrutavam dos campos e das florestas dando origem a multiplicidade étnica existente nos anos 1930.

No capítulo 2, abordam-se os aspectos políticos-administrativos decorrentes da crise econômica dentro do quadro que se iniciou com o movimento de ruptura institucional conhecido como Revolução de 1930 e a ascensão de setores da elite gaúcha ao centro da política nacional. São analisados também os movimentos políticos contestatórios, como a denominada Revolução Constitucionalista de 1932, o processo de democratização com o novo Código Eleitoral e as eleições de 1934 e 1935 até o golpe do Estado Novo e as mudanças no Estado brasileiro. Com essa perspectiva, os municípios de Soledade e Sobradinho foram inseridos dentro do quadro econômico e político do Rio Grande do Sul, do Brasil e das relações internacionais que tiveram influência na região.

No capítulo 3, são apresentadas as investigações policiais e os confrontos da Semana Santa de 1938 a partir das fontes documentais. A repressão ao “grupo de fanáticos” com “ideias extremistas” e as circunstâncias dos conflitos ocorridos na Igreja de Santa Catarina, na localidade da Bela Vista, e no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, foi reconstruída a partir dos registros das autoridades do Estado Novo. No capítulo 4, são reveladas as circunstâncias da emboscada que vitimou André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos tendo por base o processo crime que julgou cinco civis e dois militares por essas mortes. Nas fontes judiciais foi possível verificar condutas das elites locais com relação aos *monges barbudos*.

No capítulo 5, são trabalhadas as versões dos participantes do movimento dos *monges* de Soledade e Sobradinho. A fonte utilizada para a recuperação das propostas do movimento religioso foram entrevistas inéditas realizadas em 1988 e 1990 com os velhos participantes sobre os fatos da sua juventude. Nessas entrefalas foram registradas práticas e crenças, com explicações e justificativas religiosas, confrontadas com as fontes da época dos acontecimentos.

Por fim, o título metafórico desta dissertação “a chave do céu e a porta do inferno” conota o significado simbólico da busca pelo acesso direto ao sagrado por parte dos *monges barbudos*. Através da disputa pelo direito à chave da Igreja de Santa Catarina, travada entre Anastácio Fiúza e os comerciantes que a tinham em sua posse, identifica-se que não foi reconhecido a eles o direito a uma relação direta com o divino. A religiosidade permitida estabelecia a intermediação de padres ou pastores, não de curandeiros e pregadores independentes. Como apontou Pierre Bourdieu⁴³, o monopólio da gestão dos bens de salvação é exercido por especialistas religiosos, de forma exclusiva e socialmente autorizada, visando a

43 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 27-98.

formulação e o controle da veiculação de um conjunto de conhecimentos raros e secretos. Desta forma, explica o autor, os leigos ou profanos, desapropriados da constituição de um campo religioso, são destituídos ainda do capital religioso, ou seja, do trabalho simbólico acumulado. Portanto, sem o direito a uma religiosidade autêntica.

Os *monges barbudos* reagiram e buscaram estabelecer, com suas práticas de fé comunitária, o acesso direto ao sagrado. No entanto, eles não conseguiram abrir o reino dos céus, como esperavam. Acabaram por abrir a porta para um momento político de guerra e de intolerância. Estava na porta da igreja da Bela Vista, na porta do Rincão dos Barnabé e na porta da casa de José Crespim a violência policial do Estado Novo e de seus representantes nos longínquos rincões de Soledade e Sobradinho. Era 1938 e o mundo rumava para a Segunda Guerra Mundial.

1 AMBIENTE SOCIOECONÔMICO DO CONFLITO

Na Quinta-Feira Santa, em 14 de abril de 1938, um cerco policial envolvendo militares e civis à Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista⁴⁴, no então sexto distrito de Soledade, resultou em vários feridos, dez presos e na morte do agricultor Anastácio Desidério Fiúza – líder do movimento religioso dos *monges barbudos* – e de um bebê recém-nascido chamado Francisco Vital [ou Vidal]. Três dias depois, no domingo de Páscoa, após o sepultamento de Fiúza, um segundo sítio ao Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, vitimou mais um agricultor e ocasionou a prisão de mais de cem pessoas. Conforme os jornais da época⁴⁵, a justificativa para os tiroteios era a de que os “fanáticos” tinham “invadido” Soledade e Sobradinho. No entanto, o que se evidencia nesses confrontos são dois grupos de moradores em conflito. De uma parte, os agricultores, conhecidos e autodenominados como *monges barbudos*, com suas práticas místicas e reuniões religiosas. De outra parte, seus antagonistas, colonos e comerciantes, amparados no aparato público policial e administrativo do recém-estabelecido Estado Novo (1937-1945).

Com a finalidade de conhecer os grupos em enfrentamento – as origens étnicas, sociais e culturais – busca-se o universo econômico e político de Soledade e Sobradinho na perspectiva das grandes transformações verificadas durante a década de 1930 no contexto local, estadual, nacional e internacional. Dessa forma, neste capítulo apresenta-se o cenário das disputas com a intensão de determinar os agentes do embate e o lugar por eles ocupados nas relações locais. Para tanto, são descritas a paisagem e os recursos naturais, analisadas as diferentes formas de apropriação e exploração econômica – dentro do contexto das relações de poder advindas do processo produtivo. Ao mesmo tempo, são apontados os grupos humanos e suas relações de colaboração ou oposição.

Para a análise dos antagonismos considera-se a perspectiva dos grupos em conflitos ou em solidariedade. Na concepção do antropólogo Abner Cohen⁴⁶, as sociedades formam-se por inúmeros grupos de interesses – variáveis em escala e em importância política – que realizam ações, ora formais e ora informais, sempre na perspectiva política de disputa de poder e de ação coordenada:

44 Atualmente a localidade situa-se no município de Segredo.

45 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 e 21 de abril e 8 de maio de 1938; DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 e 27 de maio de 1938; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938; O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938; KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

46 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 86-7.

As sociedades são constituídas por uma grande quantidade de grupos de interesse, de vários tipos e tamanhos, que se confrontam, competem uns com os outros, se aliam, se misturam e se interpenetram de forma a proteger ou aumentar a parcela de poder que detêm. Eles são portanto essencialmente políticos e suas atividades determinam a distribuição, a manutenção e o exercício do poder na sociedade. Eles operam através de organizações, pois uma coletividade sem organização não é um grupo. Em coletividade somente se torna um grupo quando adquire mecanismos de coordenação direta ou indireta de ação.

Assim as grandes mudanças verificadas nos anos 1930 são trazias para o cenário local, ao mesmo tempo em que se busca a forma como o local relacionava-se com a conjuntura nacional e internacional. Com a finalidade de dar fluidez às informações e às análises dos dados da pesquisa, foram trabalhados os aspectos econômicos e, no capítulo seguinte, as questões políticas. Começa-se, então, pelas questões materiais visando verificar como a organização produtiva influenciava as relações de poder. Utilizam-se conceitos como classes sociais, elites dominantes, grupos subalternos, sempre em uma perspectiva plural, especialmente com relação ao momento histórico trabalhado, onde estava em disputa uma nova hegemonia, no Brasil e no mundo, com protagonistas e propostas antagônicas.

No caso brasileiro, é necessário frisar que, em 1938, o país estava distante há apenas meio século do fim do regime escravocrata, do fim do regime monárquico e do início do regime republicano. Nos anos 1930, os antigos barões escravistas estavam sendo substituídos de seus postos de mando para uma nova geração nascida no incipiente regime democrático com o sistema de trabalho livre. Esses 50 anos foram repletos de disputas e de conflitos de interesses. Estava em construção um país multiétnico, marcado pela concentração de poder, pela violência nas relações interpessoais e por desigualdades sociais intensas. Concomitantemente, o Estado brasileiro profissionalizava-se entre avanços de caráter institucional com aspectos laicizantes – associados especialmente ao positivismo – e recuos no sentido da retomada das relações tradicionais com poderes conservadores como a Igreja Católica.

É nessa perspectiva da movimentação social e econômica dos anos 1930 que se localiza o movimento religioso dos *monges barbudos* de Soledade e Sobradinho. Dessa forma, o foco central da abordagem são as implicações da grande conjuntura no universo rural desses camponeses. Verifica-se que, em paralelo às sucessivas crises e às mudanças na economia brasileira e nas relações comerciais com outros países, efetivavam-se novos desenhos políticos, institucionais e administrativos, dentro dos marcos do sistema capitalista, balizados entre as alternativas radicalizadas do fascismo europeu e do comunismo soviético.

Nesse contexto de rupturas, instabilidades e incertezas que caracterizou a década de 1930, investiga-se em que medida os conflitos locais foram influenciados por fatores

econômicos de âmbito estadual, nacional e internacional. Para aproximar essa grande conjuntura aos rincões de Soledade e Sobradinho, são apontadas questões econômicas e sua influência sobre o poder político no Rio Grande do Sul, especialmente, aspectos da articulação partidária e das transformações administrativas do poder de Estado. Na análise de questões econômicas locais, sempre que necessário são comparados dados quantitativos com os municípios vizinhos de Candelária, Cruz Alta, Santa Cruz e Passo Fundo. Essas municipalidades estiveram diretamente envolvidas com Soledade e Sobradinho, fazendo parte do município original, como sede de Comarca ou compondo estruturas administrativas regionalizadas.

Assim são examinados os principais itens da produção econômica de Soledade e Sobradinho na década de 1930. Pode-se destacar como atividades típicas dessas localidades a exploração da erva-mate, a produção agrícola de alimentos e a criação de animais – a pecuária e, especialmente, os suínos para a produção de banha –, o cultivo do fumo e o incipiente comércio de cristais de rocha como as ametistas. Como decorrência do crescimento das atividades produtivas, intensificam-se a derrubada das florestas nativas para a abertura de novas áreas de cultivo, através da colonização, e para os negócios da madeira. Essas questões econômicas são consideradas a partir dos sucessivos ciclos de superprodução de produtos agrícolas e da grande crise econômica de 1929 com suas consequências no Brasil e no Rio Grande do Sul. Além desses aspectos circunstanciais, sempre que for necessário, são introduzidas informações sobre a história local como fator de entendimento dos grupos sociais em disputa, buscando a composição étnica e cultural, a inserção econômica e as possíveis causas da conflitualidade exacerbada em 1938 através de uma disputa, aparentemente, de caráter religioso.

1.1 Notícias de jornal

Antes de apontar os aspectos econômicos propriamente ditos, foi necessário buscar informações sobre a inserção socioeconômica dos participantes do movimento religioso e de seus antagonistas. Para tanto, utiliza-se, primeiramente, as notícias dos jornais da época. O movimento dos *monges barbudos* de Soledade e Sobradinho foi noticiado a partir dos conflitos ocorridos no mês de abril de 1938 no Lagoão e no Jacuizinho, distritos de Soledade. Os artigos jornalísticos de abril e maio foram construídos a partir de depoimento de autoridades públicas de Soledade, Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. A exceção foi uma reportagem do Correio do Povo, de 5 de maio, que publicou impressões de dois participantes presos em Soledade.

Uma das primeiras notícias publicadas foi no Diário da Manhã⁴⁷, de Passo Fundo, em 19 de abril, cinco dias após o ataque policial à Igreja de Santa Catarina no povoado da Bela Vista. O jornal estampou na primeira página: “Violento conflito no município de Soledade”. A notícia falava de um sério choque, do qual teria resultado mortos e feridos, no lugar denominado Serrinha, entre eles, um soldado da Brigada Militar. O jornal dava ênfase para a participação de mulheres e crianças. Em Porto Alegre, uma das primeiras notícias veiculadas foi a do Correio do Povo⁴⁸, de 21 de abril. O telegrama do correspondente de Santa Maria tinha por título: “Um grupo de fanáticos invadiu Soledade e Sobradinho”. A manchete tratava a questão como uma “invasão” àqueles municípios e, a reunião, como um “assalto” à igreja. Dizia a matéria que a polícia entrara em contato com um grupo de *fanáticos*, superior a mil, que teria resistido. Relatava o envio de reforço da Brigada Militar para o local. No dia 22 de abril, *O Nacional*⁴⁹, outro jornal de Passo Fundo, publicou duas notícias sobre os fatos: uma era um resumo da matéria do Correio do Povo do dia anterior, a outra nota era policial e informava que os presos que se encontravam em Cachoeira do Sul estavam voltando para Soledade. Eles haviam tomado parte “no recente conflito verificado em Sobradinho”, iriam de caminhão, sob a escolta de dois soldados.

Em 27 de abril, o Correio do Povo⁵⁰ e o Diário de Notícias⁵¹ publicaram uma entrevista coletiva do capitão Riograndino da Costa e Silva⁵², delegado auxiliar que estivera no local dos acontecimentos a serviço do chefe de polícia, capitão Aurélio Py, e do interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias. As reportagens amplas e ilustradas com fotografias são praticamente iguais, variando os títulos e alguns poucos detalhes. Os jornais afirmavam que na Quinta-Feira da Paixão começaram a chegar famílias inteiras na capela de Santa Catarina, ressaltando a separação de alguns casais. Conforme dizia o Correio do Povo: “mais de um caso é conhecido de mulheres que abandonaram seus maridos, por estes não quererem acompanhá-las naquela estranha peregrinação de vagabundos”. O Diário de Notícias confirmava as pretensas separações, mas não os denominou de “vagabundos”. Outro momento em que existiram diferenças nos relatos dos jornais foi quando o Diário de Notícias, ao publicar as orações dos *monges*, escritas em papel almaço, apreendidas pelas autoridades, apontou que no final de algumas delas dizia: “Não dê cópias troca-se por dinheiro”. O Correio do Povo nada mencionou a esse respeito.

47 DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 19 de abril de 1938.

48 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 21 de abril de 1938.

49 O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938.

50 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

51 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

52 Detalhes da ação policial executada pelo delegado de polícia e capitão Riograndino da Costa e Silva, a partir de fontes policiais e arquivo particular, conforme capítulo 3.

Tanto o Correio do Povo, quanto o Diário de Notícias, finalizaram as matérias publicando as orações a Santa Terezinha e a Santa Catarina.

A preocupação desses periódicos era a de ressaltar o conhecimento das autoridades e as medidas tomadas para o restabelecimento da “ordem”. As duas matérias esclareciam que, no mesmo dia do confronto, o interventor federal no Estado tomara conhecimento do ocorrido através de comunicação enviada pelos delegados de polícia de Soledade e Sobradinho. Temiam que o movimento assumisse maiores proporções, porque “aquele povo estava tomado de fanatismo religioso”.⁵³ Os jornais relataram a viagem do capitão Riograndino da Costa e Silva e o apoio recebido na localidade. Ajudaram nas investigações as autoridades de Sobradinho: o delegado de polícia, Antônio Pedro Pontes, o prefeito, Santo Carniel, e o juiz municipal, Henrique de Freitas Limas. O delegado, o juiz e comerciantes locais – que se ofereceram espontaneamente – acompanharam o enviado do Governo do Estado na viagem pelo interior dos municípios.

A conclusão do capitão Riograndino publicada nos jornais era de que os fatos deviam-se à “ignorância da população daquela Região, que facilmente deixa transformar seu sentimento religioso em credices e superstições, que raíam quase pelo fanatismo.”⁵⁴ Constatou serem os *barbudos* agricultores, moradores da região – “pessoas boas que, até bem pouco tempo, viviam normalmente” –, isto é, em atitude pacífica e desarmados. O problema estaria em “exploradores”, até aquele momento, ainda não perfeitamente identificados. Essas pessoas doutrinavam os agricultores e orientavam para que o cabelo e a barba crescessem e, de tempos em tempos, para que reunissem grupos nas capelas da região. Para evitar novas reuniões, o representante do chefe de polícia entrou em entendimento com o delegado de Sobradinho e espalhou pela região destacamentos montados e motorizados para fazerem a vigilância. Com o intuito de impedir que grupos pudessem “escapar pelos municípios vizinhos”, foi programada uma ação simultânea nas “comunas limítrofes”. Por fim, o capitão Riograndino concluiu a entrevista afirmando não bastar a ação policial e militar. Era preciso dar mais atenção à educação naquela zona, buscando, junto às autoridades eclesiásticas, o envio de sacerdotes.

Com as informações jornalísticas foi possível construir uma síntese do perfil dos *monges barbudos* apresentada para a opinião pública da época pelas autoridades locais e estaduais. O grupo era formado por famílias inteiras – em especial, mulheres e crianças. Eles eram “fanáticos” e estavam tomados pelo fanatismo religioso, invadiram Soledade e Sobradinho e promoveram um “assalto” a igreja; eram mais de mil e realizaram uma “estranha peregrinação de vagabundos”. Promoviam desordens e reuniam “grupos nas

53 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

54 Loc. cit.

capelas”. Pediam dinheiro através das orações as santas Catarina e Terezinha escritas em papel almaço. Foram presos. No entanto, eram “pessoas boas”, embora ignorantes, que transformaram o “sentimento religioso em credices e superstições”. O grupo estava submetido a “exploradores”, que induziam a uma identificação através da barba e dos cabelos crescidos. Para as autoridades estaduais era preciso evitar novas reuniões, cuidar da educação e da religiosidade com o envio de sacerdotes. Do lado oposto estavam os comerciantes e o poder público de Sobradinho – delegado, prefeito e juiz.

1.2 Agricultores, caboclos, carvoeiros, ervateiros e intrusos

Entre o material jornalístico, destaca-se o Kolonie⁵⁵ de 27 de abril de 1938, de Santa Cruz do Sul, editado em alemão. O jornal publicou um artigo proveniente de Sobradinho, fazendo uma abordagem analítica bastante distinta dos demais, embora reforçando, em alguns aspectos, os estigmas apresentados anteriormente. A matéria iniciava localizando as possíveis causas e dando importantes pistas sobre os participantes do movimento religioso. Primeiramente, demarcava diferenças entre os colonos alemães – que eram alfabetizados e que conseguiam manter um jornal – e os “caboclos”: “Mais uma vez é possível ter uma ideia da credice e do fanatismo decorrentes da falta de escola e educação entre a nossa população pobre e esquecida de caboclos no mato e no campo”. Embora concordando com a tese da falta de educação formal, acrescentava a caracterização social do grupo.

Mas, resolver o problema da falta de instrução regular não seria fácil pelas características culturais locais. Argumentava o cronista: “Uma professora crescida e formada na cidade não entra em cogitação para estes lugares. Ela não ficaria quatro semanas entre esta gente em si boa, mesmo que meio xucra. Isto independente do fato de que uma jovem e solteira professora nem é possível ser enviada a um lugar destes.” Ademais: “para cair nas graças da bonita cidadina surgiriam, entre a juventude masculina e de sangue quente do lugar, brigas, morte e assassinato”. Para o autor, além de pobres e esquecidos, os caboclos do campo e dos matos eram xucros e resolviam os conflitos com violências. Por isso, a matéria do jornal já apontava soluções: “ali é preciso colocar professores bem apessoados que, além de um conhecimento muito bom da alma popular, também tenham a habilidade necessária de lidar com esta gente simples e conquistar a confiança desta população”. Um professor que pudesse dar diversos tipos de orientação. Ao que parece, os problemas de saúde seriam os principais. Por isso, o ideal seria que o professor fosse “ao mesmo tempo médico, que sabe ajudar nos

55 KOLONIE, Santa Cruz, 27 de abril de 1938. Artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz.

problemas do dia a dia, que pode enfaixar um osso quebrado, que pode aplicar um curativo e possa utilizar ervas locais para a cura”. Mas não um médico diplomado:

Porque um diplomado não vai ir para estes pobres ervateiros e carvoeiros no mato, onde o pagamento por uma ajuda prestada é remetido a Deus com um ‘Deus lhe pague’. Isto os médicos estudados e os jornalistas das grandes cidades deveriam colocar na cabeça deles, toda vez que eles começam a xingar sobre curandeiros e charlatões, sem ter a mínima ideia das condições primitivas no mato e no campo.

Assim, o jornal Kolonie ia apresentando algumas das características sociais e econômicas dos envolvidos. Eram os ervateiros, carvoeiros e intrusos: o povo simples e xucro do campo e do mato, que viviam em condições “primitivas”, afastados dos benefícios das cidades. Registrava a pobreza, o conhecimento curativo popular local, as “beberragens” e as plantas medicinais de “curandeiros e charlatões”:

Existem aqui, entre os assim chamados intrusos, que habitam o mato, homens e mulheres que, com sua beberragem curativa, feitas de plantas medicinais, as quais, muitas vezes, a medicina das escolas e universidades não tem sequer conhecimento, conseguiram colocar de pé muita gente que assim teria morrido.

A crônica do Kolonie insistia no problema da medicina e da química, indagando: “Quando aparecerá um médico, um químico abnegado, escudado por um governo patriótico para fazer um bom estudo sobre os feitos de nossas plantas medicinais? Milhares de contos poderiam ser poupados e não ir para os Estados Unidos e Europa, para pagar a medicina patenteada.” Essa visão era compartilhada por Francisco Rodolfo Simch⁵⁶, engenheiro de minas, diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Estado. Em artigo publicado em 1922, ele afirmava que as plantas medicinais existentes no Rio Grande do Sul eram exploradas pelos herbanários, mas poucas eram industrializadas, garantindo que, quando o fossem, libertariam “o consumidor de um pesado tributo a outros países”. O sociólogo Geraldo Giovanni⁵⁷ afirmou que somente na década de 1930 começou a se esboçar uma diferença qualitativa entre a indústria de medicamentos nacional e a estrangeira. Nessa época, começaram a entrar no mercado brasileiro remédios do exterior. As “casas representantes” eram as formas utilizadas. A “matéria principal” era importada e aqui enlatada ou engarrafada. Os medicamentos consumidos no Brasil “provinham da atividade produtiva de um grande número de pequenos e médios laboratórios nacionais, poucos estrangeiros” e também das importações realizadas pelas “casas representantes.” Esse panorama começou a ser alterado no decorrer da Segunda Guerra Mundial que interrompeu o fluxo das importações, mas colocou a possibilidade de produção industrial de antibióticos e “sínteses medicamentosas”.

56 SIMCH, Francisco Rodolfo. Situação Geográfica e Limites. Aspecto Físico do Estado. In: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 1. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 12.

57 GIOVANNI, Geraldo. *A questão dos remédios no Brasil*. Produção e consumo. São Paulo: Polis, 1980, p. 54-6.

Sobre o problema religioso, propriamente dito, afirmava a matéria do *Kolonie* que o “professor de mato” proposto deveria ser também um “professor de almas”. Isto porque a presença dos padres nessas regiões era rara, eles apareciam somente de tempos em tempos para batizar velhos e jovens. “Com isto esta gentinha pode ser incluída entre os cristãos, apesar de que do cristianismo não têm a mínima ideia.” Mas observava a fé: “mesmo que em cada rancho se encontre um santo ou santinha ao qual a necessidade se apela com alguma oração ou promessa, de acordo com um princípio fundamental que vigorava no mato: ‘ajudame primeiro e eu te retribuo’.” O jornal apontava “um certo fanatismo religioso” e que “alguns elementos vivos entre o povo simples sabem explorar esta credence e transformá-la muitas vezes em um grande perigo para toda região”. Assim, sobre o movimento dos “fanáticos” já existiam boatos há mais tempo, mencionando a existência de um *monge*. Como as informações estavam associadas à região do Lagoão, região não “bem afamada”, as autoridades não teriam dado maior importância, embora tenham surgido através de “vozes sérias” da região:

Já faz um bom tempo que se ouviram conversas e algumas informações sérias do surgimento de um santo ou monge na região limítrofe, mais especialmente no 6º distrito do município vizinho de Soledade. Como esta região não é exatamente bem afamada a gente não deu muita atenção às conversas. Mesmo que algumas vozes sérias alertassem para o afluxo grande de gente para o campo do fanático.

Sobre a Semana Santa, afirmou que: “em toda região limítrofe entre Soledade e Sobradinho começou um reboiço. Se os fanáticos estavam até agora escondidos no mato, eles apareceram agora em grande número.” Segundo as informações do autor, cerca de mil pessoas compareceram à capela de Bela Vista, distrito de Soledade. Teriam declarado aos moradores da vila que: “teria chegado o dia de estabelecer uma ligação com Deus, isto através da Santa Catarina, a sua padroeira.” Teriam pedido a chave da capela para Jacinto Bridi e “tomado conta”. Eram tantos que: “apenas uma pequena parte deles conseguiu um lugar dentro da igreja, enquanto a maior parte se reuniu ao redor da capela.” De acordo com testemunhas oculares, os “fanáticos” teriam começado “um culto de pedidos a Santa Catarina”, mas era “um grande reboiço e quase incompreensível.” Para os observadores, os *barbudos* “começaram a insistir, cada vez mais energicamente, que tudo que se encontrava no lugar lhes pertencia”.⁵⁸ Frente a isso, as pessoas que não concordavam com o grupo teriam mandado pedir “socorro” ao delegado de polícia de Sobradinho, capitão Antônio Pontes. O jornal confirmava o protagonismo de Júlio Telles na mobilização das forças policiais.

58 A insistência de que “tudo” lhes pertencia não aparece nas fontes policiais examinadas no capítulo 3. Esse “reboiço” que chegava a ser “incompreensível” e a reivindicação de “tudo” naquele local pode estar associada a presença guarani no movimento dos *monges barbudos* e a busca pela recuperação das terras do toldo do Lagoão perdida para a apropriação privada?

O jornal *Kolonie* mencionou também um “certo comunismo entre os fanáticos. Apesar de que eles teoricamente, provavelmente, não o conheçam e nunca devem ter ouvido falar das estripulias comunistas.” Para o jornal, “tudo isto é certamente muito mais um caso patriarcal, como ele poderá ser observado com alguma frequência, quando um caçador bem sucedido passa a dividir a sua presa com todo grupo ou com toda a tribo”. Mesmo assim, o artigo não perdeu a oportunidade de vincular os *barbudos* aos principais opositores do regime Vargas, os comunistas. No entanto, a acusação parecia ter mais uma identificação filosófica do que simplesmente uma denúncia política. Os *fanáticos* demonstravam certo coletivismo, identificado com a partilha do caçador frente a tribo. Sem ser muito explícito, registrava a solidariedade entre os pobres participantes, uma cooperação entre os povos dos matos e dos campos. O artigo foi concluído com a afirmação de que foi uma “grande sorte” o fato dos “fanáticos praticamente não [possuírem] armas modernas.” Especulava: “Se eles estivessem melhor armados, certamente teria havido um banho de sangue, já que as pessoas se mostravam extremamente exaltadas”. Mas quem teria condições de melhor armar os revoltosos? Em Sobradinho, na delegacia de polícia, conforme será visto no capítulo 3, algumas testemunhas do sexto distrito de Soledade registraram nos depoimentos que o ex-governador Flores da Cunha estaria envolvido com os “fanáticos”. No marco das suposições, o ex-governador exilado seria, em tese, o agente capaz de armar um grupo rebelde, conforme será melhor analisado no capítulo 2.

Em 5 de maio, três semanas após a quinta-feira do confronto da Bela Vista, o *Correio do Povo* publicou a matéria: “Os ‘barbudos’ de Sobradinho”. Essa foi uma das raras reportagens onde os *monges* foram ouvidos. A entrevista foi feita pelo correspondente local na Cadeia Civil de Soledade, no dia 27 de abril, onde ainda restavam alguns presos. Cabe lembrar que os primeiros dez *monges* foram presos em 14 de abril, os demais, cerca de cem pessoas, no Jacuizinho em 17 de abril. O repórter lamentava a impossibilidade, devido à distância e às dificuldades de locomoção, de uma reportagem no local dos acontecimentos. Afirmava que, há vários meses, formara-se “uma seita de adoração a Santa Catarina” e que aumentara enormemente o número de fiéis, os quais se reuniam em determinados dias para as orações. Contava que alguns, considerados “cabeças” do movimento, haviam sido presos há poucos meses⁵⁹ e, posteriormente, foram soltos, porque nada fora apurado contra eles. Sobre o cerco na igreja da Bela Vista, no Lagoão, e a atuação dos policiais de Sobradinho, o *Correio do Povo* apresentava duas versões que existiam sobre os fatos. Uma, afirmava que os *monges* teriam reagido violentamente ao verem a força policial aproximar-se, o que levou os policiais a atirarem em reação. A outra garantia que os *barbudos* estavam dentro da igreja e que a força

59 Conforme o capítulo 2, foram as prisões de oito *monges barbudos* em março de 1938.

policial, situada a alguns metros, atirou contra o local. As duas versões coincidem ao afirmar a existência de mortos. Interessante observar que o jornal registrou uma segunda possibilidade sobre o confronto, essa versão não chegou aos registros policiais. Conforme apontado no capítulo 3, as delegacias de polícia não registraram o contraditório.

O *monge barbudo* Cecílio Mariano dos Santos⁶⁰, prisioneiro na Cadeia Civil, foi entrevistado. Explicou que a origem da “seita” estaria no “Anjo do Senhor”, “baixado” na casa de André Ferreira França. O anjo teria falado que o mundo “antes tinha sido extinto pelo dilúvio”, mas, desta vez, não haveria outro, “no dia final os que tivessem religião seriam salvos” e os outros “condenados”. Por isso, “era preciso rezar”. Nesse momento, o jornalista foi ao que lhe parecia ser a questão crucial e perguntou sobre a posição do grupo a respeito da propriedade e do trabalhador. Cecílio Mariano respondeu: o ensinado “era que deviam trabalhar”, para “não serem pesados a ninguém”, e “respeitar a propriedade alheia”. Maria Cândida Ferreira de Camargo, identificada na matéria como quem, segundo a lenda, era Santa Catarina, negou a participação no grupo e que fosse santa. Afirmou que fora à igreja rezar um terço. Com o cerco da polícia, acabou presa. Os outros também negaram que fossem “do tal grupo de fanáticos”.

No conjunto das matérias veiculadas nos jornais fica evidente o caráter religioso do movimento dos *barbudos* sempre associado com crendices, superstições e fanatismos. Os participantes reuniam-se para orações e tinham devoção por Santa Catarina e Santa Terezinha. Os seguidores tinham origem humilde, era a população “pobre e esquecida de caboclos”, tanto do “mato”, quanto do “campo”: eram os ervateiros, carvoeiros e intrusos, como definiu o artigo do Kolonie. Os participantes do movimento religioso eram vistos como aqueles que não tinham acesso à educação formal, eram “ignorantes”, que utilizavam ervas e acreditavam em curandeiros e curandeiras. Contudo, pareciam ter um conhecimento ancestral e tradicional, com certa ideologia comunitária, primitiva, tribal, de alguma forma associada ao comunismo ou potencialmente disponível para outros fins, por isso causava apreensão no entorno, especialmente aos comerciantes. O movimento já existia há mais tempo, o que teria ocasionado prisões anteriores. Desenvolvia-se entre os “mal-afamados”, que estavam na região limítrofe entre Soledade e Sobradinho, especialmente no Lagoão e no Jacuizinho. De forma sutil, fica estabelecido um vínculo indígena com Nonoai e o “toldo dos bugres”. Teria sido por isso que os *barbudos* “começaram a insistir, cada vez mais energicamente, que tudo que se encontrava no lugar lhes pertencia”, alarmando os outros moradores, como registrou o Kolonie? Estariam eles reivindicando aquelas terras? Seria a disputa sobre o lugar mais do que a esperança de uma partilha divina? Por fim, os diversos jornais confirmam a liderança de

60 Seria Cecílio Mariano dos Santos familiar de Antônio Mariano dos Santos, que foi morto com um tiro fatal na cabeça, na mesma ocasião em que foi assassinado André Ferreira França, em 16 de agosto de 1938?

André França e de Anastácio Fiúza e o caráter familiar do movimento com a presença de mulheres e crianças, embora, no início, tratassem o assunto como uma “invasão” de fanáticos aos municípios, como se os participantes não fossem daquelas localidades.

1.3 Paisagem de campos e florestas

A partir dos elementos identificadores dos agricultores pertencentes a “seita” dos *monges barbudos* como sendo os “caboclos”, “carvoeiros”, “ervateiros”, “intrusos”, gente “xucra”, “povo do mato” busca-se informações sobre a paisagem local – os campos e as florestas – para que se aprofunde o perfil socioeconômico dos participantes. Os recursos naturais e a qualidade do solo contribuíram para a acumulação privada de riquezas em Soledade e Sobradinho. Os campos com gramíneas eram propícios para a criação de gado, os ervais nativos serviam para o complexo processo de produção de erva-mate. Outras árvores nativas, como o pinheiro e o cedro, serviram como madeira de lei para as madeireiras, e as terras públicas devolutas de florestas foram utilizadas para o loteamento e assentamento de colonos.

Um primeiro registro é o de que a década de 1930 iniciou com Soledade⁶¹ tendo perdido parte importante de seu território. Em 1927, o município foi desmembrado a partir dos núcleos coloniais do 4º distrito de Sobradinho, com partes dos quinto e sexto distritos – Jacuizinho e Lagoão. Foi formado um novo agrupamento territorial que adotou o antigo nome distrital de Jacuí. Dez anos depois, em 1937, Jacuí adotou novamente a nomenclatura de Sobradinho.⁶² Na década de 1920, o entorno das vilas de Lagoão e Sobradinho era essencialmente agrícola, enquanto que nos campos de Jacuizinho era criado, principalmente, gado crioulo. Com a emancipação, Soledade perdeu parte significativa da produção agrícola e pecuária. No novo formato municipal, os distritos de Espumoso e Restinga dedicavam-se mais a agricultura; Curuzu e Rincão de Santo Antônio tinham predominância na criação

61 O município de Soledade foi constituído pela Lei Provincial n. 962 (29/mar/1875), desmembrado do município de Passo Fundo. Em 19/set/1892, pelo Ato Municipal n. 2, foram criados os distritos de Campo Bonito, Depósito, Jacuizinho, Espumoso e Vitória. O Ato Municipal n. 78 (02/jan/1903), criou os distritos de Lagoão e Colônia das Tunas. Em 1910, o Ato Municipal n. 12 (12/mar) criou os distritos de Restinga e Colônia Camargo e o Ato Municipal n. 13 (10/maio) criou os distrito de Rincão de Santo Antônio e Coronel Dumoncel Filho. Em 1911, a divisão administrativa contava com 13 distritos: Soledade, Campo Bonito, Colônia Camargo, Colônia das Tunas, Coronel Dumoncel Filho, Depósito, Espumoso, Sobradinho, Jacuizinho, Lagoão, Restinga e Rincão de Santo Antônio e Vitória. O Ato Municipal n. 101 (06/jul/1922) criou o distrito de Getúlio Vargas, conforme INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432080&search=rio-grande-do-sullsoledade|infograficos:-historico>, acesso em: 08/fev/2014.

62 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 37.

bovina e Itapuca praticava a agropecuária. O beneficiamento de erva-mate e a pecuária mantinham-se como as principais atividades econômicas de Soledade.⁶³

Antes da emancipação de Encantado (1915) e Sobradinho (1927), o grande município de Soledade, em 1900, conformava-se em uma área de 7.673 km², localizada entre a margem esquerda do rio Jacuí, a partir de suas nascentes no sentido norte-sul, e o rio Pardo. Nessa extensa região, hoje estão organizados 28 municípios⁶⁴, conforme Figura 1. Alguns desses municípios receberam partes de outras municipalidades. São eles: parte de Agudo (1959), Alto Alegre (1987), Arroio do Tigre (1963), Arvorezinha (1959), Barros Cassal (1963), Camargo (1959), Campos Borges (1988), parte de Encantado (1915), Espumoso (1954), Estrela Velha (1995), Fontoura Xavier (1965), Ibarama (1987), Ibirapuitã (1987), Itapuca (1992), Jacuizinho (1996), Lagoa Bonita do Sul (1992), Lagoão (1988), parte de Marau (1954), Mormaço (1992), Nicolau Vergueiro (1992), Nova Alvorada (1988), Passa Sete (1995), parte de Salto do Jacuí (1982), São José do Herval (1988), Segredo (1988), Sobradinho (1927), Soledade (1875) e Tunas (1987).⁶⁵

Em 1930, Soledade e Sobradinho faziam divisas com os municípios de Cachoeira, Candelária, Carazinho, Cruz Alta, Encantado, Lajeado, Guaporé, Júlio de Castilhos, Passo Fundo e Santa Cruz. As questões territoriais difusas verificadas na atuação policial na região limítrofe, na igreja da Bela Vista, entre as delegacias de polícia de Soledade e Sobradinho na repressão aos *monges barbudos*, conforme será visto nos capítulos posteriores, tem relação com a então recente emancipação territorial de Sobradinho.

A cidade de Soledade situa-se na região fisiográfica do Planalto Médio, a uma altitude de 715 m, enquanto que a sede de Sobradinho está a 380 m, na Encosta Inferior do Nordeste.⁶⁶ A diversidade paisagística e ambiental dessas duas regiões fisiográficas produziu recursos naturais diversos que foram apropriados de formas distintas, conforme as tradições

63 COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Vol 2, Porto Alegre: Globo, 1922, p. 229. O autor apresenta nove distritos: 1) Soledade, 2) Itapuca, 3) Curuzú, 4) Sobradinho, 5) Jacuí [ou seria Jacuizinho?], 6) Lagoão, 7) Restinga, 8) Rincão de Santo Antônio e 9) Espumoso.

64 Conforme consulta aos geógrafos Fernando Dreissig de Moraes, Divisão de Geografia e Cartografia, e Suzana Beatriz de Oliveira, Departamento de Planejamento Governamental, Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul, em junho de 2014.

65 Em 1933, o município de Soledade foi organizado em 13 distritos: Soledade, Borges de Medeiros (ex-Espumoso), Colônia das Tunas, Colônia Camargo (ex-Coronel Ferreira), Coronel Dumoncel Filho, Depósito, Jacuizinho, Getúlio Vargas e Vitória. Não figuravam os distritos de Campo Bonito, Lagoão, Restinga e Rincão de Santo Antônio. Em 31/dez/1936 e 31/dez/1937, o município estava constituído pelos nove distritos da divisão de 1933. Pelo Decreto Estadual n. 7.199 (31/mar/1938), o município foi organizado em sete distritos subdividido em 3 zonas: 1º Soledade – zonas: Mormaço (ex-Ibirapuitã) e Depósito –; 2º Maurício Cardoso (ex-Vitória); 3º Espumoso (ex-Borges de Medeiros); 4º Jacuizinho – subdividido em 2 zonas: Jacuizinho e Tunas (ex-Colônia das Tunas); 5º Camargo (ex-Coronel Ferreira); 6º Fontoura Xavier (ex-Getúlio Vargas); 7º Barros Cassal (ex-Coronel Dumoncel Filho). Pelo Decreto Estadual n. 7.643 (28/dez/1938), Tunas passou a fazer parte da 2ª zona do distrito de Jacuizinho. Conforme DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Divisão administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1943, p. 29; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432080&search=rio-grande-do-sul|soledade|infograficos:-historico>, acesso em: 08/fev/2014.

66 Soledade: latitude 28° 49' 50" S. e longitude 52° 30' 30" W. Gr. Sobradinho: latitude 29° 26' 44" S. e longitude 52° 59' 14" W. Gr. Conforme BRASIL, Ministério do Exército. Departamento de engenharia e comunicações. Diretoria do serviço geográfico. Mapas. Folhas SH 22-V-A-VI-4 MI-2933/4 Soledade; SH 22-V-C-II-4 MI-2949/4 Sobradinho.

culturais das populações que lá se estabeleceram no decorrer da história. A região do Planalto Médio pertence a grande região geomorfológica do Planalto Meridional e possui solo avermelhado pela alteração das rochas efusivas basálticas e riodacíticas.⁶⁷ A erosão dessas rochas formou um relevo ondulado por coxilhas, vegetadas de gramíneas e floresta mista com araucária nas partes altas e planas. As altitudes variam entre 400 e 700 m. As vertentes e as margens das drenagens dos rios eram cobertas por matas ciliares.⁶⁸

Na região fisiográfica da Encosta Inferior do Nordeste, onde se situa Sobradinho, ocorre a escarpa Serra Geral, que marca o bordo sul do Planalto Meridional e o início da Depressão Periférica. Esta é formada por rochas sedimentares mais antigas do que as rochas basálticas e riodacíticas do Planalto. O relevo resultante da erosão é constituído por morros testemunhos e vales abertos, as altitudes variam entre 400 e 600 m, conforme mapa anexo, Figura 2. Acompanhando o curso dos rios, desenvolveram-se matas em galeria. Fora das áreas ribeirinhas, existiam áreas vegetadas pela Floresta Atlântica. O solo de Sobradinho também é avermelhado.⁶⁹ Feições de relevo como as serras do Botucaraí, Figueira, Jacuizinho, Mormaço e as coxilhas do Cadete e do Lagoão eram localizadas nos municípios de Soledade e Sobradinho, como apontou Souza Brandão⁷⁰.

O sistema hidrográfico desses municípios pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí, à qual compõe a Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba. O rio Jacuí, principal rio formador da bacia e um dos mais extensos do Rio Grande do Sul, passava pelos municípios de Soledade e Sobradinho. Na margem esquerda do rio, existia uma densa floresta subtropical que atraía diversos animais. Por isso, em tempos remotos, conforme Aurélio Porto, o Jacuí era chamado pelos indígenas de rio dos jacus e rio dos faisões.⁷¹ Suas nascentes estão a 730 m de altitude, a cerca de 10 km a leste da cidade de Passo Fundo, na coxilha do Pinheiro Mercado.⁷² O Jacuí possui um curso aproximado de 680 km.⁷³ No Planalto, o rio flui no sentido norte-sul e, ao atingir a Depressão Periférica, corre no sentido oeste-leste até desembocar no lago Guaíba. Por ser caudaloso, o Jacuí possui diversas cascatas, como a cachoeira do Salto do Jacuí, que se localizava no então município de Soledade. Por isso, em épocas de cheia, o rio era

67 As rochas efusivas basálticas são básicas, enquanto que as riodacíticas são ácidas, ambas são formadas pelo derramamento de magma na superfície terrestre. Ver MENEGAT, Rualdo *et al.* *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

68 FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de Geografia geral do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre, Sulina, 1979, p. 12, 35-6; BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. *O Rio Grande do Sul*. Novo Hamburgo/RS, Otomit, 1967, p. 15; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Divisão administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1943, p. 9-10; INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IBGE, 1974.

69 BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord.). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 46.

70 BRANDÃO, Souza. *Rio Grande do Sul*. A Terra, o Homem e o Trabalho. Rio de Janeiro: Sauer, 1930, p. 40.

71 PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. V. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 438.

72 FORTES, Amyr Borges. Op. cit., p. 43; BERLINK, Eudoro Brasileiro. *Compêndio de Geografia do Rio Grande do Sul*. 1863. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s.d., p. 26.

73 Segundo cálculos do geólogo Rualdo Menegat.

navegável em uma extensão aproximada de 577 km. No verão, quando as águas baixavam, a navegação só era possível até a cidade de Rio Pardo, cerca de 180 km, partindo de Porto Alegre, em direção ao interior.⁷⁴ Segundo o médico Ângelo Dourado⁷⁵, na época da Revolução Federalista (1893-1895), o Jacuí era navegável até a vila de Cachoeira do Sul.

Bastante irrigada, a região ainda contava com os rios Botucaraí, Fão, Forqueta, Guaporé, Ivaí, Jacuizinho, Pardo, Pardinho, Varejão e possuía diversos arroios, vertentes, lajeados e pequenos cursos d'água que denominaram localidades, marcaram acontecimentos da história local, serviam para a localização e o abastecimento dos moradores.⁷⁶ Por fim, destaca-se que os municípios de Soledade e Sobradinho pertencem à região climática do Planalto, uma das mais frias do Estado, onde ocorriam geadas, nevoeiros e nevadas, acrescentando dificuldades e peculiaridades para a sobrevivência humana no local. Por possuir altitudes mais baixas, Sobradinho apresentava temperaturas mais quentes. Em 1930, a temperatura média do Planalto era calculada em 17 graus centígrados.⁷⁷

1.4 Florestas de araucária, canela, cedro e erva-mate

Estudos sobre a cobertura vegetal nativa do Rio Grande do Sul, feitas no início do século XX pelo botânico sueco Lindstrom⁷⁸, registravam que o Planalto Meridional era possuidor de densos bosques, matas e capões nos campos. A região pertencia à área de ocorrência da exuberante floresta mista com araucária que se desenvolveu nos três estados do Sul do Brasil. No final da década de 1930, pesquisas de Jacy Tupi Caldas⁷⁹ apresentavam o planalto como sendo coberto por florestas de acácias, angicos, canelas, cedros, erva-mate, palmeiras e araucárias. No Rio Grande do Sul, os pinheiros ocorriam a partir de 400 m de

74 BERLINK, Eudoro Brasileiro. *Compêndio de Geografia do Rio Grande do Sul*. 1863. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s.d., p. 47; BRANDÃO, Souza. *Rio Grande do Sul*. A Terra, o Homem e o Trabalho. Rio de Janeiro: Sauer, 1930, p. 228.

75 DOURADO, Ângelo. *Os Voluntários do Martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977, p. 16.

76 Arroios e lajeados que irrigavam a região: Araçá, Barcelos, Belo, Bernardina, Butiá ou Depósito, Caixão, Camargo, Carazinho, Carreta Quebrada, Carijinho, Cerca Velha, Cinco Voltas, Despraiado, Elesbão, Engenho Velho, Estivinha, Guedes, Inácio Teixeira, Invernada, Irinéio, Lagoão, Luiz Francês, Macaco, Malaquias, Maria Rita, Mormaço, Passa Sete, Passo Feio, Pedro Elias, Pinheiro Mercado, Portão, Povinho, Quebra Dentes, Resvalador, Ricardo Lopes, São Bento, Serafim, Serrinha, Silvanos, Taipa, Taipinha, Tocos, Três Passos e Turvo. Especificamente para Sobradinho podem ser acrescentados o rio Segredo e o lajeado da Gringa. Conforme: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922, v. 2, p. 229; SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. 2. ed. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979, p. 314-7; BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho*. Conferência. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940, p. 11.

77 FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de Geografia geral do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre, Sulina, 1979, p. 16, 21-2, 35-6; BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. *O Rio Grande do Sul*. Novo Hamburgo/RS, Otomit, 1967, p. 16; BRANDÃO, Souza. *Rio Grande do Sul*. A Terra, o Homem e o Trabalho. Rio de Janeiro: Sauer, 1930, p. 68.

78 SIMCH, Francisco Rodolfo. Situação Geográfica e Limites. Aspecto Físico do Estado. In: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 1. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 11. O autor utiliza-se dos estudos de Lindstrom para o seu trabalho.

79 CALDAS, Jacy Tupi. *Esboço Morfológico com Isotérmicas Médias Anuais e Tipos de Formações Vegetais*. Trabalho realizado no Mapa do Rio Grande do Sul da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, s.l., abril de 1939; BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. Op. cit., p. 15.

altitude. Na encosta meridional do planalto, destacavam-se canelas, canjeranas, cedros, espinilhos, louros e umbus.⁸⁰

Os ervais e o processamento da erva-mate adquiriram lugar de destaque na história econômica local. As propriedades fitoterápicas e nutricionais desse vegetal despertaram interesse de vários pesquisadores ao longo do tempo e o tema é objeto de diversos trabalhos científicos.⁸¹ Alguns autores destacam o valor nutricional da erva-mate ao evitar a fome e a desnutrição, dando força física e resistência muscular, além de contribuir positivamente para as funções do aparelho digestivo; outros vão mais além debatendo benefícios para diversos órgãos e funções vitais. Em 1831, a árvore foi classificada cientificamente pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire como *Ilex paraguayensis*.⁸²

As áreas de ocorrência original da erva-mate são as regiões temperadas da América do Sul. No Brasil, existiam grandes ervais nos estados do Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – estendendo-se por São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Com porte similar a uma laranjeira e aspecto arbustivo, a árvore pode atingir entre seis e dez metros de altura. Os ervais desenvolviam-se em florestas de vegetação robusta, sob o abrigo de araucárias, cedros e imbuías e na proteção dos taquarais que amenizavam os rigores do frio, as geadas e o sol intenso. Conforme Rodrigues de Alencar⁸³, para o ecossistema dos ervais eram imprescindíveis as árvores de grande porte. Para o autor, o corte da madeira de lei pelas serrarias, colocava em risco os ervais, que morriam sem a proteção natural.

Utilizada pelos guaranis⁸⁴ desde tempos remotos – para mascar, como bebida e até mesmo com finalidades rituais –, a erva-mate era encontrada próxima aos grandes rios como o Jacuí, o Paraná, o Paraguai e o Uruguai. No trabalho missionário, os jesuítas adquiriram o privilégio da exploração dos ervais nas terras de domínio espanhol na época colonial. Desde esse período, o produto era comercializado na Argentina, Brasil e Paraguai. O consumo da erva-mate pelos colonizadores espanhóis consta desde o século XVII, sendo os habitantes da cidade de Assunção grandes consumidores. No século XIX e início do século XX várias foram as iniciativas para inserir o produto no mercado europeu, especialmente no aspecto

80 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil*. Região Sul. V. 5. S.l., Sergraf-IBGE, 1977, p. 88-9.

81 Entre os trabalhos disponíveis, foram consultados: ROLIM, Ernesto. *Contribuição ao estudo da erva-mate*. Tese de doutorado apresentada à Escola Medico-Cirúrgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1917; FERREIRA, João Candido Filho. *Cultura e preparo da erva-mate*. Concurso de monografias de 1945. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1948; ALENCAR, F. Rodrigues de. *Erva-mate*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1960; COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: Scientia er Labor, 1989. Concurso da SEPCG de 1980.

82 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1820-1821. São Paulo: Editora da USP, 1974;

ALENCAR, F. Rodrigues de. ALENCAR, F. Rodrigues de. Op.cit, p. 9, 46; ROLIM, Ernesto. Op.cit., p. 8, 11.

83 ALENCAR, F. Rodrigues de. Op. cit., p. 50-1.

84 Para identificar o território tradicional das comunidades caingangues e guaranis, que ocupavam áreas do que veio a ser o Rio Grande do Sul, ver KERN, Arno Alvarez (org). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. De modo geral, os guaranis ocupavam as várzeas dos rios e as matas em galerias e os caingangues as terras altas das florestas de araucárias.

farmacológico, mas também em substituição ao café e ao chá inglês. O Brasil era grande exportador da erva, especialmente os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná⁸⁵. No aspecto da produção comercial, no início do século XX, os pesquisadores⁸⁶ mencionavam o “modo grosseiro e primitivo” como ainda era preparada a erva-mate.

Existem divergências entre os autores sobre o período da colheita, alguns afirmam que começava em março e estendia-se até julho, a legislação estabeleceu a poda somente durante o inverno, de maio a outubro⁸⁷. A lida da erva-mate era exigente e necessitava grande habilidade no manejo das florestas. Para cada etapa do tratamento das folhas e dos galhos eram utilizados outros vegetais disponíveis nesses ambientes. O ciclo do preparo da erva, até chegar aos engenhos, era conhecido com cancheamento e o trabalho era realizado pelos “ervateiros” que abriam picadas no mato para realizarem a colheita. Em local próximo a uma vertente de água, eram erguidos “ranchos” cobertos com folhas de coqueiros. O rancho principal para o processamento da erva-mate chamava-se carijo. Para o abrigo dos trabalhadores e para guardar a colheita era erguido outro. Essas estruturas eram rudimentares e as fotografias apresentadas pelos autores fazem lembrar habitações indígenas construídas com taquaras e folhas de palmeiras.⁸⁸

Segundo Ernesto Rolim⁸⁹, o “peão” cortava os galhos ao seu alcance, depois subia na árvore para cortar o restante, ficando apenas o tronco, galho principal e outros poucos galhos. Essa poda radical fazia com que o vegetal levasse vários anos para se recuperar, assim, a colheita só era permitida de cinco em cinco anos. Na poda tradicional das ervaíras, os homens utilizavam a foice ou o facão e as mulheres e as crianças juntavam os galhos cortados, organizando “grandes feixes” para o “sapeco”.⁹⁰ Para João Cândido Ferreira Filho⁹¹, embora a poda dos galhos grossos dificultasse a recuperação do vegetal, era necessária porque evitavam que o peão fosse atingido pelo fogo durante o “sapecamento manual”. Recolhidos os ramos com as folhas começava a “sapeco”. Esta operação consistia em passar os galhos e as folhas pelo fogo para “tostar” ou “chamuscar” evitando a decomposição: era montada “uma fogueira de lenha bastante seca” evitando a fumaça e o “cheiro desagradável”, o ervateiro submetia os

85 COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: Scientia er Labor, 1989, p. 45-48. O autor afirma que a erva-mate enriqueceu algumas famílias do Paraná, atribuindo a isso os requintes arquitetônicos de Curitiba. Na época do Império, ervateiros de origem portuguesa, de Paranaguá, enriquecidos, adquiriram títulos de nobreza. Dois exemplos ilustram esta situação: Visconde de Nacar, filho de português, e Barão do Cerro Azul, filho do comendador, neto do tenente coronel Manoel Francisco Correia.

86 ROLIM, Ernesto. *Contribuição ao estudo da erva-mate*. Tese de doutorado apresentada à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1917, p. 16, 20-1.

87 FERREIRA, João Cândido Filho. *Cultura e preparo da erva-mate*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1948, p. 32.

88 FERREIRA, João Cândido Filho. Op. cit., p. 30, 32, 35-6; COSTA, Samuel Guimarães da. Op. cit.

89 ROLIM, Ernesto. Op. cit., p. 32.

90 COSTA, Samuel Guimarães da. Op. cit., p. 7; ALENCAR, F. Rodrigues de. *Erva-mate*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1960.

91 FERREIRA, João Cândido Filho. *Cultura e preparo da erva-mate*. Concurso de monografias de 1945. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1948, p. 30, 32, 35-6.

ramos em feixes ao calor das chamas, evitando, assim, que as folhas queimassem mais do que o necessário. O processo de secagem no fogo levava várias horas.

Após esse processo, a erva preparada estava em condições de ser levada ao carijo para ser colocada no jirau – “uma espécie de grade de varas sobre esteios fincados no chão” – onde um braseiro mantinha um lento processo de secagem, que poderia durar entre seis e oito dias, para que as folhas ficassem quebradiças. O cuidado era para não perder a “gomosidade” das folhas, os compradores rejeitavam a erva muito queimada. O passo seguinte era triturar os feixes de erva seca: na “cancha ou eira” – feita de “barrotes de coqueiro” – onde dois peões batiam com “espadas de madeira muito dura” até restar apenas pó e pedacinhos dos galhos. A erva-mate pronta era colocada em cestos de taquara, conhecidos como jacás, e conduzidos para os monjolos. Nesses engenhos, a erva era pulverizada e recolhida em surrões ou em barricas para ser comercializada.

Os grandes engenhos de erva-mate ficavam nas cidades comerciais do Sul da América como Assunção, Posadas, Rosário, Buenos Aires e Porto Alegre. Interessante observar que, a nomenclatura de várias etapas do processo de tratamento da erva-mate tem origem tupi-guarani e caingangue⁹² – como sapear, carijo, jirau e jacá – não deixando dúvida de quem eram os intrusos dos matos que realizam os serviços de ervateiro para os “donos” dos ervais.

Segundo Rolim⁹³, em 1917, o Rio Grande do Sul apresentava “importante aumento quanto à produção”, embora os negócios da erva-mate sofressem bastante oscilação. Disso “resulta o receio que capitalistas rio-grandenses têm de se entregarem à futura indústria do mate.” A área explorada era estimada em 183.400 hectares e os municípios produtores eram: Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Lajeado, Palmeira, Passo Fundo, Santa Cruz, Santo Ângelo, São Francisco de Paula, São Luiz, Soledade, Venâncio Aires e Vacaria. No Rio Grande do Sul, os ervais nativos estavam sob a proteção do Código Florestal. Em 1930, em Santa Catarina foi proibida a derrubada das árvores de erva-mate e foram tomadas iniciativas visando à qualidade do produto destinado à exportação, também foram estabelecidos prêmios para quem apresentasse projetos para a mecanização dos processos de beneficiamento. No Paraná foi criado o Instituto Estadual e a Frente Única em defesa e para a propaganda do mate, visando proteger o principal produto da economia estadual.

Em 13 de abril de 1938, foi criado o Instituto Nacional do Mate (INM)⁹⁴. Era o “órgão oficial dos interesses da indústria do mate”, formado pelos plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de mate. Com sede na capital federal, tinha a finalidade de “coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa de sua

92 Conforme *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão 6.1, 4. ed. Editora Positivo, 2009.

93 ROLIM, Ernesto. *Contribuição ao estudo da erva-mate*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1917, p. 45-6.

94 BRASIL, Decreto-Lei n. 375, de 13 de abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm>, acesso em: 20 de julho de 2013.

produção, comércio e propaganda”, além de promover, junto aos governos federal e estaduais, a unificação das leis e regulamentos, desde a colheita até a venda do produto processado, tratando da qualidade e da classificação dos tipos propícios para a exportação e a proibição da venda das “ervas inferiores”. Era financeiramente autônomo e o custeio das despesas com a manutenção do Instituto, suas seções estaduais, e com a defesa de propaganda do produto fazia-se com a renda da taxa de propaganda, cobrada por quilo de mate produzido no país. Segundo Samuel Guimarães da Costa⁹⁵, a criação do Instituto Nacional do Mate, em 1938, foi para tentar estancar a crise no setor, que se estendia desde 1930, e que teve naquele ano o seu ápice “em consequência de uma produção brasileira muito superior à capacidade de um mercado que se tinha reduzido”.

Entre 1940 e 1941, Wolfgang Hoffmann Harnisch⁹⁶, exilado no Brasil na década de 1930⁹⁷, esteve em viagem pelo Rio Grande do Sul e fez preciosos registros sobre a região de Santa Cruz e arredores. A respeito da produção da erva-mate, fez um valioso e esclarecedor registro exemplificando o processo apresentado anteriormente: na “época da safra, os proprietários dos ervais reúnem turmas de homens, quase sempre intrusos, que vivem nesses ervais. O ervateiro-empresário lhes dá facão e comida, e lá se vão eles, com mulher e filhos”. Depois de colher os galhos, os ervateiros passam três ou quatro vezes sobre as chamas de uma fogueira. A secagem era feita logo após o corte. Depois, os feixes eram levados para os carijos. Lá, a guabirova⁹⁸ era usada como lenha e a erva era queimada por 12 ou até 15 horas.⁹⁹ O autor registrou a difícil situação dos ervateiros, em “tempos passados”, e as “muitas queixas, aliás, bem justificadas”, comparando a “sina” desses trabalhadores com a dos seringueiros na Floresta Amazônica. Com o passar do tempo, no entanto, “desapareceu a situação desgraçada de maneira natural”: os ervateiros teriam “aprendido a plantar feijão, milho e batatas, de sorte que não precisavam mais depender tanto dos empresários, tão pouco aceitar condições de trabalho tão opressivas”.

Harnisch mencionou a ação do Instituto do Mate como órgão defensor da qualidade da produção, “eliminando a mercadoria que, por seus baixos preços, pudesse servir para a exploração do pobre”, e na proteção dos ervais, que “não podem ser explorados sem mais nem menos”.¹⁰⁰ Na época da safra, que iniciava em 1º julho, por determinação do Instituto, as tropas de mulas eram “carregadas com grandes sacos de couro” e percorriam as estradas de

95 COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Scientia er Labor, 1989, p. 60.

96 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A Terra e o Homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952.

97 Segundo GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 69, Harnisch era teatrólogo, social-democrata e refugiou-se no Brasil no final da década de 1930.

98 Ou guabirova, guavirova, gabiroba, gabirova e gavirova. Conforme *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão 6.1, 4. ed. Editora Positivo, 2009.

99 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. Op. cit., p. 384.

100 Ibidem, p. 385.

Cruz Alta e de Soledade até Venâncio Aires. Por sua parte, as carretas de mate circulavam entre outubro a janeiro. Em 1939, a produção de erva-mate do Rio Grande do Sul foi de 20,5 mil toneladas.¹⁰¹ No entanto, dois anos antes, em setembro de 1937, o prefeito de Soledade, médico Reinaldo Heckmann, enviava correspondência ao governador do estado, general Flores da Cunha¹⁰², pedindo providências com relação ao comércio de erva-mate. O prefeito afirmava que, em 1936, os produtores haviam sido muito prejudicados pelas taxas excessivamente altas cobradas pelo sindicato, “paralisando verdadeiramente este comércio no nosso município”.¹⁰³ Menos de um ano depois, em agosto de 1938, o prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto¹⁰⁴, noticiava ao secretário do Interior, Miguel Tostes, a grande produção de erva-mate em Soledade: tinham sido negociadas cinco mil toneladas com Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos, Passo Fundo e Venâncio Aires, ou seja, quase um quarto da produção gaúcha de 1939.

1.5 Fumo e ametistas

Outro aspecto econômico relevante para que se entenda o contexto das dificuldades dos agricultores, que pode ter motivado o surgimento do movimento religioso dos *monges barbudos*, é o das mudanças na produção e comercialização do fumo ocorrido na década de 1930. De origem sul-americana, a erva era cultivado pelas populações nativas. No Rio Grande do Sul, com a colonização alemã, no século XIX, o tabaco passou a ser produzido em larga escala, especialmente em Santa Cruz, mas também em Soledade e Sobradinho, tornando-se importante produto de transformação e exportação. Desde o final da Primeira Guerra Mundial, a agricultura simples e sem adubação, passou a requerer a utilização de fertilizantes químicos, secagem em fornos e acompanhamento técnico por parte das grandes empresas. Assim, foram sendo estabelecidas outras formas de relação que significaram maior subordinação dos agricultores e dos colonos frente aos interesses da indústria fumageira.

O tema do plantio e industrialização do fumo também foi abordado por Wolfgang Harnisch¹⁰⁵. Ele afirmava que 99,9% do fumo de “todos os cigarros fumados entre Manaus e Jaguarão” provinham do Rio Grande do Sul. O autor alemão registrou o depoimento de um

101 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A Terra e o Homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 288, 385, 403.

102 Com a Revolução de 1930, o ex-deputado e senador eleito em 1928, José Antônio Flores da Cunha (PRR), “discípulo de Borges de Medeiros”, foi nomeado pelo presidente provisório Getúlio Vargas como interventor federal no Rio Grande do Sul. Permaneceu como interventor até 1935, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa para governar o Estado. Em 17 de outubro de 1937, abandonou o cargo e foi exilar-se no Uruguai. Conforme GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 11-13.

103 SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito Reinaldo Heckmann, 22 de setembro de 1937. Correspondência Expedida, 1937. Lata 128, Maço 384. (AHRGS)

104 SOLEDADE. Relatório financeiro Soledade. Do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Lata 128, maço 384. (AHRGS)

105 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. Op.cit, p. 390, 403.

velho colono que afirmava serem as terras de Santa Cruz, principalmente aquelas que recentemente tiveram as matas derrubadas, ótimas para o plantio do fumo. Ali o fumo levava três meses para se desenvolver. No entanto, advertia o velho entrevistado: “Acho que os atuais processos de fumo-de-forno só servem para lançar o colono na miséria, porque o seduz à monocultura, fazendo com que esqueça até de plantar os seus víveres indispensáveis. Além disso, o fumo-de-forno depende muito dos ‘anos bons’, aliás, bem raros”. Como se verifica, não eram somente André Ferreira França, Anastácio Fiúza e o *monge* João Maria que percebiam as desvantagens no plantio de fumo, como será visto no capítulo 5.

Na época da Primeira Guerra Mundial, os norte-americanos desenvolveram um fumo a partir da utilização de adubos químicos para a preparação do solo para o plantio. As folhas tornaram-se mais leves, menores e mais claras, resultando um fumo mais “apreciado” e mais bem pago, desenvolvido em dois meses. Esse fumo passou a ser conhecido como fumo-de-forno por necessitar da secagem em forno de tijolos ao estilo de uma torre¹⁰⁶, utilizando carvão para o processo de industrialização. As pesquisas e a sofisticação dos métodos de produção iam monopolizando os negócios do tabaco. Em 1919, foi criada a Companhia de Fumos Santa Cruz, consórcio entre as seis fábricas existentes que, unidas, atingiram a marca de 100 milhões de cigarros. A partir de 1920, a Companhia Brasileira de Fumo em Folhas, firma autônoma, de aquisição de fumos, do grande consórcio de cigarros Souza Cruz, começou a incentivar que os colonos produzissem o fumo-de-forno. Criaram regiões de cultivo, cada qual com um instrutor da companhia que visitava sistematicamente cerca de 100 colonos: distribuía as sementes e descontavam um valor referente ao adubo na época da safra. Assim, o colono assumia o compromisso de entregar a colheita.¹⁰⁷

Com o tempo, o fumo-de-forno foi superando o fumo-de-galpão. Nos arredores de Santa Cruz havia centenas de fornos “a fumegar”. O Rio Grande do Sul tinha a primazia no fornecimento do fumo-de-forno para os cigarros de todo o Brasil e algumas quantidades eram exportadas para a Argentina. O fumo-de-galpão esterilizado continuou a ser utilizado para cigarros. Fermentado ao natural, servia para cigarrilhas. Também era exportado para ser transformado em charutos na Alemanha, Argélia, Holanda e Suíça. Em 1938, foram negociados com o exterior 50 mil fardos com 70 kg.¹⁰⁸ Nas roças de fumo-de-galpão, terminada a colheita, o colono selecionava as sementes dos melhores pés que podiam alcançar de dois a três metros. A produção de cada colono estava em torno de 100 a 300 arrobas. A

106 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A terra e o homem*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 391-2.

107 Ibidem, p. 393, 395.

108 Ibidem, p. 393.

Companhia de Fumos publicava os preços em 1º de abril. Segundo Harnisch, cada cem arrobas, nos anos de boa colheita, podia render cinco contos de réis.¹⁰⁹

Em 1939, a produção nacional de fumo em folha era de 52.493 t. O Rio Grande do Sul era responsável por 23.213 t, mais de 44% do total. Sobradinho era o segundo maior produtor estadual com 2.875 t, ficava atrás somente de Santa Cruz, com 5.504 t – 23,71%, e à frente de Venâncio Aires, produtor de 2.251 t. Os três municípios eram responsáveis por 45,79% do tabaco gaúcho e 20,25% da produção brasileira.¹¹⁰ Verifica-se desta forma que, ao falar sobre os riscos do fumo, fosse por ser guardado nas casas, ou por exigir vários esforços dos agricultores, os *monges barbudos* estavam a desafiar interesses muito poderosos e articulados com grandes interesses nacionais e internacionais.

A situação dos plantadores de fumo de Sobradinho pode ser exemplificada com o processo crime envolvendo Guilherme Steinhaus¹¹¹, em 1939. As dívidas dos agricultores no comércio faziam com que, na época da safra, uma alternativa fosse tentar buscar outro comerciante para ganhar algum recurso pela safra. Esta era uma das poucas formas de tentar driblar as dívidas, senão a safra toda era consumida no pagamento dos débitos ou na sua renovação. Assim fez Guilherme, entregou uma parte da safra de fumo para Albino Faller, para quem já era devedor, e o restante a Egídio Lazzari. Foi processado por isso.

A situação de submissão e dependência que se encontravam os agricultores chamava a atenção dos estudantes. Em abril 1938, no 2º Congresso da União Nacional de Estudantes foram apresentadas teses sobre o ensino rural onde eram defendidas medidas como o estabelecimento do crédito agrícola para “liberar o camponês do tão conhecido processo de receber por conta da safra, nos armazéns e casas de comércio, onde ficavam presos pelo resto da vida”.¹¹² Outra alternativa para obter algum dinheiro era conseguir emprestado. Os advogados estavam entre aqueles com capital disponível para empréstimos. Em novembro de 1940, o agricultor Francisco C. da Silva, fabricante de fumo em corda, morador do 1º distrito de Sobradinho, recorria ao advogado Henrique de Freitas Lima Filho para fazer um empréstimo de um conto de réis.¹¹³

Assim verifica-se que as condições de vida dos trabalhadores rurais não eram das melhores. Em Sobradinho, na época da safra, os colheiteiros de fumo moravam em barracas de lona. Fácil de imaginar as dificuldades com o inverno especialmente em uma das regiões

109 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A terra e o homem*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 394.

110 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 222, 235.

111 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Guilherme Steinhaus e Francisco Baptista. Sobradinho, primeiro distrito, maio de 1939, n. 101, autos n. 511, maço 19. (APERS).

112 POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 138-9.

113 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Francisco C. da Silva, Sobradinho, 2. zona do primeiro distrito, 1940, n. 324, autos n. 728, maço 27. (APERS)

mais frias do estado. Outra habitação, que parecia ser comum, eram as pequenas casas de madeira com teto baixo e de capim. Em períodos de seca, a palha incendiava com facilidade. Dois acidentes deste tipo vitimaram o casal Alfredo Alves e Maria Olália da Rosa, moradores do 2º distrito de Sobradinho, em Boa Esperança.¹¹⁴ Em 15 de maio de 1941, a moradia do casal foi incendiada. Abrigaram-se na casa do genro. Três dias depois, a casa de Adão Gonçalves, uma construção de madeira de 4 m de largura por 6 m, também pegou fogo. A causa mais provável do sinistro era que o fogo tenha começado no fogão, feito no chão, a um metro e meio do telhado.¹¹⁵

Um terceiro tema abordado por Wolfgang Harnisch que chama a atenção é o do comércio de ágatas. Sabe-se que Anastácio Desidério Fiúza comercializava, em Lajeado, suínos e cristais de quartzo de Soledade. O autor afirmou que, na década de 1930, encontrava-se em Santa Cruz um dos maiores negociantes rio-grandenses de pedras preciosas: Wilhelm Lamberts. Alemão de Idar ele exportava para sua terra natal as ágatas, ametistas e topázios brasileiros. Da Alemanha iam para a África. No Rio Grande do Sul, existia uma grande reserva de ágatas e os melhores “topázios” (citrinos), quase todos de Soledade e Palmeira. A exportação total estava estimada em três mil contos. O polimento das pedras, em Porto Alegre, tinha iniciado há pouco tempo.¹¹⁶

1.6 Instabilidade e Mudança: as crises dos anos 1930

O entendimento das motivações dos agricultores que se identificaram com a religiosidade dos *monges barbudos* passa pela análise das crises políticas e econômicas dos anos 1930 que incidiram sobre Soledade e Sobradinho. Mas, para além das instabilidades conjunturais, passa pelo exame da dinâmica de poder desenvolvida no Rio Grande do Sul a partir da abolição da escravatura e da proclamação da República e seus reflexos nos núcleos de poder e de produção nos municípios. Nos três exemplos apresentados anteriormente, verifica-se as características da época: crise de superprodução e retração dos mercados consumidores, especialmente os mercados internacionais, com o exemplo da erva-mate; alterações nos meios de produção, com o início dos processos de mecanização da agricultura e a utilização de processos químicos, tendo a produção de fumo como modelo desse fenômeno; a busca de produtos alternativos para o mercado internacional, como o comércio de ágatas e de cristais de rocha de Soledade.

114 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime João da Silva, Jacuhy, Sesmaria do Sobradinho, 1930, n. 34, autos n. 53, maço 4. (APERS)

115 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Arquivamento Adão Gonçalves, Sobradinho, maio de 1941. N. 229, autos n. 832, maço 24, estante 41. (APERS)

116 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A Terra e o Homem*. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1952, p. 300-3.

A inserção do Rio Grande do Sul no mercado internacional de produtos agrícolas e o papel do Brasil no cenário econômico e político global acabaram por alterar o modo de vida e as relações de poder mesmo em regiões bastante distantes dos centros urbanos. A década de 1930 iniciou com uma das mais agudas crises do sistema capitalista – uma crise de superprodução iniciada ainda na década de 1920 e manifesta de forma global em 1929 – e terminou com o mais sangrento episódio da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alterando de forma significativa o modo de vida das populações. No começo da década, a depressão econômica norte-americana levou consigo diversos países: a produção industrial retrocedeu, a agricultura foi atingida dramaticamente com a redução vertiginosa dos preços dos produtos agrícolas, a diminuição do poder de consumo levou os tradicionais países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil, a enfrentar a superprodução e a ruína econômica de vários setores produtivos.

As crises que afetaram a economia mundial fizeram surgir alternativas políticas radicalizadas e centralizadoras. Para enfrentar os impasses econômicos, foram gestados e ampliados modelos políticos antagônicos entre si: de um lado, o fascismo, e de outro, o comunismo. Ambos propugnavam estados fortes e autoritários. As ideologias fascistas europeias absorveram a mobilização de massas, com grandes manifestações políticas, aos moldes das tradicionais concentrações de trabalhadores anarquistas e comunistas. No período precedente a Segunda Guerra Mundial, o mundo como um todo viveu um momento de radicalidade de opiniões e de intolerância social, com violências, crueldades, humilhações e perseguições que resultaram em milhares de mortos.

No Brasil, a crise econômica e política vivenciada no final da década de 1920 produziram descontentamentos com a República Velha e com o monopólio político de São Paulo e Minas Gerais. Segundo a historiadora Sandra Pesavento¹¹⁷, antes de 1930 tínhamos “um governo oligárquico e de uma fração das camadas dominantes agrárias” e com a Revolução de 1930, foi constituído “um governo para as ‘burguesias’, no atendimento aos problemas nacionais”. Para atenuar os efeitos da crise de 1929 sobre o principal produto brasileiro de exportação, o café, a República Nova tomou medidas de efeitos imediatos e de longo prazo. Inspirada no processo sulista buscou diversificar a produção agrícola nacional, visando minorar os efeitos produzidos pela dependência quase que exclusiva de um único produto no mercado internacional. O Governo Provisório de Getúlio Vargas¹¹⁸ diversificou os parceiros comerciais fazendo acordos com outros países que voltavam a despontar no cenário mundial como potências tais como a Alemanha e o Japão. Como apontou Carlos Cortés¹¹⁹,

117 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 49.

118 Getúlio Vargas era governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1928, quando foi liderar a Revolução de 1930. Assumiu como Presidente Provisório da República pela Aliança Liberal.

119 CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 59.

Vargas deparou-se com “gigantescos problemas econômicos e políticos da nação”. Para a gestão econômica, optou pela experiência política do advogado alegretense Osvaldo Aranha, saído do governo estadual do Rio Grande do Sul. Ele coordenou uma série de medidas radicais de controle da crise internacional como ministro da Fazenda.

No entanto, nem a Revolução, nem a crise alteraram “a hegemonia e predominância do setor agropecuário” no estado, conforme registrou a historiadora Sandra Pesavento¹²⁰: “A reiteração do modelo agropecuário estadual implicava a consolidação da noção de constituir-se o Rio Grande em ‘celeiro do país’, portanto integrado ao mercado nacional.” Os gaúchos determinaram o país como o seu melhor mercado consumidor:

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil iria [...] cada vez mais acentuar o relacionamento centro-periferia. O Sul agropecuário assumiria um papel fundamental de fornecer alimentos para o consumidor nacional, permitindo, desta forma, que a acumulação pudesse se exercer em função das novas formas produtivas que iriam se impondo no centro. Tal processo, que iria se acentuar após o Estado Novo, neste momento apenas se esboçava.

O governo instalado no Rio Grande do Sul com a Revolução de 1930 manteve a defesa dos interesses agropecuaristas. Como interventor federal, ocupou o cargo o general José Antônio Flores da Cunha¹²¹, pertencente a oligarquia estadual e vinculado aos partidos tradicionais tendo sido eleito para diversos postos como deputado estadual, federal e senador, e na Secretaria da Fazenda assumiu José Antunes Maciel, também vinculado à agropecuária.¹²² Sandra Pesavento¹²³, ao analisar a economia gaúcha dos anos 1930, chamou a atenção para a crise persistente da pecuária no início da década, em especial nos anos de 1931 e 1932. A instabilidade nos negócios forçou os pecuaristas a se tornarem produtores capitalistas ou a migrarem para os centros urbanos: vender ou arrendar as terras eram as saídas encontradas pelos fazendeiros. Outra possibilidade era delegar a produção para um administrador ou capataz que tratava com os agricultores que cultivavam a terra ou com os peões que tratavam do gado. As relações de poder estabelecidas entre os trabalhadores rurais e esses intermediários ainda precisam ser melhor conhecidas. A instabilidade rural promoveu também a migração dos trabalhadores, que passaram a buscar nas cidades melhores possibilidades de vida. A economia gaúcha como um todo estava imersa na crise, não somente a pecuária, e

120 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 90, 92.

121 José Antônio Flores da Cunha nasceu em 1880 em Santana do Livramento. Estudou direito em São Paulo e no Rio de Janeiro e formou-se em 1902. Foi delegado de polícia no Rio de Janeiro em 1903. Estabeleceu escritório de direito em 1904 em Santana do Livramento. Em 1909 foi eleito deputado estadual pelo PRR. Elegeu-se para quatro mandatos federais, um pelo Ceará, antes de 1930. Foi eleito senador em 1928. Foi sub-chefe de polícia do Rio Grande do Sul. Foi intendente municipal de Uruguaiana (1920). Participou da criação da Frente Única integrada pelos partidos Libertador (PL) e Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1929. Conforme RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Diretoria de Atividades Culturais. *Parlamentares gaúchos*. José Antônio Flores da Cunha. Discursos (1909-1930). Org. Carmen Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: ALERGS, 1999. 2. ed, p. 27, 77-8.

122 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 51.

123 Ibidem, p. 72.

todo setor agrícola sentia os efeitos da “baixa mundial dos produtos agrícolas”, como apontou Isabel Gritti¹²⁴.

Em paralelo a crise escasseavam os financiamentos para os que permaneciam nas áreas rurais e insistiam na produção agrícola e na criação de animais. Como afirmou Pesavento¹²⁵: “justamente quando a demanda de capital era maior, face à baixa do preço do gado e à precária situação da indústria do charque”. Além disso, a atuação combinada dos dois grandes frigoríficos internacionais em atividade no Rio Grande do Sul – Armour e Swift – controlava a pecuária, estabelecendo preços baixos para o gado em pé e determinando o valor das carnes processadas. Os preços continuaram a cair na safra de 1932. Em 1933, o charque ainda mantinha-se como primeiro produto de exportação do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, estava a banha e, em terceiro, o arroz. Isso do ponto de vista do valor das exportações, quando analisada a tonelagem, observa-se que o arroz estava em primeiro lugar, o charque, em segundo, e a banha, em terceiro. A charqueada continuava a ser o principal escoadouro do gado do Rio Grande do Sul, apesar dos frigoríficos. No entanto, essa situação alterou-se entre 1935 e 1937, embora a pecuária gaúcha continuasse em crise, os frigoríficos passaram a ser os grandes compradores do gado e não mais as charqueadas.¹²⁶

Acompanhou a crise da pecuária uma desvalorização nos preços das terras que chegaram a perder 40% de seu valor. Os criadores se voltavam para o governo central e estadual, como afirmou Pesavento¹²⁷: na “costumeira atitude de reivindicarem e esperarem soluções decisivas para atenuar a crise”. Para Garibaldi Wedy¹²⁸, o setor rural estava endividado: “Muitos agricultores e pecuarista eram tidos e havidos como insolventes, falidos, quebrados ou atolados.” Assim, já em 1933, o Governo Provisório de Vargas havia regulamentado limites para as taxas de juros visando salvaguardar os agricultores e pecuaristas. Em dezembro do mesmo ano, os débitos dos agricultores foram reduzidos em 50%, os credores recebiam os 50% em apólices do Tesouro Nacional.

Por outro lado, em 1935, o governo Vargas buscava saída para as exportações com as potências que emergiam no cenário mundial: Alemanha, Itália e Japão. O objetivo foi furar a barreira do dólar com o intercâmbio em bases privilegiadas. Com a Alemanha e a Itália conseguiu implementar a troca de mercadorias sem utilização de pagamento em ouro,

124 GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul*. A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997, p. 85.

125, PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 68-9, 131.

126 Ibidem, p. 109, 111, 117.

127 Ibidem, p. 144-147, 160, 162. 182.

128 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 177-8 O autor cita o Decreto Federal n. 22.626: Lei da Usura e Lei de Reajustamento Econômico.

estabelecendo o chamado marco e lira “compensados”.¹²⁹ Na época, o Rio Grande do Sul exportava para a Alemanha: arroz, banha, couros, fumo, linhaça e madeira. O mercado alemão significava 26% das exportações estaduais.¹³⁰ Com as dificuldades da pecuária, era corrente no estado que a indústria, o comércio e os bancos fossem sustentados pelo trabalho agrícola.¹³¹ Assim, os anos de 1936 e 1937 foram considerados como de ressurgimento econômico. As dificuldades provocadas pela crise do café acabaram favorecendo a economia gaúcha, pela necessidade de diversificação da produção nacional.¹³² O Rio Grande do Sul manteve a característica de buscar mercados externos, realizando negócios próprios com outros países, como a venda de charque para os Estados Unidos da América e o comércio com a Alemanha.

1.7 Porcos, banha e associativismo

Um bom exemplo da diversificação agrícola do Rio Grande do Sul foi a produção, comercialização e exportação da banha de porco. Segundo afirmou Wolfgang Harnisch¹³³, nos seus estudos de 1940, o milho e a criação de suínos representavam 17% do valor global da produção agrária do Brasil. A suinocultura garantia de 15 a 18 milhões de cabeças, sendo o país o maior produtor da América do Sul. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul estava em segundo lugar, depois de Minas Gerais, com quatro milhões de cabeças. O porco criado pelos colonos era o “macau”, procedente da colônia portuguesa na Ásia, produzia muita banha e pouca carne. O colono providenciava o abate, recolhia a banha e salgava parte da carne. A banha recolhida em “latas de folha” era transportada nas carroças, ou, na falta de estradas, “tropa de mulas” carregavam as latas: “era este um dos aspectos clássicos do interior do nosso Estado, durante os decênios de 1870-1920.”

Em cada picada, um comerciante remetia a produção colonial para a cidade mais próxima. Em múltiplas pequenas refinarias, a banha era tratada e encaixotada de maneira rudimentar. Os caixotes de banha refinada chegavam a Porto Alegre pelas embarcações e da capital seguiam viagem para os mercados nacionais, especialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. O produto era largamente utilizado para a alimentação. No entanto, a superprodução da banha passou a ser um problema constante para os produtores. As refinarias tinham o compromisso com o governo de adquirirem toda a banha e todos os porcos produzidos pelos colonos.

129 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 151.

130 GERTZ, René E. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 106; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, 2 v. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 527.

131 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit, p. 173.

132 Ibidem, p. 146.

133 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A terra e o homem*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952, p. 466-7.

Duas alternativas foram utilizadas para enfrentar as crises de superprodução agrícola. De um lado, a melhora da produtividade com iniciativas de mecanização, de outro o associativismo empresarial. Entre 1926 e 1930, os criadores, produtores rurais e negociantes criaram mais de 70 associações comerciais, agrícolas e pastoris. Em 1926, os arroteiros organizaram um sindicato para controlar a oferta do produto, visando à manutenção dos preços. A lavoura mecanizada garantiu ao arroz o terceiro lugar na pauta de exportação do governo Vargas. Em 1928, foi criado o sindicato dos charqueadores. Os viticultores e os fabricantes de banha também criaram associações e cooperativa. Assim, em 1927, foi recriada a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) com o objetivo de atender os problemas da pecuária. É dessa mesma época a criação da Federação das Associações Comerciais. Estas iniciativas dos produtores eram apoiadas pelo governo estadual e demonstravam a necessidade de associação para o enfrentamento das crises.¹³⁴ Aos grandes produtores era facilitada e estimulada a organização.

Seguindo a tendência de concentração e articulação dos negócios agrícola, em 1933 foi criada a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Banha Ltda em Cruz Alta. Já o sindicato sul-rio-grandense da banha foi formado por 30 refinarias. Para a exportação foi criada a Sociedade de Banha Sul-Rio-Grandense, que deu origem aos Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros. Desde 1920, essa firma vinha comercializando com Londres, principal mercado para o produto, mas enfrentando a concorrência com os norte-americanos que competiam com preços mais baixos. Antes da Segunda Guerra Mundial, os frigoríficos nacionais dominavam grande parte dos mercados de toucinho na Suécia, Noruega e Finlândia. Essa situação foi interrompida por volta de 1940, quando este mercado foi perdido fazendo regredir as exportações. Com a profissionalização dos negócios da banha, os colonos foram sendo proibidos de abater os porcos. Os animais tinham que ser levados para os matadouros e frigoríficos para serem inspecionados por veterinários do governo federal. Enquanto o mercado dos derivados suínos crescia, com avanços e recuos, a crise da pecuária continuou até o final da década de 1930.¹³⁵

As movimentações macroeconômicas refletiam-se nas condições de vida dos pequenos produtores. A crise da pecuária e as dificuldades no setor agrícola trouxeram novos desafios produtivos e de sobrevivência para os camponeses que deveriam aprender a lidar com as crises de superprodução, a queda dos preços dos produtos agrícolas, a mecanização de processos produtivos, a introdução dos processos químicos na agricultura, o controle do abate

134 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 116-7; PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 24, 72; VIZENTINI, Paulo F. *A Crise dos Anos 20. Conflitos e Transição*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 42-3.

135 HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul. A terra e o homem*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952. p. 466-9, 472; PESAVENTO, Sandra Jatthy. Op. cit, p. 109, 111, 117, 141.

dos animais e diferenças na forma de organização e comercialização dos produtos agropecuários. Os novos tempos desorganizavam a vida e os negócios dos camponeses.

Alguns exemplos locais ajudam a qualificar e vincular a problemática exposta com os agricultores e criadores de Soledade e Sobradinho. Para alguns pequenos produtores, foi possível acumular recursos ao longo dos anos 1920 e adquirir terras. Para outros, a solução limite foi vender propriedades, ou parte delas, para um vizinho em melhores condições. Alguns negócios alternativos à pecuária puderam garantir sustento para esses produtores agrícolas. Temos como exemplo da busca da diversidade econômica dos camponeses sulinos o agricultor Anastácio Desidério Fiúza, líder dos *barbudos*. Em 19 de dezembro de 1929, em sociedade com seu irmão, Aristeu Desidério Fiúza, ambos casados, conseguiram comprar um lote de terras de 10 alqueires¹³⁶, em Campinas, no Lagoão, sexto distrito de Soledade, por dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000).¹³⁷ Anastácio sustentava a família criando e comercializando suínos. Tocava mais de 100 animais a pé – suas criações e as dos vizinhos –, com o auxílio de jovens da família. Vendia também cristais de quartzo, comprava na região e levava para o município lindeiro de Lajeado, percorria cerca de 85 km com animais, milho e cristais de rocha.¹³⁸ Com certeza, buscava melhores condições de venda para esses produtos rompendo com os intermediários locais.

No dia anterior ao registro de compra de terras pelos agricultores Anastácio e Aristeu, em 18 de dezembro de 1929, a família Gonçalves da Costa, importante núcleo formulador e participante do movimento religioso dos *monges barbudos*, registraram a partilha dos bens do agricultor Pedro Inácio Gonçalves, com seus 12 herdeiros.¹³⁹ Aos 84 anos, Pedrinho Barnabé, como era conhecido, dispunha a meação das terras herdadas de sua esposa, Maria Pacífica da Costa, que falecera naquele mesmo ano, entre filhos, filhas e uma neta, todos agricultores. Os dois imóveis rurais partilhados somavam 52,5 alqueires, no valor de treze contos quatrocentos e cinquenta mil réis (13:450\$000), localizados no quinto e sexto distrito de Soledade.¹⁴⁰ Com a propriedade fragmentada, os filhos de Pedro Inácio puderam realizar seus negócios. O criador Crescêncio Gonçalves da Costa, viúvo, com seis filhos pequenos, vendeu um pedaço das terras herdadas da esposa, também recentemente falecida. Eram 9,75 alqueires, no quinto distrito de Soledade, no Rincão do Caixão. A terra foi vendida para o bem situado criador de

136 Conforme *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão 6.1, 4. ed. Editora Positivo, 2009: o alqueire é: “Unidade de medida de superfície agrária equivalente em MG, RJ e GO a 10.000 braças quadradas (4, 84 hectares), e em SP a 5.000 braças quadradas (2, 42 hectares)”.

137 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Nicanor Rodrigues de Almeida e esposa a Aristeu e Anastácio Desidério Fiúza. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 19 de dezembro de 1929. Livro n. 68, 04 de dezembro de 1929 a 25 de março de 1931, p. 8-8v. (APERS) Preço pago pelo alqueire: 250 mil réis.

138 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa realizada no Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí, em 21 de janeiro de 1990.

139 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de doação inter-vivos de Pedro Ignacio Gonçalves a Salvador Gonçalves da Costa e outros. Cartório do Notário, Comarca de Soledade, 18 de dezembro de 1929. Livro 68, p. 7-8. (APERS)

140 Valor do alqueire de 256 mil réis.

gado capitão Inácio Diehl, vizinho da família. O negócio rendeu a Crescêncio a importância de dois contos, oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos réis (2:837\$500).¹⁴¹

Enquanto o agricultor Anastácio comprava, o criador Crescêncio vendia praticamente o mesmo montante a preço superior, demonstrando a valorização das terras no distrito do Jacuizinho. A partilha do Rincão do Caixão é um dos muitos exemplos das dificuldades dos agricultores na divisão das terras entre os numerosos herdeiros das grandes famílias rurais do Rio Grande do Sul. O que fora uma propriedade significativa, poderia tornar-se um reduzido lote de terras em apenas uma geração. Interessante observar que, em Soledade e Sobradinho, as mulheres participavam da divisão das heranças, elas eram proprietárias de terras e algumas não utilizavam o sobrenome do marido.¹⁴²

Outro exemplo local, ocorrido no final da década de 1930, dessa vez entre os “estabelecidos”¹⁴³ de Soledade foi a nova perspectiva produtiva do polêmico coronel Cândido Carneiro Júnior, conhecido por Candoca. Ele havia sido filiado ao Partido Libertador (PL) e tinha sido dirigente da Frente Única Gaúcha (FUG) municipal. Protagonizou o enfrentamento ao interventor federal no Estado, governador Flores da Cunha, e ao presidente provisório da República, Getúlio Vargas, na Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1934, ele foi baleado e preso, fugiu da prisão sendo processado e absolvido pela morte de dois militantes do Partido Republicano Liberal (PRL), na véspera da eleição complementar. Contudo, com o Estado Novo, Candoca conseguiu ampliar seus negócios e promover a diversificação agrícola em suas terras. Embora tivesse enfrentado o bloco político no poder, pôde contar com os governos estadual e federal para desenvolver “um importante núcleo agrícola”, no 9º distrito de Soledade. O projeto, que promovia a reconversão da atividade pastoril para a agricultura mecanizada, desenvolvia o cultivo de alpiste, girassol, milho, feijão, soja, arroz e outros cereais, foi apresentado aos técnicos da Secretaria Estadual e do Ministério da Agricultura que visitaram o local em 1938.¹⁴⁴ Os “estabelecidos”, embora com divergências políticas intensas, mantinham-se com prestígio e capacidade de readaptação.

141 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Crescêncio Gonçalves da Costa e seus filhos a Ignácio Diehl. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 30 de junho de 1930. Livro n. 68, p. 45-45v. (APERS). Valor do alqueire: mais de 291 mil réis.

142 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de doação inter-vivos de Pedro Ignacio Gonçalves Gonçalves a Salvador Gonçalves da Costa e outros. Cartório do Notário, Comarca de Soledade, 18 de dezembro de 1929, p. 7-8; _____. Livro 58, 30/dez/1920 a 04/out/1922. (APERS)

143 ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 19-50.

144 DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 27 de maio de 1938.

1.8 Tradição agrícola e de criação de animais

No final dos anos 1930, a população do Rio Grande do Sul era de 3.320.689 habitantes.¹⁴⁵ O estado continuava sendo essencialmente rural, a maior parte da população, 68,85%, estava em áreas não urbanizadas. No entanto, na capital, 88,17% da população residia em regiões citadinas. Do total da população, 96,69% eram considerados brasileiros natos, 0,56% eram naturalizados e 2,73% eram estrangeiros, índice bem abaixo dos 6,91% de estrangeiros registrados na década de 1920.¹⁴⁶ Assim, as tensões étnicas dessa época envolviam os naturais do Brasil, com descendência de imigrantes estrangeiros. Como Soledade e Sobradinho entraram no processo colonial tardiamente, os colonos assentados nas terras originais de florestas eram, em larga parte, nascidos no Brasil.

Tabela 1 – Área, população e taxa de alfabetização

Municípios 1940	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	População Total	Homens	Mulheres	Alfabetizado Homem %		Alfabetizada Mulher %	
Candelária	911	20,64	18.807	9.379	9.428	4.957	52,8	4.185	44,3
Cruz Alta	6.459	8,91	57.515	28.872	28.643	16.358	56,5	14.539	50,7
Passo Fundo	4.384	18,28	80.138	40.417	39.721	17.455	43,1	14.402	36,2
Santa Cruz	2.379	23,14	55.041	27.367	27.674	15.949	58,2	15.155	54,7
Sobradinho	1.265	22,63	28.622	14.376	14.246	6.051	42	4.689	32,9
Soledade	6.408	10,97	70.279	35.551	34.728	10.285	28,9	7.916	22,7
Porto Alegre	415	655,98	272.232	132.206	140.026	93.910	71	93.121	66,5
Total RS	272.179	12,20	3.320.689	1.664.058	1.656.631	802.522	48,2	722.640	43,6

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 147-8.

Os municípios de Soledade e Sobradinho representavam esse Rio Grande rural. A população municipal de Soledade chegava a 70.279 habitantes. Os urbanos eram 3.420, os suburbanos 995 e os rurais eram 65.865, representando 93,72% do total. Os percentuais de 1940 são relativamente próximos aos de 1920, quando Soledade registrava 95,86% da

145 Foram utilizadas informações do Censo de 1940 porque não existiu censo em 1930. Além disso, o movimento dos *monges barbudos* culminou no final da década, em 1938.

146 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 125, 144.

população no meio rural, mas já expressam a tendência de urbanização que será intensificada nos anos posteriores. O município de Sobradinho tinha uma população de 28.622 habitantes, possuía 27.340 moradores na área rural, 95,52%. Apenas 1.282 pessoas viviam no espaço urbano, ou seja, 4,48%. Nos municípios vizinhos, a realidade era a mesma: a maioria da população encontrava-se dispersa no ambiente rural. No entanto, a urbanidade já ganhava adeptos. Em Cruz Alta, 34,55% da população era urbana, em Passo Fundo, 25,8%, e, em Santa Cruz, 20,79%.¹⁴⁷

Em 1940, o território de Soledade era de 6.408 km², aproximava-se de Cruz Alta com 6.459 km² e era maior do que Passo Fundo com 4.384 km². A densidade demográfica era de 10,97 hab/km², abaixo da média estadual, que era 12,20 hab/km², superior a Cruz Alta e inferior a Passo Fundo, mas muito longe de Porto Alegre, com 655,98 hab/km², ou dos outros dois municípios que disputavam o segundo lugar, quais sejam, duas áreas de colonização, uma italiana e, a outra, alemã: Caxias do Sul, com 59,40 hab/km², e São Leopoldo, com 59,08 hab/km². Enquanto que Sobradinho, em um território de 1.265 km², possuía 22,63 hab/km², superava o município vizinho de Candelária, 20,64 hab/km², e se aproximava de Santa Cruz, com 23,14 hab/km², em tamanho, também ficava entre as duas municipalidades.¹⁴⁸

As populações rurais dispersas e afastadas de núcleos urbanos mais estruturados possuíam dificuldades de assistência à saúde. Em Soledade, em 1940, dos 1.045 nascimentos, três nasceram mortos. Dos 341 óbitos, 64 eram de menores de um ano (18,76%). Em Sobradinho, dos 822 nascimentos, 38 nasceram mortos. Dos 337 óbitos, 102 eram de crianças menores de um ano (30,26%).¹⁴⁹ Durante a década de 1930, em Soledade, os habitantes que registravam o óbito dos familiares apontavam como causa morte: aborto, bronquite, câncer uterino, ferimento por arma de fogo, gripe, meningite, moléstia desconhecida, parada cardíaca, problemas alimentares e intestinais, pneumonia, envenenamento com soda cáustica e outras formas de suicídio.¹⁵⁰

Dos 70.279 habitantes de Soledade, 224 pessoas possuíam grau elementar, 58 grau médio, 30 superior, sendo duas mulheres, 331 possuíam diplomas de cursos completos. Entre os homens, apenas 28,9% eram alfabetizados, entre as mulheres, as taxas eram ainda piores: 22,7%. Em Sobradinho, dos 28.622 munícipes, 95 concluíram o curso elementar, 44 o grau médio, 19 o grau superior – apenas uma mulher –, e 158 tinham diplomas de cursos completos. Entre os homens, 42% eram alfabetizados, já entre as mulheres, apenas 32,9%.

147 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986. 2. imp, p. 147-8.

148 Ibidem, p. 145-6.

149 Ibidem, p. 155.

150 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Primeiro distrito. Sobradinho, Soledade e Jacuizinho, 04 de agosto de 1933 a 05 de janeiro de 1940. (APERS)

Percebe-se que os índices de alfabetização em Sobradinhos eram significativamente superiores aos de Soledade.¹⁵¹

Tabela 2 - Atividades econômicas e pessoas envolvidas, 1940

Município / Atividade / Pessoas	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústrias extrativas	Indústrias transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis	Transporte e comunicações
Sobradinho	9.510	6	224	206	4	77
Soledade	19.583	29	703	360	8	212
Total RS	756.392	10.779	103.350	65.742	4.749	41.714

Município / Atividade / Pessoas	Administração pública	Defesa nacional e segurança pública	Profissões liberais	Serviços, atividades sociais	Atividades domésticas, atividades escolares	Pessoas acima 10 anos inativas	Total
Sobradinho	91	17	47	128	6.715	1.576	18.601
Soledade	137	70	102	481	17.286	7.302	46.273
Total RS	26.095	28.621	11.593	64.954	1.006.352	207.675	2.328.016

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. Imp. p. 144, 158-9.

A agricultura, a pecuária e a silvicultura eram as atividades econômicas que mais aglutinavam trabalhadores no Rio Grande do Sul: 756.392, em torno de 22,77% da população. Em Soledade, a agricultura, a pecuária e a silvicultura ocupava 27,86% da população municipal, ou 42,32% dos trabalhadores. Em Sobradinho 33,22% dos habitantes, ou 51,17% dos ativos. As atividades domésticas e escolares ocupavam o segundo lugar: em Soledade, 24,59% da população e, em Sobradinho, 23,46%, enquanto que a média estadual era de 30,30%. A indústria de transformação e o comércio, juntos, empregavam 1,5% da população, ou 2,3% dos trabalhadores, tanto em Soledade, quanto em Sobradinho. Conforme Tabela 2.

Em 1940, Soledade possuía 3.708 estabelecimentos agropecuários registrados. Destes, 222 dedicados à agricultura e 368 à pecuária. Sobradinho possuía 2.491 ligados à agropecuária, 249 a agricultura e somente 22 estabelecimentos dedicados à pecuária. Para a atividade agrícola, os municípios de Soledade e Sobradinho, juntos, podiam contar com 5.188

151 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp. p. 127-9, 130-1, 147, 151-4.

arados, 38 ceifadores, 331 cultivadores, 1.430 grades, 1.279 semeadeiras e 9 tratores, demonstrando a capacidade técnica produtiva daquele momento.¹⁵² Em Soledade existiam 137 estabelecimentos industriais, que empregavam 757 pessoas. Sobradinho tinha 35 empreendimentos com 139 funcionários. No comércio varejista, Soledade possuía 155 lojas com 322 comerciários, Sobradinho 57, com 95. O comércio atacadista e misto, em Soledade limitava-se a 12 estabelecimentos, com 33 funcionários. Sobradinho possuía 47, com 121 trabalhadores.¹⁵³ Chama a atenção, a quantidade de pessoas envolvidas com a administração pública: em Sobradinho, 91, e, em Soledade 137. Somados os dois municípios, o comércio de mercadorias envolvia 566 pessoas e as atividades primárias 29.093.

Tabela 3 – Produção de cereais em 1940

Município/Produto (t)	Arroz (casca)	Feijão	Mandioca	Milho	Trigo
Cruz Alta	711	1.327	45.773	20.749	775
Passo Fundo	980	1.557	12.041	28.382	4.603
Santa Cruz	799	1.068	10.581	17.091	143
Sobradinho	293	1.484	5.332	9.310	1.058
Soledade	593	1.681	10.585	17.090	1.938
TOTAL RS	293.518	116.583	1.057.692	950.128	75.874

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp, p. 233-5.

Em 1939, com relação à produção de cereais, Soledade colhia 1.938 t de trigo, enquanto que Sobradinho 1.058 t, distante de José Bonifácio¹⁵⁴ – o maior produtor estadual –, com 9.758 t. A produção de arroz em Soledade chegava a 593 t e Sobradinho 293 t. O feijão rendia 1.681 t, em Soledade, e 1.484 t, em Sobradinho. Na lavoura de mandioca, Soledade colhia 10.585 t e Sobradinho 5.332 t. O milho chegava a 17.090 t em Soledade, e Sobradinho 9.310 t. Conforme Tabela 3.

A produção de aves garantia a Soledade 112.941 galos e galinhas e 4.094 patos e gansos. Sobradinho possuía 96.329 galos e galinhas e 8.193 patos e gansos.¹⁵⁵ A produção de leite era de 31.898 hl em Soledade e 23.814 hl em Sobradinho. O maior produtor era o

152 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp, p. 230.

153 Ibidem, p. 250, 256, 258.

154 Atual Erechim.

155 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Op. cit., p. 241.

município de Santa Rosa com 110.687 hl. O queijo atingia 83.607 kg em Soledade e 8.444 kg em Sobradinho, ficando o maior produtor, Lagoa Vermelha, com 157.422 kg.¹⁵⁶ A produção de uva rendia 400 t a Sobradinho e 239 t a Soledade, longe dos maiores produtores: Flores da Cunha, com 14.164 t, e Bento Gonçalves, com 9.525 t.¹⁵⁷

Em 1940, o rebanho dos dois municípios era bastante significativo. Em Soledade prevalecia o gado bovino com 92.520 cabeças, seguidos por 72.315 suínos, 29.121 ovinos, 21.652 equinos, 4.834 asininos e 1.179 caprinos. Em Sobradinho os suínos eram o maior rebanho com 46.058 animais, os bovinos 18.338, 7.524 equinos, 2.106 ovinos, 1.320 asininos e 252 caprinos. Uruguaiana era o município com maior rebanho bovino, 340.080, e ovinos, 575.571 cabeças. Palmeira o maior criador de equinos, com 32.993 animais. Lagoa Vermelha era o maior criador de asininos, 12.400 cabeças. Alegrete o município com o maior rebanho caprino, 12.048 cabeças, e Santa Rosa era o maior criador de suínos, 199.493 cabeças.¹⁵⁸ Observa-se que somados os rebanhos suínos de Soledade e Sobradinho alcançam quase 60% do maior produtor estadual demonstrando a importância desse ramo de produção nos municípios.

O rebanho de Soledade era menor do que em 1922. A emancipação do município de Sobradinho levou consigo parte significativa da produção municipal. Mas não foi só Soledade que teve o rebanho reduzido. O Rio Grande do Sul como um todo teve o rebanho diminuído, ou estacionado de 1920 a 1940. A mesma observação é pertinente com relação ao resto do país. Somente os rebanhos de asininos e de muares aumentaram, os demais tiveram pouco ou nenhum crescimento. Esse conjunto de informações demonstra o vigor produtivo da agropecuária em Soledade e Sobradinho bastante próxima dos resultados dos municípios vizinhos, tanto em quantidade, quanto em diversidade.

156 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986. 2. imp, p. 242-3.

157 Ibidem, p. 234-5.

158 Ibidem, p. 236-7.

Tabela 4 - Rebanho de Soledade e Sobradinho, 1940

Local/ Rebanho	Bovinos	Equinos	Asininos e Muares	Ovinos	Caprinos	Suínos
Sobradinho	18.338	7.524	1.320	2.106	252	46.058
Soledade	92.520	21.652	4.834	29.121	1.179	72.315
Soma	110.850	29.176	6.154	31.227	1.431	118.373
Total RS	7.460.705	946.677	124.482	5.190.831	72.355	3.168.860

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 236-7.

1.9 Polêmicas da colonização: intrusos, corrupção e terras indígenas

Desde o início do século XX, o município de Soledade estava em processo de colonização. Conforme pesquisa de Sérgio da Costa Franco¹⁵⁹, as “amplas extensões de terras devolutas”, atraíam interesses públicos e privados. Para o autor, essa situação ocorria porque faltava aos posseiros recursos e informações para a legalização das terras, além disso, as florestas eram consideradas como áreas públicas. Assim, foram sendo estabelecidos os núcleos coloniais. Colonos ítalo-brasileiros provenientes de Guaporé e Anta Gorda foram para o distrito de Itapuca; de Caxias e Dona Francisca foram para a colônia São Paulo, em lotes colonizados pela Companhia Predial e Agrícola; e outras famílias fixaram moradia em Espumoso e na Nova Colônia de Sobradinho.¹⁶⁰

Ao mesmo tempo, entre 1900 e 1918, agricultores teuto-brasileiros foram para Tunas, para o Arroio do Tigre e para colônias na divisa com o município de Santa Cruz de onde alguns eram procedentes. Reflexo deste aumento populacional, em janeiro de 1903, Tunas passava a vila, sede do sexto distrito de Soledade.¹⁶¹ Os migrantes de origem alemã trouxeram a religião luterana e a assistência religiosa para as famílias evangélicas fixando pastores e

159 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 105. O trabalho deste autor serviu como referência de informação em diversos aspectos desta dissertação.

160 PELLANDA, Ernesto. Imigração e Colonização Italiana. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 146; BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 19.

161 BANDEIRA, Aurélio. Op. cit., p. 19; RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Comissão de Estudos Municipais. *Os novos municípios gaúchos: Tunas*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988, p. 17; FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 419-22; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Divisão administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1943, p. 29.

igrejas nas localidades do Arroio Bonito, Arroio do Tigre, Candelária, Jacuizinho, Rincão da Estrela e na Nova Colônia de Sobradinho, seriam cerca de 100 famílias.¹⁶²

O estabelecimento de colônias modificava a paisagem e as relações comunitárias. Com os novos moradores vinham outras culturas e interesses econômicos alterando também os vínculos de dominação e poder. Conforme apontado pela historiadora Luiza Kliemann¹⁶³ o governo republicano, ao entregar para particulares as terras devolutas do Estado para a colonização, não se preocupou com os posseiros, assim, as companhias vendiam os lotes com os “intrusos” que habitavam as áreas. Ou seja, as áreas utilizadas para a colonização possuíam moradores, era o “povo do mato”, em denominação do jornal *Kolonie*. Segundo a autora, “restava ao último comprador resolver o problema que, invariavelmente, acabava em conflito, quando, então, o Estado intervinha através dos aparelhos repressores.”¹⁶⁴ Instalada a violência, a Brigada Militar atuava para expulsar os mais fracos.

O crescimento demográfico das colônias mais antigas, os conflitos gerados pelas demarcações e a escassez crescente de terras agricultáveis, fizeram com que os colonos, nacionais ou estrangeiros, e os posseiros saíssem das regiões em litígio em busca de novas terras. Deste modo, foram ocupando terras aparentemente desocupadas. Conforme Kliemann, a “*intrusão*, existiu no Rio Grande em pequena escala desde o período monárquico. Durante a República Velha, tornou-se, por sua extensão, o maior problema enfrentado [...] pelo Estado.”¹⁶⁵ Com o aumento da imigração, a partir de 1907, a partir do incentivo do governo da União¹⁶⁶, a intrusão deu-se em terras particulares, devolutas e indígenas. Para a autora¹⁶⁷: assim “foram sendo devastadas as matas e ocupadas também, em maior extensão, as áreas reservadas aos indígenas”. Colonos e posseiros ocupavam os “territórios indígenas com a anuência do governo estadual”.

De acordo com Luiza Kliemann¹⁶⁸, a atuação de companhias e empreendimentos particulares no processo de colonização não priorizou condições de vida e trabalho para os

162 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*.

Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 42, baseado no Reverendo Armino Müller: “História da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana - Arroio do Tigre”; MÜLLER, Armino L. A comunidade evangélica alemã de Nova Colônia de Sobradinho. In: MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO/INSTITUTO HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO. *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemão no Rio Grande do Sul 1980*. Anais 1987. São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 1987, p. 49-53; GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991, p. 35.

163 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder. História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

164 *Ibidem*, p. 114-5. Em 1902, no Alto do rio Taquari, no então município de Estrela, próximo aos povoados de Muçum e Encantado, na localidade de Pinheirinho, ocorreu um movimento de resistência a desapropriação das populações dos matos. O autor FERRI, Genuino A. *Os monges do Pinheirinho*. Encantado: Encantado, 1975, fez importante registro sobre esse movimento que também foi identificado como sendo protagonizado por *monges*. O município de Encantado foi emancipado em 1915 com áreas de Soledade e Lajeado.

165 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Op. cit.*, p. 121-2.

166 Ver CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 121.

167 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Op. cit.*, p. 125.

168 *Ibidem*, p. 16, 114.

colonos, ao contrário, na condução das vendas, valorizavam as terras e estabeleciam negócios paralelos como a exploração da madeira. O alcance das companhias foi muito além da venda dos lotes. Elas exploravam os recursos naturais e a mão-de-obra dos agricultores com o consentimento do governo estadual: as áreas próximas “às vias de comunicação ou aos centros urbanos, [...] foram muitas vezes reservadas a capitalistas, políticos e mesmo a particulares que esperavam, para vendê-las, o momento em que pudessem ter mais lucro”. Assim aconteceu em Sobradinho, entre 1929 e 1930, o coronel Santo Carniel, que se manteve como prefeito ao longo da década de 1930, antes disso, adquiriu vários terrenos na vila: em 16 meses, foram 5.402 m², no valor de 1.993,950.¹⁶⁹

A situação foi de tamanho descontrole que, em 1908, foi necessária a criação da Comissão de Terras de Soledade pelo Governo do Estado com o objetivo de demarcar e lotear terras públicas nos municípios de Cachoeira, Lajeado, Rio Pardo, Santa Cruz, Soledade e Venâncio Aires. Segundo Sérgio da Costa Franco¹⁷⁰, a Comissão deveria abrir estradas, promover o estabelecimento de núcleos coloniais e regularizar as posses. No mesmo ano, o engenheiro Torres Gonçalves, da Diretoria de Terras e Colonização do Estado, apontou irregularidades em Sobradinho. O relatório do secretário das Obras Públicas, Cândido de Godoy, para o presidente do Estado, Carlos Barbosa, mencionava fraudes detectadas pelo engenheiro Torres. Os documentos regularizando as propriedades, que deveriam existir no cartório de Soledade, não existiam porque estes foram extraviados ou incendiados durante a guerra civil de 1893-1895, a Revolução Federalista. Desta forma, os republicanos colocavam sob suspeita todas as propriedades da região.¹⁷¹

Uma das justificativas para a instalação da Comissão de Terras seria a situação confusa pela qual vinha se desenvolvendo a colonização de Sobradinho nos distritos do Lagoão e do Jacuí. O encarregado em Soledade informava ao secretário das Obras Públicas que os habitantes da colônia eram nacionais, italianos e alemães. No entanto, “a situação desordenada da colônia a impede que prospere, apesar de produzirem as terras abundantemente toda sorte de cereais.” A pequena produção de fumo e banha de porco só podia ser escoada pela vila de Candelária, “pagando de frete 33 mil-réis a tonelada, porque não há estrada e os caminhos são maus”.¹⁷² Os problemas apareciam também no núcleo Itapuca, no 2º distrito, em Campo Bonito, à margem direita do rio Guaporé, próximo a Arvorezinha. O Estado indenizou Carlos Schaeffer, pela desapropriação de terras para a

169 Registro de Concessionários de lotes coloniais. Terras em Jacuí. (AHRGS)

170 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 106-7.

171 Ibidem, p. 106. O autor cita o Relatório do secretário das Obras, Cândido José de Godoy de 28 de agosto de 1908.

172 Loc. cit.

colonização, 25.749.500m², em mais de 34 contos de réis, superior ao orçamento municipal anual de Soledade, embora o objetivo da colonização fosse ocupar terras devolutas.¹⁷³

No mesmo período em que o Estado buscava regulamentar a colonização, entre 1908 e 1913, foram demarcadas terras para os indígenas. Mesmo assim, continuaram os problemas. Como afirmou Kliemann, “havia grande distanciamento entre o que pregava a lei e aquilo que acontecia, na realidade, dentro das áreas reservadas aos indígenas”. Denunciava a autora que, mesmo com a adesão à causa indigenista por alguns membros do governo, como Torres Gonçalves, responsável pelas demarcações, permaneceu “a usurpação das terras dos índios e certas formas de extermínio daquelas populações”. Garantia Kliemann que “foram frequentes as violências como envenenamento das águas dos rios e a distribuição de roupas contaminadas por doenças causadoras de epidemias.”¹⁷⁴

Dentro desse processo de demarcação, em 1911 foi criado o toldo do Lagoão no então 4º distrito de Soledade¹⁷⁵ para abrigar os guaranis. Era o único aldeamento oficial guarani dos onze toldos existentes na época, os demais eram formados por caingangues¹⁷⁶. Conforme pesquisa de Kliemann, a área discriminada no Lagoão, era em torno de mil hectares, era parte da propriedade de oito mil hectares confiscada pelo Estado de João da Rocha: “após a doação aos índios, a família de Rocha voltou a apossar-se do território, vendendo a terra aos colonos. Em 1918, colonos teriam confiscado e vendido as terras dos indígenas.¹⁷⁷ A partir de 1918, a área indígena estava colonizada, os índios expulsos e o Estado completamente omissivo.” A usurpação das terras demarcadas ocorreu “em quase todos os toldos do Rio Grande do Sul”. As causas apontadas pela autora seriam a intrusão de colonos “sem terra”, a entrada de “empresas particulares interessadas nos lucros da colonização e na exploração das riquezas” e o próprio governo que utilizou essas “áreas para indenizar proprietários lesados em parcelas de terras de outras regiões.”¹⁷⁸

Para Cezimbra Jacques¹⁷⁹, que registrou importantes informações sobre os indígenas do Rio Grande do Sul, a partir de encontros ocorridos em Porto Alegre, em 1911, os “coroados selvagens eram cruéis”, atacavam “traíçoeiramente as comitivas que atravessavam os pontos, tais como as passagens dos matos Castelhana e o Português” e os moradores locais.

173 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 107. O autor cita o Decreto n. 1369, 24/8/1908 In: Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado, 1908. POA, Tipogr. d' O Independente, 1910.

174 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 131, 135, 137.

175 Em 1920, o Lagoão era o 6º distrito de Soledade.

176 JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979, p. 96 e 221. Na página 96, o autor estima a população dos toldos em 2.490 homens. Na página 221, o autor apresentou outra informação, seriam 5.500 habitantes.

177 KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. Op.cit., p. 131, 135, 137.

178 Ibidem, p. 136.

179 JACQUES, João Cezimbra. Op. cit., p. 79, 80-2, 96.

Referia-se aos caingangues do planalto, também conhecidos por bugres, demonstrando a resistência dos ameríndios à ocupação e exploração de suas terras tradicionais de florestas de araucárias. Além dos caingangues, o autor registrou a passagem por Porto Alegre de três “chefes da tribo guarani” da Serrinha, próximo do Lagoão, no município de Soledade, onde teriam fixado residência “em terras devolutas”, “há mais ou menos 4 anos, sem oposição de ninguém.”

Os guaranis da Serrinha foram recebidos pelo intendente José Montauri e pelo chefe do Serviço de Proteção ao Silvícola do Ministério da Agricultura, Raul Abbott. Cezimbra Jacques¹⁸⁰ conversou com os indígenas em guarani e afirmou que o idioma era falado e escrito pelos demais autóctones “catequizados”. Os guaranis afirmaram ser “pobres” e não possuir machados para cortar as árvores, por isso não tinham como fazer grandes roças, limitavam-se a plantar um pouco de milho, feijão, batatas, mandioca e fumo. Frente a essa informação pergunta-se: os instrumentos solicitados não ajudariam também na poda dos ervais contribuindo para uma maior autonomia frente aos empreiteiros da erva-mate? Sobre a criação de animais, afirmaram que criavam galinhas, patos e porcos – os quais apenas vendiam: “não comemos, porque porco já foi homem”. O autor descreveu o estado lastimável dos “pobres guaranis da Serrinha” que viviam próximos de Sobradinho e do Lagoão: “vivem miseravelmente, sem ferramentas para trabalhar, sem meios de fazer suas roças”. No toldo da Serrinha, “entregam-se à plantação do tabaco e ao fabrico do fumo para cigarros.” Pode-se observar, assim, que os guaranis produziam os mesmos produtos que os demais agricultores e colonos: cereais, raízes, fumo e criavam animais.

Além disso, as áreas indígenas estavam muito próximas às terras dos “colonos” de origem portuguesa, para os quais eles trabalhavam como “peões”. Eles trabalhavam nas roças e nos ervais e eram “pagos com usura”. Conforme Cezimbra Jacques¹⁸¹: além do pagamento no trabalho dos ervais ser “lamentável”, era “a troca de gêneros, vivendo assim de uma cruel exploração essa pobre gente”. Além disso: “costumavam tomar em arrendamento as terras dos índios, pagando-lhes uma insignificância, acontecendo mais ainda o fato grave de se acharem as ditas terras invadidas por intrusos.” O autor propunha que: uma vez que “eles não hesitam em sair a trabalhar como jornaleiros”, o governo poderia “chamá-los aos centros povoados, oferecendo-lhes nesses lugares algum trabalho bem remunerado que os estimulasse” como forma de cederem ao nomadismo, uma característica ainda forte dessas populações. Os guaranis afirmavam serem todos batizados, eram cristãos desde o nascimento. Revelaram um forte vínculo com Nonoai, afirmando terem nascido nas aldeias do Norte.

180 JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979, p. 82, 98, 219-20.

181 *Ibidem*, p. 80-1, 98, 220-1.

O autor apontava que grande número de caingangues viviam nas florestas do Rio Grande do Sul. Formavam os onze toldos “catequizados”. Também eles estiveram em Porto Alegre para exigir garantias para as terras que ocupavam do então presidente estadual Carlos Barbosa. Os bugres reclamavam que os brancos estavam invadindo suas terras, eles faziam uma roça e os descendentes de portugueses faziam “outra logo adiante”, a continuar naquele ritmo, eles preferiam voltar para a vida no mato. O pinhão fazia parte da alimentação dos indígenas e das populações rurais, era vendido em sacos como os de milho nos povoados: sendo que “os habitantes dos pinhais fazem dessa fruta farinha e paçoca”. Com isso verificava-se que a exploração de pinheiros como madeira de lei afetava gravemente o abastecimento das populações que tinha nessas sementes a base de sua alimentação.

Toda essa problemática indígena apontada pelo major Cezimbra Jacques no início do século XX continuou a agravar-se. O avanço da colonização, visando à intensificação da produção agrícola para exportação, foi devastando as florestas de araucárias e os ervais nativos. Ao mesmo tempo, percebe-se a interação das populações nativas de guaranis e caingangues na produção agrícola como lavradores, peões e ervateiros. Quando o jornal *Kolonie* menciona os ervateiros, o “povo do mato”, os “mal-afamados” do Lagoão, “os fanáticos” que “estavam até agora escondidos no mato” e que “apareceram agora em grande número”, não resta dúvidas de que estavam falando dos guaranis.

1.10 Velhas lendas, antigos e novos problemas

Em 1940, o padre Pedro Luiz Bottari¹⁸², de Santa Maria, percorreu os Campos de Sobradinho buscando as origens históricas do local, com auxílio de um carro da prefeitura, cedido pelo prefeito, capitão Edison Ketzer¹⁸³. Em fevereiro, as conclusões foram apresentadas em conferência realizada em Santa Maria. O autor, preocupado em definir se Sobradinho teve origem missioneira, entrevistou moradores da região e teve acesso a documentos importantes. No trabalho de pesquisa, ele descreveu os campos do município como um local onde o trabalho era pouco, vivendo os habitantes dali “da parca criação pastoril”. Nas outras regiões do município “é a riqueza e o conforto”. Mencionou as matas que cobriam as terras “primitivamente”. Observando que “ainda agora, de longe em longe, se atea algum pinheiro solitário”. Destacava que na “Serrinha Velha e em outros pontos, o

182 BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho*: Conferência. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940, p. 5-6.

183 Nomeado pelo governo estadual, iniciou o mandato em 27 de agosto de 1938, permanecendo até 15 de abril de 1941.

pinheiral subsiste”, atribuindo à colonização o desmatamento da região: “O colono entrou de machado a mão e abriu clareiras enormes.”¹⁸⁴

Para Bottari, na produção agrícola, as terras férteis de Sobradinho não necessitavam de fertilizantes. Para o autor: o “trigo, nos bons anos de produção, compensa além do esperado. Os vinhedos, quase sempre nas encostas das colinas, cobrem-se, cada safra, de cachos são e abundosos, entre pâmpanos que se não contêm dentro das proporções comuns, por abundância de seiva.” E quanto a plantação do fumo: os “tabacais são numerosíssimos, constituindo a maior produção comercial do município, mas o camponês, porque não necessita, não conhece o adubo, hoje, tão em uso”. Tudo crescia e frutificava, disse Bottari.¹⁸⁵

O autor¹⁸⁶ afirmava que a religião “é a espinha dorsal do povo suparense. O camponês assimilou a língua e conservou a religião”. O pesquisador relatou costumes e lendas da região. Um deles, considerado cômico por ele, era o hábito de descanso no sábado à tarde: “quase ninguém trabalha, porque o trabalho constitui pecado e retalha as costas de nossa Senhora”. Além dessa, outras crenças eram correntes na região. Perto de um velho cemitério à beira da estrada, onde estariam sepultados os antigos proprietários da sesmaria dos Campos de Sobradinho, existia um bosque. No meio do mato, um caminho ia dar na Serrinha Velha, depois dali, seguia “serpeando para Soledade”. A partir do entardecer, começavam os fenômenos: eram ventanias e redemoinhos. Em meio às rajadas de vento, apareceria um burro sem cabeça “ajaezado com arreios de prata e cheio de adereços” carregando “alforjes especiais” com “bisturis, facas, tenazes e ferramentas de tipos diversos”, andando em galope e “disparadas desgovernadas pelos arredores”. Havia, também, quem acreditasse em tesouros enterrados.¹⁸⁷

O conferencista falava do progresso que chegava a Sobradinho, manifesto nas buzinas dos carros. No entanto, salientava a falta “de meios rápidos de comunicação”. Somente em 1942 foi estabelecida a linha Sobradinho – Porto Alegre.¹⁸⁸ O autor também alertava para que os poderes públicos tomassem providências para impedir a destruição completa das matas. Apontava que, se não fossem tomadas providências: “em poucos anos, a colônia se verá desvestidas de matas, empobrecida de solo e de madeira e quase seca de águas” e o controle da derrubada que poderia parecer “um mal para particulares, porém, reverteria em benefício comum.”¹⁸⁹ Interessante observar que o padre pesquisador fazia um alerta similar ao dos

184 BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho: Conferência*. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940, p. 11.

185 *Ibidem*, p. 10.

186 *Ibidem*, p. 13, 15.

187 *Ibidem*, p. 5-6.

188 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*.

Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 35, 38-9.

189 BOTTARI, Luiz Pedro. *Op. cit.*, p. 9.

monges barbudos que, em 1938, valorizavam a flora local, as águas e alertavam para os “venenos” que passavam a ser utilizados na produção do fumo.

Em 1938, com uma nova estrutura de poder do Estado Novo no país, o interventor federal solicitou aos municípios um relatório de prestação de contas. Apesar do ufanismo dos interessados em permanecer nos cargos municipais, os documentos dos prefeitos de Soledade e Sobradinho registram algumas questões importantes. O prefeito de Sobradinho¹⁹⁰, Santo Carniel, bastante otimista com relação a sua gestão, exultava com o desempenho municipal. Para Carniel a situação do município “é das melhores do Estado”. Argumentava: as atividades “comerciais se acham bastante animadas, a sua agricultura em franca fase de expansão, em todos os setores de sua atividade”. Observava ainda: “para o que muito tem concorrido esta administração, estimulando todos os ramos de indústria e amparando a grande classe de trabalhadores rurais”. Interessante observar que o prefeito refere-se aos “trabalhadores rurais” e não a colonos ou agricultores.

Diferentemente da situação de Soledade, que buscava se equilibrar com uma dívida de quase mil contos de réis, o município de Sobradinho não possuía dívidas. Ao contrário, em agosto de 1938, tinha em caixa cento e quarenta contos de réis. A conservação e a ampliação do sistema rodoviário, assim como em Soledade, era uma preocupação. Santo Carniel afirmava ter gasto, no primeiro semestre de 1938, 35% do total arrecadado (223:080\$900) no plano rodoviário. No entanto, a distribuição de água potável era “deficiente”. Na ampliação do manancial teria sido gasto 2:697\$400. Quase a metade dos 5:003\$200 que teriam sido gastos no atendimento aos “indigentes”, “os quais tem necessidade de amparo desta administração”. Sobradinho possuía 32 escolas primárias mantidas pelo município, e um “colégio de Irmãs”. A instrução pública, segundo o prefeito, atingia 2.100 crianças.¹⁹¹

Se em 1938, a receita total arrecadada no município de Sobradinho era de 321:892\$000, em 1939, subia para 427:000\$000. Neste mesmo ano, as exportações do município chegavam a 10 mil contos de réis. Do total, 5.900 contos de réis eram provenientes da produção de 235 mil arrobas de fumo: 195.000 em folha e 40.000 em corda. Sobradinho vendeu, ainda, 24 mil sacos de feijão, 32 mil sacos de milho, 16 mil arrobas de banha, 5.400 suínos e 500 mil quilos de uva, revertendo para o município, em impostos, pela venda dos produtos, dez contos de réis.¹⁹²

190 SOBRADINHO. Ofício n. 81 do Gabinete do Prefeito de Sobradinho, Santo Carniel, ao secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Sobradinho. Correspondência Expedida Sobradinho, 1938. Lata 128, Maço 384. (AHRGS)

191 Loc. cit.

192 BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho*: Conferência. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940, p. 10.

Em Soledade, o prefeito interino de Soledade¹⁹³, farmacêutico Olmiro Ferreira Porto, historicamente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e à Frente Única Gaúcha (FUG), também prestava contas ao interventor federal, coronel Cordeiro de Farias, através um relatório financeiro sobre a situação municipal. O prefeito interino saudava a “nova fase de reconstrução nacional” e aproveitava para fazer demarcações políticas e responder à oposição. Com relação a aspectos econômicos mencionava a “Campanha do Trigo” que prosseguia “com entusiasmo”, uma vez que a cultura obtinha bons resultados no município. O prefeito lamentava a “insuficiência de 100 sacos de semente enviados, não tendo sido satisfeito nem a metade dos que desejavam plantar esse cereal”. Não esclarecia os critérios que teriam sido usados na distribuição das sementes.

Em agosto de 1938, em novo relatório financeiro¹⁹⁴, agora destinado ao secretário do Interior, Miguel Tostes, Olmiro Porto seguia alinhado e na defesa do novo regime. Sobre a situação econômica, constatava que a pecuária já não predominava, mas era uma das maiores fontes de renda do município. Ele garantia que os campos de Soledade eram os “melhores da região serrana” e que os rebanhos estavam em bom estado sanitário. O total de cabeças de gado, entre bovinos, equinos, ovinos e muares era de 157.500. Essa informação apresenta uma pequena diferença com o Censo de 1940, que agrupados da mesma forma, chegava a 148.127, com uma diferença de pouco mais de 9 mil cabeças. Mas bem inferior as 235 mil cabeças apontadas por Alfredo Costa¹⁹⁵ em 1922.

Ainda de acordo com as informações do prefeito Olmiro Porto, o comércio de madeira mobilizava 50 serrarias¹⁹⁶, que atendiam ao consumo interno e abasteciam Carazinho, Encantado e Porto Alegre. Para a Alemanha, eram exportados “cristais de várias espécies”. Na agricultura, Soledade produzia diversas culturas, destacando-se o arroz para as necessidades locais e o trigo vendido no mercado de Carazinho, Cruz Alta, Sobradinho e Passo Fundo. Em 1937, a produção de trigo atingiu 400 toneladas. Para o escoamento da produção era necessária a conservação de estradas e a construção de pontes. A ponte sobre o rio Jacuizinho, na estrada que ligava Soledade a vila do Jacuizinho, foi reconstruída e inaugurada em maio. Olmiro Porto afirmava ter construído duas pontes na estrada geral para Passo Fundo, uma no 8º distrito, sobre o rio Pardo, duas no 4º distrito, sobre os rios Butiá e São Bento, e a reconstrução da ponte intermunicipal, no 7º distrito, sobre o rio Camargo, em

193 SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias em junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. Lata 128, Maço 384. (AHRGS)

194 SOLEDADE. Ofício s/n, Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. (AHRGS)

195 COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 2. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 229-232.

196 Em meados da década de trinta, uma das firmas que comercializavam pinheiros era de Lino Lazzari, segundo registro: RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Cartório de Notas. Vila de Jacuí. Livro n. 8, p. 92-92v. (APERS) Outros Lazzari localizados por essa pesquisa são: Berto Lazzari, escrivão designado, e Egidio [ou Egidio] Lazzari, comerciante de fumo.

parceria com Passo Fundo. Todas estas obras teriam sido feitas com o auxílio dos moradores das localidades. Sobre a instrução pública, o prefeito afirmava que existiam 75 aulas com 2.003 alunos matriculados. O único Grupo Escolar do município estava na vila do Jacuizinho.¹⁹⁷

Esse conjunto de informações sobre o ambiente socioeconômico da década de 1930, em Soledade e Sobradinho, dentro do contexto estadual e nacional, tem por finalidade compor o ambiente onde se desenvolveu o movimento religioso dos *monges barbudos*. Esse quadro colabora para que se observem as condições de vida na época. Como pôde ser evidenciado, tratava-se de municípios com predominância nas atividades primárias, mas com iniciativas na indústria da transformação. Verificam-se várias coerências entre as atividades produtivas em transformação e às pregações de alerta dos *monges barbudos*. Pode-se destacar, especialmente, a preocupação com relação à introdução de produtos químicos nas lavouras de fumo, os receios de contaminação das águas e a valorização do conhecimento tradicional da vegetação das matas, que estavam sendo intensivamente derrubadas. Os fatores que pressionavam de forma mais intensa para a derrubada das florestas eram a indústria madeireira, a queima da vegetação para a transformação em carvão – para secar a erva-mate e o fumo – e a abertura de novos roçados ou novas áreas coloniais para atender as necessidades de produtos alimentícios para o mercado nacional e para a exportação.

Tem-se também um conjunto de potenciais participantes do movimento religioso dos *monges barbudos*: ervateiros, carvoeiros, jornaleiros, lavradores, peões e safristas – os “xucros” do campo e dos matos. Esses trabalhadores temporários estavam submetidos a relações de trabalho visivelmente opressivas onde a remuneração era feita com produtos alimentícios e/ou por baixo valor. Embora esses trabalhadores rurais desenvolvessem uma técnica agrícola eficiente para o manejo das florestas e no trato de animais – o que garantia de a Soledade e Sobradinho uma produção bastante equilibrada com relação aos municípios vizinhos –, a mão de obra local, apontada como sendo dos “caboclos”, não era valorizada. No entanto, como pode ser observado, o trato com os ervais exigia um manejo delicado e especializado. A existência dessas florestas nativas serviu como possibilidade de refúgio para esses trabalhadores agrícolas de origem indígena e africana. Com certeza, esses safristas eram descendentes e ex-escravos adaptando-se as novas relações de trabalho iniciadas há apenas 50 anos com a abolição da escravatura no Brasil em 1888. Assim, o processo acelerado de alteração da paisagem natural afetava e inviabilizava um modo de vida mais autônomo e comunitário dessas populações dos matos e das florestas.

197 SOLEDADA. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. (AHRGS)

Além disso, as sucessivas crises de superprodução da década de 1920-1930 afetaram também os pequenos produtores, conforme verificado, com a redução de preços dos produtos agrícolas e com a desvalorização das terras. Foi preciso buscar alternativas para a sobrevivência camponesa. Dessa forma, o perfil traçado para o agricultor Anastácio Fiúza está dentro das possibilidades produtivas da região e coerente com as iniciativas dos camponeses locais: criar e vender animais, especialmente os suínos, comercializar os cristais de quartzo, produzir fumo para a indústria de Santa Cruz, que era articulada por colonos de origem alemã, cultivar lavoura de arroz, feijão e milho para as necessidades cotidianas e também para a comercialização de excedentes. Talvez o que tenha diferenciado Anastácio Fiúza dos demais agricultores foi sua busca por mercados alternativos no município de Lajeado para a venda dos produtos agrícolas, rompendo com o domínio dos comerciantes locais. Como será visto nos capítulos seguintes, o enfrentamento aos *monges barbudos* partiu desses comerciantes, que intermediavam a venda dos produtos agrícolas, e dos colonos de origem alemã, receosos que as pregações de alerta sobre os malefícios da produção do fumo pudesse influenciar na redução da produção do tabaco na região. Com segurança, a crise econômica dos anos 1930 associada aos conflitos econômicos e políticos de Soledade e Sobradinho, influenciados pela conjuntura estadual e nacional, contribuíram para a organização dos “caboclos” em um movimento religioso de busca por justiça divina.

2 AMBIENTE POLÍTICO DO CONFLITO

Neste capítulo são examinadas as relações de poder estabelecidas em Soledade e Sobradinho na década de 1930, a partir dos elementos econômicos apontados no capítulo 1. A intenção é estabelecer as possíveis motivações dos agricultores que organizaram um grupo informal com características de movimento religioso messiânico¹⁹⁸. A perspectiva de análise é apontar o poder de mando das elites locais nas questões municipais, suas formas de organização política, tanto na esfera estadual quanto na perspectiva nacional, seus consensos e suas dissensões, e os espaços de decisão – ou a ausência deles – para os trabalhadores rurais¹⁹⁹. Dessa forma, são apontados os grandes marcos políticos do período e o engajamento, subordinação ou exclusão das classes subalternas rurais de Soledade e Sobradinho nesses processos. Além dos aspectos conjunturais, sempre que for necessário, são introduzidas informações sobre a história local como fator de entendimento dos grupos sociais em disputa, a composição étnica e cultural, a inserção econômica e as possíveis causas da conflitualidade entre os *monges barbudos* e os seus antagonistas.

O período em análise, a década de 1930, foi intensa de movimentos e radicalidades. A exacerbação política acabou por consolidar um modelo centralizado de administração pública conformado na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em linguagem weberiana²⁰⁰, vivia-se a transição de um poder patriarcal para a construção de uma burocracia de Estado. Ou seja, no caso específico de Soledade e Sobradinho, os antigos “barões” escravistas do gado e da erva-mate, amparados nas patentes militares conquistadas nas guerras de fronteira, precisavam adaptar-se aos novos tempos da República. No caso brasileiro, era preciso construir um aparelho de Estado suficientemente legítimo para continuar garantindo os grandes negócios privados associados à exportação, conforme verificado no capítulo anterior. Ainda: era necessário garantir os votos dos novos setores sociais, que começavam a adentrar na arena política, como condição da consolidação da nova estabilidade do poder. Por isso, aqui são examinadas as questões políticas da década de 1930 no Rio Grande do Sul, no Brasil e os reflexos da grande conjuntura internacional nos arranjos de poder local. Assim, verifica-se

198 Conforme conceito de messianismo de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 46. Na análise dos movimentos messiânicos verifica-se o desejo de uma nova realidade: “Nosso objetivo é a análise de movimentos messiânicos, isto é, de grupos em ação tendo em vista um determinado objetivo, que é o de instalar o paraíso na terra; noutras palavras, que é o de transformar o mundo em que vivem.”

199 A categoria de trabalhador rural busca incluir os agentes da produção agrícola dedicados às diferentes tarefas rurais: a preparação da terra, a sementeira, o acompanhamento do cultivo, a colheita, a criação de animais e o extrativismo. Essa força de trabalho realiza ações de forma permanente ou sazonal, em terras próprias ou para outros proprietários, com vínculos formais ou informais de trabalho. Como sinônimo inclui-se camponês e agricultor. O colono no Rio Grande do Sul é o trabalhador rural com terra. O jornaleiro é o que executa trabalho sazonal, podendo ser o safrista, que participa da colheita como peão, ou o que auxilia na sementeira.

200 WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 171.

que a instabilidade econômica no final dos anos 1920 e no início dos anos 1930 refletiu-se fortemente no aspecto político.

Alguns marcos definiram a década no Brasil e tiveram intensa repercussão nos rincões de Soledade e Sobradinho, definiram o ambiente político e as conflitualidades que podem ter motivado o surgimento de um movimento religioso com caráter de resistência pacífica às diversas situações de violência local. Essa conjuntura política é analisada a partir de quatro grandes momentos: 1) o processo de ruptura institucional conhecido como Revolução de 1930 e a ascensão de uma geração de políticos sul-rio-grandenses ao poder federal; 2) a revolta encabeçada pelos paulistas denominada de Revolução Constitucionalista de 1932, movimento armado de contestação ao poder estabelecido em 1930 e marco da ruptura no interior das elites gaúchas frente a perspectiva do poder nacional; 3) o período de institucionalização da democracia, o estabelecimento do arcabouço legal e os processos eleitorais de 1934 e 1935; 4) o recrudescimento do governo eleito de Vargas na presidência da República e a consolidação do Estado de exceção com suas violências que estancaram as radicalidades políticas através do golpe do Estado Novo (1937-1945) com a extinção da forma tradicional de distribuição e organização do poder: os partidos políticos.

Uma pergunta pertinente a ser feita é como a conjuntura política nacional e internacional chegava às distantes regiões de Soledade e Sobradinho? Nos anos 1930, os jornais, os rádios e os telégrafos eram as tecnologias de comunicação. Para além desses meios, as informações se disseminavam com a ajuda das patas velozes dos cavalos e dos passos rápidos da população rural. Além disso, a administração pública também cumpria o papel de promover a circulação de informações, através de subprefeituras, subdelegacias de polícia e estruturas regionais. Os clubes recreativos, os partidos políticos, as igrejas, os “bolichos”, as organizações “classistas” – como as associações de produtores criadas nesse período com a finalidade de buscar alternativas para as sucessivas crises econômicas – eram os locais de reunião e de debates até mesmo nas regiões mais longínquas e de difícil acesso.

Assim, pode-se afirmar que os conflitos locais estavam influenciados pela política estadual e nacional. Dessa forma, em paralelo às mudanças proporcionadas pelas revoluções de 1930, 1932 e o processo constitucional de 1934, observam-se os grupos de poder que compunham as elites locais e estaduais. Examinam-se os reflexos dos grandes processos políticos nas localidades de Soledade e Sobradinho, com exemplos de desavenças entre as elites e as autoridades constituídas – eleitas ou indicadas, civis ou militares – e o papel reservado para as populações mais desamparadas. Na perspectiva de Norbert Elias²⁰¹, são tratadas as relações de poder entre os “estabelecidos” e os *outsiders*.

201 ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p. 19-50.

Para os efeitos deste trabalho, poderíamos traduzir *outsiders* por aqueles que são tratados como se fossem estranhos, forasteiros e intrusos, mas também os leigos e profanos. Eles são *os de fora*. Os que estão afastados do poder de decisões das grandes e das pequenas questões, mas com os quais é necessário estabelecer negócios, contar com a força de trabalho, com a mobilização para os conflitos armados de diferentes proporções e, em tempos de República, com o voto. Os *de fora* do poder eram os que viviam em situações humilhantes e de subserviência. Esses conceitos podem contribuir para que se verifique o grau de tensão nas localidades constantemente marcadas pelo ingresso de novas populações dentro da perspectiva do Estado brasileiro de atrair populações estrangeiras para substituir o trabalho escravo.²⁰²

Por outro lado, são observados os “estabelecidos” e as relações entre os grupos de poder local e as suas associações com os poderes estaduais e nacionais. Dentro do quadro das modificações na organização e administração do Estado para viabilizar os novos negócios e a diversificação da produção econômica. No caso de Soledade e Sobradinho, os “estabelecidos” podem ser definidos como aqueles que desfrutavam de privilégios e status social e que garantiam o poder com a política partidária, como frações das classes dominantes. Estavam ora associados, ora em disputa por parcelas de influência. Organizavam-se em partidos políticos e em associações de produtores e comerciantes, como Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), criada em 1927, com o objetivo de atender os problemas da pecuária. Nesta pesquisa, podem-se observar algumas minúcias no poder de mando local. Busca-se apontar como o acesso a fatias de poder por parte de determinados agrupamentos humanos assentados naquele território esteve associado ao enriquecimento proporcionado pelos recursos naturais – especialmente pelo domínio dos campos, para a criação do gado, e, posteriormente, para a agricultura, e pela exploração privada dos recursos naturais proveniente das florestas – com a utilização de mão de obra submetida a relações de semiescravidão.

2.1 Resolver a crise com a Revolução de 1930

O primeiro grande marco da década foi a ruptura com a República Velha (1889-1930). A insipiente experiência democrática hegemônica por São Paulo e Minas Gerais, após a Proclamação da República e a abolição da escravatura, foi encerrada com a chamada Revolução de 1930. Alguns autores defendem que a Revolução de 1930 levou para a esfera federal a prática política gaúcha do início do século XX com os seus principais protagonistas.

²⁰² Entre a extensa e qualificada bibliografia sobre imigração pode-se destacar DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. ver. atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

Isso porque esse processo de dissidência conduzido por setores da elite econômica brasileira teve especial participação de políticos oriundos do Rio Grande do Sul. Como apontou Paulo Vizeni²⁰³, a ruptura de 1930 destacou-se por estabelecer um novo arcabouço legal, pela intervenção estatal na economia e pelo autoritarismo político:

(...) institucionalizou em nível nacional as experiências políticas, sociais e econômicas que haviam anteriormente sido desenvolvidas no Rio Grande do Sul, tais como legislação trabalhista, intervencionismo governamental no campo sócio-econômico e uma postura autoritária, ao nível político, de inspiração positivista.

Como parte constitutiva da estratégia de poder no Sul do Brasil insere-se a tradição militar e o permanente recurso armado para a resolução das disputas de poder na fronteira ou internamente. Com isso, os homens da elite proprietária foram acumulando patentes militares na medida em que se destacavam como chefes de contingentes armados. Com a República e os partidos políticos, essas lideranças acauteladas na força das armas migram para as novas estruturas de poder levando consigo as práticas do caudilhismo. Pode-se dizer que a Frente Única Gaúcha (FUG) – formada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pelo Partido Libertador (PL), em 1928 – foi fruto do esforço de composição de classe na esfera da articulação partidária. Assim, em paralelo ao enfraquecimento dos grupamentos privados armados foram sendo fortalecidas forças institucionais. A influência de práticas violentas na política partidária e no aparelho de Estado é o tema que conduz este capítulo.

A tradição beligerante gaúcha era a tal ponto reconhecida que a República manteve a prática imperial de ter de um quarto a um terço do Exército Nacional estacionado no estado, formando a 3ª Região Militar, desde 1919. Com toda certeza, esses militares não tinham poder somente na caserna, eles amplificavam as relações hierárquicas de mando e obediência para a sociedade como um todo. Desta forma, a Guarda Municipal foi sendo substituída pela Brigada Militar. Embora tendo sido extinta em dezembro de 1930, pelo interventor federal no Rio Grande do Sul, a Guarda ainda continuou existindo pelas necessidades do próprio processo revolucionário de 1930.²⁰⁴

Para Elizabeth Cancelli²⁰⁵, a revolução política encabeçada pelo então governador gaúcho, Getúlio Vargas, trouxe esperanças democráticas e de modernização para o Brasil. Segundo a autora, o presidente revolucionário associava processos políticos e simbólicos e por isso foi aclamado como “promessa de uma nova era, da moralização dos costumes políticos e sociais.” Cancelli recuperou o clima de festa na Capital da República com o novo

203 VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. Conflitos e Transição. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 69.

204 LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 8, São Paulo, Difel, 1982, p. 113; VIZENTINI, Paulo F. Op. cit., p. 12.

205 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 75-6.

governo, as multidões saudavam a nova liderança: “um tipo de messias moderno que deveria readaptar o Brasil ao século XX e aos avanços tecnológicos. (...) Um homem que conduziria a nação inteira a uma nova mentalidade.” Pelo fato de ter estabelecido seu governo fora do processo institucional, foi considerado, conforme a autora, como um “ditador talhado para o exercício do poder, esperado por amplos setores da população.” A pesquisadora salientou a veneração que Vargas desfrutou, com um trabalho cuidadoso de promoção pessoal. A presidência mantinha a população naquilo que ela chamou de “um estado de excitação contínuo” com discursos políticos, medidas administrativas de caráter “saneadoras” e com a prática de “incessante ação policial”. Toda orquestração visava à ideia de que, “efetivamente, articulava-se a transformação da sociedade.” Vargas desenvolvia o carisma pessoal institucionalizando a sua imagem vinculada ao Estado.

No entanto, segundo Carlos Cortés²⁰⁶, a “invasão gaúcha” promovida pela ruptura institucional de 1930 não foi encarada de forma tão festiva como a apresentada por Cancelli. Ao contrário, a “avidez” com que os sul-rio-grandenses se apossaram de cargos do Poder Executivo e dos cartórios judiciais teria feito com que os demais estados, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, estivessem contrariados com tantos gaúchos nos postos de mando federal e na intervenção dos Estados. Possivelmente, entre os descontentes estavam os que perderam os altos cargos da República, desalojados que foram do poder estatal.

No entanto, conforme o antropólogo Abner Cohen²⁰⁷, defensor da perspectiva política e simbólica das relações de poder nos sistemas políticos: “os homens que detêm o poder desenvolvem uma ‘mística’ que os coloca em uma posição superior à da multidão, confere validade a essa posição ante as pessoas e as convence a si próprias do ‘direito’ que lhe autoriza a ocupá-la.” Poucos na história do país tiveram tanta habilidade para manusear questões políticas associadas a imagens simbólicas quanto Getúlio Vargas. Esse “messias moderno”, como definiu Cancelli, teve qualidades carismáticas para manter-se no poder por 15 anos, utilizando-se para tanto de diversos expedientes: acordos político-partidários, relações pessoais, processos democráticos, violação de acordos e medidas de exceção. Vargas ora utilizava-se de todos esses instrumentos, ora dispensava todos eles. Cohen²⁰⁸ define um líder carismático por habilidades criativas e de mobilização, característica que se pode apontar em Vargas:

Existe, portanto, muito de artista criativo num líder que através de retórica, slogans e táticas manipula os símbolos existentes ou cria novos símbolos. Quando sua criatividade é particularmente original, quando contribui para

206 CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 57-8.

207 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 30.

208 Ibidem, p. 46.

articular e objetivar novas relações e novos agrupamentos, o líder é chamado de ‘carismático’.

Assim, ainda segundo Cancelli²⁰⁹, Getúlio Vargas conseguia parecer estar presente “em todos os lugares e em todas as manifestações”, diga-se que pessoalmente ou em fotografias espalhadas pelo país, as quais eram realizadas cerimônias de inauguração. De forma crescente, o novo regime passou a controlar o “cotidiano social”. A autora analisa a construção do poder de Vargas para além do vínculo e fascínio com os modelos autoritários que se gestaram ainda nas décadas de 1910 e 1920 e que tinham como referência e inspiração Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha. Para ela, o novo governo experimentou elementos ideológicos e simbólicos “inusitados” e construiu “a possibilidade de um vir a ser nacional através da construção messiânica de um líder ditatorial.”²¹⁰

Com isso o Estado ia crescendo em institucionalidade, substituindo modelos anteriores de dominação marcados por relações interpessoais, derivadas do poder de mando familiar. No entanto, não podemos afirmar que o abrigo do Estado não tenha servido para o atendimento de questões particulares, tanto pessoais, quanto de grupos de interesses ou mesmo para a construção de estratégias político-partidárias de manutenção do poder de setores historicamente dominantes como os grandes proprietários e os grandes comerciantes. No entanto, inconstâncias nos acordos políticos e nas alianças entre os setores da classe dominante ficam bastante evidentes nos exemplos analisados da política partidária em Soledade e Sobradinho. Nesses territórios, uma disputa fratricida mobilizou contingentes masculinos para os embates armados, vitimando também protagonistas políticos de setores de classe em disputa política.

Em nível nacional, paralelamente a busca de legitimidade política do processo revolucionário de 1930, começou a existir, ainda segundo Cancelli²¹¹, “uma dinâmica subterrânea que tratava de eliminar os cancos sociais e possibilitar a construção da nova sociedade.” Para tanto, as polícias passaram a ter poderes ainda não experimentados no Brasil: “A ação policial caminhava como se fosse um poder independente, paralelo e despersonalizado. (...) Brotavam como fruto de uma ação impessoal, como algo que acontecesse por si, à revelia de qualquer fato ou vontade.” As práticas policiais passaram a ser reguladas por procedimentos e protocolos: era necessário registrar os atos, constituir os laudos, grafar os depoimentos e produzir os relatórios. O objetivo era materializar a institucionalidade e a sensação de impessoalidade. O novo modelo de Estado era implementado em todos os cantos do país. É dessa forma que se observa a ação das delegacias

209 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 75.

210 Ibidem, p. 19.

211 Ibidem, p. 194 e 76.

de Polícia de Soledade e Sobradinho nos conflitos com os *monges barbudos* registrados em documentos trabalhados nos capítulos 3 e 4.

Na perspectiva de consolidar o poder nacional, o governo estabelecido em 1930 foi tecendo uma nova estrutura político-administrativa baseada na nomeação de interventores federais nos Estados. Essa foi a forma utilizada para neutralizar a oposição dos antigos detentores de poder, as oligarquias estaduais. Para além disso, Vargas também centralizou atribuições dos poderes Executivo e Legislativo. Manteve a Constituição Federal e as constituições dos Estados em vigor, mas fechou as Assembleias Municipais e Estaduais e o Congresso Nacional. Afastou todos os eleitos e nomeou interventores estaduais que nomeavam os interventores municipais.²¹² Como enfatizou Jairo Nicolau²¹³, pela primeira vez desde 1824, “todos os postos de poder no país foram ocupados por políticos não eleitos.” Essa situação perdurou até novembro de 1933, quando teve início o processo Constituinte iniciado com as eleições de 1932. Mas, não sem antes eclodir um movimento armado contra a falta de institucionalidade existente no país, capitaneado por São Paulo e com a adesão de políticos tradicionais do Rio Grande do Sul.

2.2 Marcas da política gaúcha nos poderes federais

No Rio Grande do Sul, diferentemente do que foi promovido nos outros Estados, no processo de 1930 foi mantida a estrutura política montada na República Velha, especialmente a sólida aliança obtida após a Revolução de 1923. Como registrou René Gertz²¹⁴, não chegou a haver “uma substituição abrangente dos antigos governantes”. Ao contrário, políticos gaúchos foram implementar, em nível nacional, o modelo experimentado no Sul. A disputa política capacitou uma geração de jovens bacharéis – filhos de coronéis e estancieiros –, que tiveram o ingresso na política municipal e foram galgando postos estaduais: tornaram-se prefeitos, deputados e secretários de Estado. Alguns deles acumularam experiência política e administrativa também em outros estados da federação. A geração de 1907, conforme denominação do brasilianista Joseph Love²¹⁵. Esse grupo de republicanos sulistas partiu para a atuação nacional. Além de Getúlio Vargas, faziam parte desta geração, Flores da Cunha, Firmino Paim Filho, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Osvaldo Aranha. Segundo Love²¹⁶, esses homens eram “membros bem sucedidos do partido

212 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-8;

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012, p. 73-4.

213 NICOLAU, Jairo. *Op. cit.*, p. 74.

214 GERTZ, René E. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 65.

215 LOVE, Joseph. A Revolução de 30 e o Regionalismo Gaúcho. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, Erus, 1983, p. 60-83.

216 *Ibidem*, p. 64.

dominante, tendo experimentado promoção rápida e regular em postos de responsabilidade cada vez maior.”

Como apontou a historiadora Loiva Félix²¹⁷: “Embora entre os objetivos dos revolucionários de 30 estivessem a desmontagem da máquina política da República Velha, enraizada nas situações municipais, na realidade não foi o que aconteceu de imediato”. A autora registrou substituições nos grupos de poder, no entanto: “sem que isso representasse a ‘perda de atributos e domínio de fato’, porque o ‘coronel’ continua como a ‘grande base da autoridade social e política.’ As mudanças ocorreram sob uma nova roupagem do domínio oligárquico, mas não decretaram o fim do coronelismo”. O que veio a alterar o “voto comandado” foi a promulgação, em fevereiro de 1932, de um novo Código Eleitoral que “começou a minar a base do sistema coronelista”.

A nova legislação²¹⁸ estabeleceu um conjunto de mudanças substanciais no sistema eleitoral brasileiro, entre as quais, a extensão do direito ao voto para as mulheres. Foi criada a Justiça Eleitoral, responsável por todo o processo do sufrágio, com instância federal, órgãos estaduais, e com juízes nas comarcas e nos distritos. Essas instâncias passaram a ser responsáveis pelo alistamento prévio dos eleitores, dos candidatos e dos partidos, pela organização do pleito e pela apuração dos votos. Foi estabelecido o voto obrigatório e secreto, título de eleitor com fotografia e eleição proporcional. A apuração deixou de ser realizada nas localidades, sendo realizada nas capitais pelos Tribunais Regionais Eleitorais. A formulação da nova lei foi de responsabilidade do soledadense republicano constitucionalista, na função de ministro da Justiça, Maurício Cardoso, a partir de uma comissão que incluiu outro gaúcho, Joaquim de Assis Brasil, do Partido Libertador, estudioso e defensor do tema da proporcionalidade.

A primeira eleição pelo novo Código Eleitoral foi realizada em maio de 1933 e elegeu os deputados federais para a Assembleia Nacional Constituinte²¹⁹. Concluído o processo e promulgada a Constituição, em julho de 1934, a Câmara Federal elegeu Getúlio Vargas como presidente do Brasil para um mandato de quatro anos. A eleição seguinte realizou-se em 14 outubro de 1934 e elegeu os deputados federais, para a Câmara Federal, e os deputados estaduais, para as Assembleias Constituintes nos Estados. Esses constituintes elegeram os governadores e dois senadores por Estado. A eleição de 1934 foi a única sob a vigência da

217 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 160, 162.

218 Conforme Decreto Federal n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 do chefe do governo provisório. Eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, homens e mulheres, ficando excluídos os mendigos, os analfabetos e as praças das forças armadas, excetuados os aspirantes e oficiais, e os guardas civis. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>> , acesso em: 20 de julho de 2013.

219 Segundo FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 174, o Partido Republicano Liberal (PRL), na primeira eleição que concorreu elegeu “quase a totalidade da bancada gaúcha à constituinte federal de 1934.” Na eleição seguinte, para a Assembleia Estadual, manteve-se como majoritário.

nova Constituição, a segunda regulamentada pelo Código Eleitoral de 1932 e o último processo eletivo nacional realizado até o final da Era Vargas em 1945.²²⁰

2.3 Desdobramentos políticos em Soledade e Sobradinho

As vilas de Soledade e Sobradinho tornaram-se cidades em março de 1938. Na década de 1920, o município de Soledade estava organizado em nove distritos: 1º Soledade, 2º Povoado Vitória, 3º Depósito, 4º Sobradinho, 5º Jacuizinho, 6º Lagoão, 7º Restinga, 8º Rincão de Santo Antônio e 9º Espumoso. Em 1940, Soledade trocou o nome dos distritos abandonando a nomenclatura local e religiosa, optando por homenagear personalidades públicas. O primeiro distrito permanecia o da sede, e os outros eram: Barros Cassal, Camargo, Espumoso, Fontoura Xavier, Jacuizinho e Maurício Cardoso. O município de Sobradinho possuía três distritos: o da sede – Sobradinho –, Arroio do Tigre e São Paulo.²²¹ Na escolha da sede do novo município de Jacuí, em 1927, teriam pesado critérios políticos mais do que condições de infraestrutura.²²²

Os municípios de Soledade e Sobradinho estavam economicamente estruturados em bases agrárias desenvolvendo atividades produtivas de criação de animais, cultivo de alimentos, extração de erva-mate e madeira e produção do fumo. O comércio local intermediava a negociação desses produtos e existia um processo industrial incipiente. A administração pública chegava às longínquas e pouco acessíveis áreas rurais de campos e matos do Planalto Médio e da borda da escarpa da Serra através de estruturas distritais como as subprefeituras e subdelegacias de polícia. No aspecto político, a instabilidade foi uma característica da gestão pública em Soledade nos anos 1930, em contraste com a estabilidade de Sobradinho. Enquanto Soledade teve onze prefeitos²²³, refletindo as tensões políticas pós-Revolução de 1930, Sobradinho teve cinco, sendo dois períodos de um mesmo administrador

220 CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 66-7; NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012, p. 73-7, 81.

221 A situação distrital estava em mudança na década de 1930. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, 2. imp., p. 141; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Divisão Administrativa e Judiciária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1943, p. 56; FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 419-21.

222 Segundo a professora estadual Marianinha Nogueira Lopes, que lecionou na colônia São Paulo nos anos de 1940 e 1941, em entrevista realizada em Bagé, em junho de 1987, essa localidade era mais “adiantada” do que Sobradinho: possuía hotel (construído em 1930), hospital, igreja (construída em 1926), o grupo escolar Rui Barbosa, uma escola católica das freiras e prédios de dois e três andares. O meio de transporte mais usado era o cavalo, mas existiam carros e ônibus em circulação. O poder informal era exercido pelo padre: “o que o padre dizia era ordem”. Em 1944, a vila São Paulo adotou o nome de Ibarama, conforme RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Comissão de Estudos Municipais. *Os novos municípios gaúchos*: Ibarama. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.

223 Conforme informações de FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 103, 120, 135; WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 93-100, 129-132; FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2002, p. 138.

e outro que permaneceu apenas um dia. São duas experiências distintas de gestão das elites locais. Os registros disponíveis também são desiguais. Soledade teve papel significativo nos movimentos políticos do início dos anos 1930, enquanto que Sobradinho possuía características mais associadas às colônias de produção agrícola.

Tabela 5 - Prefeitos de Soledade na década de 1930

	Nomes dos Prefeitos	Início e encerramento do mandato	Período
1	Leonardo Seffrin, agrimensor, capitão, eleito (PRR); Vice: Hércules Boccardi	18 de outubro de 1928 a 03 de março de 1931	2 anos e 4 meses
2	Olívio de Carvalho Marques, tenente, nomeado	03 de março de 1931 a 23 de janeiro de 1932	10 meses
3	Guilherme Vasconcellos, comerciante, nomeado	23 de janeiro de 1932 a 12 de agosto de 1932	6 meses
4	João Carmeliano de Miranda, tenente coronel	12 de agosto de 1932 a 17 de janeiro de 1933	5 meses
5	Amílcar Cunha e Albuquerque	17 de janeiro de 1933 a 08 de fevereiro de 1934	1 ano
6	Francisco Müller Fortes (PRL), nomeado	02 de maio de 1934 a 1º de outubro de 1935	1 ano e 5 meses
7	José Campos Borges (PRL), major, nomeado, eleito em 17/11/1935	1º de outubro de 1935 a 25 de maio de 1936	7 meses
8	Reinaldo Heckmann (PRL), médico, presidente da Câmara Municipal	15 de junho de 1936 a 14 de março de 1938	1 ano e 9 meses
9	Olmiro Ferreira Porto (PRR/FUG), farmacêutico, subprefeito, nomeado interino	14 de março de 1938 a 17 de agosto de 1938	5 meses
10	Tissiano Felipe de Leoni, 1º tenente	31 de agosto de 1938 a 10 de janeiro de 1939	4 meses
11	Otaviano Paixão Coelho, major	10 de janeiro de 1939 a 10 de janeiro de 1941	2 anos

No município de Soledade, a década de 1930 foi marcada por acirradas disputas pessoais e políticas violentas. A instabilidade local estava ligada à ingerência do poder estadual e à conjuntura política nacional. Os “estabelecidos” de Soledade tiveram notada

participação nos principais embates políticos da década. Um breve perfil dos gestores públicos contribui para que se verifiquem alguns elementos constitutivos do exercício de mando local e para que se demonstre a instabilidade do poder municipal.

Em 3 de março de 1931, o agrimensor Leonardo Seffrin, à época vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), eleito em 1928, não havia terminado o mandato, quando foi substituído. O tenente Olívio de Carvalho Marques foi nomeado em decorrência dos movimentos políticos decorrentes da Revolução de 1930. O militar permaneceu como prefeito municipal, por menos de um ano, até 23 de janeiro de 1932. Segundo Garibaldi Wedy²²⁴, Olívio Marques era “pessoa completamente estranha a Soledade”, sua nomeação poderia ser vista como exemplo da “discórdia política reinante”, onde nem o PRR, nem o Partido Libertador (PL), unidos na Frente Única Gaúcha (FUG), conseguiram efetivar um prefeito local: “Era a luta política, intensa e sem tréguas, clandestina ou pública, com suas inquietações e consequências, muitas vezes, funesta.” Olívio Marques já não estava mais em Soledade, quando foi assassinado.

Nos seis meses seguintes, de 23 de janeiro a 12 de agosto de 1932, foi prefeito nomeado o comerciante Guilherme Vasconcellos, possivelmente filiado ao PRR, mas desautorizado a falar pelo partido.²²⁵ Ele foi substituído pelo tenente-coronel João Carmeliano de Miranda, morador do distrito do Jacuizinho²²⁶, que exerceu o poder municipal por cinco meses, até 17 de janeiro de 1933. Foi em sua gestão que houve o levante da FUG em Soledade em apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Amílcar Cunha e Albuquerque governou Soledade por um ano, de 17 de janeiro de 1933 a 08 de fevereiro de 1934. Em seu lugar, assumiu Francisco Müller Fortes do Partido Republicano Liberal (PRL), conhecido como líder dos *bombachudos*.

A gestão de Francisco Müller Fortes durou 17 meses, de 02 de maio de 1934 até 1º de outubro de 1935. Diretamente identificado com o partido do general Flores da Cunha, ele foi envolvido em denúncias de violência durante sua gestão. Contudo, o prefeito Müller Fortes conseguiu intervir decisivamente nos processos eleitorais de 1933 e 1934. Estava em jogo o processo constituinte federal e estadual e a escolha, de forma indireta, dos novos governadores e do presidente da República. Os deputados estaduais e federais eleitos nesses pleitos formularam a Constituição de 1934 e elegeram Getúlio Vargas como presidente da República e Flores da Cunha como governador do estado.

224 Garibaldi Almeida Wedy, formado em direito, foi promotor de Justiça e juiz de direito na Comarca de Sobradinho, foi prefeito nessa cidade e, posteriormente, desembargador. Seu livro é esclarecedor sobre diversos fatos ocorridos na década de 1930 em Soledade. Nesse capítulo, utilizamos largamente as informações do autor. WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 95, 97, 162.

225 Ibidem, p. 97.

226 Loc. cit.

No entanto, em janeiro de 1936, menos de três meses após ter sido afastado da prefeitura de Soledade, o ex-prefeito Müller Fortes foi executado com três tiros de revólver, em frente a sua casa em Cruz Alta, para onde havia se refugiado depois de sua tumultuada gestão em Soledade. Foi nomeado para substituí-lo o major José Campos Borges também do partido governista (PRL). Conhecido como Juquita²²⁷, Campos Borges foi sufragado no pleito municipal de 17 de novembro de 1935, e permaneceu na função até 25 de maio de 1936. Faleceu em 26 de maio, no exercício do mandato, vítima de tiroteio com o correligionário e ex-prefeito Leonardo Seffrin.

Frente ao assassinato do prefeito eleito no exercício do mandato, o presidente da Câmara Municipal de Soledade, médico Reinaldo Heckmann²²⁸ (PRL), assumiu em 15 de junho de 1936 e ficou até 12 de março de 1938, quando foi afastado. O farmacêutico Olmiro Ferreira Porto²²⁹ assumiu interinamente em 14 de março de 1938 permanecendo até 17 de agosto de 1938. Sua gestão foi o acesso ao poder municipal do grupo que combateu ao lado de Borges de Medeiros contra Getúlio Vargas e Flores da Cunha em 1932. Sua gestão coincide com a perseguição aos *monges barbudos* e ao assassinato de Anastácio Desidério Fiúza e de André Ferreira França. De 31 de agosto de 1938 a 10 de janeiro de 1939, assumiu o 1º tenente da Brigada Militar Tássiano Felipe de Leoni, sendo sucedido pelo major Otaviano Coelho²³⁰. Observa-se que os mandatos foram extremamente curtos e houve predominância de patentes militares entre os indicados.

No novo município de Jacuí, a década de 1930 iniciava com serviço de telégrafo e com luz elétrica na vila.²³¹ O prefeito Santo Carniel contratou o serviço de iluminação que iniciou o fornecimento em novembro de 1930. A energia era fornecida por um locomóvel, de 18 hp e 10 kw, de propriedade de Salvador Bordini, de Garibaldi, e Luiz Menegassi, que obtiveram a concessão do Governo Federal. O serviço iniciava ao anoitecer e estendia-se até às 23h. No ano seguinte, Bordini saiu da sociedade, passando-a para João Humberto Zasso. Da Zasso e Cia faziam parte José e João Vendrusculo e o próprio Santo Carniel. A companhia adquiriu uma nova máquina por 38 contos que funcionou até 1939.²³² Já a assistência médica teve seu primeiro profissional no municipal em 1935: Mário Spindola foi nomeado pelo

227 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940*. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 163.

228 Ou Reynaldo

229 Olmiro Ferreira Porto foi prefeito de Soledade outras duas vezes, em 1947 e 1963. Conforme Prefeitura Municipal de Soledade, disponível em: <<http://www.soledade.rs.gov.br/cidade/galeria-de-ex-prefeitos>>, acesso em 04/03/2014, 16:04.

230 Otaviano Paixão Coelho foi prefeito de Camaquã e era tido como florianista, foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional durante gestão de Cordeiro de Farias (1940). Era da Guarda Civil em 1935. Conforme GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 27, nota 37.

231 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 36.

232 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Cartório de Notas. Vila de Jacuí. Livros 2, p. 98v- 99. (APERS); BANDEIRA, Aurélio. Op.cit., p. 34-5.

prefeito Santo Carniel, mas sem remuneração, como vantagem ficou isento dos impostos municipais.²³³

No aspecto político, Sobradinho não viveu a instabilidade de Soledade. O que não pode ser entendido como fator de maior tranquilidade para os munícipes. O poder centralizado do coronel Santo Carniel causava medo e intranquilidade. Ele era vinculado ao tradicional Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), do ex-governador Borges de Medeiros, migrou para o Partido Republicano Liberal (PRL) do governador Flores da Cunha e, por diversas vezes, esteve associado a negócios escusos facilitados por seu prestígio e poder político. Carniel foi eleito já na segunda eleição para o Executivo municipal, sendo empossado em 11 de março de 1928.

Tabela 6 - Prefeitos de Sobradinho na década de 1930

	Nomes dos Prefeitos	Início e encerramento do mandato	Período
1	Santo Carniel (PRR), coronel, comerciante, eleito	11 de março de 1928 a 30 de dezembro de 1932	4 anos e 9 meses
2	Reinaldo Seitenfus, nomeado	30 de dezembro de 1932 a 26 de dezembro de 1934	2 anos
3	Felisbino ²³⁴ Monteiro, capitão, nomeado	Um dia	
4	Santo Carniel (PRR), coronel, comerciante, eleito	26 de dezembro de 1934 a 27 de agosto de 1938	3 anos e 8 meses
5	Edison Ketzer, tenente capitão, nomeado	27 de agosto de 1938 a 15 de abril de 1941	2 anos e 7 meses

As intervenções do Governo Provisório estabelecido em 1930 não atingiram o prefeito eleito de Sobradinho. Santo Carniel permaneceu no cargo até 30 de dezembro de 1932 quando foi nomeado para substituí-lo Reinaldo Seitenfus. O novo prefeito havia sido presidente do Conselho Municipal – eleito no primeiro pleito do novo município do Jacuí – e permaneceu na prefeitura até 26 de dezembro de 1934. Na mesma data foi designado o capitão Felisbino Monteiro, que possivelmente não tenha ficado sequer um dia. Em 26 de dezembro de 1934 assumiu o prefeito eleito, pela segunda vez, coronel Santo Carniel, permanecendo até 27 de agosto de 1938. A perseguição ao movimento dos *monges barbudos* ocorreu durante essa gestão. Em 27 de agosto de 1938, assumiu o tenente capitão Edison Ketzer, designado pelo

233 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 36.

234 Ou Filisbino.

governo estadual para o cargo de prefeito. Ele cumpriu o mandato até 15 de abril de 1941.²³⁵ Também nesse caso, destacam-se as patentes militares.

2.4 Revolução Constitucionalista de 1932: rupturas e traições

A oposição ao governo estabelecido por Getúlio Vargas em 1930 crescia no Rio Grande do Sul e no próprio ministério do presidente provisório. No final de 1931, em Cachoeira do Sul, lideranças políticas da Frente Única Gaúcha (FUG) reuniram-se com o interventor federal no governo do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, buscando iniciativas políticas para barrar a influência do tenentismo no governo federal.²³⁶ Conforme Elizabeth Cancelli, eram visíveis as contradições políticas no governo Vargas que se aliava simultaneamente “às velhas ‘oligarquias’ regionais e aos tenentes”.²³⁷ Assim, no início de 1932, quando militares empastelaram o *Diário Carioca*, em um episódio extremamente violento²³⁸, o presidente não puniu os tenentistas envolvidos. Como resposta, os gaúchos que ocupavam cargos políticos federais retiraram-se coletivamente do governo. Barros Cassal, Batista Luzardo²³⁹, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e o soledadense Maurício Cardoso retornaram ao sul, reivindicando liberdade de imprensa e a realização de uma Assembleia Constituinte.

Assim, membros da FUG – liderados por Borges de Medeiros²⁴⁰ do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Raul Pilla, vice-presidente do Partido Libertador (PL), e Batista Luzardo – passaram a se articular com os paulistas que preparavam a insurreição. Em 9 de julho de 1932, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, era esperada a adesão do Rio Grande do Sul. A FUG aderiu, mas o estado estava dividido.²⁴¹ O general interventor federal no Governo do Estado, Flores da Cunha, acabou recuando e manteve-se fiel a Vargas.²⁴² Ele manteve o controle da Brigada Militar e da 3ª Região Militar. Contingentes foram deslocados para o sul de São Paulo e batalhões provisórios foram formados em todo o estado para a defesa do governo de Vargas. Enquanto isso, em agosto, os

235 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*.

Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 31, 33; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 17 de agosto de 1938; CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 de abril de 1938; BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho: Conferência*. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940, p. 13.

236 PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 94.

237 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 38.

238 NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 13-36.

239 Conforme CANCELLI, Elizabeth. Op. cit., p. 49, 53, o médico Batista Luzardo foi o primeiro chefe de Polícia do Distrito Federal pós 1930, reformulou a instituição para atender às necessidades “do modelo ditatorial” (p. 49): “Era a época científica da polícia, que se instalara desta vez para ficar.” (p. 53).

240 O ex-governador Borges de Medeiros acabou sendo preso pelo governador Flores da Cunha. Conforme GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 13.

241 PESAVENTO, Sandra Jatthy. Op. cit., p. 94.

242 GERTZ, René E. Op. cit., p. 13.

três principais líderes gaúchos da revolta, comprometidos com São Paulo, partiram para o interior com a finalidade de combater o interventor federal no Estado e a ditadura de Vargas.

Alguns levantes insurrecionais ocorreram no Rio Grande do Sul: em Júlio de Castilhos, liderado por Marcial Terra, em Santa Maria, pelo capitão Martim Cavalcanti, em Vacaria, com Otacílio Fernandes, em Soledade, chefiado pelo coronel Cândido Carneiro Júnior²⁴³ (PL), conhecido como Candoca, e, o mais significativo deles, o de Cerro Alegre, que contou com a participação dos três líderes da revolta.²⁴⁴ Em Soledade, no final de agosto, republicanos e libertadores preparavam a rebelião. Em 1º de setembro foi lançado o *Manifesto ao Povo do Rio Grande do Sul* onde eram justificadas as razões dos soledadenses signatários para aderir à causa constitucional. Estavam ao lado dos paulistas “contra uma ditadura funesta e nefasta aos destinos da nacionalidade”. Entre outros, assinavam o manifesto personalidades locais que podem ser vistas em posição de destaque ao longo da década: Olmiro Ferreira Porto²⁴⁵, Pedro Guilherme Simon²⁴⁶, Ludovico Thomasi²⁴⁷, Inácio Dihel²⁴⁸ e Deodoro Serrano²⁴⁹. Alguns deles estiveram diretamente envolvidos com a perseguição aos *monges barbudos* em 1938.

Era prefeito municipal em Soledade o tenente-coronel João Carmeliano de Miranda que assumiu, dias antes, em 12 de agosto de 1932, e permaneceu no poder municipal por cinco meses, até 17 de janeiro de 1933.²⁵⁰ Os rebeldes tomaram dois corpos provisórios – denominação das forças auxiliares da Brigada Militar²⁵¹. No amanhecer do dia 1º de setembro, os rebeldes tomaram o quartel do 44º Corpo Auxiliar, o comandante e alguns oficiais foram presos. O coronel Pedro Corrêa Garcez (PRR) assumiu o comando desse levante. Enquanto isso, o comandante do 33º Corpo Auxiliar, coronel Candoca, foi proclamado comandante das forças revolucionárias constitucionalistas de Soledade. Com outros três coronéis – Caio Graccho Serrano, Hércules Boccardi²⁵² e Urbano Benigno dos Santos – instituíram o estado maior da rebelião. Eles estabeleceram um novo governo municipal e prenderam os contrários. Os insurgentes diziam possuir um efetivo de 1.500

243 O coronel Cândido Carneiro Júnior protagonizou vários episódios municipais na década de 1930, conforme será apontado no decorrer deste capítulo.

244 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 97.

245 Foi prefeito interino de Soledade em 1938.

246 Foi processado pela morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos junto com outros seis acusados.

Todos foram absolvidos.

247 Hoteleiro.

248 Fazendeiro.

249 Deodoro Graco Serrano foi entrevistado em Espumoso, em 02 de novembro de 1990. Alfaiate, ele estava com 85 anos.

Ele viveu em Soledade até os 25 anos, por volta de 1928 foi residir no Jacuizinho.

250 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 28-30.

251 *Ibidem*, p. 35.

252 Foi vice-prefeito de 1928 a 1931.

homens em Soledade. Com esse contingente, organizaram duas divisões para invadir os municípios de Carazinho e Passo Fundo.²⁵³ Pergunta-se: de onde saíam tantos combatentes?

O coronel Candoca, em carta enviada ao interventor federal no Estado, general Flores da Cunha, dizia-se pressionado “pelo povo e famílias” para assumir o comando do movimento contrário à “ditadura” em Soledade. Afirmava, ainda, que organizara um corpo com 400 homens – com os recursos recebidos do Governo do Estado para lutar a favor do Governo Provisório –, por ser esse dinheiro do povo, reivindicou o direito de usá-lo contra Vargas. Candoca dizia-se um dos maiores contribuintes do fisco municipal e estadual, colocando os seus bens como garantia do recurso público confiscado. Afirmava lutar até a morte “nas matas deste município, quando não possa lutar no campo”.²⁵⁴ Observa-se que as matas, os matos, as florestas e as serras, citadas pelos autores, podem ser vistas não apenas como um lugar físico de intensa vegetação, mas um espaço social de refúgio.

O governo estadual enviou pesada força para lutar contra os rebeldes. No comando dos legalistas estava o subchefe de polícia da região de Cruz Alta e Soledade, coronel Victor Dumoncel Filho. O contra-ataque chegou ao município pela estrada do Jacuizinho-Soledade. Os opositoristas afastaram suas forças da sede municipal, indo para o interior, nas serras de Lajeado e Arroio do Meio. Em 13 de setembro, às margens do Rio Fão, no Passo da Barca, próximo à embocadura do rio Duduia, os insurgentes foram atacados por “um esquadrão do Regimento Presidencial” da Brigada Militar, o combate teria durado cerca de seis horas com baixas de ambos os lados.²⁵⁵ A força constitucionalista retirou-se para os matos.

O general Flores da Cunha, interventor federal no Estado, enviou um emissário para que o grupo da FUG aceitasse a pacificação, em 5 de outubro de 1932, no Povoado Vitória, tempos depois denominado de Maurício Cardoso. No mês anterior, o coronel Victor Dumoncel já havia tentado um acordo de rendição, por intermédio de Lúcia Spalding e Rosaura Tomasi²⁵⁶ – esposas de combatentes –, dada a evidente superioridade das forças governistas que sitiavam os rebeldes ameaçando vencê-los pela fome. A essa primeira proposta, o general Candoca não aceitou porque a paz dependia da deposição das armas e da devolução da verba desviada. Teria alegado que as forças legais levaram de sua propriedade e da fazenda de seu irmão, Pedro Carneiro, gado, porcos e cavalos, produtos da lavoura e um

253 Conforme FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 123-4, 126; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 96.

254 FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 126.

255 FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 127; WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940*. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 130.

256 Lúcia Spalding era esposa de Kurt Splading e Rosaura Tomasi possivelmente fosse esposa de Ludovico Thomasi que assinou o Manifesto ao Povo do Rio Grande do Sul. WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 122.

automóvel Chevrolet. O comandante rebelde pedia que o produto do saque fosse abatido da dívida.²⁵⁷

Parece que a argumentação não convenceu o interventor federal, até porque os revoltosos também fizeram requisições de cavalos nas fazendas. Em 22 de outubro, em Guaporé, um acordo definitivo impunha que o coronel Cândido Carneiro Júnior, para ser libertado, vendesse terras para ressarcir ao Governo do Estado a importância de 90 contos de réis, correspondente ao valor entregue para a formação do 33º Corpo Auxiliar. Ele comprometeu-se também a devolver as armas que estavam extraviadas. Em troca, o governo dispunha-se a assegurar garantias individuais aos revoltosos, sem coação ou responsabilidade criminal pelo levante. Essas questões de mobilização de contingentes, desvio de armamentos e substanciais recursos financeiros serão mencionadas novamente em 1938, como argumento de vinculação dos *monges barbudos* ao governador deposto Flores da Cunha.²⁵⁸

Segundo Sérgio da Costa Franco²⁵⁹, mesmo com a resolução do conflito armado, “seguiu-se um longo período de intranquilidade para os soledadenses que haviam participado do levante. E vários incidentes e conflitos que ocorreram mais adiante, não passaram de reflexos da luta de 1932, dos ressentimentos e vinganças que desencadeou.” Segundo Loiva Félix²⁶⁰, no aspecto político na região serrana, os acontecimentos de 1932 apresentaram dois aspectos fundamentais: a mobilização dos coronéis para a Revolução Constitucionalista e o início da mudança na prática coronelista. Para a autora, a Revolução de 1930 não acabou com o coronelismo, mesmo com o voto secreto, continuaram os apadrinhamentos e as intervenções políticas buscando benefícios. Apontava que o poder dos coronéis vinha da “capacidade de usar a força, a violência ou de acobertá-la sem que houvesse a possibilidade de ser molestado pelas autoridades oficiais, uma vez que, em geral, era ele também que, na órbita municipal ou distrital, fazia essas autoridades.”

Seguindo especialistas no tema²⁶¹, a Revolução Constitucionalista pode ser vista como a disputa entre dois setores das classes dominantes gaúchas: um, com interesses estaduais e, o outro, com perspectivas nacionais. A ala regional, temendo a perda do poder oligárquico, rebelou-se contra o poder central. Enquanto que a ala nacionalista, identificada com a orientação do Governo Provisório, aderiu à ordem como perspectiva para o desenvolvimento econômico. Vargas saiu vitorioso em seu projeto nacional, pois conseguiu submeter as oligarquias regionais. Em troca, continuou a assegurar uma política de proteção aos produtos

257 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 128;

WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 130.

258 FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 128; WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 130.

259 FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 128.

260 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 163.

261 PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *A Revolução Federalista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 92-3, 185.

agrícolas, como o café e a pecuária. Paralelamente, buscava a diversificação da produção incentivando a colocação dos produtos da periferia no centro do país. Para Pesavento²⁶², estava em preparação “uma nova forma de acumulação de capital que iria se centrar na indústria”, possibilitada pela “utilização de mão de obra nacional remunerada a baixo preço”. A legislação trabalhista instituída não chegou até as áreas rurais.

2.5 Violência política em Soledade e Sobradinho pós-1932

Após os confrontos armados contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas na presidência da República, e do interventor federal no Estado, general Flores da Cunha, ocorridos de agosto a outubro de 1932, a aliança política estabelecida desde 1928 com a Frente Única Gaúcha (FUG), desestruturou-se. Os herdeiros políticos da FUG foram os oposicionistas que, sob a liderança do ex-governador Borges de Medeiros (PRR) e de Raul Pilla (PL), mantiveram-se associados. Os situacionistas integraram uma nova associação política: o Partido Republicano Liberal (PRL). O novo partido foi criado pelo interventor federal no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, que acumulava a função de presidente da agremiação²⁶³. A nova entidade visava à sustentação política estadual, com base social predominante de fazendeiros, ligados à agropecuária, mas também com comerciantes, industrialistas e negociantes que, segundo Pesavento²⁶⁴, “se interessavam por estabilidade, paz e favores do governo”.

O PRL atraiu a maior parte dos coronéis republicanos, os grupos oligárquicos e os setores tenentistas.²⁶⁵ Significou um momento de rearticulação coronelista que perdurou até 1937. Para Pesavento²⁶⁶, o PRL “foi a concretização, a nível político-partidário, da corrente dita ‘nacional’ que se constituía no Estado”. O novo partido, “revelava-se capaz de atrair os interesses da classe dominante e de sua extensão, a elite culta dos profissionais liberais”. Além da adesão de prefeitos municipais e comandantes de corpos de milícias, o partido recebeu o apoio de Vargas. Em curto espaço de tempo, o PRL tornou-se hegemônico no estado como alternativa aos tradicionais PRR e PL. Com a nova agremiação, o interventor federal entrava de forma crescente nas questões municipais esvaziando ou associando-se ao poder dos coronéis locais.

262 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 97.

263 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 117.

264 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 99, 100-1, 103, 114.

265 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 162, 173, 176.

266 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 99, 100-1, 103, 114.

Em Soledade, não foi exatamente “paz e estabilidade” que o PRL conseguiu promover. No período de 1932-1933, a região do Planalto Médio esteve sob a influência política dos subchefes de polícia. A estrutura de Estado, sob o governo Flores da Cunha, imbricou-se com a esfera político-partidária. Segundo estudos de Loiva Otero²⁶⁷, essa região apresentava “um grau bastante elevado de radicalismos políticos e de violências, respaldadas pelas demonstrações de força dos dois coronéis que [...] apresentavam um certo equilíbrio de forças”. Eram os subchefes de polícia Victor Dumoncel Filho e Vazulmiro Dutra. Eles indicavam as autoridades municipais como prefeitos, delegados, juízes e promotores.

Victor Dumoncel, que teve atuação destacada nos confrontos de 1932, na defesa dos governos de Flores da Cunha e de Getúlio Vargas, conforme visto anteriormente, saiu fortalecido para atuar na política local e influenciar as questões municipais.²⁶⁸ Ele exercia seu poder de mando sob os municípios de Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Santa Maria, Soledade e Tupanciretã. Por outra parte, Vazulmiro Dutra controlava Bom Jesus, Erechim, Iraí, Lagoa Vermelha, Palmeira, Passo Fundo e Vacaria. Assim, a organização de Estado, especialmente a policial, entrava de forma crescente nas decisões políticas municipais e nas articulações de poder nas regiões. Em 1934, já eram visíveis as duas faces do poder de Victor Dumoncel: de um lado, um “crescente prestígio entre os situacionistas”, conquistado pela permanência no poder desde 1923, ainda no governo Borges de Medeiros; de outro lado, a mobilização de grupos informais armados e violentos que atuavam principalmente em Soledade.²⁶⁹

Para Loiva Otero²⁷⁰, os “provisórios” de Victor Dumoncel, que teriam substituído os corpos auxiliares da Brigada Militar, eram “figuras apavorantes”: “um perfeito exército de malfeitores”, “bandoleiros” que “alarmavam os habitantes da região serrana”²⁷¹ a perseguir, matar, atentar contra os direitos e as liberdades dos que discordavam do governo de Flores da Cunha. Ficaram conhecidos como *bombachudos* por andarem montados em bons cavalos vestindo largas bombachas. Por quase três anos, de 1934 a 1936, Soledade teria vivido “o incremento da violência”, em especial “da violência política”, onde o termo “fazer uma limpeza”, no vocabulário local, equivalia ao “assassinato de indesejados ou desafetos”. No município, os *bombachudos* eram liderados pelo prefeito nomeado Francisco Müller Fortes (PRL), que exerceu um mandato de um ano e cinco meses²⁷². Eram cerca de 20 funcionários da prefeitura, “trabalhadores de rua”, que teriam sido recrutados entre “criminosos”.

267 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 164.

268 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 131.

269 FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 164.

270 Ibidem, p. 167-70.

271 REIS, Gomercindo. *Defendendo a verdade*. O que foi a administração de Artur Ferreira Filho em Passo Fundo na vigência do Estado Novo. Passo Fundo, Empresa Gráfica Editora, 1947, p. 50. Apud FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 167, nota 86.

272 O mandato foi de 02 de maio de 1934 a primeiro de outubro de 1935.

A Frente Única Gaúcha acusava o prefeito Müller Fortes de perseguir adversários políticos, mas também advogados, juízes e o promotor de Justiça, inclusive com agressões físicas. Nesse clima de enfrentamento entre as elites políticas locais, ocorreu a eleição de 14 de outubro de 1934 para a escolha de deputados estaduais e federais. O sufrágio foi de tal forma tumultuado que necessitou de uma eleição suplementar para concluir o pleito eleitoral realizada em dezembro do mesmo ano. Estava em jogo a formulação da Constituição do estado, a escolha do governador e de dois senadores, que foram indicados pelos deputados estaduais eleitos nesse pleito. A população estava amedrontada com a violência política.

2.6 Conquista violenta dos novos eleitores

Segundo pesquisas de Garibaldi Wedy²⁷³ sobre os conflitos violentos no processo eleitoral de 1934, no início de outubro daquele ano começaram a ser veiculadas notícias de atentados políticos em Soledade. Na versão dos membros da Frente Única Gaúcha (FUG), no dia 3, os “capangas” do prefeito Francisco Müller Fortes (PRL) teriam invadido a residência do frentiunista Cândido Carneiro Júnior, ameaçando um peão e sua esposa. O coronel Candoca, como era conhecido o chefe do Estado Maior dos revoltosos de 1932, já estava fora da vila devido às ameaças. A casa de Albino Senger (FUG) também teria sido invadida. Mencionavam prisões e espancamentos realizados pela polícia e pela Guarda Municipal, isentando a Brigada Militar das ações violentas. Os dirigentes da FUG destacavam que o delegado de Polícia de Soledade tinha conhecimento sobre as ameaças aos “adversários políticos do prefeito”.

Em 15 de dezembro de 1934, na véspera da eleição suplementar, um polêmico tiroteio vitimou Kurt Spalding²⁷⁴. De descendência alemã²⁷⁵, ele chegou a Soledade em 1907. O coronel Spalding era farmacêutico e proprietário da Farmácia Serrana. Atendia doentes no interior do município e recebia os vizinhos em sua casa para as festas comemorativas tradicionais como Páscoa, Natal e Carnaval. Politicamente, era do Partido Libertador, foi presidente do Conselho Municipal na gestão do agrimensor e capitão Leonardo Seffrin (1928-1931) e atuou como médico da coluna revolucionária da FUG em 1932. Uma versão apresentada para o tiroteio era de que três homens armados invadiram sua casa, atingindo-o mortalmente. No momento do atentado, estava em sua residência o correligionário coronel

273 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940*. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 36-8.

274 *Ibidem*, p. 94. O autor apresenta duas fotografias onde aparece: Candoca, seu irmão Pedro Carneiro, Kurt Spalding, Guilherme Vasconcellos, Vivaldino Camargo, Leonardo Seffrin, Lisbôa, Mario Carneiro, Fernando Seffrin e Jacques Camargo, entre outros não identificados. Eles compunham um grupo político com poder em Soledade.

275 Kurt Spalding nasceu em 12 de abril de 1884, em Triunfo. O pai, Louis Emil Spalding era natural da Alemanha, a mãe, Maria Silvéria Riedel Splading, era de Minas Gerais. WEDY, Garibaldi Almeida. *Op. cit.*, p. 16-8, 21.

Candoca que teria reagido “matando um bandido” e atingindo os outros dois, um deles conseguiu fugir e o outro acabou morrendo logo depois. Como responsáveis pelo atentado foram apontados os capangas do prefeito Müller Fortes.²⁷⁶

O coronel Candoca sobreviveu ferido ao atentado e deu conhecimento do ocorrido e de outras violências aos líderes da FUG – Borges de Medeiros e Raul Pilla – através de telegrama. Dizia: a “capangagem armada de fuzil está postada nas estradas, impedindo o comparecimento às urnas dos nossos correligionários.”²⁷⁷ Como reação política à violência, chamava os frentistas a não comparecerem às eleições. Ele era da Comissão Mista da Frente Única de Soledade e formalizou denúncia ao Tribunal Regional Eleitoral, pedindo a impugnação do processo eleitoral, acusando as autoridades municipais. O general Candoca foi preso no destacamento da Brigada Militar na vila de Soledade acusado de matar dois dos agressores. Ele pediu ao juiz distrital para submeter-se à cirurgia para retirar uma bala alojada no seu tórax em Passo Fundo. O pedido foi deferido, mas o prefeito teria se negado a atendê-lo. Candoca conseguiu tratamento médico e aproveitou a oportunidade para fugir da prisão ficando quase dois anos fora de Soledade. Em 1936, ele voltou e respondeu ao processo movido pelo Ministério Público, junto com Albino Senger, pelas mortes de Assis Ferreira²⁷⁸ e Alvino dos Santos Ferreira e pelas lesões a Ricardo Schaffer. Candoca e Albino foram absolvidos.²⁷⁹

As outras denúncias de violências no processo eleitoral envolviam o subprefeito e subdelegado do quinto distrito de Soledade, Jacuizinho, Godofredo Siqueira. Ele era candidato a deputado estadual no pleito e teria afirmado que não consentiria que um só frentista votasse. Foi acusado de infringir o Código Eleitoral ao ameaçar de morte e espancar eleitores. Godofredo foi responsabilizado pelo homicídio de Bernardino Rodrigues, no sexto distrito do Lagoão, em 1932, praticado por seus “apaniguados”, quando já era subprefeito distrital. Tempo depois, ele mesmo foi vítima de crime violento: foi baleado pelas costas quando regressava do interior do quinto distrito de motocicleta. Foram denunciados por sua morte quatro homens da família Vargas: Antônio Fernandes, Napoleão José, Nelcindo e Waldemar, todos foram absolvidos.²⁸⁰

O delegado de polícia de Soledade, Macário Serrano, também foi apontado como agente de práticas ilegais. Com cerca de dez soldados armados, estaria “em pé de guerra”, percorrendo o 1º distrito, impedindo o acesso à Vila e “espancando” os eleitores. A Frente

276 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 169;

WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 95.

277 WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 41-2.

278 Assis Ferreira ou Gerônimo Ferreira, conforme WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 107.

279 Ibidem, p. 38-43, 51, 54, 55-61, 67.

280 Ibidem, p. 104, 108, 111.

Única Gaúcha solicitou um *habeas-corpus* para o eleitorado ao juiz distrital. A autoridade judiciária concedeu, mas alertava que não tinha forças policiais para garanti-lo. O chefe de polícia e o secretário do Interior também foram notificados dos acontecimentos e do brutal assassinato do “prócer frentista” João Pereira da Silva, fuzilado na frente da família por sete homens armados de fuzil no Jacuizinho. Em outro telegrama, Francisco Solar, cidadão do Jacuizinho, comunicava ao chefe de polícia que o subdelegado do distrito andava com “seis capangas armados de fuzis de guerra espancando cidadãos pacatos em plena rua do povoado”. Sua casa estaria cercada por eles com a finalidade de matá-lo.²⁸¹

Além desses crimes, também era noticiada a tentativa de assassinato de Caio Graccho Serrano (FUG), que formou o estado maior dos rebeldes em 1932. No dia da eleição, outro subprefeito, Barroso, teria buscado reforços em Cruz Alta, na Colônia 15 de Novembro. Eram cerca de 30 homens armados, que estariam “espalhando o terror com ameaças e espancamentos”. O advogado da FUG e outro delegado do partido, Abelardo Almeida Campos, foram ameaçados de prisão e que seriam “desfeiteados”. Foi solicitado ao Superior Tribunal Eleitoral “força federal” para garantir os “direitos cívicos dos frentistas”. A vila de Soledade estaria sob o comando dos subprefeitos dos 10º e 11º distritos com “dois piquetes armados de fuzis que foram postados nas estradas donde vinham a maioria dos eleitores da oposição, impedindo a saída.” Até final de dezembro, continuaram as denúncias de ameaças de morte e de que “capangas infestam [a] vila”. A ruptura entre as autoridades locais ficou expressa nas divergências entre o juiz e o prefeito.²⁸² O PRL no poder municipal e estadual utilizava-se de diferentes meios para influenciar o resultado eleitoral.

A situação de Soledade não ficou pacificada depois das eleições de 1934, ao contrário. O sufrágio acabou acirrando as disputas entre os “estabelecidos” locais, assim como já tinha ocorrido em 1932. Loiva Otero²⁸³ apresentou informações do jornal *Correio do Povo*, de 1935, onde, diariamente, eram noticiadas violências e arbitrariedades políticas no município. O *caso de Soledade*, conforme foi denominado, denunciava práticas políticas violentas, que incluíam assassinatos cometidos pela situação e pela oposição, predominando as ações ligadas ao prefeito Francisco Müller Fortes, apoiado pelo coronel Victor Dumoncel, subchefe de polícia. O Governo do Estado teria solicitado a presença do coronel e do prefeito de Soledade em Porto Alegre, para que fosse encontrada uma solução para a crise política. Os funcionários da prefeitura estavam recolhendo assinaturas para serem enviadas ao governador do estado, pedindo a permanência de Francisco Müller Fortes no poder municipal. Sua guarda especial, os *bombachudos*, estava percorrendo a Vila, “distribuindo boletins” elogiosos ao prefeito.

281 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 111.

282 Ibidem, p. 57.

283 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 167.

Ainda em 1935, uma Comissão Parlamentar²⁸⁴, composta pelo deputado estadual Viriato Dutra, irmão de Vazulmiro²⁸⁵, e Maurício Cardoso²⁸⁶, esteve em Soledade para apurar denúncias de irregularidades administrativas.

Para Loiva Otero²⁸⁷, o conflito não chegou a ser totalmente pacificado, a rivalidade aberta entre Vazulmiro e Dumoncel acrescentou mais violência política à região. Vazulmiro estava na oposição municipal em Soledade e queria retirar o município do controle da 3ª região policial – chefiada por Dumoncel –, e queria integrá-lo à 5ª região policial, à qual comandava. O poder político dos coronéis Victor Dumoncel e Vazulmiro Dutra – embora rivalizado entre eles – garantia os altos índices eleitorais obtidos pelo PRL nos sufrágios de 1933 e 1934. Em julho de 1933, prefeitos da região, enviaram um manifesto ao interventor federal no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, em face da instabilidade política estadual, “hipotecando solidariedade política a Dumoncel” indicavam o coronel para comandá-los em caso de luta armada. O prefeito de Soledade subscreveu o documento ao lado dos colegas de Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Júlio de Castilhos, Santa Maria e Tupanciretã.

A historiadora Loiva Félix aponta que nas “matas de Soledade” concentravam-se um grande número de “bandidos e marginais”, de passagem, em fuga para outros estados, ou refugiando-se. Na região, podiam prestar serviços para os coronéis. Esses contingentes humanos, armados de forma privada, eram constituídos a partir de uma população masculina adestrada no uso da força física e no manuseio de armas de fogo, que se escamoteava nas florestas e viviam a margem das relações sociais, eram mobilizados para práticas de coerção violenta e de interferência na política partidária e na administração do estado. A formação desses grupamentos, sua composição étnica e seus vínculos com a sociedade envolvente, ainda podem ser melhor estudados.

2.7 A difícil pacificação política em Soledade

Em Soledade e na região, os ânimos políticos tinham se exaltado de forma dramática. Em 19 de janeiro de 1936, o ex-prefeito Francisco Müller Fortes (PRL), chefe dos *bombachudos*, foi executado com três tiros de revólver, dois na cabeça, em frente a sua casa localizada na Praça da Matriz em Cruz Alta, durante o mandato do prefeito Campos Borges, seu correligionário. O fato ocorreu dois dias após as principais lideranças políticas e chefes

284 SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. (AHRGS)

285 Ou Wazulmiro.

286 O soledadense Maurício Cardoso, na direção do PRR, em 1932, por acordos com Flores da Cunha, assumiu a importante Secretaria do Interior, conforme PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 98-9.

287 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 167, 170.

partidários – o governador Flores da Cunha (PRL), o ex-governador Borges de Medeiros (PRR) e Raul Pilla (PL) – terem assinado uma *Ata de pacificação política do Rio Grande*. Segundo estudos de Wedy²⁸⁸, o documento estabelecia um acordo político prevendo: “completa autonomia e liberdade de ação política”, devolução de vantagens a funcionários públicos afastados, definição das atribuições dos secretários de Estado e apuração, através de inquéritos, dos “fatos criminosos de natureza política cometidos por ocasião dos últimos pleitos, designando-se para presidi-los autoridades policiais de indiscutível isenção de ânimo”.

Após ter sido exonerado de seu mandato como prefeito municipal, Francisco Müller Fortes (PRL) havia se refugiado no município vizinho de Cruz Alta. Sua administração de 17 meses foi marcada por intensas e violentas disputas políticas que ocasionaram “perseguições” e “terror” à população de Soledade. As suspeitas do assassinato envolveram o cabo do exército, Aderbal Pitágoras – filho de Kurt Spalding –, que prestava serviço em Cruz Alta. Seu pai havia sido assassinado em 15 de dezembro de 1934, na véspera da eleição suplementar, na Farmácia Serrana de sua propriedade. Kurt Spalding era do Partido Libertador e com forte atuação política. Foi presidente do Conselho Municipal (1928-1931) e médico da Frente Única Gaúcha (FUG) durante a rebelião de 1932, conforme apontado anteriormente. Aderbal foi inocentado porque estava em serviço no momento do assassinato. O ex-prefeito Müller Fortes foi sepultado em Palmeira.²⁸⁹

Durante seu breve e polêmico mandato, o prefeito Francisco Müller Fortes e o delegado de polícia de Soledade Macário Serrano, juntamente com outras pessoas, foram acusados pelo assassinato de Kurt Spalding e de João Pereira da Silva, pela agressão e ferimento à bala do general Cândido Carneiro Júnior, pelo espancamento do promotor Severino Sampaio, por coação ao juiz Oldemar Toledo e outras tantas violências. Em virtude das denúncias, foi realizada uma missão de investigação, visando instruir o inquérito determinado pelo governador do estado – a pedido do Ministro da Justiça –, presidido pelo subchefe de polícia da 7ª região policial, Bráulio de Oliveira, para apurar os atos de violência denunciados.²⁹⁰ A subsecção da Ordem dos Advogados (OAB) de Passo Fundo acompanhou a investigação através de um representante, o advogado Armando de Souza Kanters. Ele produziu um relatório²⁹¹ sobre o quadro de violências, com a utilização de recursos públicos para o exercício da arbitrariedade.

288 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999.

289 Ibidem, p. 115-22.

290 Ibidem, p. 98-100.

291 Ibidem, p. 100-104.

O advogado Armando de Souza Kanters apontava que foram comprovadas as acusações formuladas contra o prefeito municipal, Francisco Müller Fortes. Ele efetivamente pagava com recursos municipais um serviço de intimidação armado. Ele teria um “avultado número de capangas, a que o povo denominou ‘bombachudos’, que andam pelas ruas da vila, acintosamente armados com um e dois revólveres”. Segundo o advogado Kanters: “esses capangas são recrutados, em sua grande parte, entre os criminosos da pior espécie não só do município, como de outros vizinhos”. O confronto com o Poder Judiciário, promovido pelo chefe do Executivo, foi tamanho que o juiz da Comarca, Oldemar Toledo, e o juiz distrital, Mário Moraes, solicitaram o afastamento do município. O promotor público da Comarca, Severino Leite Sampaio, em 26 de janeiro [ou fevereiro] de 1935, foi agredido com bofetadas em praça pública na vila de Soledade pelo prefeito acompanhado de dois sargentos, com revólveres em punho, soldados e capangas. No jornal *Correio do Povo*²⁹² de 1935, consta o pedido de afastamento do promotor Sampaio. A causa seria a negativa do delegado de polícia Macário Serrano em realizar o auto de corpo de delito no local do assassinato de Kurt Splading em dezembro. Outra notícia²⁹³ afirmava que as desavenças, entre o promotor e o delegado, devia-se ao fato do promotor querer denunciar Ricardo Scheffer [Schaeffer] como um dos matadores de Splading.

O prefeito teria armado “malfeitores e criminosos” com armas compradas no comércio local, estabelecendo uma capangagem paralela ao serviço de policiamento – que estava sob a atribuição da polícia municipal e do destacamento da Brigada Militar, com 25 homens – também com suspeitas de abusos. Os subprefeitos do 10º e 11º distritos também chefiavam grupos armados e comprovadamente atuaram de forma violenta nas vésperas do pleito suplementar em 14 e 15 de dezembro de 1934. O prefeito Francisco Müller Fortes foi considerado o “autor moral do hediondo” atentado que resultou na morte de Kurt Spalding e pelo cerco à casa de Cândido Carneiro Júnior – que não estava em sua residência, porque estava com Spalding, quando foi ferido. Ele também foi considerado autor do assassinato de João Pereira Gomes, em sua casa, no Jacuizinho, demonstrando que o seu alvo eram as lideranças da Frente Única.

Segundo o relatório, existia um “plano arquitetado pelo prefeito, seus auxiliares e apaniguados”, exposto em reunião realizada em sua residência, “para evitar o acesso às urnas dos elementos oposicionistas, plano que ia da intimidação ao espancamento e aos assassinatos miseráveis, que se consumaram com indiferença das autoridades que, cientes, nada fizeram

292 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 109-110.

293 Loc. cit.

para impedi-los.”²⁹⁴ Para o relator, em Soledade, “os direitos e garantias individuais” eram “letra morta”, prevalecendo a “vontade discricionária das autoridades – do prefeito ao mais ínfimo de seus subalternos”, um “caciquismo desenfreado”, “o regresso ao barbarismo”, “campeiam” livremente a criminalidade e a impunidade. E mais, ficando evidente o retorno das marcas da sociedade escravocrata, como os “antigos métodos” de castigo corporal, inclusive com o uso de chicote, que voltavam a ser utilizados:

(...) antigos métodos policiais hoje abandonados, pelo menos em grande parte, dos bolos, palmatoadas, espancamentos a chicote, adquiriram pela sua frequente e quase diária repetição – foros de coisas normais naquele município e muitas das autoridades usam e abusam dos castigos corporais, aplicados em miseráveis e cidadãos dignos, com a mesma naturalidade como se penas insculpidas em lei.²⁹⁵

Pelo que foi dito no relatório da OAB não escapavam os “miseráveis”, nem os “cidadãos dignos” dos castigos corporais utilizados ao arripio da lei. Possivelmente como repercussão da publicação dos resultados da investigação da OAB de Passo Fundo, em jornal de circulação estadual, em 20 de agosto de 1935, o prefeito de Soledade foi recebido pelo secretário do Interior, no exercício de governador, Darcy Azambuja. As informações foram repassadas por telegrama para o governador Flores da Cunha que estava fora do estado.

Ao mesmo tempo, na Assembleia Legislativa, Maurício Cardoso propôs três pontos para “normalização da vida flagelada daquele povo” de Soledade. Raul Pilla, pela Frente Única, manifestou preocupação com as “graves pendências” municipais. Acusava o regime “ditatorialista”, onde as minorias não detinha parcela alguma de poder político junto ao Executivo estadual. Já o deputado Lucínio atribuía às “querelas” de Soledade às disputas antigas entre os “dois chefes serranos”: Victor Dumoncel Filho e Vazulmiro Dutra. Em outubro de 1935, Raul Pilla, na condição de presidente do diretório central do Partido Libertador, em audiência com o governador Flores da Cunha exigia o afastamento do delegado de polícia de Soledade, recebeu como resposta a declaração de “boa vontade” do governador para a pacificação política do Estado.²⁹⁶

O coronel Victor Dumoncel – chefe de polícia da 3ª região policial, à qual Soledade estava vinculada – já havia manifestado opinião pública, dois dias após o evento que resultou morto o farmacêutico Kurt Spalding, que as acusações eram “exageros” do juiz Oldemar Toledo. Para ele, não restava dúvida de que Spalding e Carneiro Júnior teriam provocado o confronto, quando “pessoas da situação distribuíam na vila boletins de convite ao eleitorado liberal.” O argumento de Dumoncel era de que um apoiador do PRL teria sido assassinado e

²⁹⁴ WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 103.

²⁹⁵ Ibidem, p. 100-104.

²⁹⁶ Ibidem, p. 112-5.

mais duas pessoas foram feridas gravemente pelos frenteunistas, acompanhados de capangas que fugiram após o tiroteio. Ele garantia que o delegado de polícia, que estava sob suspeita, havia procedido ao exame de corpo de delito e também “rigorosas investigações” que resultando na prisão de Cândido Carneiro em flagrante.²⁹⁷

No mesmo sentido foi a defesa do então prefeito Francisco Müller Fortes, publicada e apedido no Diário de Notícias, em 14 de setembro de 1935.²⁹⁸ Para ele, em Soledade a “ordem pública” era “um sonho irrealizável das autoridades locais” e algo ainda não visto pelas famílias:

A família soledadense nunca teve a ventura de viver tranquila, tal a falta de garantia que servia de estímulo aos atentados de toda sorte à integridade física e moral de seus membros. O Poder Público local sempre foi impotente para reprimir esses atentados, essas contínuas desordens que recrudesciam assustadoramente, uma série, enfim, hedionda de crimes de toda espécie, que apavoraram uma época e encheram os cartórios, ao ponto de existirem, não findos, duzentos e tantos processos sobre fatos ocorridos antes do início da minha gestão.

O prefeito do PRL justificava-se afirmando que a violência e a impunidade eram marcantes em Soledade antes e depois de 1930. A instabilidade era demonstrada com a afirmação de que, em 42 meses, foram nomeados sete prefeitos.²⁹⁹ Cada qual recebido com “antipatia” e, em seguida, passava a ser “combatido e injuriado”, difamado e ameaçado, pela oposição que teria chegado a promover a deposição de um dos prefeitos com a reunião de “grande número de indivíduos” e o ataque a residência dele com bombas. A criminalidade estava espalhada com assassinatos na Vila e no interior. Em um distrito rural, “mais tarde desanexado, se deram trinta homicídios”. A violência estava nos cafés ou em “qualquer reunião” onde “elementos turbulentos que se embriagavam e dirigiam toda sorte de provocações”, estavam à mercê de um “grupo de desordeiros”. O prefeito responsabilizava os opositoristas pela insegurança e pelas crises de poder, tanto na Revolução de 1930, quanto no “movimento subversivo de 1932”, que teria acarretado prejuízos econômicos e sociais.

Com relação ao episódio que resultou na morte do farmacêutico Kurt Spalding, o prefeito Müller Fortes reposicionou o espaço do tiroteio. Ele afirmou que foi na farmácia – local público –, onde, além do proprietário, teriam perdido a vida “dois moços da família liberal do município”: Gerônimo Ferreira e Alvinos dos Santos Ferreira³⁰⁰. Na versão do prefeito, os jovens chegaram à farmácia no final da manhã, estavam armados e “empunhando o maço de boletins” da campanha do Partido Republicano Liberal, que foi oferecido ao

297 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940*. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 114.

298 *Ibidem*, p. 107-9.

299 Conforme tabela dos prefeitos de Soledade, além do listado, Francisco Fortes menciona Ângelo Antunes de Moraes não encontrado em outras fontes. WEDY, Garibaldi Almeida. *Op. cit.*, p. 106.

300 Gerônimo Ferreira e Alvinos dos Santos Ferreira teriam vínculos com as famílias Ferreira e Santos, participantes do movimento dos *monges barbudos*, apontadas no capítulo 5?

farmacêutico Spalding. A esta provocação, o freteunista teria respondido com agressões verbais. Em meio à discussão, o coronel Cândido Carneiro Júnior atirou, “por baixo do pala”, atingindo mortalmente Gerônimo. Alvino e Candoca “alvejaram-se”. Em frente à farmácia, Albino Senger, dentro do automóvel emprestado de Euzébio Ortiz³⁰¹, atirava em Alvino pelas costas. Com isso, o “bravo liberal caiu vencido”, vindo a falecer pouco depois. Teriam fugido do local do crime Albino Senger, apontado como “companheiro inseparável” de Candoca, e Clóvis Líbero Cardoso³⁰², também ferido.

Desse episódio resultaram três mortos. Candoca foi preso em flagrante pelas forças da Brigada Militar que cercaram a farmácia. O prefeito Francisco Müller Fortes sustentou a tese de legítima defesa por parte de Alvino dos Santos Ferreira. Quanto ao delegado de polícia, capitão Macário Graccho Serrano, vinculado ao Partido Republicano Liberal, atribuiu à “sanha acusatória” o fato de ele ter se negado a “proceder investigações policiais em atos de caráter político, ocorridos em tiroteios entre forças legalistas e revolucionárias, por ocasião do movimento de 32 e referentes a Bernardino Rodrigues e Manoelzinho Paixão.” Quanto à agressão ao promotor da Comarca, Severino Sampaio, afirmava ter dado apenas “empurrões” após terem se encontrado na praça da vila e Sampaio ter-lhe provocado.³⁰³

A manifestação do prefeito Müller Fortes caracterizava a violência em Soledade como endêmica. Justificava-se apontando outras ocorrências: eram mais de duzentos processos crime sem solução, anteriores a sua gestão. Para ele, os conflitos não eram somente de natureza política, eram também do convívio social.³⁰⁴ Na esfera partidária, pode-se dizer que os “estabelecidos” enfrentavam-se ferozmente, mobilizando contingentes armados ou capangas. Com certeza, esses enfrentamentos eram anteriores à década de 1930. Assim, poucos meses depois da morte Francisco Müller, outra disputa sangrenta entre partidários do Partido Republicano Liberal (PRL) resultou no assassinato do prefeito, major José Campos Borges, em pleno exercício do mandato, em maio de 1936.

O major Campos Borges havia sido nomeado para substituir Francisco Müller Fortes e, logo em seguida, candidatou-se e foi eleito no pleito de 17 de novembro de 1935, permanecendo na função até 25 de maio de 1936. Ele havia sido juiz distrital e era promotor público da Comarca de Cruz Alta (1932-1936), quando assumiu a administração municipal em 1º de outubro de 1935.³⁰⁵ Ele era amigo e compadre do subchefe da 3ª região policial,

301 Euzébio Ortiz era um dos grandes pecuaristas do quinto distrito de Soledade, conforme COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Vol 2. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 229-232.

302 Clóvis Líbero Cardoso advogou pela FUG solicitando um habeas-corpus para os eleitores durante a eleição suplementar em dezembro de 1934.

303 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 108-9.

304 As violências no convívio social ficam bastante evidentes nos processos crime que envolveram Oscar Telles, conforme capítulo 3.

305 WEDY, Garibaldi Almeida. *Op. cit.*, p. 127-8, 163.

Victor Dumoncel. O prefeito assassinado era de uma família ligada à política e à estrutura policial, seu pai era o coronel Avelino Borges, “chefe político” e ex-subchefe de polícia de Encruzilhada do Sul.

Em 1935, correu o boato de um complô para assassinar o subchefe de polícia, coronel Dumoncel. A coscuvilhice envolvia outro subchefe de polícia, Vazulmiro Dutra, como mandante. Segundo Loiva Otero³⁰⁶, teria ficado provado que as acusações contra Dutra eram falsas, foram inventadas pelo jornalista Joaquim Mendes, de acordo com as explicações dadas pelo advogado Evaristo Teixeira do Amaral Filho ao governador Flores da Cunha, em outubro de 1935. No entanto, no ano seguinte, em 1936, nova onda de boatice acusava o próprio prefeito de Soledade de planejar a morte de seu amigo e compadre, Dumoncel.³⁰⁷

Assim, em março de 1936, Dumoncel pediu a interferência do governador contra Vazulmiro Dutra, a partir de uma série de denúncias, em manifesto assinado por diversas pessoas, entre elas o prefeito Campos Borges.³⁰⁸ Em maio, as ameaças de morte tornaram-se realidade vitimando o prefeito de Soledade. O major Campos Borges foi assassinato. Dumoncel pediu a Flores da Cunha a abertura de rigoroso inquérito. Leonardo Seffrin, ex-prefeito de Soledade (1928-1931) eleito pelo PRR, e naquele momento membro do PRL, foi apontado como responsável.

Para Garibaldi Wedy³⁰⁹, o crime não teria motivações políticas, afinal o capitão Leonardo Seffrin era correligionário e havia participado da campanha eleitoral da vítima. Consultando o processo crime que julgou o ex-prefeito Seffrin, o autor apontou como causa das desavenças os impostos municipais não pagos pelo réu. Segundo o réu Leonardo Seffrin, a execução da dívida era uma forma de perseguição por parte do prefeito. Mais uma vez, questões tributárias eram postas em questão em Soledade. Em várias edições do jornal *Correio do Povo*, localizados pelo Wedy, a motivação seria o espancamento do único filho do capitão Seffrin, João Batista, por ordem do prefeito.

Assim, Leonardo Seffrin – ex-prefeito e capitão –, com 65 anos, trocou tiros com o então prefeito major Campos Borges. Dois tiros da vítima, quatro ou cinco do réu. Dessa forma, o réu foi absolvido por ter agido em “legítima defesa própria.” No Estado Novo, o capitão Seffrin foi nomeado delegado de polícia de Soledade, mas pouco tempo permaneceu no cargo.³¹⁰ O prefeito de Soledade assassinado foi sepultado em Cruz Alta. Posteriormente, a

306 FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 170-1.

307 Ibidem, p. 170.

308 Ibidem, p. 171.

309 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 128-9.

310 Conforme sentença de 1936, RIO GRANDE DO SUL. Decisões do Tribunal de Apelação, p. 231-5. Apud WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 133-5 e 163-4.

sede do Rincão do Toledos trocou de nome assumindo a designação de Campos Borges.³¹¹ Quatro meses depois do assassinato do ex-prefeito Francisco Müller, em Cruz Alta, foi morto Campos Borges no exercício da função de prefeito municipal.

2.8 O toma lá dá cá da violência política

O médico Reinaldo Heckmann, natural de Venâncio Aires, estabelecido no Jacuizinho, vereador do Partido Republicano Liberal (PRL), presidente da Câmara de Vereadores eleito por unanimidade entre os sete vereadores – quatro do PRL e três da Frente Única –, assumiu a prefeitura em 15 de junho de 1936, permanecendo por quase dois anos.³¹² No entanto, o acordo político que elegeu Heckmann presidente da Câmara não foi suficiente para acalmar os ânimos da política em Soledade.

Em julho de 1936, o pai do prefeito assassinado Campos Borges, coronel Avelino Borges, enviava telegrama ao chefe de polícia, Poty Medeiros, confirmando mais uma série de denúncias. Teria sido assassinado Miguel de Tal. A casa do criador Júlio Diehl fora cercada com tiroteio de mais de 30 tiros. Mascarados andavam pela vila. João Castilhos – sobrinho do ex-governador Júlio de Castilhos e testemunha da morte de Campos Borges – recebeu ameaças ostensivas de morte. O advogado da família Borges, Joaquim Mendes, também estava ameaçado. Além disso, o delegado de polícia era acusado de inoperância.³¹³ Enquanto isso, o juiz municipal, Mário Moraes, justificava-se ao procurador-geral do Estado quanto às acusações de parcialidade na formação de culpa contra Leonardo Seffrin.

Os promotores de justiça estavam receosos em assumir funções do Ministério Público em Soledade devido às ameaças e a violência política. O promotor Paulo da Silva Couto teve desentendimento com o estudante João Batista Seffrin, filho do capitão Leonardo e pivô dos acontecimentos que causaram o assassinato de Campos Borges. O promotor Severino Leite Sampaio foi agredido pelo então prefeito Francisco Fortes. Por isso, as tentativas de nomeação de agentes do Ministério Público para Soledade não encontravam promotores dispostos a assumir. Soledade vivia quase uma crise de insolvência institucional. As ameaças e os fatos violentos alcançavam a todos os poderes da República.

Foi em meio a essa crise aguda de representação polícia e estatal verificada no município de Soledade que foi proclamado o Estado Novo por Getúlio Vargas, em 10 de

311 RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Comissão de Estudos Municipais. *Os novos municípios gaúchos: Campos Borges*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988, p. 19.

312 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 131-2.

313 Ibidem, p. 132-3.

novembro de 1937. Poucos meses depois, em fevereiro de 1938, o coronel Vazulmiro Dutra esteve em Soledade realizando reunião política no Hotel Tomasi para buscar uma unidade política para a indicação do novo prefeito. Participaram membros da Frente Única e dissidentes do PRL. Os nomes sugeridos por ambos foram recusados, seria difícil uma conciliação depois de tantos enfrentamentos. No entanto, apareceu um nome de consenso: o veterano fazendeiro e ex-vereador da FUG, Manoel Borges de Moraes, conhecido como Maneco Prates. Era uma solução que também envolvia outros interesses, Maneco estava sendo processado por “furto de gado”, assim, um cargo político ajudaria no respaldo do processo criminal e oportunizaria a FUG a função de subprefeito que seria escolhido pelo novo prefeito. A sugestão não se efetivou, mas Maneco foi inocentado no processo. Não era mais o tempo das decisões partidárias. A recusa foi divulgada em jornal.³¹⁴

Em 14 de março de 1938, o prefeito Reinaldo Heckmann recebeu uma lacônica minuta da Secretaria do Interior comunicando a sua exoneração após um mandato de um ano e nove meses. Entre março e abril de 1938, a troca de prefeitos municipais foi uma rotina no Estado.³¹⁵ Após a morte do governador Daltro Filho, o soledadense Maurício Cardoso assumiu interinamente o Governo do Estado, até a posse de Oswaldo Cordeiro de Farias, em março de 1938. Vargas acusava Cardoso de representar o velho partidarismo que não queria colaborar com o novo regime.³¹⁶

Em substituição a Reinaldo Heckmann, assumiu a prefeitura, interinamente, o farmacêutico e então subprefeito, Olmiro Ferreira Porto. Ele era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense e membro da FUG. O advogado Caio Graccho Serrano assumiu a Secretaria Geral do município e os subprefeitos distritais foram substituídos. O curto mandato de Olmiro Ferreira Porto, de 14 de março de 1938 a 17 de agosto de 1938, significou o acesso ao poder municipal do grupo oposicionista que combateu ao lado do ex-governador Borges de Medeiros contra Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Eles vinham mobilizando a opinião pública e as autoridades da República com denúncias de arbitrariedades nos mandatos do PRL, tais como ameaças, assassinatos e métodos violentos vinculados ao Executivo municipal. O mandato de Olmiro Porto corresponde também aos atos de maior repressão ao movimento religioso dos *monges barbudos*.

Em junho de 1938, o prefeito interino Olmiro Ferreira Porto prestava contas sobre a situação municipal ao novo interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Cordeiro de

314 Conforme WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 143-5, Maneco estava com 68 anos.

315 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. Minutas. 1ª e 2ª diretoria. Códice 911, 2ª diretoria, n. 380. (AHRGS)

316 GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 21.

Farias. Através um relatório financeiro³¹⁷, ele fez um balanço otimista e político da situação local. Embora tivesse chovido tanto que nem os impostos tivessem sido arrecadados nos distritos, o novo prefeito avaliava que a situação do município era boa, atribuindo-a a “nova fase de reconstrução nacional” e a “confiança que nasceu nos soledadenses, oriunda de eficientes garantias dos direitos individuais e reta aplicação dos dinheiros públicos”. Olmiro Porto estava perfeitamente alinhado com a política federal, afinal, as disputas partidárias regionais serviram como argumento para o Estado Novo intervir no Rio Grande do Sul.³¹⁸

O novo prefeito de Soledade relatava irregularidades na administração do ex-prefeito Reinaldo Heckmann. Olmiro Ferreira Porto afirmava que, no momento em que assumiu a prefeitura, não encontrou os cavalos da polícia municipal. Eles teriam sido vendidos a particulares por funcionários. Também não foram localizadas quatro galeotas, utilizadas no trabalho das estradas, e a máquina de fabricar tijolos. Os salários municipais estavam atrasados. Em março, o município devia aos professores o primeiro trimestre do ano, que teria sido pago pelo novo prefeito. Além dessas irregularidades, o prefeito afirmava que estava “procedendo à verificação dos terrenos pertencentes a Prefeitura, afim de expurgá-lo daqueles que não forem legítimos proprietários”. Existia “grandes áreas ocupadas a título precário”. Percebe-se com as denúncias do prefeito interino que, em Soledade, não estava em disputa apenas questões de natureza política. Os cargos públicos davam acesso a vantagens de natureza econômica, como a apropriação privada das terras públicas e o desvio dos ingressos municipais de impostos.

O prefeito aproveitou para defender-se da oposição que fazia denúncias através de telegramas. Ele afirmava que as acusações eram oriundas dos “remanescentes da situação decaída” – os antigos gestores vinculados ao ex-governador Flores da Cunha. Eram eles que teriam feito do município: “um campo aberto às arbitrariedades das autoridades turbulentas, reflexo do que se passava na alta administração do Estado.” Para o prefeito interino: “Foi uma conquista de guerra”. Para adquirir a confiança dos moradores, ele demitiu alguns subprefeitos distritais com o argumento que eles “arrecadavam os impostos, dando recibos em papel almaço, dos quais não prestavam contas”. Segundo o relatório do major José Rodrigues da Silva³¹⁹, Anastácio Fiúza, líder dos *monges barbudos*, teria desaconselhado o pagamento de impostos. Possivelmente, os desmandos e a apropriação privada dos recursos destinados aos cofres públicos fossem uma situação já conhecida pelos munícipes.

317 SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. (AHRGS)

318 GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 18-9.

319 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3ª Secção. Ofício n. 684. Do comandante geral da Brigada Militar, Agenor Barcellos Feio, ao Interventor Federal. Porto Alegre, 15 de julho de 1938. Assunto: remete um relatório. Capa. (APERS)

Em agosto, em um novo relatório financeiro³²⁰, agora destinado ao secretário do Interior, Miguel Tostes, o prefeito interino Olmiro Porto afirmava estar a sua gestão “integrada com entusiasmo no Estado Novo”. Para ele: “Soledade, creio ter sido dos municípios mais favorecidos com o novo regime, não só pela melhoria acentuada na administração municipal [...], como também pelo benefício da dissolução dos partidos”. Isto porque, “veio colocar o povo da minha terra, fora de ódios e paixões, hoje perfeitamente entendidos e irmanados como bons brasileiros, rio-grandenses”. Com relação à oposição, garantia: “Alguns decaídos tentaram fazer opinião contrária, mas foi tal a repulsa que hoje se encontram sem expressão alguma e até afastados do convívio social”.

Os poucos meses da gestão do prefeito interino Olmiro Ferreira Porto coincidem com os atos de repressão policial contra o movimento religioso dos *monges barbudos*. Em 30 de março de 1938, dias após a posse do subprefeito nas funções de prefeito, o delegado de polícia e comandante do destacamento da Cavalaria de Passo Fundo, acantonado em Soledade, tenente Januário Dutra, seguindo instruções do comando da Brigada Militar, determinou uma rigorosa inspeção nas localidades onde moravam os *monges barbudos*: Campinas, Gramado, Palmital, Sítio, entre outras pertencentes ao sexto distrito de Soledade, no Lagoão, onde constava existiram “fanáticos reunidos”.³²¹

O início do movimento religioso dos *monges barbudos* é tido como sendo em 1935, ou seja, no auge das disputas políticas e das violências entre os chefes partidários – de situação e de oposição – e seus capangas. Mesmo na vigência do regime democrático – com o curso dos processos eleitorais – os camponeses do Lagoão e do Jacuizinho aderiram a uma organização informal de caráter religioso. A “seita” dos *barbudos* desafiava os poderes locais aconselhando o desarmamento e a resistência pacífica, o descanso semanal para os agricultores e a cura de doenças com a utilização de ervas. Estavam na contramão dos “estabelecidos”, que se utilizavam largamente da violência para a resolução das questões partidária, submersos que estavam na engrenagem da violência paraestatal. Como aponta o antropólogo Abner Cohen³²², a informalidade das articulações humanas em grupos de interesses, deve-se, em alguns casos, à impossibilidade de organização formal, disso resultando uma associação marcada por um estilo de vida e ritualidades em comum:

Existem outras condições estruturais sob as quais os grupos de interesse estão impedidos de se organizar formalmente. Em alguns casos os interesses

320 SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. (AHRGS)

321 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS)

322 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Tradução de Sônia Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 89.

que representam apenas começam a se desenvolver e não estão ainda articulados sob a forma de uma organização acomodada à estrutura formal da sociedade. (...) Sob tais condições a organização do grupo é articulada em linhas informais, recorrendo-se à parentela, à amizade, ao ritual, ao cerimonial e a muitas outras atividades ou padrões simbólicos implícitos naquilo que se conhece como ‘estilo de vida’.

Em Soledade e Sobradinho, o enfrentamento político não cessou com o fim dos partidos. Em 4 de novembro de 1938, já sob a vigência do Estado Novo, o novo prefeito de Soledade, tenente Tissiano Felipe de Leoni, publicou um memorial endereçado ao secretário de Educação visando ampliar os estabelecimentos de ensino no município. Justificava a reivindicação reavivando os episódios de 1934 e 1935 como a “Lei do Terror que tinha como executores os célebres Bombachudos”. O tenente referia-se a situações de estupro, ultrajes e mortes: “quando se matava com requinte de barbarismo, covarde e traiçoeiramente.”³²³ Pouco mais de um mês dessa publicação, o prefeito foi exonerado. Como novo prefeito assumiu mais um militar, o major Octaviano Paixão Coelho, que permaneceu até janeiro de 1941.

2.9 A construção do Estado Novo

No aspecto nacional, o gaúcho Getúlio Vargas como presidente da República eleito pelos deputados federais constituintes equilibrava-se no poder. De um lado, negociava com setores ligados a propostas democráticas, de outro lado, seduzia-se por tendências ditatoriais e autoritárias. Paralelamente às estruturas republicanas que foram sendo adotadas, o presidente constitucional construía outras possibilidades visando assegurar-se no poder até que aderiu ao fechamento político e ao regime de exceção com o Estado Novo (1937-1945). Como aponta Cancelli³²⁴, em 1934, “o governo de Getúlio Vargas implementou a maior reestruturação policial jamais vista.” Estrutura essa que permaneceu até 1945. Paralelamente à centralização política, criava-se o “aparelho repressivo”. As polícias militares, com unidades de infantaria e cavalaria, “contribuíam para a manutenção da ordem pública e da repressão a agressores externos”, entenda-se, aqui, a conjuntura de beligerância internacional e o foco no controle e perseguição aos estrangeiros. Cabia a essas forças militares, “o direito de prender [...] por crimes civis ou contra o Estado, sendo que quase a metade de sua força ficava concentrada no interior”. No Rio Grande do Sul, o governo norte-americano calculava um contingente de 4.404 homens na polícia militar, nominada por Brigada Militar, enquanto a Guarda Civil, “mal-remunerada e mal-alimentada”, era composta por 590 homens.

323 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 158-162.

324 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 60-1, 66-7.

No mesmo ano da implantação dessas reformas na administração federal, já começavam as notícias e protestos contra abusos policiais. Segundo Cancelli³²⁵, “se falava em chacina, assassinatos, desaparecimentos, tortura de presos, prisões ilegais e invasão de sindicatos e associações.” Passou a vigorar a censura, associada à vigilância generalizada e ao terror de Estado com “novas técnicas de tortura nas prisões”. De acordo com a autora:³²⁶

A tortura foi oficialmente abolida do Brasil em 1821, como método de investigação e punição. Entretanto, continuou sendo utilizada e, na maior parte das vezes, sem distinção entre presos comuns e políticos. Neste período específico, 1935-1945, mais do que nunca os criminosos se encaixavam na categoria de inimigos específicos da nação. Calcula-se que nos 15 anos do regime Vargas tenha havido, pelo menos, dez mil presos políticos, embora seja difícil precisar, já que Filinto Müller, auxiliado por colaboradores próximos (...) tinha providenciado a queima dos documentos da chefatura de polícia, quando deixara o cargo, em 1942.

Dessa forma, verifica-se que o clima de violência e constrangimento no trato com a oposição fazia parte de uma estratégia de poder que vinha sendo gestada desde 1930. Em Soledade, as práticas coercitivas foram implementadas pelas sucessivas gestões do Partido Republicano Liberal (PRL). Em Sobradinho, a forma adotada foi apoiar a gestão do prefeito Santo Carniel – vinculado inicialmente ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), migrou para a nova organização partidária, o PRL – que foi denunciado pelas mesmas questões: violência e corrupção. Em ambos os casos, os aspectos de truculência narrados anteriormente não eram algo fora de controle ou indesejado: a violência contra os adversários era um tipo de linguagem que determinava o grau de poder social e econômico, a capacidade de articulação política e a possibilidade de sobrevivência frente às adversidades ou aos revezes da disputa de poder. As práticas de intimidação e coerção política estavam, portanto, em diálogo com a tradição de submissão daqueles considerados subalternos: os trabalhadores subjugados ou os afastados do poder político. Pode-se considerar como heranças da sociedade escravocrata que, por assim dizer, alastravam-se para as relações sociais e políticas.

Embora pudesse parecer uma característica endêmica e exclusiva daquelas localidades, a violência institucional e paraestatal fazia parte da estratégia de consolidação de poder utilizada pelo presidente Getúlio Vargas e seus apoiadores. Se assim não fosse, o prefeito Francisco Müller Fortes (PRL), que acumulava inúmeras denúncias de violências, não teria sido aquele com maior tempo de gestão na Prefeitura de Soledade entre todos os mandatos indicados na década de 1930, até a decretação do Estado Novo.

Nas situações apresentadas tanto de Soledade quanto de Sobradinho, observam-se estratégias de poder na gestão das questões municipais. Forças sociais violentas atuavam na

325 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p., p. 111.

326 Ibidem, p. 193.

esfera pública, ora abrigadas na estrutura estatal, ora como forças paralelas de relações partidárias ou sob o vínculo de relações pessoais. Ao mesmo tempo, relações institucionais eram privatizadas para obtenção de benefícios pessoais ou partidários. Questões de violência, criminalidade e segurança coletiva, que deveriam ser resolvidas pelo Poder Judiciário, eram solucionadas com a contratação de “capangas” em postos de confiança na administração ou como guardas pessoais. As forças privadas ou temporariamente instituídas como forças públicas promoviam coerção violenta e execuções sumárias, inclusive de gestores públicos. As estruturas de controle do Estado estavam acudadas e sem capacidade de atuação, conforme visto anteriormente.

Por outro lado, na perspectiva nacional, no período que antecedeu ao golpe do Estado Novo, as divergências eram apontadas como rupturas políticas. Como justificativa para o recrudescimento do Estado nacional foi apontado o “perigo vermelho”. A atuação do Partido Comunista servia de motivação para o clima conspiratório que inspirava a atuação policial, ao mesmo tempo em que botava em sobressalto a população com o medo do comunismo. Conforme estudos de Cancelli³²⁷, o presidente Getúlio Vargas incrementava o aparato repressivo estatal sufocando “qualquer possibilidade de resistência mais séria das elites dissidentes”. Ele contava com a população que “estava sendo preparada pelo regime para permanecer alerta”.³²⁸ Assim, foi sendo gestada: “uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos antipatrióticos e indignos, e que o terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias. A população agia, mais uma vez, como delatora.”³²⁹ O clima era persecutório e amedrontador. Além dos comunistas, outros grupos foram perseguidos: “As denúncias vinham de todas as partes. Dirigiam-se, principalmente, contra japoneses, italianos, alemães e brasileiros supostamente envolvidos com agentes e simpatizantes do Eixo.”³³⁰

Em paralelo ao Estado de exceção que ia se consolidando com estruturas de poder mais sólidas e menos permeáveis a acordos mais fluidos, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha foi consolidando seu espaço de poder. Em 15 de abril de 1935, ele tomou posse após ter sido eleito pela Assembleia de deputados para o Governo do Estado. Essa foi a primeira eleição constitucional para os governos estaduais no período posterior à Revolução de 1930.³³¹ Percebe-se, assim, que, o que estava em jogo nos processos eleitorais de 1932, 1933 e 1934, era a possibilidade de estabilidade institucional com o processo constituinte e a eleição de governadores de Estado e da Presidência da República, que foram eleitos pelos deputados

327 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 113.

328 Ibidem, p. 139.

329 Ibidem, p. 140.

330 Loc.cit.

331 Ibidem, p. 139, 144.

estaduais e federais vitoriosos nos pleitos. Sob este prisma, é possível entender com mais facilidade as violências de Soledade. Para além de uma feroz disputa pelo poder local, eram estratégias de ação violenta que garantiram o poder estadual e nacional. Por isso, os partidos políticos valiam-se das estruturas administrativas municipais e estaduais, mas também de suas forças partidárias e, até mesmo, dos “capangas” financiados pelos coronéis locais. Enquanto no Rio Grande do Sul prevaleciam disputas entre frações das elites dominantes, em especial os fazendeiros e os comerciantes, em nível nacional, o ano de 1935 foi marcado pela intervenção estatal anticomunista e antiliberal do governo Vargas. Em junho, foi fechada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em novembro, desarticulada a Intentona Comunista.

A perseguição aos ativistas de esquerda foi facilitada pelo Estado de Guerra aprovado pela Câmara de Deputados. Frente às alternativas radicalizadas, o governo federal foi consolidando o autoritarismo de Estado. A Lei de Segurança Nacional de 04 de abril de 1935 previa medidas de exceção como o Estado de Sítio equiparado ao Estado de Guerra, fortalecendo o Exército Nacional.³³² As medidas legais de enrijecimento do Estado de Direito, conforme explicou Cancelli³³³: “representavam, na realidade, apenas um agravamento da situação que a polícia do regime já vinha praticando há muito tempo.” A supressão de garantias individuais ou de oposição, vinha sendo construída ao longo da década de 1930. A imprensa foi continuamente censurada, como afirma a autora: “era o testemunho da preocupação do Estado totalitário em não permitir qualquer manifestação de crítica ou discórdia.” O Estado nacional demonstrava força e abarrotava as prisões, disseminando as perseguições pessoais e o terror de Estado. Como afirmou Cancelli³³⁴: “Os direitos constitucionais estavam suspensos e manifestar ideias livremente feria os princípios sobre os quais estava amparado o Estado de Guerra”.

A partir de novembro de 1935, a repressão foi intensificada, o Estado de Sítio regulamentou procedimentos de exceção e o cerceamento às liberdades civis como o direito de organização e manifestação.³³⁵ Segundo o historiador Edgard Carone³³⁶: “A burguesia encontrava na reação indiscriminada ao comunismo e às formas liberais o clima ideal para assegurar o seu predomínio”. Para o autor, a burguesia estava identificada com o modelo político gestado por Getúlio Vargas: “via o perigo intermitente ser abafado pelo estado de Sítio e de Guerra, manifestação de seu pulso firme.” A perseguição aos comunistas e aos estrangeiros, os grandes inimigos desse momento, ajudou a promover a centralização do

332 SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre, LPM, p. 19; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 163.

333 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 118.

334 Ibidem, p. 119-20.

335 Ibidem, p. 117-8.

336 CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 3. ed. rev. São Paulo, Difel, 1977, p. 122.

sistema policial, com a modernização técnica e com elevação do status político e social como estrutura garantidora do regime. Desta forma, além das prerrogativas legais, o aparato policial agia com arrogância, com abuso de autoridade e, por vezes, com envolvimento em corrupção. Em 1936, já eram registradas denúncias no exterior, de que o Brasil teria cerca de 17 mil presos políticos, entre eles, 5 mil mulheres.³³⁷

Para Cancelli³³⁸, o “perigo comunista” se “consustanciava como algo permanentemente presente na vida urbana brasileira”. Para além de um enfrentamento político-ideológico, o delito de opinião voltava-se mais para o agente do que para a prática delituosa. Para a autora, de todos os grupos e ideologias combatidas pelo governo de Vargas, ao longo da fase de implementação, “os inimigos construídos pelo Estado”, foram os comunistas “que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva da sua ideologia com obra do demônio.” Por isso, a perseguição aos comunistas manteve-se, de 1930 até 1937, com um período de recrudescimento de 1935 a 1937. Desta forma, os comunistas “eram combatidos nas ruas pelos integralistas e respondiam, às provocações, utilizando-se de métodos similares”. O comunismo aparecia no discurso de Vargas como “o inimigo mais perigoso da civilização cristã”. A autora³³⁹ aponta que, o recurso da delação e da perseguição “se prestava a objetivos que iam desde a irracionalidade totalitária, até a tentativa de efetivar vinganças pessoais.” Com isso, divergências interpessoais adquiriam robustez política e perseguição institucional.

O papel desempenhado pelo governador eleito no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, nas eleições de 1935, foi decisivo para os planos políticos de Getúlio Vargas. Face ao comunismo e ao integralismo, o chefe do executivo gaúcho solidarizou-se com o presidente da República, mesmo temeroso com a centralização de poder, colocando à disposição dois mil homens das forças estaduais para barrar qualquer revolta. Segundo Pesavento³⁴⁰, entre abril de 1936 e abril de 1937, Vargas buscou aproximação com as elites gaúchas, enquanto que o governo estadual já tinha consciência do rumo que o poder central iria tomar em direção ao fechamento político. Disso resultou: os “preparativos bélicos de Flores da Cunha”. Apoiado no comando militar do Paraná: “Flores arquitetou, inclusive, a possibilidade de um plano ofensivo contra o governo central”. No entanto, o governador eleito recuou para aguardar o desenrolar dos acontecimentos. O enfrentamento entre os dois antigos aliados e, por vezes, antagonistas, fez com que Getúlio Vargas, antes de decretar o Estado

337 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 124-5, 209.

338 Ibidem, p. 78-82, 114.

339 Ibidem, p. 93.

340 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 163-4, 168.

Novo, retirasse de Flores da Cunha a possibilidade de resistência. Assim, em outubro de 1937, o governo federal interveio no Rio Grande do Sul, visando enfrentar o poder do governador.

O presidente da República nomeou um comando hostil ao chefe do Executivo estadual na 3ª Região Militar com a posse do general Daltro Filho. Os corpos provisórios foram dissolvidos e, por decreto do Ministério de Guerra, o comando das forças públicas estaduais, a Brigada Militar, passou para o controle federal. O governo estadual foi notificado das medidas dois dias após, já pelo novo comandante militar. O chefe do estado-maior das forças armadas, general Góes Monteiro, estava com tropas prontas para atacar o Rio Grande do Sul. Diante dessas circunstâncias, em 17 de outubro, Flores da Cunha renunciou e foi se refugiar no Uruguai. O general Daltro Filho foi nomeado interventor federal e assumiu em 19 outubro de 1937.³⁴¹

Mesmo antes da renúncia, o então governador Flores da Cunha já experimentara o esvaziamento de seu poder como líder do partido. Segundo Garibaldi Wedy³⁴², a ruptura no Partido Republicano Liberal (PRL) ficou manifesta quando nove deputados, um senador e vários chefes políticos – inclusive o subchefe regional de polícia, Vazulmiro Dutra – convocaram um congresso onde participaram representantes de todos os municípios. Segundo René Gertz³⁴³, a dissensão no PRL foi obra dos aliados de Vargas, visando o isolamento do governador. Com isso, a dissidência somou-se a oposição na Assembleia Legislativa, deixando o governo em minoria pela primeira vez no regime republicano. Com a queda de Flores da Cunha, a Frente Única Gaúcha (FUG) assumiu-se como alternativa de situação executando os interesses federais, associada aos dissidentes do PRL. O novo governo pôde contar com os dissidentes Maurício Cardoso³⁴⁴, na Secretaria do Interior, e Viriato Dutra, na Educação. Assim, como afirmou Arthur Ferreira Filho³⁴⁵, passava-se de “um regime semicaudilhesco para um policialismo crasso”, onde o movimento de fortalecimento institucional, com a construção de poderes extraordinários de polícia, passou a ser efetivados no Rio Grande do Sul aos moldes do que foi sendo instaurado no restante do país:

Houve uma chocante transformação de costumes. A vida da gente gaúcha passou a ser regulada pela polícia. Procedeu-se a um desarmamento radical e intempestivo. Pessoas respeitáveis não podiam deslocar-se de um lugar para outro, sem amparo de salvo-conduto ou cartão da autoridade policial. As mínimas coisas dependiam de licença. Bailes familiares, carreiras no interior das fazendas, festas campestres.

341 SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre: LPM, p. 19; FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 161, 172; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 181; WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 139.

342 WEDY, Garibaldi Almeida. Op. cit., p. 137-9, 149.

343 GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 15.

344 GERTZ, René E. Op. cit., p. 20. Enquanto secretário do Interior de Daltro Filho, Maurício Cardoso foi apontado como conspirador.

345 FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 177-8.

Para René Gertz³⁴⁶, com o Estado Novo, os “novos governantes julgavam que a população estava contaminada com o vírus do fanatismo político e étnico e à beira de uma convulsão que transformaria a metade norte do território gaúcho em um grande reduto *Mucker*.” O historiador³⁴⁷ aponta que, com frequência, o episódio *mucker*³⁴⁸ era evocado: “nas décadas de trinta e quarenta estava amplamente difundida a ideia de ‘muckerização’ generalizada nas regiões de colonização alemã” no Rio Grande do Sul. A perspectiva comunista, por um lado, e a integralista, por outro, agravavam a perseguição aos imigrantes, sempre associados às ideologias do velho continente. Pelo menos, desde o episódio *mucker*, pairava a acusação de comunismo sobre os imigrantes³⁴⁹. Com a ascensão do nazi-fascismo, na Europa, e seu correspondente brasileiro, o integralismo, a perseguição aos estrangeiros e seus descendentes se intensificou. A xenofobia brasileira traduziu-se na palavra de ordem “uma só raça e uma só língua”. O imigrante, valorizado anteriormente como substituto ao trabalhador escravo indígena, africano e seus descendentes, passava a ser identificado como elemento politizado e propagador de ideias subversivas: o anarquismo, o comunismo e o fascismo.

No Rio Grande do Sul, imediatamente após o golpe de 1937, alguns prefeitos que apoiavam Vargas conseguiram permanecer no poder, enquanto que, os identificados com Flores da Cunha, foram afastados e os cargos divididos entre as correntes políticas tradicionais do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do Partido Libertador (PL).³⁵⁰ As intervenções municipais, após a fuga de Flores da Cunha, foram debatidas pelos três setores que assumiram o lugar político de sustentação de Vargas: PRR, PL e dissidentes do Partido Republicano Liberal (PRL). Por essa composição, segundo René Gertz³⁵¹: “Ficou estabelecido que mudanças, a rigor, só deveriam ocorrer naqueles municípios em que os prefeitos fossem inequivocamente *florianistas*; os demais, ligados a qualquer uma das três citadas correntes, deveriam permanecer nos seus cargos.” Com isso, em 36 municípios, os prefeitos permaneceram; em 21, haveria uma avaliação. Soledade estava nesse grupo em que o prefeito permaneceu até que um sucessor mais confiável fosse indicado. Nos 38 restantes,

346 GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 63.

347 *Ibidem*, p. 9.

348 Segundo AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978, p. 18: “A revolta ‘mucker’ ocorreu entre 1868 e 1874 em São Leopoldo, a primeira colônia alemã fundada no Rio Grande do Sul, prolongando-se alguns incidentes até 1898. A palavra ‘mucker’ era usada como sinônimo de ‘beato’, ‘fanático’, ‘santarrão’. Assim os adversários designavam, na época, pejorativamente, os rebeldes. A revolta envolveu imigrantes alemães que se reuniram em torno do curandeiro João Jorge Maurer e de sua esposa Jacobina, inicialmente para obter esclarecimentos e, mais tarde, com fins religiosos: acreditavam-se eleitos por Deus para fundar na Terra uma nova era, e começaram a trabalhar concretamente neste sentido.” No decorrer do tempo, os *mucker* buscaram o isolamento social e reagiram violentamente contra os demais colonos de Sapiranga. Foram combatidos e mortos pelo Exército e pela Guarda Nacional, mas resistiram armada e tenazmente.

349 AMADO, Janaína. *Op. cit.*

350 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 170-1;

GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 63; FÉLIX, Loiva Otero.

Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 172.

351 *Idem*, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 23-4.

dos 85 municípios existentes nessa época, foram buscadas alternativas partidárias. Com a extinção dos partidos, o acordo ficou flexibilizado. Mesmo assim, em Soledade, o cargo foi assumido por lideranças partidárias tradicionais que, inclusive, haviam rompido com Getúlio Vargas em 1932. Sem Flores da Cunha, era retomada a aliança efetivada para a Revolução de 1930 e rompida, tempos depois, supostamente em nome da institucionalização do país.

2.10 Denúncias de favorecimento em Sobradinho

O clima de repressão política, medo e delação chegava também à vila de Sobradinho. A peculiaridade era que as polarizações políticas incluíam as tendências mais radicais de esquerda e de direita. As acusações aos opositores ou aos descendentes de imigrantes estrangeiros eram de integralismo ou de comunismo. Além disso, a particularidade de ser Sobradinho uma região essencialmente de colonização trouxe ainda outras denúncias de corrupção no trato das questões públicas municipais. Ainda em 1933, encontram-se registros da exacerbação das disputas políticas. Em agosto, o advogado Armando Andrade³⁵² foi processado por ter afirmado, em uma reunião política realizada na casa de Frederico Mundstock, que o delegado de polícia e subprefeito do 1º distrito do município do Jacuí, Adão Schirmer: “não podia continuar nos cargos que exerce por ser um ladrão”. O promotor público interino da Comarca de Soledade, Evaristo Teixeira do Amaral Filho, procedeu a denúncia. O juiz distrital de Sobradinho, Henrique de Freitas Lima Filho³⁵³, absolveu o réu com base no decreto federal do Governo Provisório que regulava a liberdade de imprensa.³⁵⁴

Com o Estado Novo, o prefeito de Sobradinho, que já desfrutava do poder municipal há mais de sete anos, em duas gestões em que fora eleito, tratava de manter-se no poder. Para Santo Carniel (PRR/PRL), a situação municipal era “das melhores do Estado”³⁵⁵, habilitando-o a permanecer no cargo. No entanto, as disputas políticas municipais extrapolaram os limites territoriais e chegaram ao conhecimento do interventor federal no Rio Grande do Sul, general Daltro Filho. Um grupo de munícipes, através de telegrama, denunciava o prefeito. Eram eles: os advogados Armando Andrade, Pedro da Costa Gouvea e Henrique de Freitas Lima Filho, o hotelheiro Ludovico Tomassi, os comerciantes de fumo Egidio Lazzari e Fiorindo Biguelini, o delegado de polícia, até dias antes desse episódio, Antônio Pedro Pontes, e os funcionários da

352 Também chamado de Armandio J. Andrade, o advogado foi protagonista de diversas denúncias contra o prefeito Santo Carniel atuando na defesa de prejudicados pela Prefeitura Municipal na gestão do prefeito.

353 O advogado e juiz Henrique de Freitas Lima Filho teve destacada atuação judicial em Soledade e Sobradinho. Foi advogado de defesa dos réus do processo crime que julgou cinco civis e dois militares pelo duplo homicídio de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos.

354 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Armando Andrade. Sobradinho, agosto de 1933, n. 70, autos n. 207, maço 17. (APERS).

355 SOBRADINHO. Ofício n. 81 do Gabinete do Prefeito de Sobradinho, Santo Carniel, ao secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Sobradinho. Correspondência Expedida Sobradinho, 1938. (AHRGS)

prefeitura José Pedro Drachler e Serafim Tessaro. O teor da denúncia era de que o prefeito andava percorrendo o município com um “jogador profissional”, o contador da prefeitura, Antônio Forzen, “coagindo pobres colonos a assinarem pedido de sua permanência na prefeitura”.³⁵⁶ Assim como em Soledade, em Sobradinho os advogados eram importantes protagonistas na demonstração das arbitrariedades e no exercício de um limitado controle social frente aos abusos do poder do Executivo municipal.

Nesse período de consolidação de uma nova forma de poder, as fronteiras da institucionalidade, por vezes, não estavam exatamente estabelecidas. No dia 24 de novembro de 1937, poucos dias depois de formalizado o golpe do Estado Novo, as disputas em Sobradinho ganhavam as páginas do jornal *O Comércio*, de Cachoeira do Sul. Uma matéria paga pelo advogado Armando Andrade pedia ao secretário do Interior, o soledadense Maurício Cardoso, uma representação contra o prefeito. Andrade havia sido funcionário da prefeitura como forma de recebimento de uma dívida pessoal de Carniel para com ele. A acusação era de que o prefeito, que fora presidente da comissão do Partido Republicano Liberal (PRL), teria apoiado o candidato opositorista Armando Sales de Oliveira, então governador eleito de São Paulo, para a sucessão presidencial prevista para 1938, tendo aderido à candidatura de Getúlio Vargas somente depois.

Ao que parece, a acusação de Armando Andrade era verdadeira. Em outra oportunidade, José Draechler afirmava ter sido contratado por Santo Carniel para fazer campanha para Armando Sales. Quando a verba para a campanha terminou, ele teria sido nomeado como inspetor escolar, como forma de continuar o trabalho eleitoral.³⁵⁷ Mas, essas não eram as únicas acusações, nem as mais graves.

A implementação de um outro tipo de poder, fazia com que velhas chagas fossem abertas. Armando Andrade também denunciava o desvio de significativas verbas públicas e garantia que o prefeito não atuava sozinho. A situação envolvia vereadores e ocupantes de altos cargos do governo estadual. Pela denúncia, o favorecimento se dava da seguinte forma: por iniciativa do prefeito Santo Carniel, a Câmara de Vereadores aprovava a compra de terrenos pela prefeitura – por preço bastante elevado –, de áreas adquiridas por “quantia insignificante”, por “graduados funcionários do Estado”. O beneficiamento pessoal ou formas não convencionais de financiar as atividades políticas misturavam-se com as questões públicas.

Em paralelo, a repressão política ganhava força em Sobradinho. Na mesma matéria, Armando Andrade divulgava o que seria um “diabólico plano” do prefeito para se livrar do opositor. Santo Carniel denunciou ao delegado de polícia que o advogado era comunista.

356 SOBRADINHO. Correspondência Expedida. 1938. Lata 128, Maço 384. (AHRGS).

357 Loc. cit.

Além disso, Andrade afirmava que o gestor municipal tinha “capangas” pagos pelos cofres públicos. O advogado mencionava o caso de Felício Rosa. O citado “já foi condenado e cumpriu pena e atualmente anda armado pelas bodegas da Vila, com arma que lhe foi dada pelo prefeito, com seu cinturão cheio de balas, tendo ainda outros funcionários inaptos para outras funções e que andam armados ostensivamente”.³⁵⁸ Comprova-se, assim, que não era somente em Soledade, na gestão do prefeito Francisco Müller Fortes (PRL), que existiam funcionários municipais armados amedrontando a população e os opositoristas.

No dia seguinte ao da publicação do apedido no jornal de Cachoeira do Sul, em 25 de novembro de 1937, o prefeito enviou correspondência ao interventor federal defendendo-se. Negava que andasse pedindo assinaturas para a sua permanência no cargo. Ao contrário, afirmava que teve o “oferecimento por parte de destacados elementos de representação” para um abaixo-assinado, o qual ele teria recusado “dizendo que tinha ampla confiança no Exmo. Sr. Gal. Interventor e que S. Excia. agiria como se fosse de Justiça”. Andou pelo interior do município, sim, mas por “objeto de serviço”.³⁵⁹ Quanto ao contador municipal, Antônio Forzen, além de ter parado de beber e jogar, “ainda tem a seu favor que é proprietário nesta vila”. O prefeito devolveu a acusação. Ele afirmou que Serafim Tessaro – um dos signatários do telegrama da denúncia – era seu opositor em virtude de ter sido proibido de se afastar do serviço municipal: “o que ele costumava fazer, se dirigindo a uma taberna próxima para ingerir bebidas alcoólicas”.³⁶⁰

Meses depois, em agosto de 1938, o grupo de Santo Carniel dava o troco a seus opositores. O contador da prefeitura, Antônio Forzen, denunciou o ex-delegado de polícia de Sobradinho, capitão Antônio Pedro Pontes, ao Tribunal de Contas do Estado. Ele afirmava que, em julho de 1937, quando Ponte era delegado de polícia, fora-lhe dada uma caderneta para a cobrança de impostos de diversões pública, à qual ele não mais havia prestado contas. No processo contra Pontes, o então tesoureiro municipal, Guerino Bridi, garantia que, em 1937, Santo Carniel havia incumbido Pontes como arrecadador particular de impostos, o qual receberia 10% do total recolhido. Pontes se defendia argumentando que Santo Carniel lhe fornecera uma caderneta “particular” para receber os impostos de jogos, nas reuniões que a “autoridade” tivesse que comparecer com policiamento para custear as despesas. Porém, isso acabou não acontecendo, assim, nada fora coletado. Por isso, não teria devolvido a caderneta.

358 SOBRADINHO. Correspondência Expedida. 1937. *O Commercio*. Cachoeira do Sul, 24 de novembro de 1937. Lata 128, Maço 384. (AHRGS)

359 SOBRADINHO. Ofício n. 201/1 e 2 do Gabinete do Prefeito do município de Sobradinho, 25 de novembro de 1937. Correspondência Expedida de Sobradinho, 1937. Lata 128, Maço 384. (AHRGS)

360 Loc. cit.

Atribuía a denúncia ao fato do contador ser seu “inimigo pessoal”, uma vez que o delegado proibiu o jogo na casa de um munícipe, onde Forzen era “habitué”.³⁶¹

O advogado de defesa do ex-delegado de polícia de Sobradinho – Henrique de Freitas Lima Filho – garantia que a confusão devia-se a postura “sovina” do prefeito, uma vez que, em 1937, a Chefia de Polícia havia determinado que as despesas com policiamento eram de atribuição das prefeituras. Santo Carniel teria se negado a fornecer meios de transporte ao delegado, propondo que esse cobrasse os impostos eventuais. Ele argumentava: “Cobre o imposto dos jogos permitidos, o que estamos fazendo para atender a política, e faça com este dinheiro as despesas de transporte e alimentação dos soldados, em diligência.”³⁶² Segundo o advogado, os impostos arrecadados não cobriam as despesas. E, por inimizade desenvolvida posteriormente, o prefeito não teria coberto as despesas com o policiamento. Como testemunhas, foram arrolados: comerciante Amâncio Alves dos Santos³⁶³, Sady Corrêa Bastos³⁶⁴, proprietário e residente no 3º distrito, hoteleiro Ludovico Tomas³⁶⁵ e os funcionários públicos Quintilio Bridi e Humberto Dei Swaldi. O caso arrastou-se na Justiça até, pelo menos, 1942, com acusações de ambos os lados. O que se pode dizer é que houve um cidadão, chamado de “louco” pelo advogado, que pagou o imposto. No entanto, a quantia não teve entrada nos cofres municipais.³⁶⁶

Observa-se, nesse caso, emblemático as questões apontadas anteriormente: politização de conflitos interpessoais, corrupção de autoridades públicas, utilização privada de estruturas estatais, acusações, perseguições e disputa de poder. Nesse episódio, evidencia-se, mais uma das disputas entre os “estabelecidos” de Sobradinho. Na municipalidade enfrentavam-se comerciantes, advogados, funcionários públicos, ou seja, os proprietários, acusando-se, inclusive, de comunismo. Além disso, o poder pessoal e o “jeitão” de Carniel impunham medo. Sua presença mobilizava os lugarejos. Homem forte, andava sempre com camisas pretas. Quando ele chegava ao interior do município, era um alvoroço: “O Carniel vem chegando, o Carniel vem chegando!”³⁶⁷ Se entre os “estabelecidos” a disputa era contundente, quando envolvia os mais pobres, ou os sem poder econômico e político, os “outsiders”, as

361 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Sumário contra Antônio Pedro Pontes. Sobradinho, março de 1942. Autos n. 169, maço 23, p. 5-6v, 9. (APERS)

362 Ibidem, p. 45-6.

363 Possivelmente seja o subprefeito e subdelegado de polícia distrital.

364 O tenente Sady Corrêa Bastos acumulava as funções de subprefeito e subdelegado de polícia no distrito de Arroio do Tigre. Na condição de autoridade policial ele fez os registros sobre a emboscada de policiais militares e civis que resultou na morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos na Coloninha, no Lagoão, em 16 de agosto de 1938, conforme RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Vol 1, p. 5-6. (APERS).

365 Ludovico Thomasi ou Tomassi.

366 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Op.cit, p. 45-6.

367 Entrevista da Marianinha Nogueira Lopes. Bagé, junho de 1987.

situações adquiriram mais dramaticidade. A população acabava refém das autoridades ou dos comerciantes locais.

O clima de desconfiança e repressão política estava por todos os lados. Sobradinho era região de imigração alemã e italiana de 2^a e 3^a gerações. Assim, em fevereiro de 1937, no interior do município de Sobradinho, na colônia São Paulo, uma festa religiosa, acabou em pancadaria e prisões, evidenciando os conflitos entre as etnias das colônias mistas. No tarde do dia 11, cerca de três mil pessoas participavam do louvor a Nossa Senhora de Lurdes na capela. Na tenda de bebidas, encontravam-se diversos “camisas verdes”. Lourenço Puntel – imigrante italiano, agricultor, 60 anos, residente na região há 17 anos –, ao ver o pessoal uniformizado, deu vivas ao Partido Integralista. Ele explicou: “tinha gosto de ver um partido que trabalha em defesa da Pátria”.³⁶⁸ Nesse momento, o subprefeito e subdelegado de polícia distrital, Amâncio Alves dos Santos³⁶⁹, teria botado o revólver no rosto de Lourenço e, depois, deferiu-lhe uma bofetada. Ao cair, o subdelegado teria pisado na sua face. O filho do agricultor, Hermenegildo Puntel, interveio em favor do pai e foi agredido por Amâncio com uma coronhada. Luiz Vergílio da Caz participou da briga agredindo Hermenegildo com uma faca, ferindo-o. Após serem espancamentos, os dois foram levados presos para a subdelegacia e, depois, para a Cadeia Civil de Sobradinho, acompanhados de dois praças da Brigada Militar.

Os dois imigrantes entraram na justiça contra o subprefeito e o agricultor Luiz Vergílio da Caz. O advogado das vítimas era Armando Andrade³⁷⁰. Dias depois, o então delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, que não presenciou os fatos, por estar na capital do Estado, enviava um relatório ao promotor público da Comarca de Santa Cruz, acrescentando fatos. Ele afirmou que Lourenço e Hermenegildo Puntel, pai e filho, teriam promovido “desordens” e resistido à voz de prisão. Após, alguns “camisas verdes”, teriam “investido para a subdelegacia e subprefeitura, com o intuito de tomar os presos”.³⁷¹ Segundo Antônio Pontes, “se não o fizeram, foi em virtude da ação enérgica com que agiu o subdelegado de polícia que, estando sem nem uma praça, teve que lançar mão no auxílio d'um civil”, o próprio Luiz Vergílio da Caz, que havia participado da briga armado de faca. Ao advogado, Pontes referia-se como “patrono dos desordeiros” às vítimas, como “indesejáveis” e “ardorosos integralistas”. Afirmava, ainda, que “da imigração da qual fez parte [Lourenço Puntel], só faltava este passar pela cadeia desta Vila, visto como todos os demais foram presos por desordens”. No entanto, Pontes não teria conseguido convencer o promotor, que

368 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Promotoria Pública de Santa Cruz. Processo Crime contra Amâncio Alves dos Santos e Luiz Vergílio da Caz. Sobradinho, fevereiro de 1937, p. 2-3, 6. (APERS)

369 Citado na polêmica anteriormente referida com o prefeito Santo Carniel.

370 Autor da denúncia referida anteriormente contra o prefeito Santo Carniel.

371 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Op. cit, p. 4.

referendou a versão das vítimas.³⁷² Ironicamente, apenas alguns meses depois desse episódio, o ex-delegado Antônio Pontes já estava aliado ao grupo do advogado Armando Andrade, denunciando o prefeito Santo Carniel como visto anteriormente.

Além de situações políticas mais evidentes, encontram-se questões de natureza econômica influenciando as ações das autoridades municipais de Sobradinho. Em janeiro de 1938, funcionários da prefeitura invadiram as terras de Manoela Israel da Silva supostamente para construir, ali, uma variante da Estrada Geral que ligava Sobradinho a Cachoeira do Sul. Derrubaram matos, trazendo grandes prejuízos para a proprietária, que já era considerada miserável. Ela teve o seu pequeno lote de 25 hectares cortado por duas estradas que se destinavam ao mesmo fim. Foram seus advogados Armandio J. Andrade e Pedro da Costa Gouvêa. Inexplicavelmente, em fevereiro de 1940, Manoela assinou um termo de desistência da execução da sentença, que lhe havia dado ganho de causa, tendo de pagar as custas do processo.³⁷³

Mas a “pobre” Manoela Israel da Silva não foi a única vítima das estradas de Santo Carniel. Em maio de 1938, funcionários da Prefeitura invadiram a propriedade do colono Pedro F. da Silva, no 4º distrito, derrubando grande quantidade de mato (800 m de extensão e 6 m de largura), pretensamente para construir uma estrada de rodagem. Segundo o advogado do menor, também Armandio J. Andrade, o prefeito Santo Carniel: “vem invadindo propriedades particulares, arbitrando a seu bel-prazer, sem a competente desapropriação, preços por estragos mandados ultimar pela sua administração errônea e capacidade de perseguidor número um”, desabafou. O prefeito se defendeu dizendo que as ações eram “fruto preconcebido de uma campanha injusta, já de domínio público”, negando que tenha mandado abrir a estrada. Em 1940, Pedro da Silva também desistia do processo, desta vez, com a garantia do prefeito, capitão Edison Ketzer, que a estrada não seria aberta.³⁷⁴ Os dois casos permitem afirmar que o real interesse do então prefeito Carniel fosse a madeira dos terrenos, produto que estava em crescente valorização nesse momento como é possível confirmar pela existência de 50 serrarias em Soledade.

Com o cenário descrito neste capítulo, destaca-se a intensa disputa de poder que estava em curso na década de 1930. Enfrentavam-se os partidos políticos na arena institucional e também no cotidiano das comunidades. Verifica-se a influência da tumultuada conjuntura nacional e internacional nas questões locais. Assim, conforme será examinado adiante, frente aos confrontos entre as elites dominantes – os “estabelecidos” –, os camponeses do interior de

372 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Promotoria Pública de Santa Cruz. Processo Crime contra Amâncio Alves dos Santos e Luiz Virgílio da Caz. Sobradinho, fevereiro de 1937, p. 2-4. (APERS)

373 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Reintegração de Posse a Manoela Israel da Silva. n. 19, autos n. 377, maço 11. (APERS)

374 Loc. cit.

Soledade e Sobradinho – mobilizados por Anastácio Desidério Fiúza, por André Ferreira França e pela família Gonçalves da Costa – passaram a responder às violências sistemáticas com um discurso pacifista e religioso, pregando práticas comunitárias, enquanto grandes forças políticas e econômicas estavam modificando as formas de organização do Estado e da dominação capitalista.

Os embates políticos locais e estaduais assumiram novas dimensões depois da implantação do Estado Novo. Como afirmou Cancelli³⁷⁵, depois de 1937, com o regime ditatorial estabelecido, as “classes populares” passaram a ser monitoradas pela polícia, o “medo havia se generalizado”, era a “caça aos ‘inimigos do governo e da nacionalidade’ (...), o corpo policial e sua falta de princípios garantia um imenso clima de ‘instabilidade’.” Portanto, em vinculação aos fatos de Soledade e Sobradinho, nada mais temerário para os grupos dominantes em conflito entre si, do que um agrupamento de trabalhadores rurais “fanáticos” supostamente – ou propositadamente, ou maliciosamente – associado a um governador deposto, que tivera em suas mãos um partido influente e com um aparato estatal controlando as minúcias em curso nas ações municipais. Um ex-governador que conhecia o caminho da compra de armas, da mobilização de efetivos e das revoluções.

No entanto, Flores da Cunha já estava efetivamente deposto e isolado. Porém, ele havia acumulado desconfianças e acusações de corrupção, conspiração, subversão, compra de votos, traição política, contrabando de armas, criação de corpos irregulares ou provisórios, a pretexto de consertar estradas e ferrovias, mas efetivamente prontos para assumirem o combate às forças federais.³⁷⁶ Ele partiu para o Uruguai antes mesmo do golpe de 10 de novembro de 1937 e lá permaneceu até 1942. Quando o ex-governador voltou, foi preso por Vargas.³⁷⁷ Ele havia sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional e era acusado de conspirar contra o governo no exílio.³⁷⁸

As suposições sobre o vínculo entre os *monges barbudos* e o general Flores da Cunha foram montadas na Delegacia de Polícia de Sobradinho. Constata-se que a perseguição aos *monges barbudos* ocorreu durante a gestão da Frente Única em Soledade, sob a iniciativa do grupo da elite local que combateu Getúlio Vargas e Flores da Cunha durante a revolta de 1932. A repressão aos “fanáticos” ocorreu sob o comando dos delegados de polícia, 1º tenente Januário Dutra, de Soledade, e Antônio Pedro Pontes, de Sobradinho, e dos prefeitos: Olmiro Ferreira Porto, vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e à Frente Única Gaúcha (FUG), e Santo Carniel, filiado ao PRR e, posteriormente, ao Partido Republicano

375 CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência*. A Polícia da Era Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 45.

376 GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 15-7.

377 SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de Corpo Inteiro*. 2. ed. Porto Alegre, RBS Publicações, 2007, p. 151, 157.

378 GERTZ, René E. Op. cit., p. 29-30.

Liberal (PRL). Foi de março a agosto de 1938 que as lideranças do movimento dos *monges barbudos* foram presas, interrogadas, torturadas e mortas por autoridades militares com o auxílio de civis, como será visto a seguir.

3 REPRESSÃO AO “GRUPO DE FANÁTICOS” COM “IDEIAS EXTREMISTAS”

Apresentado o ambiente natural, socioeconômico e político de Soledade e Sobradinho nas décadas de 1930, o presente capítulo procura focalizar a observação nas circunstâncias dos dois conflitos violentos ocorridos na Semana Santa de 1938. O primeiro aconteceu na quinta-feira, em 14 de abril, na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista³⁷⁹, no então sexto distrito de Soledade. O segundo teve lugar três dias depois, no domingo de Páscoa, no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, após o sepultamento de Anastácio Desidério Fiúza, um dos líderes da manifestação religiosa. Nos confrontos podem ser observados dois grupos em conflito. De um lado, os agricultores conhecidos e autodenominados de *monges barbudos*, suas práticas místicas e reuniões religiosas, de outro lado, seus antagonistas, colonos e comerciantes, e o aparato policial e administrativo do recém-estabelecido Estado Novo.

Neste estudo, são destacados os argumentos e os temores de ambos os lados. Para tanto, foram analisados documentos policiais, do período de novembro de 1937 a julho de 1938, localizados pelo Arquivo Público do Estado. São cerca de 40 páginas, datilografadas e manuscritas, que ainda não haviam sido analisados na sua integralidade³⁸⁰. Os documentos examinados constam dos anexos ao relatório produzido pelo major José Rodrigues da Silva³⁸¹, da Brigada Militar, e apresentado ao comando geral da corporação em julho de 1938. O oficial esteve no local, em “missão especial”, comandando os efetivos locais e os reforços enviados de Passo Fundo e Santa Maria, logo em seguida aos confrontos. O inquirido do major reuniu ofícios, um auto de resistência, três autos de exame de corpo de delito, depoimentos de cinco *monges*, seis testemunhas civis e três funcionários públicos, dos quais dois eram militares, além de relatórios produzidos pelo destacamento da Brigada Militar e pelas delegacias de polícia de Soledade e Sobradinho. Além desse conjunto, foram utilizados

379 Atualmente a localidade fica situada no município de Segredo.

380 Três autores citam o Relatório do major José Rodrigues da Silva sem explorar a integralidade dos anexos. São eles: KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul - 1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001; FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2002; KOPP, Maria da Glória Lopes. Na Semana Santa de 1938, fanáticos monges barbudos tomam a Igreja de Santa Catarina na Bela Vista: prisões e mortes em Soledade e Sobradinhos/RS. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *X Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 419-443.

381 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938.

outros três processos crimes³⁸² que tiveram como réu Oscar da Silva Telles, filho do comerciante Júlio da Silva Telles, morador da Bela Vista, tido como autor do disparo que vitimou Anastácio Fiúza.

A primeira constatação é a de que as autoridades estaduais estavam cientes do movimento religioso que vinha se desenvolvendo no interior de Soledade e Sobradinho. Existe um relatório do 1º tenente Januário Dutra³⁸³, comandante do destacamento da Brigada Militar de Soledade, de 30 março de 1938, que apresenta as investigações comandadas pelo 2º tenente Arlindo Rosa com o apoio de 20 praças, antes mesmo da concentração dos *monges* na Semana Santa, que acarretou as mortes e as prisões, em abril daquele ano. Além do acompanhamento das questões policiais pelas estruturas de segurança pública, o Executivo estadual controlava de perto os municípios e as articulações políticas locais, prova disso são as sistemáticas substituições de prefeitos ocorridas como decorrência da Revolução de 1930 e do golpe do Estado Novo (1937-1945), conforme visto no capítulo 3.

Afora isso, o soledadense Maurício Cardoso estava no centro do poder político. Ele foi ministro da Justiça e participou da comissão que elaborou o novo Código Eleitoral de 1932; rompeu com Vargas e retornou ao estado onde era da direção do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR); em 1935 participou da comissão parlamentar da Assembleia Legislativa que apurou denúncias de violência e irregularidades cometidas pelo então prefeito de Soledade, Francisco Müller Fortes (PRL); foi governador do estado interinamente – após o falecimento de Daltro Filho e antes da posse de Cordeiro de Farias –, era secretário dos Negócios da Agricultura e, desde março de 1938, acumulava a função de secretário dos Negócios do Interior.³⁸⁴ Por outro lado, a estrutura de segurança pública estava em processo de fortalecimento para atender às demandas do período de exceção. Existia uma estreita relação entre a Polícia Civil e a Brigada Militar³⁸⁵ com alguns servidores públicos acumulando funções nas duas corporações.

A análise das informações presentes nesse conjunto de documentos é apresentada agrupada por local de origem e na ordem cronológica de sua elaboração, mas, sempre que necessário, são trazidos elementos contidos em registros posteriores. Dessa forma, será

382 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar Telles. Terceiro distrito de Jacuí, janeiro de 1932, n. 105, autos n. 160. Refere-se ao conflito na linha Tamanduá. (APERS); RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar da Silva Telles e outros. Sobradinho, janeiro de 1935, n. 83, autos n. 105. (APERS); RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Aníbal Carvalho e Oscar da Silva Telles, Sobradinho, 31 de julho de 1939, n. 67, autos n. 523. Refere-se ao conflito na venda de Teobaldo Verlang, no 3º distrito de Sobradinho. (APERS).

383 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3º Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1º tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3ª Secção. Ofício n. 281. Agenor Barcellos Feio, comandante geral da Brigada Militar, ao Exmo Snr Interventor Federal. Porto Alegre, 18 de abril de 1938. O delegado permaneceu na função até dezembro de 1938, conforme WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências. Década de 1930-1940.* Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 158.

384 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. Minutas. 2ª diretoria. Códice 911, n. 370. (AHRGS)

385 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. Minutas. 2ª diretoria. Códice 911, n. 724 e Minutas. 3ª diretoria. Códice 1223, abril de 1938.

possível verificar o “aquecimento” dos antagonismos e as responsabilidades por determinadas ênfases e ampliações. Uma das questões que primeiro chama a atenção é a variação no número de participantes. Enquanto alguns mencionaram a participação de 300 pessoas na concentração na igreja da Bela Vista, na Semana Santa, outros registraram a suspeita, bastante inflacionada, de cinco mil homens com o fantasioso apoio do general Flores da Cunha, ex-governador, já exilado no Uruguai. Como será apresentado a seguir, essa suposição teve a finalidade de associar o movimento religioso a uma perspectiva política de resistência ao Estado Novo. Além de “fanáticos”, o grupo foi acusado de professar “ideias extremistas”.

O mais antigo documento a respeito do movimento dos *monges barbudos* localizado até o momento é o interrogatório do agricultor Abrelino da Rocha Soares³⁸⁶, colhido na Delegacia de Polícia de Sobradinho, Comarca de Santa Cruz, pelo delegado Antônio Pedro Pontes, no emblemático dia 10 de novembro de 1937, na mesma data que foi decretado o Estado Novo por Getúlio Vargas. Abrelino tinha 53 anos, era casado e residia no 1º distrito de Sobradinho. Ele confirmou que “frequentou” somente “uma vez” a reunião “chefiada por André Ferreira França” no sexto distrito de Soledade. Abrelino declarou que praticava a “religião” que tinha como “padroeira Santa Catarina”³⁸⁷. Ele apresentou ao delegado uma história bíblica, “um catecismo e breves com orações de Santa Catarina.” Disse, ainda, que mantinha a “religião” porque “ela vem desde os seus antepassados, por isto tem educado os seus filhos na mesma”. Essa versão diferencia-se da ideia que atribuíu o início do movimento religioso dos *barbudos* à visita do *monge* João Maria e à conversão de Deca França, em 1935.

O interrogado registrou que “nunca conspirou a favor ou contra a seita chefiada por André Ferreira França”. O agricultor atribuíu o fato de ter sido “denunciado” por perseguição do inspetor Luiz Antônio Rodrigues, residente no sexto distrito de Soledade, que “é seu inimigo pessoal”. Estranhamente, ele mencionou a existência de outros vizinhos “crentes” da mesma religião como Alfredo Roehrs³⁸⁸. Chama a atenção essa curiosa menção nominal a um vizinho “crente” de sobrenome estrangeiro. Por último, “o depoente não se considera incluído na seita dos monges.” Por documento³⁸⁹ posterior, podemos verificar que Abrelino estava preso no momento em que forneceu essas informações.

386 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares, 10 de novembro de 1937. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

387 Segundo DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. ver. e atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011, p. 234-5, em 1900, as Irmãs de Santa Catarina, provenientes da Alemanha, vieram para o Rio Grande do Sul para ajudar na evangelização dos imigrantes atendendo solicitação do bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão feita para as congregações europeias. Possivelmente deva-se a este fato a existência de uma igreja para Santa Catarina na Bela Vista, área de colonização.

388 Arnoldo Roehrs de Lima é citado por SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Evolução histórica do município. In: CAMPOS, Sonia Siqueira *et al.* *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, p. 17-27, como morador da Serrinha e autor de uma canção, a Décima dos Barbudos (10 de setembro de 1942).

389 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3ª Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no 6º distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

Abrelino da Rocha Soares foi preso novamente, em 14 de abril de 1938, com um grupo de dez *monges barbudos*, após o tiroteio de soldados e civis contra a concentração religiosa na igreja de Santa Catarina na Bela Vista. Nesta oportunidade, o delegado Antônio Pedro Pontes, em documento enviado ao chefe de polícia³⁹⁰, afirmou: “Quero salientar, como único responsável pela infiltração de tão maus elementos neste município, o indivíduo Abrelino da Rocha Soares, perigosíssimo”. O delegado Pontes apontou que o detido: “já chefiou grupos para roubar três vidas preciosas de cidadãos distintos”. Mas nada fora provado: “dada a sua habilidade, saiu-se bem nos três assassinatos”. Não citou o nome das supostas vítimas nem deu maiores informações. E revelou a prisão: “Já estive preso, aqui, por andar envolvido com os monges e apontado como chefe, neste município, isto na gestão do ex-chefe de polícia, capitão Monteiro, que mandou pô-lo em liberdade, sendo agora novamente preso, fazendo parte dos mesmos grupos”, referindo-se às prisões da Bela Vista, entre eles, novamente, Abrelino.

Em abril de 1938, já estava em curso as alterações nos poderes municipais decorrentes do Estado Novo e das alterações no Governo do Estado com a fuga do governador eleito Flores da Cunha, conforme visto no capítulo anterior. Assim, o delegado faz uma associação bastante interessante entre Abrelino Soares, tido como um dos líderes dos *monges barbudos*, preso após o tiroteio na Bela Vista, com a gestão deposta e a anterior chefia de polícia acusando-o como “chefete” em Sobradinho e envolvimento em três assassinatos. Abrelino teria vínculos com o Partido Republicano Liberal (PRL) e os esquemas de poder dos subchefes de polícia regional do governo de Flores da Cunha? Seria ele um “bombachudo”? Essa seria a causa da perseguição promovida pelo inspetor de polícia Luiz Antônio Rodrigues, seu “inimigo pessoal”? O movimento dos *monges barbudos* pode ter significado uma possibilidade de conversão e rejeição por parte de alguns homens envolvidos em práticas violentas?

3.1 Rigorosa inspeção da Brigada Militar

Em 30 de março de 1938, o 1º tenente Januário Dutra³⁹¹, comandante do destacamento do 3º Regimento de Cavalaria de Passo Fundo, no acantonamento em Soledade, elaborou um

390 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3ª Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no 6º distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

391 Conforme GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 27 e nota 37, Januário Dutra era florianista e foi nomeado prefeito em Farroupilha. Foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1940.

relatório³⁹² de quatro páginas, sobre uma “rigorosa” inspeção determinada, por telegrama, pelo comandante geral da Brigada Militar, coronel Agenor Barcellos Feio. Esse é o primeiro relatório do conjunto de anexos do major José Rodrigues. O tenente Dutra também era o delegado de polícia de Soledade. Esse agente público local estava vinculado ao mesmo tempo à Brigada Militar e à Chefia de Polícia. O documento elaborado em Soledade foi enviado pelo comandante da Brigada Militar para o interventor federal no Rio Grande do Sul, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, em 18 de abril de 1938, após os confrontos e as mortes na Bela Vista e no Jacuizinho. O relatório refere-se a “existência de um grupo de fanáticos organizado naquele município e sobre o qual recaía suspeita de professar ideias extremistas.” As informações sistematizadas pelo tenente Dutra foram colhidas a partir dos depoimentos de oito agricultores detidos para averiguação e como resultado de dez dias de diligências efetuadas por um contingente de 20 praças, comandados pelo 2º tenente Arlindo Rosa, que percorreram localidades distantes e pouco acessíveis do sexto distrito de Soledade.

Segundo o registro, na madrugada de 19 de março, partiu o contingente para o sexto distrito de Soledade, no Lagoão. O objetivo era: “reconhecer e dispersar uma reunião de fanáticos que constava existir e que estavam empregando ideias subversivas.” Embora com a alcunha de “fanáticos”, o termo que orientava as buscas era a possibilidade de ideias “subversivas”. A estratégia montada pelo tenente Dutra para percorrer essa extensa área rural em busca dos *barbudos* foi partir de Soledade³⁹³, de caminhão, até o Lagoão, e percorrer as localidades de Campina, Gramado, Palmital, Sítio, e outras não nominadas, onde já constava a existência de “fanáticos reunidos”.

Para chegar a esses locais, era preciso “arrumar cavalos” para os praças e “organizar uma patrulha de vaqueanos”. Sempre com cautela: “marchar com todas as precauções possíveis, a fim de evitar alguma cilada em que resultasse em sacrifício inútil ao nosso pessoal”. No entanto, precavido, o tenente Dutra registrou a orientação de “agir com toda a brandura”, mas cuidando com as hostilidades, devendo estacionar a “força” e realizar “um estudo prévio de terreno”. Se fosse necessário, que se “reorganizasse novas forças”, provavelmente contando com os civis locais, os “vaqueanos”, para “desfechar um ataque

392 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos (30 de março de 1938); RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3a Secção. Ofício n. 281 (18 de abril de 1938). Esse Relatório está registrado no dia 18 de abril no Boletim da Brigada Militar. O comandante geral da Brigada Militar, coronel Agenor Barcellos Feio, enviava ao interventor federal uma cópia do relatório elaborado por Januário Dutra, “referindo-se a existência de um grupo de fanáticos organizado naquele município e sobre o qual recaí suspeita de professar ideias extremistas”, conforme RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior, III Secção. Minutas, ofícios, informações, cartas e portarias. Março e abril de 1938.

393 O município de Soledade estava dividido em sete distritos: Soledade – o da sede -, Barros Casal, Camargo, Espumoso, Fontoura Xavier, Jacuizinho e Maurício Cardoso. Anteriormente, Lagoão constava como sede do sexto distrito. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986. 2. imp., p. 141.

combinado e seguro”. Era preciso ter atenção às pregações religiosas. Por isso, recomendou: “que investigasse a forma que os chefes usam para a catequese dos moradores daquela região”. Além disso, orientou para que os responsáveis fossem presos e forneceu “uma relação dos nomes em que constava haver muitos criminosos”. A ordem era “desarmar todo aquele que fosse encontrado armado”. O tenente Dutra não nomeou os procurados. Cabe lembrar que o desarmamento foi uma medida efetivada pelo Estado Novo, conforme apontado no capítulo anterior.

A metodologia de trabalho das forças policiais em atuação nessas áreas rurais era contar com o apoio local. Assim, iam sendo definidas as fronteiras entre o “nosso pessoal” e os investigados. Entre os “nossos” estariam os que podem dar informações, fornecer cavalos para o deslocamento e atuar como guias nos locais mais inóspitos, criando condições para um “ataque combinado”. Os outros eram “fanáticos”, estavam manipulando os moradores, eram criminosos, organizavam ciladas e estariam armados. Três dias depois da partida, já em 22 de março, o 2º tenente Rosa enviou um grupo de oito “fanáticos” que teriam se apresentado, eram eles: 1) Adão Alves, 2) Alfredo Antônio dos Santos³⁹⁴, 3) Estácio Gonçalves da Costa, 4) Guilherme Francisco da Silva, 5) João Pereira Vaz, 6) Leôncio Pereira Vaz, 7) Sebastião Gonçalves [França] e 8) Thomas de [Oliveira] Fiúza.³⁹⁵ Januário Dutra interrogou “demoradamente cada um deles”, verificando “minuciosamente todos os documentos e demais papéis que possuíam”. Contudo, foi taxativo: “não tendo encontrado, tanto nas declarações, como nos papéis nada de importância, que indicasse a pregação de ideias exóticas.” No entanto, não tomou a termo os depoimentos, se o fez, não anexou no relatório, já que o principal, as “ideias exóticas”, foram descartadas.

Ao regressar, depois de dez dias de intensas diligências percorrendo o “sertão íngreme do 6º distrito de Soledade”, o 2º tenente Arlindo Rosa prestou esclarecimentos, que foram sistematizados por Dutra: não foi possível encontrar os “fanáticos, pois, que se achavam todos dispersos e escondidos nos matos, de medo de serem presos”. Percebe-se que o medo já estava presente entre os *barbudos*. O policial procurou por “todos os meios prender os apontados como cabeças, entretanto, não foi possível, em vista da vasta e alcantilada região”. Revelava, assim, o território dos *monges*: as matas escarpadas do interior do município de Soledade, na divisa com Sobradinho. Observa-se a identificação dos matos como um lugar acessível para o refúgio dos *barbudos*, demonstrando a familiaridade dessa população com esses locais, que eram inacessíveis para outros grupos.

394 Alfredo Antônio dos Santos prestou novo depoimento conforme RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade, Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos, 3 de junho de 1938, 16h, documento manuscrito. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

395 Provavelmente, existam imprecisões no registro do nome dos presos. Possivelmente Sebastião seja Gonçalves da Costa, irmão de Estácio, e Thomás seja Desidério Fiúza, irmão de Anastácio Desidério Fiúza.

O tenente Dutra arriscou uma observação quanto à origem étnica dos procurados e as condições de vida desse povo dos sertões. Para ele, os *monges barbudos* “são descendentes de nosso caboclo indolente, poucos gostam de trabalhar, de maneiras que a miséria começou a bater-lhes a porta da casa”. Não eram então os de origem estrangeira, que eram reconhecidos socialmente como aqueles que gostavam de trabalhar. Os “descendentes do nosso caboclo indolente” seriam os filhos dos escravos, aqueles que eram tidos como os que não gostavam de trabalhar e que tinham a prática de se aglutinar em comunidades de fugitivos? Seguiu o tenente Dutra: “então por meio de uma seita religiosa, tendo como padroeira a Santa Catarina, procuraram a se reunir e se auxiliarem mutuamente”.

Segundo a interpretação do tenente Dutra, alguns “mais espertos” iniciaram “a fazer a propaganda da religião” e aquele que não aderisse: “muito em breve morreria e seus bens seriam repartidos com o pessoal da seita”. No entanto, grafava o pacifismo: aconselhavam para “andarem desarmados, respeitar as autoridades, apanharem e não brigarem”. A religião também buscava o afastamento das bebidas alcoólicas, aconselhavam a “não beberem”. Com relação ao trabalho, buscavam limites e teriam falado em “trabalharem pouco, não trabalhem sábados e domingos”. Possuíam a preocupação de purificar o sangue com chás de caroba, erva-mate e outros fitoterápicos da região. Registrou o fato de eles terem o cabelo e a barba compridos. O tenente pontuou a “robustez” dos detidos, em contradição com a suposta “miséria” que lhes batia a porta. Pelo perfil traçado, verifica-se que se tratava de trabalhadores rurais em afirmação de valores coletivistas e em oposição a determinadas práticas sociais, com as apontadas no capítulo anterior, tais como, o desrespeito às autoridades constituídas, a existência de bandos armados, as brigas em festas e os conflitos violentos, alguns dos quais motivados pela embriaguez ou intolerância política ou religiosa.

Com bastante sensibilidade aos acontecimentos, o tenente Dutra apontava o receio e o temor dos “colonos de origem estrangeira” e dos demais habitantes que não aderiram ao movimento religioso e que viam “a união dos monges” crescendo a cada dia. Disso resultaram “os mais descontraídos comentários”. Conforme as informações do tenente, restou o fato de que “os fanáticos se reúnem sábados e domingos nas igrejas a rezarem”, mas sempre “completamente desarmados e depois dispersam-se e cada um vai para as suas casas”. Por fim, o tenente ainda registrou o pedido dos “fanáticos” para que ele atuasse no caso “pessoalmente”, assim poderiam fazer com que todos os outros se apresentassem, o que não fariam ao tenente Arlindo, “porque o temiam”. A menção de que eles se reuniam nas igrejas “completamente desarmados” é importante para que se entenda os cercos das autoridades policiais, acompanhadas de civis, e os tiroteios ocorridos em abril de 1938.

Por último, Januário Dutra registrou outra estratégia de ação que poderia ter resultados mais eficientes. Observou no grupo de presos um jovem de pouco mais de 20 anos, Adão

Alves, com conhecimento “de quase toda a região serrana, muito esperto e inteligente” que dizia não ser “fanático”, mas observou “que ele exerce grande ascensão aos demais e até acho ser o único capaz de dirigir os tais fanáticos”. O tenente viu aí uma possibilidade de recrutar Adão “para prestar seus serviços ao Governo”, acreditando que “a polícia muito lucraria se desse a Adão uma missão secreta naquela zona”.

Findou o relatório de forma pouco conclusiva: “apesar de não ter encontrado, não posso negar ou afirmar a existência de algum núcleo disfarçado para inocular, aos poucos, ideias exóticas aos moradores da referida região” e registrou os cuidados a serem tomados: não participou da diligência porque recebeu um telegrama do chefe de polícia para que não saísse da sede do município sem permissão expressa, como não obteve resposta ao telegrama em que teria pedido autorização para afastar-se, resolveu permanecer na sede. Estava, assim, envolvido em duas estruturas de Estado com comandos diferenciados: a Polícia Civil, dirigida pelo chefe de polícia, e a Brigada Militar. O comandante geral da Brigada Militar, coronel Agenor Barcellos Feio, ao remeter o relatório do tenente Dutra para o interventor federal no estado, coronel Cordeiro de Farias, manteve a perspectiva política, dando ênfase à organização dos camponeses e à suspeita de subversão: afirmou referir-se “a existência de um grupo de fanáticos organizado naquele município e sobre o qual recaía suspeita de professar ideias extremistas.”

3.2 Confronto na Igreja de Santa Catarina

Os boatos já eram intensos sobre a “seita” dos *monges barbudos* no final de 1937 e início de 1938. As investigações policiais estavam em curso há pelo menos seis meses: participantes já haviam sido presos, a diligência do destacamento da Brigada Militar mencionou os “escondidos” nos matos e os *monges* registraram a perseguição por parte de funcionários ligados à Delegacia de Polícia de Soledade, 2º tenente Arlindo Rosa e inspetor Luiz Antônio Rodrigues. As autoridades estaduais não só estavam cientes, como orientavam os trabalhos de investigação via telégrafo. As reuniões e as rezas nas capelas iam chamando a atenção dos vizinhos e causando mal-estar.

O clima já era tenso quando iniciou a concentração liderada por Anastácio Desidério Fiúza na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, dia 13 de abril de 1938, na Semana Santa. As primeiras intervenções policiais foram comandadas pelo delegado Antônio Pedro Pontes da Delegacia de Polícia de Sobradinho. O auto de

resistência³⁹⁶, de 14 de abril de 1938, quinta-feira, às 8h, na Igreja de Santa Catarina, apresenta a seguinte versão: no local, a escolta de soldados que acompanhavam o delegado e o escrivão, João Rodrigues, teria se deparado com uma “numerosa multidão composta de monges, suas mulheres e grande número de crianças de todas as idades”. Ao chegarem, teriam sido “alvejados” pelos *monges* que “procuravam embrenharem-se nos matos, e de lá atiravam contra os soldados”. No tiroteio foram feridos “inocentes”, mulheres e homens. Limitando-se a essas informações, não mencionou nenhum nome, mas destacou os tiros que vinham do mato. As cinco testemunhas que assinaram o auto foram: 1) Amâncio Alves dos Santos, 2) Cantolino Gonçalves da Fontoura, 3) José Dezorzi, 4) Oscar da Silva Telles e 5) Santo José Trevisan.

Depois do tiroteio, ainda no dia 14, na Delegacia de Polícia de Sobradinho, com o delegado Antônio Pedro Pontes e o mesmo escrevente João Rodrigues, foi manuscrita a declaração de quatro testemunhas, três delas já haviam assinado o auto de resistência, os dois últimos registros foram datados em 16 de abril. As declarações são de moradores da Bela Vista, das imediações da Igreja de Santa Catarina, diretamente envolvidos com os fatos ocorridos dias 13 e 14, entre quarta e quinta-feira, desde a chegada dos “fanáticos”. Os registros são contínuos, um abaixo do outro, manuscritos, dando a impressão de que não houve sigilo nos depoimentos. Há grande coincidência nos relatos. Os dois primeiros depoimentos foram dos jovens comerciantes Santo Trevisan e Oscar Telles. Se tudo o que tinha sido espalhado sobre a “seita dos barbudos” não fosse suficiente, os jovens apimentaram as declarações colocando entre as suspeitas um acampamento de 15 dias, a espera de um contingente de cinco mil homens e, o mais agudo, um suposto vínculo com o ex-governador, então exilado no Uruguai, general Flores da Cunha. Oscar Telles ainda acrescentou ameaças de morte por parte de Anastácio Fiúza.

Conforme os registros, Santo José Trevisan, 24 anos, viúvo, declarou que no dia 13 de abril, “começou a chegar na Igreja Santa Catarina”, nas proximidades de sua residência, “numerosa leva de monges, mulheres e crianças; que os mesmos lhe disseram que, talvez acampassem por 15 dias na referida Igreja, palavras estas ditas pelo próprio chefe dos monges, denominado Estácio Desidério Fiúza³⁹⁷”. Os *monges* “ali aguardariam a chegada de cinco mil homens³⁹⁸ comandados por Flores da Cunha.” Já Oscar da Silva Telles, 25 anos, solteiro, declarou que, no dia 13 de abril, por volta de 20h, as “imediações de sua residência,

396 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Auto de resistência. 6º distrito de Soledade, Bela Vista, Igreja de Santa Catarina, 14 de abril de 1938, 8h. Interessante observar que o documento manuscrito não contém a data da redação, só menciona a data do evento. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

397 Anastácio foi chamado de Estácio em alguns documentos.

398 O gradiente do número de participantes neste dia varia entre 300 pessoas e esta cifra, evidentemente manipulada, de cinco mil homens. Além disso, essa informação descaracteriza um elemento importante do movimento que era a presença de mulheres e crianças.

foram invadidas pelos monges, tendo o chefe deles comparecido na casa do sr. Jacinto Bridi, obrigando-o a que lhe entregasse a chave da igreja Santa Catarina, fazendo-lhe ameaças de vida”. Por isso, ele resolveu “caminhar 3 km a pé a fim de tomar um auto caminhão e vir a Sobradinho pedir recursos policiais”.

Oscar Telles teria ouvido “dos próprios monges” que a pretensão era “acampar na referida igreja, a qual é localizada em frente de sua residência, distância de 100 m, por 15 dias, dizendo ainda os ditos monges que ali aguardariam a chegada de cinco mil homens do general Flores da Cunha.” Por fim, acrescentou: “Sabe ainda que Estácio Desidério Fiuza ameaça o sr. Sady Corrêa de Bastos, subprefeito do 3º distrito de Sobradinho, de morte, por ter este prestado auxílio a escolta comandada pelo tenente [Arcelino] Rosa”. Possivelmente, referindo-se à diligência da Delegacia de Polícia de Soledade, em março, comandada pelo 2º tenente Arlindo Rosa, conforme visto anteriormente, onde o tenente foi acusado de excessos pelos *monges*. O tenente Sady Corrêa Bastos acumulava as funções de subprefeito e subdelegado de polícia no distrito de Arroio do Tigre. Como será visto no capítulo 4, o tenente Bastos foi a autoridade policial que fez os registros³⁹⁹ sobre a emboscada de policiais militares e civis que resultou na morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos na Coloninha, no Lagoão, em 16 de agosto de 1938.

Datadas de 16 de abril de 1938, sexta-feira, as duas últimas declarações de testemunhas eram também de residentes no sexto distrito de Soledade vinculados ao alarme dado às autoridades policiais de Sobradinho. O agricultor Cantolino Gonçalves da Fontoura, empregado do engenho de Jacinto Bridi, 37 anos, casado, brasileiro, disse que dia 13 de abril, por volta de 20h, “chegaram na localidade aonde mora cerca de mil e tantas pessoas entre homens, mulheres e crianças”. Em seguida, “Tasso Fiúza [teria] dirigindo-se para a casa do sr. Jacinto Bridi, exigindo a chave da Igreja”, seguindo as ameaças “que se não entregasse se arrependeria”, em virtude disso “o sr. Bridi entregou a chave da dita Igreja, sem perda de tempo.” Não falou em ameaça de morte.

Sobre a permanência no local, declarou: “Sabe, por ter ouvido dizer por elementos dos fanáticos, que os mesmos pretendiam acampar no referido lugar por cerca de 15 dias”. Com essa expectativa de permanência tão prolongada surgiriam os problemas de abastecimento dos “invasores”. Segue o depoente: “tendo os mesmos acampado, e de logo, procurado as suas subsistências nas casas comerciais, e particulares”, assim, “não era possível atendê-los”, em virtude do elevado “número de pessoas até calculado”. Cantolino foi designado por “seu patrão” para ir a Sobradinho “pedir recurso às autoridades públicas”, isso porque o 6º distrito

399 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p. 5-6. (APERS).

de Soledade, “local invadido pelos referidos fanáticos”, ficava a “uma terça parte da distância que tem a Soledade, razão por que na situação de sobressalto que tiveram os moradores, resolveram pedir recursos para Sobradinho.”

O último a depor foi comerciante e dono de engenho Jacinto Bridi⁴⁰⁰, 44 anos, casado, brasileiro, que morava em frente à Igreja de Santa Catarina e detinha a sua chave. Ele disse que: no dia 13, por volta de 20h, “Tasso Fiúza, chefe dos fanáticos, chegou em sua casa exigindo-lhe a chave da Igreja Santa Catarina”. O líder dos *barbudos* teria obtido a chave “mediante ameaças”. O próprio Anastácio teria dito que “ali acampariam por muitos dias, que eram cerca de 800 pessoas e que, no dia seguinte, chegariam mais mil pessoas”. Jacinto acrescenta questões inusitadas: “que o referido chefe dos barbudos intitulava-se com ordens governamentais, sabendo ainda terem os mesmos monges, propalado que ali aguardariam a chegada de cinco mil homens mandados de Flores da Cunha”. Além disso, tinha informações de “diversas pessoas verdadeiras”, que “seguidamente passa pelas imediações onde reside a maioria dos monges, um avião, o qual baixa e solta correspondência”. Informava, por fim, “que o chefe dos mesmos reside em Cruz Alta”.

Essa foi a terceira vez em que os “fanáticos” foram associados com a conflituosa política gaúcha e os arranjos regionais de poder. Nesse caso, o comerciante e dono de engenho Jacinto Bridi afirmou que Anastácio estava à serviço do extinto governo de Flores da Cunha atendendo a uma chefia em Cruz Alta. Como visto no capítulo anterior, o ex-governador mantinha um sistema de controle municipal baseado nos subchefes de polícia regional. Por sua vez, em Soledade foi criada, na administração do Partido Republicano Liberal (PRL), uma força civil não institucionalizada enquanto tal, mas amparada na gestão municipal – conhecidos como *bombachudos*. Esse contingente exercia um papel coercitivo violento de intimidação dos opositores e era vinculado ao coronel Victor Dumoncel, chefe de polícia da 3ª região policial – da qual participavam Soledade e Cruz Alta. Anastácio Fiúza teria relações políticas ou de subserviência com o esquema de poder do PRL? Ou esta seria uma justificativa encomendada pela oposição a Flores da Cunha para justificar uma ação violenta contra homens, mulheres e crianças que rezavam na Semana Santa, da mesma forma que vinham fazendo em outras capelas rurais, sempre desarmados, como afirmou o delegado de polícia de Soledade Januário Dutra em março de 1938?

Outra questão relevante no depoimento de Jacinto Bridi é a afirmação de que a maioria dos *monges* tinha residência próxima uns dos outros, definindo uma área geográfica de concentração das famílias seguidoras do movimento religioso. Além disso, no conjunto

400 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Declaração de Jacinto Bridi. Sobradinho, 16 de abril de 1938, manuscrito. Documento anexo ao Relatório do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. (APERS)

desses depoimentos, verificamos que as duas últimas testemunhas arriscaram uma cifra entre 800 a “mil e tantos” participantes, enquanto que Trevisan falou em “numerosa leva”, Telles em invasão e o delegado em “numerosa multidão”. Mencionaram a chegada dos *monges* na Bela Vista às 20h. Por último, e talvez o mais significativo, é que as testemunhas só abordam as circunstâncias da chegada dos *monges*, a pressão e “as ameaças” por parte dos *barbudos* para a obtenção da chave da igreja e os temores dos antagonistas como justificativa para o chamamento das autoridades de Sobradinho. Eles calam sobre o tiroteio, os feridos, os presos e as mortes de Anastácio Fiúza e de um bebê no colo de sua mãe.

Em 22 de abril, o delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, encaminhou ofício⁴⁰¹ ao chefe de polícia no qual acusava o recebimento de telegramas com a comunicação da vinda do contingente de 40 praças do 1º Regimento de Cavalaria, que ainda não haviam chegado de Santa Maria, e mencionava a autorização para a “remessa dos fanáticos para essa capital”. Remeteu as declarações e “alguns depoimentos de pessoas de idoneidade” e o auto de resistência “que mandei lavrar, no dia em que fui localizar os referidos fanáticos”. Esses são os documentos que foram analisados acima. Esclarecia que: “deixei de tomar por termo o depoimento de cada um dos enviados, visto o sigilo insondável que os mesmos mantêm; no entanto, posso afirmar a V.Excia, que cada um dos dez indivíduos tem regular parcela de responsabilidade, pois são indicados por moradores, seus vizinhos e pessoas acatadas como tais” e aproveita para salientar a responsabilidade do perigosíssimo Abrelino da Rocha Soares, conforme apresentado acima, “sendo agora novamente preso, fazendo parte dos mesmos grupos.”

Na fotografia do grupo de dez presos pode-se observar que, no momento da detenção na Bela Vista, eles estavam perfeitamente vestidos: possuíam casacos, tinham cintos e lenços, sendo visíveis os calçados de Crescêncio Costa. Podemos ainda afirmar que, embora rendidos e de joelhos, mantinham uma postura de dignidade. Na segunda fotografia, tirada em frente a uma cadeia, observa-se que os detidos estão descalços, abatidos e ainda com a mesma roupa do dia da retenção.

Ainda segundo o delegado Pontes, dentro da igreja “ocupada”, foram apreendidas “só duas pistolas e diversas facas”, embora houvesse “muitos deles armados de revólveres, porém embrenharam-se nos matos”. Assim, ele sustentava a ideia de que Anastácio iniciara o tiroteio contra a escolta ferindo um bebê:

Tasso Fiúza, reconhecido como um dos chefes, saiu da referida Igreja atirando contra os soldados que compunham a escolta, ferindo, mortalmente, uma criancinha que estava nos braços de sua própria mãe, ficando esta

401 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3ª Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no 6º distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

também gravemente ferida do mesmo disparo, motivo pelo qual os soldados se indignaram e fizeram disparos contra o mencionado chefe, tendo este se escapado ferido.

Pelo que “consta”, Anastácio teria morrido no dia seguinte: sendo “velado durante três dias na casa de Alípio Gonçalves da Costa e enterrado no pátio da mesma casa. Alípio e seu irmão Crescêncio são apontados como grandes responsáveis nestas façanhas dos monges.” Como apontado nas entrevistas realizadas com os filhos de Alípio e Crescêncio, apresentadas no capítulo 5, seus pais foram torturados e voltaram cegos da prisão. Pergunta-se: a polícia de Sobradinho teria se utilizado de tortura para romper com o “sigilo insondável” dos *monges* ou os maus-tratos foram aplicados na detenção em Cachoeira do Sul, uma vez que os irmãos Gonçalves da Costa não foram enviados a Porto Alegre? Por outro lado, a postura sigilosa é bastante distinta da postura colaborativa registra no relatório de março do delegado de polícia de Soledade. Por fim, o delegado comunicou que os presos foram “recolhidos à cadeia municipal de Cachoeira”, onde aguardarão “serem requisitados” pelo oficial da Brigada Militar, capitão José Rodrigues da Silva, para deporem no inquérito.

Os dez presos na igreja da Bela Vista que foram levados para a Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, pelo delegado Antônio Pedro Pontes, após ter sido baleado Anastácio Fiúza, eram: 1) Abrelino da Rocha Soares, 2) Amâncio e 3) Donato Vidal dos Santos, pai e filho, 4) Crescêncio e 5) Alípio Gonçalves da Costa, irmãos, 6) Leôncio Pereira Vaz, 7) Apolônio Antônio Rodrigues, 8) Henrique Francisco da Silva, 9) Manoel Damásio Costa e 10) João Fernando Lima.

Em 5 de maio, o delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes⁴⁰², respondeu ao delegado de polícia de Soledade, tenente Januário Dutra, quase irritado com as novas solicitações contidas na carta datada de 4 de maio, na qual o colega pedia uma declaração escrita sobre as ocorrências de 14 de abril. Assim, Pontes relatou o confronto na Igreja de Santa Catarina: “nesse dia fui despertado às 3h da madrugada por um caminhão, que veio da Bela Vista, 6º distrito do vosso município, a mandado dos srs. Júlio da Silva Telles e Jacinto Bridi, afim de me pedirem recursos, contra a invasão dos Monges, que se haviam apossado da Igreja de Santa Catarina.” Os solicitantes eram os comerciantes da Bela Vista.

O delegado prossegue: “Em seguida organizei uma pequena escolta composta de sete homens do destacamento e mais duas autoridades civis, e rumei para o local supra”, uma delas era o escrivão: “ao chegarmos nas proximidades da referida Igreja, mandei parte da escolta, entrar pelo mato, afim de cercar a Igreja, seguindo eu, com o resto pela frente, porém, antes de chegarmos no ponto indicado, os soldados receberam disparos partidos do mato, travando-

402 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 16. Do delegado de polícia de Sobradinho para delegado de polícia de Soledade. Relata a intervenção das autoridades de Sobradinho, no 6º distrito de Soledade, ocorrida em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 05 de maio de 1938.

se ligeiro tiroteio.” Dessa forma, “Tasso Fiúza, que estava dentro da Igreja, ao sair na porta alvejou um soldado, errando ao alvo e ferindo uma criança e a mãe desta, cujas pessoas pertenciam ao bando dos mesmos Monges, Tacio disparava a sua arma e corria em direção ao mato, tendo sido alvejado também. É tudo que sei e que me cumpre informar ao meu distinto colega.” Curioso observar que o delegado orientou o cerco com parte da escolta entrando pelo mato, logo em seguida, os disparos partem do mato. Não poderiam ter sido os próprios participantes da escolta que iniciaram o tiroteio vindo do mato? Sairiam sem nenhum arranhão dez pessoas atirando contra centenas de outras se elas estivessem armadas?

3.3 No Jacuizinho, nova concentração de ‘fanáticos’

Após o confronto na Bela Vista, Anastácio Desidério Fiúza foi levado gravemente ferido para o Rincão dos Barnabé, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, residência do seu sogro, Frutuoso Gonçalves da Costa, e dos tios de sua esposa, Ana Gonçalves Vieira Fiúza. Dessa vez, um novo tiroteio após o sepultamento de Anastácio causou outra morte e a prisão de mais de cem pessoas que participavam do velório.⁴⁰³ Para esse evento o delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, produziu um segundo relatório⁴⁰⁴, assinado em 15 de maio de 1938, mais de um mês após o primeiro conflito na Bela Vista. O documento de quatro páginas datilografadas visava esclarecer as circunstâncias da morte de dois agricultores identificados como “monges” de uma “seita exótica” no interior de Soledade. O documento assinado por Januário Dutra buscava fazer uma síntese dos acontecimentos que antecederam a Páscoa de 1938, nos municípios de Soledade e Sobradinho. O delegado colheu depoimentos de nove testemunhas, seis civis – três eram da família da Silva Telles –, o subprefeito de Jacuizinho e dois militares, todos opositores aos *monges*. Embora tendo estado com quase cem *barbudos* na Delegacia de Polícia, os quais foram apresentados nominalmente, Januário Dutra não fez o registro do contraditório, unaninou uma versão a partir dos depoimentos das testemunhas escolhidas.

O tenente Dutra afirmou que, entre os dias 13 e 17 de abril⁴⁰⁵, entre quarta-feira e domingo de Páscoa, nas localidades de Bela Vista e no Rincão dos Barnabé, respectivamente nos 6º e 5º distritos de Soledade, no Lagoão e no Jacuizinho, ocorreu “uma grande reunião de

403 Embora o documento refira-se a 104 presos, nominalmente são identificados 98, conforme pode ser visto no Anexo 1.

404 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Relatório. Do delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, para o emissário do Governo, capitão José Rodrigues da Silva. Registra os acontecimentos de 13 e 17 de abril de 1938, ocorridos no 5º e 6º distritos de Soledade, lista 98 presos e reúne depoimento de testemunhas. Soledade, 15 de maio de 1938. (APERS)

405 A data dos acontecimentos é fundamental para que se verifique a tese de que Anastácio Fiúza teria ficado insepulto por vários dias a espera de ressurreição.

fanáticos que praticam uma religião exótica e não conhecida”. O delegado de polícia de Soledade afirmava que as reuniões teriam “causado pânico entre os moradores” daqueles locais e “diversas pessoas” estariam “pedindo às autoridades garantias e providências a respeito, pois os fanáticos haviam invadido o lugar denominado ‘Bela Vista’ e se apoderaram da igreja a tomar chimarrão.” Como a localidade de Bela Vista era próxima de Sobradinho: o “primeiro apelo foi dirigido ao Delegado de Polícia de Sobradinho, cuja autoridade atendeu com presteza e dirigindo-se com a patrulha” ao local.

Aparece no relatório um conjunto de justificativas ancoradas nos depoimentos colhidos de testemunhas locais, todas elas claramente contrárias aos *monges*. A linguagem adotada neste relatório contorna caracterizações pouco amistosas. O delegado afirma que as autoridades policiais de Sobradinho foram recebidas com hostilidade, “alguns dos componentes do bando” teriam feito “disparos de uma arma contra o Delegado e sua patrulha”, com o que eles “reenvidaram a agressão, resultando saírem diversos feridos, entre eles o chefe do bando, Anastácio Fiuza, que veio a falecer”. Como resultado da operação, foram feitos “diversos prisioneiros e o restante do grupo foi dispersado.”

O delegado seguiu historiando: em 17 de abril, domingo de Páscoa, às 22 horas, “veio a minha presença o subdelegado do quinto distrito acompanhado de alguns moradores” do Jacuizinho, pediam providências policiais a respeito de “grande aglomeração” existente no Rincão dos Barnabé, onde estariam, há quatro dias⁴⁰⁶, “acampados uma grande leva de fanáticos, calculados em mais de mil e quinhentos”. Com isso, teria sido fornecido ao subdelegado Otacílio Pinto “uma patrulha sob o comando do cabo Vergílio Felisberto Centenário, com o fim de dissolver o referido bando”. Outra vez, o delegado Januário Dutra não acompanhou as diligências, limitou-se a designar efetivo.

Conforme a versão do delegado ausente do local dos acontecimentos, as forças policiais teriam sido repelidas novamente: a “patrulha ao se aproximar do reduto, onde se achavam os fanáticos, foi também recebida a tiros de arma de fogo”. No tiroteio ocorreu mais uma morte e outros foram atingidos: o “fanático Benjamim Garcia de Moraes” e “diversos feridos inclusive o soldado Osvaldo dos Santos, conforme se verifica dos autos de corpo de delito”. No auto de exame de lesões corporais de Osvaldo dos Santos⁴⁰⁷, praça do destacamento da Brigada Militar, “acantonado” em Soledade, 26 anos, “cor parda”, solteiro, morador na vila de Soledade, foi registrado “um ferimento contuso com cinco centímetros de

406 Anastácio foi ferido no confronto na Bela Vista, em 14 de abril. Escapou com vida, sendo levado ao Rincão dos Costa, faleceu dia 15 de abril. Em 17 de abril, Anastácio já estava sepultado quando foi morto Benjamim Moraes. Assim, o velório durou no máximo 48 horas.

407 Grafado nos documentos como Osvaldo ou Oswaldo. RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Auto de exame de lesões corporais Osvaldo dos Santos praça da Brigada Militar. Perito nomeado: dr José Atílio Véra. Assinado por Januário Dutra, 1º tenente e delegado de polícia de Soledade, e Augusto Villasbôas, escrevente. Consultório médico, vila de Soledade, 18 de abril de 1938, 17h. (APERS)

extensão, situado na região interparietal no seu terço anterior⁴⁰⁸ produzido por arma de fogo. Ele foi examinado no consultório do médico José Attilio Véra, em 19 de abril, embora o exame registre que o ferimento tenha ocorrido às 17h do dia 18. O praça teve uma lesão superficial na cabeça produzida por meio de arma de fogo, sem perfuração por bala e sem gravidade.

Por outro lado, o auto de corpo de delito no cadáver do agricultor Benjamim Garcias de Moraes⁴⁰⁹ registrou um ferimento à bala com entrada no nariz, tendo causado sua morte. Ele tinha 39 anos e residia no sexto distrito de Soledade. Os peritos notificados – um comerciante e um criador – registraram: “Que encontraram morto nesta vila, na casa onde era de residência do senhor Jean Alfredo D’atenney, [...] o sr. Benjamim Garcias de Moraes, com um ferimento de projétil de arma de fogo com orifício de entrada na asa direita do nariz, não tendo orifício de saída”. Assinam o subprefeito do distrito, na função de subdelegado de Polícia, Otacílio Floriano Pinto, e o escrivão distrital Pillar Pacheco de Campos.

Após o tiroteio no Rincão dos Costa, o cabo Centenário, com uma patrulha de oito praças, prendeu “104 fanáticos que haviam se refugiado em uma casa no local”⁴¹⁰, conforme pode ser visto parte do grupo na Figura 3. Além disso, foram apreendidas, “em poder dos fanáticos” duas espingardas *winchesters* e um revólver calibre 44. O delegado afirmava: “Procurei como me competia proceder às investigações a respeito”. Por isso, pediu ao delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, “suas declarações por escrito” dos fatos que presenciara e que resultaram na morte de Anastácio Fiúza dias antes. O delegado Pontes forneceu os documentos já apontados.

Dos nove depoentes nesse relatório, dois já haviam prestado depoimento em Sobradinho: o comerciante e proprietário de engenho Jacinto Bridi e seu funcionário Cantolino da Fontoura. No entanto, os depoimentos de Sobradinho mais serviram para justificar a ação policial fora da jurisdição municipal do que discorrer propriamente sobre os eventos da manhã de 14 de abril. Os demais civis que depuseram foram identificados somente com o nome, sem outras qualificações. As declarações ocorreram na seguinte ordem: 1) Otacílio Floriano Pinto⁴¹¹, subprefeito distrital do Jacuizinho e também respondendo pela função de subdelegado de Polícia, 2) Júlio da Silva Telles, 3) Jacinto Bridi, 4) Cantolino Gonçalves da Fontoura, 5) Fidêncio Patrício de Britto, 6) Manoel da Silva Telles, 7) João

408 Caixa craniana.

409 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5º distrito. Auto de corpo de delito.

Exame no cadáver de Benjamim Garcias de Moraes. Assinado por Octacilio Floriano Pinto, subprefeito do distrito, na função de subdelegado de polícia, e Pillar Pacheco de Campos, escrivão distrital. Vila do Jacuizinho, 18 de abril de 1938, 16h. (APERS).

410 Embora sejam referidos 104 presos, a lista nominal é de 98 pessoas, conforme já observado anteriormente.

411 Escrito nos documentos também como Octacilio.

Kraemer, subdelegado do Jacuizinho, e os praças: 8) cabo Vergílio Felisberto Centenário 9) soldado Osvaldo Santos.

Essas testemunhas registraram os dois eventos: o confronto na igreja Santa Catarina, em 14 de abril, e o tiroteio no Rincão dos Barnabé, no Jacuizinho, após o sepultamento de Anastácio Fiúza, onde resultou morto o agricultor Benjamim Garcias Moraes, em 17 de abril. Para dar maior clareza aos depoimentos, primeiro são apresentadas as cinco declarações sobre o evento na Bela Vista nos dias 13 e 14 de abril, quarta e quinta-feira da Semana Santa de 1938. Nessa perspectiva, o comerciante Júlio da Silva Telles, morador da Bela Vista, foi o primeiro a discorrer sobre o conflito de 14 de abril. O seu depoimento é significativo porque, de certa forma, estruturou as declarações dos demais. Júlio Telles tinha experiência com as questões policiais e judiciais, ele interveio em diversos processos criminais na defesa de seu filho, Oscar Telles, nas várias vezes em que o jovem foi acusado de violências contra moradores do interior de Sobradinho.

Júlio Telles declarou que, no dia 13 de abril, quarta-feira, por volta de 23 horas: “achava-se em sua residência quando foi surpreendido por dois indivíduos” desconhecidos que “bateram fortemente na porta de sua casa e pediram que lhes fosse servido café”. Negou o pedido alegando que “não era hora para eles estarem batendo”. Frente à insistência, ele abriu a janela da casa e “notou grande aglomeração de pessoas”, como os que pediam “faziam parte do bando que se achava postado à frente de sua casa”, sem escolha, serviu-os “e foi ver o que se passava em casa de seu vizinho Jacinto Bridi”. Cabe lembrar que Júlio Telles possuía um estabelecimento comercial, assim, os solicitantes eram compradores e não pedintes.

Segundo Júlio Telles, para o vizinho Bridi foi feito outro pedido: queriam a chave da Igreja de Santa Catarina. Anastácio Fiúza insistia “para que lhe fosse entregue a chave da Igreja”, Bridi negava a concessão. Com isso, Fiuza teria “retorquido que estava à frente de 800 homens e não tinha tempo a perder”. Acreditando ser uma “atitude ameaçadora”, Telles aconselhou Bridi a entregar a chave da igreja. Com a chave, Fiuza ainda teria dito que ficariam “até sábado de aleluia, dia em que queria ver se arrumava uns quatro mil homens”. Foi o bastante para que Telles mandasse “avisar as autoridades”, o delegado de Sobradinho, pois sentiu-se “sem garantias por não fazer parte do bando de fanáticos”. Com presteza, o delegado de Sobradinho compareceu ao local, embora não fosse sua jurisdição: “ao se aproximar da referida Igreja foi recebido à bala”. Por isso, “os soldados então fizeram uso das suas armas reenviando a agressão”.

Após esse fato teriam sido presos dez *monges*, conforme lista apresentada anteriormente, e “o chefe do bando Anastácio Fiúza” foi gravemente ferido. Arrematava Júlio Teles afirmando que: “horas antes de chegar o Delegado na dita Igreja, Fiuza se achava sentado sobre o Altar tomando chimarrão”. Ele mesmo teria visto “quando Fiuza, de revolver

em punho, atirou contra um soldado, tendo errado o alvo e acertado em uma criança que se achava no colo de sua mãe; que o mesmo projétil feriu a ambos”. O boato era que o sábado de Aleluia “era o dia escolhido para os monges se apropriarem das propriedades dos que não faziam parte da religião deles.” Os policiais conseguiram apreender “só duas pistolas e várias facas”, embora tivessem muitos “armados de revólveres, porém embrenharam-se nos matos.”

Com esse depoimento Júlio Telles organizava a sincronia dos fatos e a justificativa dos opositores: os “fanáticos” eram muitos e esperavam outros tantos (entre 800 e quatro mil), eram inconvenientes e ameaçadores, exigiam a chave da igreja e profanaram o altar tomando chimarrão, ele viu Fiúza armado atirando contra a escolta e acertando o tiro em um bebê e sua mãe. E o pior e derradeiro: o sábado de aleluia era o dia da tomada de posse das propriedades alheias. Observa-se ainda que, com o tempo transcorrido entre as declarações de Sobradinho e Soledade, diminui a suposta intenção de permanência, dos 15 dias mencionados na Delegacia de Polícia de Sobradinho, ficou limitado ao Sábado de Aleluia, portanto três dias. Enquanto que o horário de chegada à Bela Vista, declarado inicialmente como 20h, passou para 23h. Esses são alguns detalhes que foram agravando as características da concentração dos *monges barbudos* na Semana Santa de 1938.

Jacinto Bridi⁴¹² prestou depoimento pela segunda vez. Nessa oportunidade disse que estava em casa às 22h, quando Anastácio “lhe intimou que entregasse a chave da Igreja” da qual ele era encarregado. Em Sobradinho, ele registrou que Anastácio bateu a sua porta às 20h. Primeiramente, “negou-se a entregar, mas vendo que se achava ameaçado por Fiúza, que lhe dissera que se achava à frente de 800 homens e que era melhor entregar a chave para o bem do depoente”. Fiúza teria dito não saber quantos dias ficaria com a chave, pois estava esperando “que lhe chegasse um reforço de quatro mil homens”. Afirmou que o próprio Fiúza teria dito a Santo Trevisan que o reforço esperado “deveria vir sob o comando do General Flores da Cunha”. Temos aqui uma declaração da maior gravidade. A expectativa de uma força comandada pelo governador deposto, seria motivo suficiente para que o Estado Novo interviesse. Já não eram agricultores “fanáticos”, mas um grupo rebelde aguardando o comando do general no exílio. Em abril de 1938, vários movimentos políticos do Estado Novo alteraram os mandatários do poder no Rio Grande de Sul e em Soledade e Sobradinho. Em boa parte dos municípios gaúchos, prefeitos perderam os mandatos e novos foram nomeados, conforme visto no capítulo 3.

O comerciante e dono de engenho, Jacinto Bridi, assumiu a responsabilidade por ter chamado as forças policiais: “diante da insegurança em que se achava o depoente e sua família”, procurou as autoridades de Sobradinho, por serem mais próximas do local. O

412 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho Declaração de Jacinto Bridi ao delegado de polícia, Antonio Pedro Pontes, escrevente João Rodrigues. Sobradinho, 16 de abril de 1938, manuscrito. (APERS)

delegado de Sobradinho dirigiu-se “imediatamente” ao local e ofereceu “todas as garantias”. Afirmou que o delegado: “ao se aproximar da Igreja onde estavam os fanáticos”, teria sido recebido “com tiros de arma de fogo”, “que a patrulha reagiu atirando contra os agressores”. Do conflito disse “que soube que foram feridos Anastácio Fiúza e outros, entre eles uma mulher e uma criança, que foi ferida por Anastácio Fiúza, quando este atirava contra um soldado da patrulha; que os monges, mesmo feridos se embrenharam nos matos existentes nas proximidades da Igreja, tendo o delegado conseguido prender 10 monges.”

O que Bridi não disse em Soledade, mas registrou em Sobradinho, foi que Anastácio “intitulava-se com ordens governamentais” e a incrível história do “avião, o qual baixa e solta correspondência” nas áreas de residência dos *monges*, além disso, reduziu de cinco mil para quatro mil o pretense número de homens aguardados sob o comando de Flores da Cunha. As outras testemunhas ouvidas pelo tenente Januário Dutra pouco acrescentaram às informações já expressas, mas ajudam a estabelecer nexos através de informações adicionais ou da terminologia utilizada para caracterizar os *monges*.

Cantolino Gonçalves da Fontoura disse que, na manhã de 14 de abril, estava olhando “uma grande multidão, digo, reunião de fanáticos”, calculados por ele em mais de mil pessoas, quando chegou a patrulha do delegado de polícia de Sobradinho. Afirmou que: “ao se aproximar da Igreja a referida autoridade foi alvejada a tiros por diversos fanáticos, entre eles viu quando Anastácio Fiúza fez uso de seu revólver, travando-se aí um forte tiroteio, do qual resultou saírem diversos feridos entre eles o chefe do bando Anastácio Fiúza.” Mencionou as prisões, acreditando que o acampamento estava previsto para durar entre três e quinze dias, e que viria reforço de Cruz Alta. Retomava assim o vínculo com Cruz Alta, associando novamente os *barbudos* aos grupos políticos que atuavam em Soledade e que tinham relações com aquele município, conforme visto anteriormente.

Fidêncio Patrício de Britto depôs no mesmo sentido dos vizinhos: viu chegar, na noite de 13 de abril, na Igreja Santa Catarina, “uma grande quantidade de fanáticos” para uma “reunião exótica”. Por ouvir dizer, não estava presente, soube que na manhã seguinte os “monges haviam recebido” o delegado de polícia de Sobradinho e a patrulha “à bala, tendo havido grande quantidade de tiros de armas de fogo, resultando daí, conforme consta, diversos fanáticos feridos, entre eles Anastácio Fiúza chefe do referido bando”. Ouviu falar no falecimento de Anastácio em consequência dos ferimentos e de que o mesmo, horas antes da chegada do delegado, “achava-se sentado sobre o altar da Igreja tomando chimarrão”. Também ouviu a versão de que “os fanáticos diziam, [que, em] muito breve iriam se apossar das propriedades dos que não faziam parte da religião deles, e fariam a divisão entre o pessoal

deles, da seita.” Manoel da Silva Telles⁴¹³ estava em sua residência, na manhã do dia 14 de abril, quando ouviu “uns tiros” para o lado da Igreja da Santa Catarina, dirigiu-se ao local e “encontrou um homem ferido o qual pertencia a uns tais ‘monges’; que na mesma Igreja estavam algumas mulheres que procuravam crianças; que quando chegou não encontrou mais as autoridades locais.”

Por fim, pode-se dizer que esses depoimentos versam sobre um “forte tiroteio”, com “grande quantidade de tiros”, ocorrido na chegada do delegado de Sobradinho à Igreja de Santa Catarina, onde foi baleado Anastácio Fiúza, uma mulher e seu bebê. Significativamente somente dois dos depoentes viram Anastácio armado: Júlio Telles, pai de Oscar Telles, que foi apontado pelos *monges*⁴¹⁴ como autor dos disparos que vitimou Anastácio, e Cantolino, empregado de Jacinto Bridi. Da mesma forma, Júlio Telles afirmou que Anastácio estava tomando chimarrão no altar da igreja, os demais, ouviram falar.

As outras quatro testemunhas registraram a concentração no Rincão dos Costa, durante o velório de Anastácio, e o novo tiroteio com morte, após o seu sepultamento. Seguem os depoimentos sobre o segundo conflito. O subprefeito distrital do município de Soledade, na função de subdelegado de polícia do Jacuizinho, Otacílio Floriano Pinto, apresentou a seguinte versão dos fatos: “diversas pessoas” teriam vindo até ele “pedir garantias em virtude de se acharem ameaçadas por uma grande leva de fanáticos que se achavam reunidos já há uns quatro dias no lugar denominado ‘rincão dos Bernabé’ ”. Foram calculados em mais de mil pessoas. Percebe-se nos depoimentos o aumento das cifras de participantes e dos dias em que os *monges barbudos* teriam ficado concentrados. Como visto nos registros da Delegacia de Soledade, os fiéis chegaram à Bela Vista na noite de 13 de abril, as forças de Sobradinho dia 14 de manhã, Anastácio foi ferido, resistindo até dia 15 de abril, o velório foi concluído dia 17. Quando as forças policiais chegaram, o enterro já havia acontecido.

Desta forma, o subprefeito e subdelegado, “em virtude do clamor geral dos moradores daquele lugar, procurou em continente o delegado de polícia de Soledade, a quem narrou o ocorrido, tendo essa autoridade lhe confiado uma patrulha composta de oito praças, com o fim de reconhecer os tais fanáticos e dispersá-los.” A patrulha, sob o comando do cabo Centenário, dirigiu-se para o local onde estavam os fanáticos. Estranhamente, nem o delegado Januário Dutra, nem o subdelegado Octacílio Pinto, acompanharam as diligências. Pelo que souberam dos presentes, a escolta: “ao se aproximar do bando de fanáticos foi recebida à bala, tendo esta revidado a agressão fazendo uso de suas armas”, na “troca de tiros” foi morto

413 Provavelmente familiar de Júlio e Oscar da Silva Telles.

414 Conforme entrevistas apresentadas no capítulo 5 e também em PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

Benjamim Garcia de Moraes e ferido o soldado Osvaldo dos Santos. O cabo Centenário seria o responsável pela prisão de 104 “fanáticos que se achavam em um grande galpão os quais não tiveram tempo de fugir”.

Somente ao saber do tiroteio e de que os *monges* não queriam se entregar, o subdelegado Octacílio Pinto foi em auxílio à patrulha com um grupo de mais vinte homens “que se prontificaram a lhe acompanhar”. Vê-se aqui, mais uma vez, a participação dos civis locais nas ações policiais. Ao chegar, o subdelegado “encontrou a patrulha cercando uma grande casa com galpão, onde estavam os referidos fanáticos os quais estavam em atitude hostil e não queriam se entregar”. Para intermediar a rendição, Octacílio negociou com um “compadre” e fez com que o “fanático fizesse ver aos demais que estavam garantidos e que se entregassem com essa garantia”⁴¹⁵. Assim, “os fanáticos se entregaram, tendo sido recolhidos presos para a sede do distrito”, a vila do Jacuizinho. O subdelegado reiterou a apreensão de duas *winchesters* e um revólver *nagan* em poder dos *barbudos*, entregues ao delegado de polícia. Por último, afirmou que mandou fazer o auto de corpo de delito no morto e nos outros que haviam sido feridos, fazendo a “entrega dos prisioneiros” ao capitão José Rodrigues da Silva, que chegou dias depois.

Outro ferido no Jacuizinho, que não consta o nome no relatório, mas que foi submetido a exame de saúde descrito no auto de corpo de delito foi o agricultor Marcolino Alves da Costa⁴¹⁶, “de cor branca”, 39 anos, casado e residente no 6º distrito de Soledade. Examinado em 25 de abril, mais de uma semana depois do tiroteio ao Rincão dos Costa, pelo médico Honorio Arteché, que respondeu aos quesitos formulados: “encontrou um ferimento contuso, de forma circular, com bordas viradas para dentro [7milímetros], com os caracteres de orifício de entrada de projétil de arma de fogo (bala), acertado na região infraespinhosa esquerda. Não há orifício de saída. Sinais clínico de penetração na cavidade torácica, com ferimento do pulmão.” Os ferimentos poderiam causar a morte do examinado.

O depoimento de João Kraemer refere-se ao dia 17 de abril, quando ele foi procurar o subdelegado de Jacuizinho pedindo providências contra “um grande acampamento”, há quase quatro dias, que “subia a mais de 1.500” pessoas, ocupando uma área de terra equivalente a “umas duas quadras” de campo no Rincão dos Bernabé. Confirmada essa informação, os acampados, seriam em número maior do que os habitantes do núcleo urbano de Sobradinho, na época estimados em 1.282 pessoas.⁴¹⁷ Embora Kraemer não tenha presenciado, soube do tiroteio que teria acontecido por iniciativa dos *monges*: “sabe que os monges, ao se aproximar

415 Este episódio foi confirmado por Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

416 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho. Comarca de Soledade, 5º distrito. Auto de corpo de delito. Exame no ferido Marcolino Alves da Costa. Vila do Jacuizinho, 25 de abril de 1938, 14h. (APERS)

417 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986. 2. imp., p. 147-8.

a patrulha da Brigada atiraram contra ela com armas de fogo, tendo um soldado saído ferido na cabeça.” João Kraemer e outros civis “foram em recurso” da patrulha acompanhando o subdelegado de Jacuizinho. Ao chegar ao local, “os monges fizeram ainda alguma relutância para se entregarem, entretanto renderam-se depois de terem sido aconselhados pelo subdelegado”. Por fim, apontava as armas apreendidas em poder dos *monges*: “duas *winchesters* e um revólver grande querendo-lhe parecer que estava com o cabo quebrado”.

O depoimento dos praças – cabo Vergílio Felisberto Centenário e soldado Osvaldo dos Santos – são idênticos ao do subdelegado. O soldado ferido, Osvaldo dos Santos, disse que a patrulha da qual fazia parte, ao se aproximar do local, foi recebida à bala, que então procurou “reenvidar a agressão”, tendo “havido grande troca de tiros resultando sair o depoente ferido na cabeça por um projétil de arma de fogo, também saíram alguns dos fanáticos feridos e um morto.”

A conclusão de Januário Dutra, tenente e delegado de Soledade⁴¹⁸ foi que os *monges* infringiram a lei em vigor:

Como o fato acontecido, contraria dispositivo da Lei de Emergência, pois, os fanáticos além de cultivarem uma religião exótica, fizeram reuniões sem licença, contrariando assim a Lei em vigor, e como tivesse o Exmo. Sr. Interventor Federal, mandado um emissário, afim de investigar os acontecimentos, sr. Capitão José Rodrigues da Silva, para os devidos fins, outrossim, foram entregues à referida autoridade os 104 presos e bem assim as armas acima mencionadas. Registre-se e entregue-se ao Emissário do Governo.

No exame da lista nominal dos 98 presos no Jacuizinho pelo subdelegado de polícia do Jacuizinho, Otacílio Floriano Pinto, após o velório e sepultamento de Anastácio Fiúza, em 17 de abril, apresentada no relatório do delegado de polícia de Soledade, é possível identificar 42 famílias participantes do movimento religioso dos *monges barbudos*. Nota-se a associação entre estas famílias pela mescla de sobrenomes ou pela inversão deles, conforme será analisado no último capítulo.

3.4 Antagonistas da família Silva Telles

O papel da família Silva Telles na perseguição aos *barbudos* foi largamente comentado pelos *monges* entrevistados⁴¹⁹, conforme apontado no capítulo 5. Oscar Telles foi apontado como autor da morte Anastácio Desidério Fiúza, na igreja da Bela Vista, na Páscoa de 1938. Ele teria sido o primeiro a atirar. No Arquivo Público do Estado foram localizados

418 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Relatório. Do delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, para o emissário do Governo, capitão José Rodrigues da Silva. Registra os acontecimentos de 13 e 17 de abril de 1938, ocorridos no 5º e 6º distritos de Soledade. Soledade, 15 de maio de 1938. (APERS)

419 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

três processos crimes contra Oscar da Silva Telles, filho do comerciante Júlio Telles, como réu por brigas, confusões e violências no município de Sobradinho, então chamado de Jacuí. O primeiro deles é sobre eventos ocorridos em janeiro de 1932, na casa de Gabriel Dias, na linha Tamanduá, 3º distrito do município de Jacuí. Na residência, acontecia um baile de aniversário quando, a certa hora, chegou Oscar da Silva Telles armado. Começou a provocar algumas pessoas. Nisso, Ricardo Hoffmann interveio, tirando-lhe o revólver. Uma autoridade presente teria dado voz de prisão ao jovem. Como ele resistiu, foi atado “para evitar novos delitos” e conduzindo à “instância maior”. No meio do caminho, os condutores de Oscar “foram assaltados pelos parentes do dito delinquente, os quais libertaram-no”. No outro dia, o comerciante Júlio da Silva Telles escreveu uma carta ao juiz inocentando seu filho, menor de idade.⁴²⁰ Nos documentos de 1938, Oscar Telles declarou ter 25 anos.

O segundo processo crime refere-se também a invasão de uma festa. Em novembro de 1934, Oscar com 23 anos, acompanhado por dois amigos, moradores do 1º distrito do município de Jacuí, teria invadido a residência de Augusto Lira, também no 1º distrito, na Taboasinha, onde se realizava um baile:

Iam as danças correndo animadas, quando apareceram Oscar da Silva Telles, João Elias Telles e João Cardoso e, em atitude agressiva, exigiram participar da festa. Dessa imposição resultou sério conflito, tendo Oscar da Silva Telles e João Cardoso disparado seus revólveres e João Elias Telles vibrado cacetadas.

Após o conflito, os denunciados fugiram, ficando feridos três agricultores: Gaudêncio Alves da Silva, 18 anos, Antônio Cecílio dos Santos, 42 anos, e Bento Alves da Silva, 55 anos. Eles foram feridos com objetos contundentes e à bala.⁴²¹ Em dezembro de 1935, o juiz municipal, Henrique de Freitas Lima Filho, pedia a prisão preventiva dos “desordeiros reconhecidos”. Eles não compareceram a citação, só participaram da audiência inicial, porque já estavam presos por desordens na cadeia civil de Sobradinho. Para o juiz a prisão preventiva era “uma medida de segurança pública e de ordem social”. Em setembro de 1937, o promotor público *ad hoc*, João Francisco Magalhães, denunciava Júlio Telles ao Ministério Público porque ele levou as testemunhas “afim de desfazer tudo” o que disseram “de verdade dentro dos autos”. Em dezembro de 1937, os réus foram absolvidos por legítima defesa.⁴²²

No terceiro processo crime, em junho de 1939, Oscar Telles não se dizia mais lavrador, nem empregado no comércio, como afirmou em 1932 e 1935. Com 25 anos, ele era agora chofer e residia no sexto distrito de Soledade. No entanto, continuava a frequentar a

420 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar Telles. Terceiro distrito de Jacuí, janeiro de 1932, n. 105, autos n. 160. Refere-se a conflito na linha Tamanduá. (APERS)

421 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar da Silva Telles e outros. Sobradinho, janeiro de 1935, n. 83, autos n. 105, maço 8, estante 41. (APERS)

422 Loc. cit.

Delegacia de Polícia de Sobradinho. Desta vez, o motivo da desavença era corridas de cavalos e dívidas de jogo. No início da tarde do dia 24, algumas pessoas estavam reunidas na venda de Teobaldo Verlang, no 3º distrito de Sobradinho, quando iniciou uma conversa sobre “carreira” de cavalos. Logo surgiu uma dúvida entre Aníbal Carvalho e Oscar Telles. Este teria puxado uma faca e, o outro, teria reagido atirando com um revólver e acertando o agricultor João Giovano Wichs, que se encontrava na porta do estabelecimento.⁴²³

Segundo o agredido João Giovano, ele estava na venda com Aníbal e João Pedro, quando chegou Oscar Telles propondo uma corrida de cavalos a João Pedro. Os dois não chegaram a um acordo e Aníbal fez uma proposta a Oscar que teria respondido com uma proposta que lhe dava vantagens. Aníbal teria respondido que se o cavalo não prestava, ele “não andasse fazendo propostas de carreiras”. Oscar, ofendido, puxou a faca, que carregava na cintura, e investiu contra Aníbal, que se defendeu: sacou o revólver e atirou. Errou o tiro e acabou acertando João Giovano, que não procurou médico, nem autoridades, por ser amigo de ambos e por não achar necessário.⁴²⁴

Segundo o acusado Oscar Telles, ele foi à venda para saber se Teodoro Meier havia deixado um dinheiro que lhe devia. Em seguida, passou a tratar uma corrida com João Pedro. Aníbal teria se intrometido afirmando: “Não ate carreira com ele porque não sustenta o que trata e é um tipo tratante.” Oscar disse que a conversa não era com ele e que não se metesse. Aníbal teria lhe dado com um relho, puxado o revólver e disparado. Oscar afirmou que somente colocou a mão na faca, mas não a retirou da cintura, indo em direção a porta, quando o tiro atingiu João Giovano, que estava de costas. Oscar afirmou ser inimigo de Aníbal por uma outra desavença que envolveu disputa de cavalos.

Já o jornalista Aníbal Carvalho, 32 anos, morador do 3º distrito de Sobradinho, na Serrinha, apresentou outra versão. Afirmava estar na venda, tocando violão, acompanhando a trova de João Giovano Wichs, quando apareceu Oscar: “tomou um trago e saiu, para voltar dali a poucos minutos a procura de João Giovano Wichs, para tratarem de uma corrida de cavalos.” João teria negado a aposta, por não possuir cavalos de corrida, mas, Aníbal tinha. Oscar teria respondido que “com cavalo desse sujeito eu não corro carreira, porque ele tem uma dívida comigo”. Aníbal respondeu afirmando que se devesse pagaria. Oscar teria bebido mais uns goles de cachaça, sacado a faca e dito: “então tu pagas hoje”. Nesse momento, Aníbal puxou o revólver, apontando na direção de Oscar e disse: “não venhas que eu te atiro”. João Giovano meteu o braço no revólver e outra pessoa puxou-lhe o braço por trás. Negou

423 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Aníbal Carvalho e Oscar da Silva Telles, Sobradinho, 31 de julho de 1939, n. 67, autos n. 523, maço 16. Refere-se a conflito na venda de Teobaldo Verlang, no 3º distrito de Sobradinho. (APERS).

424 Loc. cit.

que tivesse intenção de disparar. Negou, também, que tivesse dado com um relho em Oscar, mas confirmou que se tornaram inimigos devido às disputas de cavalos.⁴²⁵

O episódio dos *monges* ainda era assunto recente, quando outro assassinato ocorreu na região. Desta vez o envolvido era Janico Telles, irmão de Oscar. Ele foi apontado como autor da morte de Tomás Sigilio⁴²⁶. A vítima era filho de família de posses, quando ele foi comprar sal na venda dos Telles. Ele usava cabelo e barba longos, apesar da perseguição aos *monges barbudos*. Tomás comprou o sal e Janico teria perguntado: – Tu vai comer esse sal? – Vou, respondeu ele. – Ah, duvido! – Mas eu compro e pago. Pagou e saiu. Janico saiu atrás, acompanhado de um cigano. Chovia. Por isso, botou um pala de gorgorão fino. Alcançaram Tomás e ele parou. Mataram o rapaz degolado. Mas, um imprevisto veio a delatar Janico. Ao morrer, Sigilio ficou agarrado no pala de Janico. Por mais que tentassem, não conseguiram tirar o pala da mão do morto, tiveram de cortar. Quando um sobrinho, do Arroio do Tigre, veio assistir a morte do tio, notou um pedaço de tecido em sua mão. Foi a prova da autoria do crime. Cada um teria amargado cinco anos de prisão.⁴²⁷ Com esses processos e narrativas da população local verifica-se a constância com que os Telles envolviam-se com disputas violentas e tentativas de imposição pelo uso da força.

3.5 Capitães investigam para a brigada e a polícia

No final de abril, dois capitães seguiram para a região dos conflitos enviados pelo alto comando das forças de segurança pública do Estado Novo. O capitão Riograndino da Costa e Silva foi proceder a uma investigação expedita a serviço do chefe de polícia, capitão Aurélio da Silva Py. Foi verificar *in loco* a natureza e as repercussões do conflito. O capitão José Rodrigues da Silva foi designado pelo comando da Brigada Militar para dirigir o destacamento local e o reforço de 70 homens de Passo Fundo e Santa Maria deslocados para Soledade e Sobradinho.

Assim, o capitão Riograndino da Costa e Silva, delegado de polícia, esteve por dois dias no interior de Soledade e Sobradinho, conforme noticiado nos jornais da época. As informações agora analisadas foram obtidas através de apontamentos⁴²⁸ pessoais guardados por ele. A missão executada pelo capitão constituiu-se em apurar os acontecimentos que

425 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Aníbal Carvalho e Oscar da Silva Telles, Sobradinho, 31 de julho de 1939, n. 67, autos n. 523, maço 16. Refere-se a conflito na venda de Teobaldo Verlang, no 3º distrito de Sobradinho. (APERS)

426 ou Sizilio.

427 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 59; Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990. A data do assassinato de Tomás Sigilio varia conforme a fonte. PEREIRA e WAGNER apontam o ano de 1940, já Idalcinéia diz que foi 15 dias após a morte de Anastácio Fiúza.

428 COSTA E SILVA, Riograndino. Viagem a Sobradinho e Soledade, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados. Cópia do arquivo particular de Riograndino da Costa e Silva.

vinham preocupando as autoridades estaduais. Em Cachoeira do Sul, em direção a Sobradinho, entrou em contato com o delegado Waldomiro Carvalho, conseguindo um chofer e um soldado para acompanhá-lo na viagem. No sábado, 23 de abril, antes de partir de Sobradinho em direção ao interior dos municípios, Riograndino enviou um telegrama ao chefe de polícia. Nele, definia a extensão temporal e espacial do conflito, sua natureza religiosa e uma suposta orientação feita por indivíduos mais “qualificados” e “espertos” de Cruz Alta:

Informações colhidas aqui adiantam ação principal chamados fanáticos município Soledade, com incursões zona limítrofe Sobradinho. Adiantam informes locais grupos semelhantes têm aparecido municípios vizinhos, Júlio da Castilhos. Questão antiga de mais de ano, fundo misticismo religioso. Suposição aqui haver orientadores qualificados parece Cruz Alta, sendo indivíduos convencidos elementos mais espertos.

No local, o militar foi auxiliado por autoridades e por um grupo de moradores de Sobradinho. Segundo suas anotações pessoais eram: o prefeito Santo Carniel, o juiz municipal Henrique de Freitas Lima Filho e o delegado Antônio Pontes – citados no jornal – e, além desses, o advogado Armando Andrade, o hoteleiro Ludovico Tomazzi, Egydio Lazzari e, como “vaqueano”, Oscar Telles. Todos os citados eram ativos participantes da vida política de Sobradinho, alguns deles eram antagonistas entre si como o prefeito e o advogado Armando Andrade, conforme apresentado no capítulo anterior. Investigador atento, Riograndino registrou as difíceis relações entre as autoridades municipais, especialmente entre o prefeito, Santo Carniel, e o delegado de polícia, Antônio Pontes. Afirmou: “Indispensável instrução prefeito, que está Candelária, para maior cooperação delegado.” O capitão percebeu as disputas locais que faziam com que o prefeito e o delegado estivessem em atitudes hostis. Em novembro de 1937, Antônio Pontes – junto com outros munícipes – denunciou, ao então interventor federal no Estado, general Daltro Filho, que Santo Carniel andava percorrendo o município “coagindo pobres colonos a assinarem pedido de sua permanência na prefeitura”.⁴²⁹

Estranhamente, tão importante autoridade estadual foi acompanhada pelo jovem Oscar Telles que tinha diversas passagens pela Delegacia de Polícia de Sobradinho e processos judiciais por envolvimento em brigas e desordens, além de ter sido apontado como autor dos tiros que mataram Anastácio Fiúza. Riograndino conheceria a vida pregressa de seu “vaqueano”? Assim, às 7h40min do sábado, teve início a diligência rumo a Bela Vista, 6º distrito de Soledade, passando por Arroio do Tigre e Serrinha. Da Bela Vista, Riograndino foi até Tunas, quinto distrito de Soledade, onde se encontrou com o capitão José Rodrigues da Silva da Brigada Militar. Retornou às 18h30min à Sobradinho pela estrada da Cerca Velha, depois de percorrer 25 léguas. Os levantamentos realizados apontaram para dois nomes: João

⁴²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Sumário contra Antônio Pedro Pontes. Sobradinho, março de 1942, autos n. 169, maço 23. (APERS).

Maria de Jesus e André Ferreira França. Para João Maria, Costa e Silva elaborou o seguinte perfil:

elemento vindo de Nonoai – toldos de índios – Há dois anos faz incursões neste município. – Tem feito grande coletas de dinheiro no meio dos ‘monges’ – Fala diversas línguas – sotaque de estrangeiro. – Estatura baixa, magro, barba ruiva e crespa – cabelos ruivos – usa habitualmente chapéu de lona clara e anda miseravelmente vestido, mas sempre com muito dinheiro. – Esteve na reunião de Bela Vista, de onde saiu em direção de Rio da Vargem, dizendo que voltaria dentro de 15 dias. – Ninguém sabe seu verdadeiro nome.

Sobre André França, limitou-se a apontar o nome no final da página. O capitão Riograndino incluiu na área de extensão do movimento dos *monges barbudos* o município de Júlio de Castilhos e reforçou a tese de um suposto comando com sede em Cruz Alta. Possivelmente estivesse buscando os vínculos com a estrutura administrativa e política do governo de Flores da Cunha. Conforme apresentado no capítulo 2, antes do Estado Novo (1937-1945), o município de Soledade estava vinculado à terceira região policial e ao subchefe de polícia regional, coronel Victor Dumoncel – pessoa chave nas articulações do Governo do Estado – que comandou as forças legalistas contra os rebeldes da Frente Única Gaúcha (FUG), em 1932.

Além disso, os prefeitos Francisco Müller Fortes e Campos Borges – ambos do Partido Republicano Liberal (PRL), que era presidido pelo governador Flores da Cunha – mantinham vínculos com Cruz Alta. Os dois tiveram morte trágica. Francisco Fortes foi morar no município vizinho, após sua tumultuada gestão, sendo assassinado na Praça da Matriz. Campos Borges era de uma família vinculada aos poderes de Estado. Seu pai, o coronel Avelino Borges, além de importante liderança política, era subchefe de polícia de Encruzilhada do Sul. Antes de ser prefeito em Soledade, Campos Borges havia sido juiz distrital e era promotor público da Comarca de Cruz Alta, quando assumiu a administração municipal, em outubro de 1935. Ele tinha sólidos vínculos pessoais com Victor Dumoncel. Contudo, Campos Borges foi assassinado no exercício do mandato de prefeito de Soledade em 1936. O autor do assassinato foi um correligionário do Partido Republicano Liberal (PRL), o agrimensor e capitão Leonardo Seffrin, na época com 65 anos, que havia sido prefeito de Soledade, eleito pelo Partido Republicano Rio-Grandense (1928-1932).⁴³⁰

Além dos vínculos com Cruz Alta, o capitão Riograndino da Costa e Silva foi explícito ao estabelecer uma relação com os indígenas de etnia caingangue do toldo de Nonoai, apontando um “elemento” vindo do norte há dois anos. Este João Maria poliglota,

430 WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 127-8, 163.

ruivo, maltrapilho, mas “sempre com muito dinheiro”, esteve na região da Bela Vista na Semana Santa de 1938, antes do confronto policial.

O outro capitão, José Rodrigues da Silva⁴³¹, do regimento Bento Gonçalves, que seguiu para o local dos acontecimentos por ordem do comando da Brigada, foi designado em “face dos acontecimentos” e “insistentes pedidos de reforços pelos delegados de polícia de Soledade e Sobradinho”. Também foi em “missão especial do Governo do Estado” para:

dissolver um agrupamento de indivíduos denominados ‘fanáticos’, que infestavam Sobradinho, desde algum tempo, a princípio em atitude pacífica e, posteriormente, hostilizando a autoridade policial com quem chegaram mesmo a travar luta a mão armada, promovendo desassossego e intranquilidade naquelas comunas.

Em 20 de abril, quarta-feira, uma semana após o início da concentração dos *monges barbudos* na Bela Vista, chegou à região reforços de 70 praças e quatro oficiais⁴³², para somarem-se aos contingentes já existentes em Soledade e Sobradinho que passavam ao comando único do oficial designado, capitão José Rodrigues da Silva. Para Sobradinho, foi o maior contingente: 40 soldados e dois oficiais do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria, sob o comando do 1º tenente Antônio Nunes Pontes. Para Soledade, partiram 30 praças e dois oficiais do 3º regimento da mesma arma de Passo Fundo, no comando o 2º tenente Arlindo Rosa, já denunciado pelos *barbudos* desde as diligências de março do mesmo ano. Em 1938, o efetivo da Brigada Militar no policiamento no interior do estado era de 34 oficiais, 97 sargentos, 282 cabos e 1.800 soldados.⁴³³ Para reprimir os *monges*, foi mobilizado 4% do efetivo de soldados.

O objetivo da “missão especial” do capitão Rodrigues da Silva era: “examinar *in loco* os acontecimentos, restabelecer a ordem, dissolver o bando, fazendo retornarem os elementos a seus lares, prender os responsáveis pela situação e tomar as medidas necessárias à extinção daquele estado de cousas.” Depois de dois dias de viagem, em 22 de abril, sexta-feira, o capitão comandante da missão de reforço da Brigada Militar chegou à vila do Jacuizinho. Além dos presos da operação realizada em 17 de abril, achavam-se reunidos “cerca de 500 homens, fazendeiros, comerciantes, colonos e outros que não sendo adeptos das crendices, se julgavam inseguros e estavam em atitude defensiva”. Temos aí a dimensão da reação aos *monges barbudos*, em quantidade e qualidade. Para eles, o militar expôs a “ação a desenvolver” e tranquilizados, puderam recolher-se “a seus afazeres”.⁴³⁴

431 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3ª Secção. Offício n. 684. 15 de julho de 1938.

432 Loc. Cit.

433 RIO GRANDE DO SUL. Cordeiro de Farias. Relatório de Governo. p. 184. (AHRGS)

434 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938. (APERS)

Dos 98 prisioneiros nominados, seis foram enviados para Porto Alegre: 1) Abílio Ferreira do Nascimento, 2) Cecílio Mariano dos Santos, 3) José Candido Ferreira Fiúza, 4) José Domingos de Camargo, 5) Maria Cândida Ferreira de Camargo - qualificada como a “Santa Catarina” - e 6) Simão Silveira Filho. Os demais teriam sido postos em liberdade. “Mais tarde”, outro grupo com três pessoas foi “remetido” para a Capital: 1) Alfredo Antônio dos Santos, 2) Firmo Ferreira e 3) Maria Florícia Ferreira – identificada como a “Santa Terezinha”. Totalizando nove presos deslocados para Porto Alegre.

Para o militar José Rodrigues da Silva a “crendice propagada por André Ferreira França se ia alastrando entre a população nacional, laboriosa e pouco favorecida da fortuna, nos 3º, 5º e 6º distritos de Soledade e no 2º e 4º de Sobradinho.” O capitão assegurou que, com “as medidas adotadas”, em pouco tempo “passou a reinar completa ordem naquela região.” Além das providências repressivas, o militar sugeriu “medida complementar”: 1) criação de escola ou Grupo Escolar em Tunas, 2) “aproveitamento dos elementos” da “seita” nas obras do Departamento Rodoviário, 3) distribuição de sementes da Secretaria de Agricultura para “evitar a situação de miséria a que estão sujeitos”, “em consequência de suas crendices, que os levou a deixarem de trabalhar por largo espaço de tempo.”⁴³⁵ Com isso, reafirmava a tese do abandono do trabalho.

Já em 24 de abril, o prefeito interino de Soledade, nomeado pelo Estado Novo, Olmiro Ferreira Porto, enviou um ofício ao comando da Brigada Militar comunicando a colaboração prestada pelo capitão José Rodrigues. Em resposta, o comandante da Brigada Militar, Agenor Feio, manifestou “os mais sinceros agradecimentos pela acolhida útil e espontânea dispensadas ao capitão Rodrigues”.⁴³⁶ Concluída sua missão, assinado o relatório em 12 de julho de 1938, o agora major José Rodrigues da Silva, esclareceu ao comandante geral que ficou “um pequeno destacamento de um grupo de combate” em Tunas, sexto distrito de Soledade, com “a missão especial de vigilância aos elementos que se deixam iludir por André França e Anastácio Fiuza”. Foi esse destacamento estabelecido em Tunas que atuou no cerco à casa de José Crespim da Rosa, na Coloninha, no mês de agosto, com o auxílio de cinco colonos, que resultou na morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos, conforme detalhado no capítulo 4.

Para combater os *barbudos*, foi necessário também controlar a conduta da tropa. Houve casos, como o do cabo João Leal, do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria que, em 4 de abril de 1938, fora excluído por “má conduta, tendo sofrido castigos por embriaguez e

435 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938, p. 3 (APERS)

436 RIO GRANDE DO SUL. Estado Maior da Brigada Militar, III Secção. Minutas, ofícios, informações, memorandum, atestados. Maio e junho de 1938. Ofício n. 471.

desordem”. Não fica claro quais “castigos” eram utilizados pela Brigada Militar nessa época. A exclusão foi tornada sem efeito “em face dos bons serviços prestados pela referida praça, em Sobradinho, onde fazia parte do contingente ali destacado em serviço especial”.⁴³⁷

Em maio, outros eventos foram registrados no Boletim da Brigada Militar. Dois praças foram feridos por arma de fogo. Um, no dia 3, outro, no dia 15. O primeiro foi o soldado Atilio Nogueira Santos, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, ferido casualmente. Para a investigação, foi nomeado o 2º tenente Arlindo Rosa. No inquérito policial militar foi apurado que, “na ocasião em que o soldado Atilio Nogueira dos Santos arrumava os arreios de sua montaria, deixou cair o revólver, com o qual estava armado; que o mesmo detonou ferindo-o e, como estivesse o referido soldado com essa arma pela necessidade do serviço policial”⁴³⁸, acabou ferido.

O segundo soldado ferido com arma de fogo foi Olmiro dos Santos do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria. O capitão José Rodrigues, que ainda se encontrava “em serviço especial” no local, mandou proceder a um inquérito policial militar para apurar as condições em que fora ferido o soldado, “quando em diligência no município de Sobradinho”. O encarregado das averiguações foi o 1º tenente Antônio Nunes Pontes⁴³⁹, comandante do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria, em serviço em Sobradinho. As conclusões do inquérito⁴⁴⁰, adequadas à linguagem militar, mencionam a “horda de fanáticos” e a ameaça de “um ponto” pelos “fanáticos”, mas não conseguiram identificar o autor do disparo:

a) que na noite de 15 de maio último, no lugar denominado ‘Lagoas’, divisa dos municípios de Sobradinho e Soledade, onde estão operando forças desta Brigada contra uma horda de fanáticos, foi ferido por arma de fogo em um braço o soldado do primeiro regimento de cavalaria, Olmiro dos Santos; b) que na ocasião em que foi ferido, o referido soldado se achava de sentinela e vigiando um ponto ameaçado pelos fanáticos; c) que não foi possível identificar o causador do ferimento (...).

Em maio, o delegado de polícia de Soledade, tenente Dutra, e o capitão Rodrigues da Silva, que estava “em missão especial da Chefatura de Polícia”, continuaram a fazer incursões pelo interior do município. No dia 6, ambos foram para o Jacuizinho.⁴⁴¹ No final de julho, o agora major, José Rodrigues da Silva, foi louvado pelo comando da Brigada Militar pelo sucesso de sua missão: “com alto senso e abalizado acerto, pôs termo a situação reinante, agindo repressivamente quando convinha e tomando e sugerindo, a este comando e ao

437 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Boletim da Brigada Militar, 1938, n. 84, p. 931 e n. 154, p. 89.

438 Ibidem, n. 103, 123 p. 1175, 1389.

439 Ibidem, n. 113, p. 1274.

440 Ibidem, n. 132, p. 1481.

441 DIÁRIO DA MANHÃ, Passo Fundo, 12 de maio de 1938.

Governo do Estado, medidas razoáveis e de grande alcance para reintegrar aqueles homens, possuídos de desmedido fanatismo religioso, na sua vida normal.”⁴⁴²

No mesmo período, o interventor federal, coronel Cordeiro de Farias, “tendo recebido o relatório apresentado pelo major José Rodrigues da Silva, referente a sua missão policial repressora e preventiva no caso dos chamados ‘monges’ que infestavam os municípios de Soledade e Sobradinho”, determinava que em nome da interventoria fosse o oficial “elogiado pelo exato desempenho de sua missão, que foi hábil, criteriosa e inteligente, reintegrando as populações possuídas de estranho fanatismo religioso à vida ordeira e normal.”⁴⁴³ Essas manifestações consolidavam o caráter religioso do movimento dos agricultores de Soledade e Sobradinho, ao mesmo tempo em que registram a opinião dos militares com o “fanatismo”, qualificado como “estranho” e “desmedido”.

Os reforços da Brigada Militar permaneceram no local pelo menos até julho de 1938. Quando o contingente do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria, comandado pelo primeiro tenente Antônio Nunes Pontes, regressou de Sobradinho, o comando da Brigada Militar louvou os oficiais e praças “pela disciplina e abnegação demonstrados durante o tempo em que estiveram naquele município, atuando com tropas da Brigada Militar, sob o comando do major José Rodrigues da Silva, na grave situação ali criada por um aglomerado de habitantes fanatizados e hostis às leis e às autoridades.”⁴⁴⁴ Mesmo com a definição taxativa de manifestação religiosa, as características de rebeldia e contestação não foram ser minimizadas.

3.6 Manifestação dos “fanáticos” e conclusões do major

Entre os documentos do capitão Rodrigues estavam os *termos de declaração* de quatro *monges barbudos* colhidos em junho de 1938 na Delegacia de Polícia de Soledade. Participaram dos interrogatórios o delegado de polícia de Soledade, tenente Januário Dutra, o escrevente Augusto Villasbôas e o capitão José Rodrigues. Os depoentes eram: Alfredo Antônio dos Santos, Abrelino da Rocha Soares, Donato Vidal dos Santos e Leôncio Pereira Vaz. Exceto Alfredo, os demais assinaram com boa letra, declararam-se agricultores e foram presos e fotografados com o grupo de dez *monges* detidos após o tiroteio na Bela Vista. Todos tinham mais de 30 anos.

442 RIO GRANDEDO SUL. Brigada Militar. Boletim da Brigada Militar. 1938, n. 154, p. 89.

443 Ibidem, n. 172, p. 278.

444 Ibidem, n. 154, p. 89.

O primeiro a depor foi Alfredo Antônio dos Santos⁴⁴⁵, 66 anos, solteiro, natural do Rio Grande do Sul, “sem profissão e sem residência certa”. Ele já estivera preso em março de 1938, junto com o grupo de oito detidos na Delegacia de Polícia de Soledade, foi preso novamente no Jacuizinho – após o sepultamento de Anastácio –, e conduzido para Porto Alegre com outros nove *barbudos*. Conhecido como Ceguinho, ele era benzedor e puxador de terço. No novo interrogatório foi perguntado sobre desde quando conhecia a religião chefiada por André Ferreira França, respondeu que desde janeiro de 1937. Desde quando praticava? Praticou até fevereiro de 1937 e voltou a praticar em janeiro de 1938, quando encontrou Anastácio Fiuza. Sobre o “primeiro emissário que pregou a religião chefiada por Deca”, respondeu que era um “indivíduo” chamado Antônio Salles:

Antônio Salles, que vivia a pé pelo mundo; que mais tarde compareceu à casa de Tasso Fiuza um indivíduo que se dizia São João Maria de Assis; que tal indivíduo mandou convidar, por intermédio de Tasso, os crentes da religião por eles praticada (...) [ele] também compareceu a reunião, onde Tasso convidou a todos para um passeio até a igreja existente na Bela Vista, de cujo passeio resultou na morte de Tasso.

Ceguinho estava referindo-se a visita de *são* João Maria à casa de Anastácio e a ida deles para a Igreja de Santa Catarina na Semana Santa. Seguiram as perguntas: “porque motivo Tasso foi enterrado⁴⁴⁶ na casa de Alípio Gonçalves da Costa e conservado insepulto por mais de 24h? Respondeu que não sabia, pois que assim determinara a mulher de Tasso. Perguntado se sabia dessa crença de que Tasso ressuscitaria? Respondeu que ouvira dizer isso entre os que se achavam no velório.” Não conhecia outros chefes além de André França e Anastácio Fiuza. Perguntado por que não se havia apresentado antes, respondeu “que esperava uma oportunidade para se apresentar ao Capitão, por temer apresentar-se a outra autoridade que o pudesse sujeitar a trabalhos ou vexames.” Por não saber ler, assinou em seu lugar Edgar Ferraz Machado, como testemunhas: Juracy [Curcisco] dos Santos e Sebastião de Assumpção.

Abrelino da Rocha Soares⁴⁴⁷, 53 anos, casado, morador do 1º distrito de Sobradinho, estivera preso em 10 de novembro de 1937 e, novamente, em 14 de abril de 1938 – após o tiroteio na Bela Vista –, foi levado para a Delegacia de Polícia de Sobradinho e encaminhado junto com outros dez *barbudos* para Cachoeira do Sul. Foi considerado como perigosíssimo

445 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Assinado por Januário Dutra, 1º tenente, delegado de polícia de Soledade, José Rodrigues, major da Brigada Militar, e Augusto Villasbôa, escrevente. Assinou em seu lugar Edgar Ferraz Machado, como testemunhas: Juracy [Curcisco] dos Santos e Sebastião de Assumpção. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito.

446 Diferentemente do que foi registrado nesses documentos, referindo-se ao sepultamento de Anastácio Fiuza na casa ou no pátio de Alípio, no Rincão dos Costa já existia um cemitério. Pode-se verificar lápides mais antigas como a de Jesuína Pacífica dos Santos, nascida em 1883 e falecida em 1908.

447 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade, Comarca de Soledade. Termo de assentada de Abrelino da Rocha Soares, Donato Vidal dos Santos e Leoncio [Leonço] Pereira Vaz. 20 de junho de 1938, 10h, manuscrito.

pelo delegado de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, e apontado por ele como envolvido na morte de três pessoas e como “único responsável pela infiltração de tão maus elementos neste município”. Perguntado sobre desde quando conhecia e praticava a religião chefiada por André França, respondeu que há dois anos. Perguntado sobre o fato que resultou na sua prisão, respondeu que, na quinta-feira da Semana Santa, foi à Igreja de Santa Catarina e lá encontrou cerca de 300 pessoas. Assim que ele chegou bateu a escolta, chefiada pelo delegado de polícia de Sobradinho, “travando tiroteio com elementos que lá se achavam e que [ele] não conhecia, resultando alguns feridos e vários prisioneiros, ficando também o depoente cujo motivo ignorava.”

Donato Vidal dos Santos, 31 anos, casado, residente no sexto distrito de Soledade, respondeu as mesmas perguntas formuladas para os outros depoentes: Conheceu a religião há três meses, mas não praticava. Na quinta-feira foi na Igreja de Santa Catarina para fazer uma penitência e lá se encontravam mais de 300 pessoas: “tendo pousado com sua família nas proximidades da igreja, de manhã, quando já tinha encilhado o cavalo para se retirar, foi batido” pela escolta do delegado de Sobradinho que efetuou várias prisões, inclusive a dele. Acrescentou que: “Tendo a referida escolta feito uso de suas armas resultou ferimentos em uma mulher e morte de uma criança” que ele não conhecia. Diferentemente de outros depoimentos colhidos na Delegacia de Polícia de Sobradinho, responsabilizou a escolta do delegado Antônio Pedro Pontes pelo ferimento da mulher e a morte do bebê. Donato e seu pai, Amâncio Vidal dos Santos, foram presos em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista, na Delegacia de Polícia de Sobradinho e encaminhados com outros dez *monges* para Cachoeira do Sul.

Leôncio Pereira Vaz, 39 anos, casado, residente no sexto distrito de Soledade, afirmou conhecer a religião desde 1937. Foi à igreja com sua família e lá encontrou mais de 300 pessoas. Viu quando “bateu uma escolta dispersando os elementos lá reunidos e efetuando várias prisões”. Entre os detidos estava o depoente. Declarou que não conhecia “outro chefe” além de Deca e Tácio. Leôncio foi preso no grupo dos oito na delegacia de Soledade, em março, e no grupo dos dez na delegacia de Sobradinho indo para Cachoeira do Sul.

Em 15 de julho de 1938, o comandante geral da Brigada Militar, coronel Agenor Barcellos Feio, encaminhou ao Interventor Federal o relatório do agora major José Rodrigues da Silva⁴⁴⁸, “em torno dos acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho, promovido pelos elementos alcunhados de ‘monges barbudos’.” Em 25 do

448 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3a Secção. Ofício n. 684. Do comandante geral da Brigada Militar, Agenor Barcellos Feio, ao Interventor Federal. Porto Alegre, 15 de julho de 1938. Assunto: remete um relatório; RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938, 3 p. (APERS).

mesmo mês, o documento foi remetido à Secretaria do Interior. Esse documento, com três páginas, constitui uma versão final do comando da Brigada Militar sobre os episódios de Soledade e Sobradinho para a autoridade máxima do Estado Novo no Rio Grande do Sul. No entanto, a repressão não findou aí. Um mês após esse relatório, em agosto, foram assassinados André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos por civis e militares da força especial em atuação no local.

O major José Rodrigues da Silva referiu-se ao ocorrido como um “surto de fanatismo religioso”. Conforme relatou: no começo de 1937, o agricultor André Ferreira França, “vulgo Deca”, 56 anos, analfabeto e residente no Campestre, sexto distrito de Soledade, “iniciou a pregação e prática de uma credice religiosa.” Afirmou que André teria começado a divulgar que recebera ensinamentos de um indivíduo “que se dizia possuidor de faculdades divinizadas pela prática de atos religiosos”: Antônio de Salles. O major não menciona o *monge* João Maria e adere ao depoimento de Alfredo dos Santos que identifica Antônio Salles como o fundador da “seita”. No entanto, a versão corrente de um encontro mítico entre Deca e um peregrino permaneceu. O militar tentou reconstituir os fatos. Segundo ele, o próprio Deca mencionou que o peregrino trazia uma pequena caixa e um baixeiro de lã. Deca teria sido incapaz de erguer a caixa. Assim, Salles teria mandado Deca dormir com o baixeiro e, no dia seguinte, adquiriu forças para erguer a caixa.

Para o major, a explicação era bastante óbvia: “Como se vê, um grosseiro trabalho de hipnotismo.” Deca teria ficado com o baixeiro convencido “dos milagres do mesmo.” Iniciou-se, assim, a “prática da religião”, tendo como “padroeira” Santa Catarina. Segundo a síntese de Rodrigues, a religião definia preceitos a serem seguidos: “Entre as virtudes pregadas como necessárias aos fieis figuram as de não beber, não jogar, não usar armas, possuir a oração de Santa Catarina, tomar como remédio, contra todos os males, a casca da caroba e usar a barba e os cabelos compridos.” Por “alguns meses”, “Deca chefiou e congregou em torno dessa credice grande número de habitantes dos 3º, 5º e 6º Distritos de Soledade.”

Exposta a parte mais mística do relatório, o major passou a descrever a estrutura hierárquica da “seita” e o que ele denominou de “um novo chefe e uma nova orientação”. Explicou: entre os “adeptos da credice começou a salientar-se” Anastácio Fiuza, mais conhecido como “Tasso”. Em pouco tempo, ele tornou-se “um dos mais entusiastas da seita”. Com 32 anos, “ainda moço”, casado, alfabetizado, agricultor, “esperto e muito dinâmico, conquistou o lugar de chefe mais em evidência entre os crentes daquela seita”. Seria Anastácio o responsável por “uma nova e perigosa orientação”: “Aconselhava a abstenção do trabalho, a submissão absoluta aos chefes”. O major registrou aquilo que enxergou como “uma hierarquia, com denominações confusas”, categorizou da seguinte forma: o apoderado, o anjo da guarda, a Santa Terezinha, a Santa Catarina e o poderoso – que seria um

“desconhecido e cercado de mistério”. O “chefe Tasso” teria a prerrogativa de elevar “dignidades menores” e coroar as “santas”.

Denominado como “farsante”, Anastácio Fiúza possuiria a “obediência de seus fiéis” e teria começado a “determinar reuniões muito seguidas e a insinuar com modificações fantásticas na situação do mundo”, questões tão intrigantes que o relator nem ousou registrar. No entanto, marcou sua estranheza que nas reuniões “determinadas” por Anastácio ficassem “em comum homens e mulheres” e que esta seria a causa da atração da “rapaziada”, segundo ele, “a mais assediada para a seita.” Além de registrar a influência que Anastácio passou a ter entre seus vizinhos, o militar descreveu a dimensão da reação contrária ao movimento por parte dos opositores locais: “Foi tal a propaganda desenvolvida por Tasso que originou certa prevenção e animosidade entre os adeptos da crendice e os que não queriam seguir.” Por outro lado: “a despeito de dizer-se elemento de ordem”, o chefe dos *barbudos* estaria defendendo algumas rupturas: “não aconselhava o pagamento de impostos⁴⁴⁹, o registro de nascimentos e óbitos e pregava a repulsa aos padres.” Com relação à polêmica dos impostos, manifestações contrárias a determinadas cobranças encontravam eco entre outros munícipes de Soledade, como visto no capítulo 2. Em relação à Igreja Católica e a “repulsa aos padres”, o tema será abordado no capítulo 5.

Ainda no relatório de julho de 1938, o major Rodrigues da Silva mencionou certa politização dos conflitos, afirmando que as autoridades locais atuaram para “combater a propagação da crendice e suas práticas”. Mas a “política facciosa” ainda forte e presente em Soledade e Sobradinho: “explorou e tirou partido disso, criando dificuldades à ação das autoridades, acusando a ação repressora como perseguição política.” Como se vê, eram evocadas questões políticas para o cenário do conflito com os *monges barbudos*. Nesse momento de constituição de outra forma de controle social – que se dizia prescindir da política e dos partidos – como seria possível distinguir um movimento religioso – que se afirmava na rigidez de condutas e em atitudes pacíficas – de outros movimentos de rebelião política? Como não associar um grupo de agricultores, que passavam a se reunir com frequência, com os movimentos partidários de questionamento aos poderes constituídos ocorridos ao longo da década de 1930?

A afirmação do major de que a ação policial foi apontada como “perseguição política” dá margem para que se façam alguns questionamentos que ainda ficarão sem respostas. Quais sejam: Os *monges barbudos* tiveram defensores entre a elite política local? Esses defensores estavam associados ao florianismo? Eram os *barbudos* ligados de alguma forma aos esquemas

449 Segundo SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino Olmiro Ferreira Porto ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. Lata 128, Maço 384. (AHRGS) O relatório do prefeito interino menciona o fato de subprefeitos cobrarem impostos que não eram repassados ao erário público.

de poder do Partido Republicano Liberal (PRL)? Estavam entre eles algum *ex-bombachudo*? A repressão aos *monges barbudos*, que coincide com a gestão do prefeito interino Olmiro Ferreira Porto⁴⁵⁰, historicamente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense e à Frente Única Gaúcha, pode ser vista como uma revanche contra os florianistas que ocuparam o poder em Soledade por vários anos?

Sobre o número de adeptos que foram para a Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, o major não arriscou dar nenhuma cifra: eram em “proporções alarmantes”. Para ele, Anastácio “determinou uma reunião e marcha” no dia 12 de abril. A chave da igreja teria sido “obtida mediante ameaças ao encarregado do templo”. Alarmados, alguns moradores da Bela Vista teriam “pedido socorro às autoridades de Sobradinho”. Ao chegar ao local, o delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, acompanhado de praças do destacamento, não menciona a participação de civis, foram: “Surpreendidos com a força dos fanáticos fizeram alguns disparos de armas curtas [quem, os civis?] e a força também fez usos de suas armas, ferindo o chefe Tasso que veio a falecer logo depois.” O major não registra nenhum tiro por parte dos *barbudos*. Do conflito, resultaram presos “10 fanáticos que foram remetidos para Cachoeira e mais tarde postos em liberdade.”

Mesmo “batidos em Bela Vista, os fanáticos conduziram o cadáver” de Anastácio para o rincão dos Bernabés, quinto distrito de Soledade, no Jacuizinho. O major apresentou o boato do “insepulto” por quatro dias, até 17 de abril: “na estulta crença de que o morto ressuscitasse.” Dessa forma, em “torno desse prolongado velório reuniram-se para mais de 500 pessoas.”⁴⁵¹ Justificou o major: “De tal reunião e desobediência às regras da lei foram avisadas as autoridades de Soledade” que “imediatamente” deslocaram “uma força do destacamento da Brigada”. Assim, “ao aproximarem-se daquele enorme aglomerado de povo, foi recebida com tiros”, os quais teriam revidado. Desse segundo confronto, teriam sido feridos o soldado Osvaldo dos Santos e o “fanático” Marcolino Alves da Costa e resultado morto o “fanático” Benjamim Garcia. No entanto, verifica-se nos laudos que o ferimento do praça Osvaldo dos Santos e a morte de Benjamim de Moraes ocorreram dia 18 de abril, enquanto que Marcolino foi examinado dia 25 de abril, com ferimento à bala atingindo o pulmão, portanto em outro evento na vila do Jacuizinho. A força da Brigada Militar teria prendido 104 “fanáticos”, entre eles “figurava Maria Cândida Ferreira de Camargo, a ‘Santa

450 O mandato do prefeito interino Olmiro Ferreira Porto foi de cinco meses, de 14 de março a 17 de agosto de 1938.

451 Mesmo com as ameaças e o tiroteio da Bela Vista, mais de 500 pessoas compareceram ao velório de Anastácio. Situação diferente foi verificada em dezembro de 1934, quando foi sepultado o coronel Kurt Spalding – “conceituado capitalista e destacado prócer frenteunista”. No funeral de Spalding compareceram “quase que exclusivamente familiares, em virtude do terror produzido pelos últimos acontecimentos e diante da falta de garantia individual.” Conforme notícia do jornal A Razão de Santa Maria, de dezembro de 1934, citada por WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 44, referindo-se aos atentados durante o processo eleitoral de 1934.

Catarina’.” Todavia, no relatório do delegado de Polícia de Soledade⁴⁵², de 15 de maio de 1938, apensado ao relatório do agora major José Rodrigues da Silva, verifica-se a listagem nominal de 98 presos.

Concluídas as investigações e os relatórios, os reforços foram dispensados e o comandante da operação retornou à Capital. No local ficou “um grupo de combate”, localizado em Tunas, para continuar a monitorar os membros da “seita”. Esse contingente, com a ajuda dos colonos, localizou André Ferreira França na Coloninha, no Lagoão, sexto distrito de Soledade, em 16 de agosto de 1938, na casa do amigo José Crespim da Rosa. As circunstâncias do cerco ao “célebre” curandeiro Deca França serão abordadas a seguir.

452 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Relatório. Do delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, para o emissário do Governo, capitão José Rodrigues da Silva. Registra os acontecimentos de 13 e 17 de abril de 1938, ocorridos no 5º e 6º distritos de Soledade, lista 98 presos e reúne depoimento de testemunhas. Soledade, 15 de maio de 1938. (APERS) Este agente público local era vinculado simultaneamente à Polícia e à Brigada Militar. O relatório foi entregue juntamente com os prisioneiros.

4 PERSEGUIÇÃO AO “CÉLEBRE” DECA FRANÇA

Com a morte de Anastácio Desidério Fiúza, uma centena de presos e vários feridos, restava a captura do curandeiro André Ferreira França, conhecido como Deca França e tido como o principal protagonista do movimento dos *monges barbudos*. Foram quatro meses de buscas policiais com o apoio das forças militares de Santa Maria e Passo Fundo, que mantiveram um efetivo de reforço em Soledade e Sobradinho, impedindo novas reuniões dos “fanáticos”. A descoberta do processo crime sumário⁴⁵³ sobre o homicídio de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos⁴⁵⁴ permitiu o conhecimento de novos elementos sobre o movimento religioso e a perseguição do Estado Novo a esses agricultores dos rincões de Soledade e Sobradinho. Neste capítulo são examinadas as 205 páginas do processo crime que tramitou por cinco anos e absolveu os sete acusados.

Responderam pelo duplo assassinato, ocorrido em 16 de agosto de 1938, na Coloninha, no Lagoão, sexto distrito de Soledade, dois militares e cinco civis. Os julgados foram: cabo Antônio Porto e praça Lucas Campos Galvão, ambos do 3º regimento da cavalaria, de Passo Fundo, sediados em Tunas, e os civis, Pedro Guilherme Simon⁴⁵⁵, seu filho José Henrique Simon, seu “peão” Aparício Miranda, Benedito Paulo do Nascimento e João Elberto de Oliveira. Os paisanos eram todos agricultores, naturais de Soledade e moradores da colônia de Tunas, no Lagoão, sexto distrito de Soledade. Os militares estavam em serviço no interior dos municípios de Soledade e Sobradinho compondo o reforço que permaneceu na região com a finalidade de reprimir os “fanáticos”. Os civis participaram da “escolta” que cercou a residência de José Crespim da Rosa onde foram baleadas as vítimas.

Os autos reúnem informações esclarecedoras sobre o movimento dos *monges* e o cerco que causou a morte de mais duas pessoas. No estudo do processo crime pode-se constatar o grau de comprometimento e o envolvimento das elites locais com a repressão à mobilização religiosa dos agricultores do Lagoão e do Jacuizinho. Através dos depoimentos das testemunhas, observa-se como a localidade não convertida via o movimento. Pelas declarações dos acusados, foi possível detectar contradições reveladoras na versão

453 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Sumário contra cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, civis Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. V. 1 e 2. Escrivania do Juri de Sobradinho. 1938-1942. (APERS)

454 Ou Toninho Vidal ou Vital.

455 Conforme RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Rio Grande do Sul. *Povoadores do Rio Grande do Sul*. 1857-1863. Porto Alegre: EST Edições, 2004, p. 38. A família Simon veio para o Brasil em 1857. De acordo com o registro de imigração, Gaspar Simon, com menos de 50 anos, e esposa, vieram acompanhados por oito crianças com menos de 14 anos. Eles eram católicos, provenientes da Prússia, com destino a Santa Cruz. Possivelmente, Pedro Guilherme fosse descendente desta família.

apresentada para as circunstâncias dessas duas mortes. Pela tramitação, verifica-se o interesse de delegados e escrivães em fazer andar ou obstruir o processo e a atuação dos promotores públicos – ora interessados na apuração dos fatos e na apresentação dos responsáveis, ora realizando um acompanhamento formal e descomprometido. O juiz acabou por estabelecer uma sentença absolutória apresentando uma justificativa política para o assassinato das vítimas procurando fundamentar ideologicamente a repressão ao movimento dos *barbudos*, ao passo que estabeleceu o direito, talvez nunca exercido, de indenização das famílias.

4.1 Inquérito policial: registros da mesma versão

As primeiras informações sobre o assassinato de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos foram registradas por autoridade policial de Sobradinho. Novamente, a estrutura policial de Sobradinho atuava em território do município de Soledade. A outra vez foi quando a Delegacia de Polícia de Sobradinho interveio na concentração dos *monges barbudos* na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, no Lagoão, sexto distrito de Soledade. O resultado da ação anterior foi o assassinato de Anastácio Desidério Fiúza e de Francisco Vital – bebê de 20 dias que morreu baleado no colo de sua mãe, Catarina Vital⁴⁵⁶ – e a prisão de dez líderes do movimento religioso dos *monges barbudos*, conforme visto no capítulo anterior.

Dessa vez, a interposição partiu do subprefeito e subdelegado de polícia do distrito de Arroio do Tigre, 3º distrito de Sobradinho, tenente Sady Côrrea Bastos. Ele já havia colaborado com a diligência determinada pelo Delegado de Polícia de Soledade, com a orientação da Brigada Militar, realizada em final de março de 1938. De acordo com o relatório⁴⁵⁷ do tenente Bastos, ele seguiu para a Costa do Lagoão no 1º distrito municipal, na tarde de 16 de agosto, para diligências policiais referentes à reunião de “fanáticos barbudos”, conforme havia sido comunicado pelo cabo Antônio Porto da Brigada Militar. Na Coloninha, em frente à casa de José Crespim da Rosa⁴⁵⁸, encontrou dois cadáveres.

O subdelegado Sady Bastos lavrou os autos, tomou a termo a declaração do cabo da Brigada Militar, Antônio Porto, e providenciou a nomeação de peritos para o exame de necropsia. O cabo Porto já havia prendido José Crespim da Rosa e o jovem Pantaleão Moura da Silva⁴⁵⁹, que estavam na casa, encaminhando-os para Tunas e, depois, para Soledade. Na

456 Catarina Vital teria algum laço de parentesco com Antônio Mariano dos Santos que era conhecido como Toninho Vital?

457 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p. 5-6. (APERS) Escrito no dia do crime.

458 Crespim aparece no processo como Chrispi, Chrispin e Crespim. Utilizamos Crespim porque ele assim assinou.

459 No processo também aparece como Pantaleão Maura da Silva.

revista ao domicílio, foram apreendidas quatro facas, das quais duas eram “as que usavam os barbudos que reagiram à prisão e mais duas, encontradas no interior da casa”, nenhuma arma de fogo. Ao revistar os cadáveres, o policial “encontrou nos bolsos e dependurado no pescoço orações, ervas, cascas e mais algumas drogas pertencentes à medicina dos mesmos.”⁴⁶⁰

A necropsia nos corpos teria sido realizada por dois moradores da região, no cargo de peritos notificados⁴⁶¹: o comerciante Paulo Bernhard e o mecânico de automóveis Rodolfo Textor. Eles descrevem o auto de corpo de necropsia no cadáver de André Ferreira França: tinha cerca de 50 anos, cor branca, era casado, a “profissão ignorada”, natural do Rio Grande do Sul e morador do Lagoão, sexto distrito de Soledade. A vítima foi atingida com dois tiros: um, na região abdominal, do lado direito, com saída na região lombar, atingindo a espinha dorsal, e o outro também do lado direito, na região torácica anterior, na altura do coração. Além disso, tinha dois ferimentos na cabeça, região frontal, do lado esquerdo, sem ofender o osso, de 3 e 5 cm, produzido por arma contundente.

Já o auto de corpo de necropsia no cadáver de Antônio Mariano dos Santos, descrevia-o com 48 anos, casado, cor branca, natural deste estado, morador da Costa do Rio Lagoão, com a profissão também ignorada pelos peritos. Ele foi morto com um tiro fatal na cabeça, região frontal do lado esquerdo.⁴⁶² Verifica-se que: as vítimas foram ambas atingidas de frente e os tiros fatais acertaram André França no lado direito e Antônio Mariano no lado esquerdo. Além disso, os agressores estavam próximos o suficiente para desferir duas cacetadas na cabeça de Deca França.

Estranhamente, na fase judicial do processo, quando Rodolfo Carlos Textor⁴⁶³ depôs como testemunha de defesa de Pedro Simon não mencionou o trabalho que teria realizado como perito notificado. Paulo Bernhard, também arrolado como testemunha de Simon, não chegou a depor. O nome de ambos está presente na conta final do processo crime, com pagamento de 60\$000 para cada um deles, pelo serviço realizado como peritos. Possivelmente teriam apenas assinado o laudo elaborado pelo subdelegado, conforme declarou o próprio tenente Sady Bastos no seu depoimento judicial.

Segundo o acusado, cabo Antônio Porto, os fatos seriam melhor explicados pelos próprios moradores da região. Por isso, Sady Côrrea Bastos tomou o depoimento de dois

460 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p. 10. (APERS)

461 Ibidem, v. 1, p. 7 e v. 2, p. 202. Paulo Bernhard e Rodolfo Textor assinaram o compromisso do cargo de peritos para o exame de necropsia nos cadáveres de André França e Antonio dos Santos. Pelo que consta no processo, esses peritos notificados teriam recebido 60\$000, seiscientos mil réis cada um, pelos dois exames. Esse valor é equivalente ao pago ao assistente judicial por cada uma das defesas escritas (30\$000).

462 Ibidem, v. 1, p. 8-9v. Autos de Necropsia.

463 Ibidem, v. 1, p. 143-143v. Termo de Audiência. 4a Testemunha, Rodolpho Carlos Textor. Sobradinho, 29 de outubro de 1941.

envolvidos. Jorge Kautzmann foi o primeiro a depor. Ele era morador do sexto distrito de Soledade, na Coloninha, e revelou que mandou avisar o destacamento das Tunas sobre a reunião dos *barbudos*, com a presença de André França, na casa de José Crespim. A segunda testemunha foi Evaristo Rodrigues da Silva, também morador da Coloninha. Ao que parece, foi ele quem deu o alarme da presença de Deca França no local com mais onze seguidores. Segundo informou, dias antes já corriam boatos da presença do líder dos *barbudos* realizando reuniões com os “adeptos”, no Lagoão. No dia 15, ao anoitecer, viu o *monge* acompanhado dirigir-se para a casa de José Crespim.⁴⁶⁴

O cabo Antônio Porto, 28 anos, solteiro, comandante do destacamento sediado em Tunas, sexto distrito de Soledade, assumiu a autoria da morte do líder dos *barbudos*. Na declaração prestada ao delegado⁴⁶⁵, reconheceu a “celebridade” da vítima, mas compartilhou o feito com os civis que o acompanhavam. Revelou que tomou conhecimento da reunião com o “chefe” Deca França na casa de Crespim por volta das 23h, do dia 15, através de comunicação do sr. Kautzmann. Com o soldado Lucas Campos Galvão e os “civis” Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira foram para a casa de José Crespim. Teriam chegado por volta de 4h da madrugada: “notou alguns movimentos na casa, pelo que mandou aos civis que o acompanham que sitiassem a referida casa, o que foi feito”.

Montado o cerco, era hora de agir: o “depoente com o soldado Lucas Campos Galvão chegaram na porta da frente; ao chegar encontraram-se com dois monges, aos quais deram voz de prisão, o que eles monges não atenderam e reagiram à prisão armados de facas.” O cabo, “vendo a impossibilidade de prendê-los sem fazer uso de arma e notando que os mesmos procuravam feri-los, puxou de seu revólver e atirou; notando que o mesmo ainda o perseguia, deu o segundo tiro, que o prostrou.” Antônio Porto deixou subentendida a responsabilidade do soldado pela outra morte, no entanto, sem explicitar. Quanto aos civis, inocentou-os. Esclareceu que os policiais chegaram pela frente, enquanto que os civis cercavam a parte detrás da casa.

As informações sobre a localização de cada um no cerco à casa é fundamental para a definição da autoria das mortes. É esse detalhe que o soldado Lucas Galvão, na época com idade em torno de 21 anos, acabou esquecendo no seu depoimento judicial, única manifestação dele no processo. Os militares localizaram apenas facas de cozinha, mas viram

464 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p. 5-6. Relatório. (APERS)

465 Ibidem, v. 1, p. 10-1. Declaração do cabo Antônio Porto, 16 de agosto de 1938.

“muitos objetos” religiosos, sem descrevê-los. Nos corpos e nas roupas, encontraram as provas do curandeirismo: orações, ervas, casca e outra drogas da “medicina” dos *barbudos*.

O cabo Porto ainda teve o cuidado de registrar uma suposta responsabilidade dos *barbudos* pelas marcas de tiros nas paredes da casa. Afirmou que houve enfrentamento corporal: “quando lutavam com os monges ouviram alguns tiros e que, depois de clarear o dia, notaram ter sido atirado de dentro da casa, por ter encontrado sinais na parede”. Julgava “ter sido os que fugiram que atiraram, porque soube pelo dono da casa, o qual acha-se preso, que eram nove o número de barbudos que estavam reunidos”.

O subdelegado Sady concluiu com convicção: houve reunião de “fanáticos”, resistência à voz de prisão – o que teria causado as mortes – e fuga de outros participantes. O corpo de Antônio Mariano dos Santos foi entregue à família para ser velado em sua residência. André França teria sido sepultado em um cemitério na própria Costa do Lagoão, segundo a autoridade policial, sem que ninguém tivesse solicitado o corpo.⁴⁶⁶ Na análise do processo criminal observa-se que os servidores públicos, escrivães ou outros colaboradores designados vão construindo com seus registros ideias desfavoráveis aos *barbudos* e articulando justificativas da intervenção estatal. Nos detalhes, as vítimas vão sendo descaracterizadas: as profissões são “ignoradas”, a iniciativa da agressão parte deles e os laços de humanidade desconstituem-se quando ninguém sequer reivindica enterrar o morto.

Nove dias depois do tiroteio, o delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, conhecedor do movimento dos *monges barbudos* – ele foi o responsável pelo auto de resistência do tiroteio da Bela Vista em abril, onde foi baleado Anastácio Fiúza – colheu o depoimento de José Crespim e Pantaleão da Silva, quando ambos já haviam sido soltos. Essa é a primeira manifestação das testemunhas no inquérito. Se eles foram ouvidos na prisão em Soledade, não ficou arquivado nos autos. Paradoxalmente, os dois *barbudos* confirmaram a versão do cabo de resistência à prisão e a inevitabilidade do uso de arma de fogo por parte dos policiais. Inocentaram os civis e responsabilizaram as próprias vítimas por terem resistido à ordem policial ou por terem reagido contra a escolta.

José Crespim da Rosa, 38 anos, agricultor, casado pelo padre e residente no 1º distrito de Sobradinho, assinou que, no dia 15 de agosto, estava em casa com a família, quando, por volta de 20h, chegou Deca França com mais dez pessoas: de madrugada, “1 hora antes de amanhecer para o dia 16, bateu em sua casa uma escolta composta do cabo Antônio Porto, uma praça e alguns civis”. Identificou quatro, dos cinco participantes: Pedro Simon, Benedito Nascimento, João e Aparício. Crespim assinou a versão de que os *barbudos* “ao pressentirem

466 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Relatório. V. 1, p.6. (APERS)

a chegada da escolta, puseram-se em movimento e resistiram à prisão, tendo Deca e Antônio Vidal agido de faca contra o cabo e a praça”. Tratou-se, ainda, de registrar que houve luta corporal e de inocentar os civis: “o depoente (...) não viu os civis que compunham a escolta tomarem parte na briga”. Depois de “serenada a briga, o cabo Porto deu voz de prisão ao depoente e a Pantaleão Moura da Silva”, que seguiram presos para Soledade.⁴⁶⁷

O jovem Pantaleão Moura da Silva, 18 anos, solteiro, analfabeto, residente no sexto distrito de Soledade, depôs no dia seguinte, 26 de agosto. Negou o seu envolvimento com o grupo, reiterou a resistência à prisão, mencionou a briga e inocentou os civis. Idêntico aos demais depoimentos. Reconheceu Pedro Simão, seu filho e o peão Aparício. No lugar do declarante, por esse não ser alfabetizado, assinou o seu sogro, Antônio C. da Silva. Os dois depoimentos sofrem significativas alterações quando da inquirição judicial, como será visto mais adiante.⁴⁶⁸

Em 27 de setembro de 1938, 15 dias depois da realização do relatório do delegado de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, os autos foram remetidos ao promotor público da Comarca de Santa Cruz. Foi recebido no dia seguinte e remetido ao juiz municipal de Sobradinho. No relatório, o delegado limitou-se a identificar o nome das vítimas fatais, responsabilizando o cabo e o soldado, sem nem sequer mencionar a participação dos civis. Desculpando-se por não ter colhido mais informações, o delegado afirmou ter usado “todos os esforços para esclarecer o caso da melhor forma possível”. Indiciou apenas o cabo Porto e uma praça, sem apresentar o nome.⁴⁶⁹ Em 8 de outubro, os autos foram enviados ao novo promotor público da Comarca⁴⁷⁰. Em 21 de outubro, o promotor requereu, em tom indignado, que fossem ouvidos, “com a possível brevidade”, os civis citados, que acompanhavam os policiais militares, e o soldado Lucas Campos Galvão. O promotor manifestou preocupação com a legalidade das atividades policiais verificadas no interior do município, especialmente quanto a questões de limites da atuação entre os municípios de Soledade e Sobradinho e suas suspeitas de excessos por parte dos policiais. Queria saber: se “a escolta, comandada pelo cabo Antônio Porto (...) estava investida, por ordem superior, de funções policiais em Sobradinho, ou, ao contrário, invadiu, arbitrariamente esse município com o propósito de efetuar a prisão do ‘monge’ André Ferreira França, vulgo Deca, e de seu grupo”.

O juiz municipal de Sobradinho deferiu o requerimento e remeteu-o para a delegacia para cumprimento em 8 de novembro. Três dias depois, o escrivão Eloy de Oliveira Brito

467 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Declaração de José Crespim da Rosa, 25 de agosto de 1938. V. 1, p. 11v-12. (APERS).

468 Ibidem, v. 1, p. 12-12v. Declaração de Pantaleão Moura da Silva, 26 de agosto de 1938.

469 Ibidem, v.1, p. 14-14v. Relatório Antônio Pedro Pontes, 12 de setembro de 1938.

470 Não foi possível identificar o nome pela assinatura.

enviou o processo para a delegacia de polícia. O novo delegado⁴⁷¹ recebeu os autos somente no dia 21 e oficiou o comandante do destacamento da Brigada Militar requisitando o comparecimento do cabo e do soldado para serem ouvidos. No mesmo dia, o comandante do destacamento do 1º regimento de cavalaria de Santa Maria respondeu ao delegado que os referidos servidores não pertenciam ao regimento de Sobradinho. Informação esta que estava bastante clara nos autos. Para ouvir as testemunhas requisitadas pela promotoria, o delegado notificou o subdelegado do 3º distrito⁴⁷².

No dia 26 de novembro de 1938, o delegado de Sobradinho respondeu que “deixou de satisfazer” as determinações do promotor público da Comarca “em virtude de se acharem residindo no município de Soledade as testemunhas” civis citadas na declaração do cabo Porto. Quanto às suspeitas de arbitrariedade policial, respondeu que os policiais militares pertenciam ao destacamento de Soledade, eram do 3º regimento da Brigada, com sede em Passo Fundo. Não conseguindo “apurar se existia ordem superior para o cabo”, mas informou que “o cabo se achava nessa época destacado no lugar denominado ‘Tuna’, por ordem do comandante do contingente da BM que operou nesta zona, (...) comandado pelo major José Rodrigues da Silva”.⁴⁷³

No ano seguinte, em visita à cidade, o promotor da Comarca, Olavo Freitas, assumiu o processo e fez novo apelo ao delegado de Sobradinho “no sentido de serem ouvidos os civis que acompanhavam as praças”, porque era preciso esclarecer “a atitude que tiveram as pessoas que tomaram parte no caso”, sugerindo a colaboração da Delegacia de Polícia de Soledade.⁴⁷⁴ Apelo inútil. Depois do despacho de fevereiro de 1939, o processo ficou parado por mais de um ano. Em 8 de março de 1940, foi juntada cópia do ofício dirigido pela delegacia ao comandante geral da Brigada Militar e a resposta. Pela linguagem empregada no ofício expedido pelo subdelegado, Itacir Neri Gomes, “respondendo pelo expediente”, em 3 de fevereiro de 1940, pode-se supor o porquê da lentidão e do descaso das autoridades policiais de Sobradinho. Afirmava que: era necessário “concluir as investigações policiais em torno de umas prisões feitas no lugar denominado Costa do Lagoão, (...) que, em consequência, foram mortos dois desordeiros pertencentes ao grupo dos ‘barbudos’”.⁴⁷⁵

Em fevereiro de 1940, o subchefe do Estado Maior da Brigada Militar confirmou a informação, já presente no inquérito, de que o cabo Antônio Porto e soldado Lucas Campos

471 Não foi possível identificar o nome pela assinatura.

472 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p.16v (APERS).

473 Ibidem, v. 1, p. 18-18v.

474 Ibidem, v. 1, p.19 (APERS)

475 Ibidem, v. 1, p. 21.

Galvão “servem no 3º R.C. e estiveram destacados em Soledade.”⁴⁷⁶ Em 11 de março de 1940, o escrivão em exercício concluiu os autos, enviando-os ao juiz municipal. Na fase policial do inquérito, portanto, não foram ouvidos os civis que participaram do cerco à casa de José Crespim, nem o soldado apontado como o autor do disparo que ocasionou a morte de Antônio Mariano dos Santos. De 16 de agosto de 1938 até 11 de março de 1940, durante quase 19 meses, as autoridades policiais de Sobradinho gastaram tempo buscando informações já presentes nos autos e justificando a morosidade e a incapacidade para atender as demandas da promotoria. As dificuldades na formalização dos atos policiais já haviam sido identificadas por ocasião das prisões e do assassinato de Anastácio Fiúza e de Benjamin Garcias Moraes em abril de 1938. Conforme observado no capítulo anterior, foi o interesse das autoridades superiores que contribuiu para os registros e os procedimentos formais, especialmente difíceis e morosos na Delegacia de Polícia de Sobradinho. Com o envio do processo à Justiça, observou-se um salto de qualidade na apuração dos fatos, mas não sem tropeços.

4.2 Na justiça, denúncia de violência e premeditação

Os entraves para o andamento do processo crime pela morte de Deca França e Antônio Vidal não estavam somente na Delegacia de Polícia de Sobradinho. Da conclusão, em 11 de março de 1940, os autos só chegaram ao promotor no final do ano, em 11 de dezembro. Antes disto, em 28 de maio, mais uma vez o escrivão Eloy de Oliveira Brito informou que, ao reassumir as funções do cargo, encontrou os autos parados. Registrou, novamente, a conclusão e remeteu ao juiz. O despacho seguinte à conclusão foi, possivelmente, do juiz Pacheco⁴⁷⁷ para que os autos permanecessem no cartório até a chegada do promotor ao município. Em 11 de dezembro, o escrivão designado, Berto Lazzari, informou ao juiz de Sobradinho que “por determinação verbal de V.S., no arquivo de autos parados do titular do cartório, sr. Eloy de Oliveira Brito, em sua casa, encontrei os presentes autos.” Afirmou, ainda, que, quando assumiu o cartório, em substituição ao titular, o processo não constava da relação e nem lhe havia sido entregue.⁴⁷⁸

Finalmente, em 8 de janeiro de 1941, mais de dois anos após as mortes, o promotor público da Comarca de Candelária, Olavo de C. Freitas, ofereceu denúncia contra os militares

476 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, v. 1, p. 22.

477 A assinatura não é clara.

478 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Op. cit., v. 1, p. 24v. (APERS)

– cabo Antônio Porto e soldado Lucas Campos Galvão –, do 3º regimento da cavalaria da Brigada Militar de Passo Fundo –, e os civis – Aparício Miranda, Benedito Paulo do Nascimento, João Elberto de Oliveira, José Henrique Simon e Pedro Simon –, residentes no sexto distrito de Soledade. Todos foram “incurso na sanção do art. 231 combinado com o art. 294 da Consolidação das Leis Penais”. A legislação penal de 1932, em seu artigo 231, da Seção VI - caracterizava excesso ou abuso de autoridade e usurpação de funções pública -, penalizava com a perda do emprego ou suspensão daquele que “cometer qualquer violência no exercício das funções do emprego ou a pretexto de exercê-la”. O artigo 294, referia-se ao homicídio, prevendo agravamento, entre outros casos, previsto no artigo 39, inciso 2º “ter sido o crime cometido com premeditação, mediando entre a deliberação criminosa e a execução o espaço, pelo menos, de vinte e quatro horas”; inciso 11º “ter sido o crime cometido com arrombamento”; inciso 13º “ter sido o crime ajustado entre dois ou mais indivíduos;” inciso 14º “ter sido o crime cometido (...) em casas onde se celebrarem reuniões públicas”.⁴⁷⁹

Com base na denúncia, supõe-se que a promotoria defendia a tese de conluio, premeditação, arrombamento, violência e abuso de autoridade. Apesar disso, a denúncia reproduziu a versão do cabo prestada na delegacia de Arroio do Tigre, ao tenente Sady Bastos: os dois militares chegaram pela porta da frente, os *monges* teriam reagido à voz de prisão com duas facas, a partir do que os dois funcionários da Brigada Militar “fizeram uso de seus revólveres, ocasionando a morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos.” Parece que o objetivo de consolidar a versão de resistência armada à voz de prisão e do quase inevitável uso de armas pelos brigadas estava sendo alcançado. De qualquer forma, o promotor expressou sua opinião sobre o que vinha ocorrendo no interior dos municípios de Soledade e Sobradinho e seus participantes. Referiu-se à “seita” dos *barbudos* e à “chefia” do *monge* Deca e “seus adeptos, na totalidade pessoas sem nenhum conhecimento, viviam ora se reunindo numa casa, ora noutra”. Como testemunhas de acusação, arrolou José Crespim da Rosa, Pantaleão Moura da Silva – os dois monges que estavam na casa e que foram presos – e Jorge Kautzmann – o vizinho que deu o alarme da presença de Deca França na localidade.⁴⁸⁰

Em 10 de janeiro de 1941, o juiz da Comarca de Candelária, com jurisdição no termo de Sobradinho, Aristides Dutra Boeira, solicitou ao juiz municipal de Soledade que interrogasse as testemunhas e avisasse os réus para preparar a defesa. Os civis foram avisados da audiência pelo juiz Carvalho, de Soledade, que informou a impossibilidade do

479 PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. Bauru/SP, Editora Jalovi, 1980, p. 332-3, 365-6, 379.

480 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Promotoria Pública de Candelária. V. 1, p. 2-3. (APERS)

comparecimento de João Elberto de Oliveira por ele estar preso na cadeia local. A audiência dos réus civis foi marcada para 10 de abril. O juiz da Comarca, Aristides Boeira, e o promotor público, Ivânio da Silva Pacheco, acompanharam os depoimentos.

Os acusados pouco declararam. A exceção foi do jovem agricultor José Simon, filho de Pedro Simon, com 23 anos, solteiro, nascido e residente nas Tunas, e “inimigo” de José Crespim e Pantaleão Moura. Afirmou que os civis foram “convidados” a acompanhar o cabo e o soldado na diligência, “não lhe sendo revelada em que consistia”. Atendeu a ordem: “o cabo mandou que cercassem a dita casa e dali do lugar onde mandou que ficassem não deviam arredar o pé [...] o declarante ouviu de seis a oito tiros, mas não pôde precisar como se desenrolou o conflito, por isso que estava postado nos fundos da casa e o fato ocorreu na frente desta”⁴⁸¹.

Benedito Paulo do Nascimento, 43 anos, agricultor, casado, natural de Soledade, residindo em Tunas há 6 anos, e Pedro Guilherme Simon, 54 anos, lavrador, casado, natural de São Pedro, morador da colônia das Tunas há 25 anos, também se declararam “inimigos” de Crespim e Moura. Aparício Manoel Miranda⁴⁸², casado, analfabeto, natural de Soledade e residente na colônia das Tunas há 20 anos, “colono”, com “trinta e poucos anos de idade”, acreditava ser “desafeto” de José Crespim e Pantaleão Moura, por ter acompanhado a escolta, após “intimado” pelo cabo Porto. Declarou-se inocente.⁴⁸³

Os agricultores e lavradores acusados eram todos moradores da colônia das Tunas. Cabe destacar que essa colônia foi estabelecida no início do século XX, em terras devolutas de florestas de Soledade. Os vários projetos de colonização estabelecidos no município nessa mesma época atraíram a vinda de migrantes de áreas coloniais mais antigas, formando colônias mistas com descendentes de alemães, italianos e populações locais, que puderam adquirir lotes de terras desses empreendimentos. Assim, ítalo-brasileiros provenientes de Anta Gorda, Caxias, Dona Francisca e Guaporé se estabeleceram em Espumoso, Itapuca, São Paulo e Sobradinho. Agricultores teuto-brasileiros, alguns procedentes de Santa Cruz, foram para Arroio do Tigre e Tunas. Em janeiro de 1903, três anos após o início desse processo colonial,

481 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, v. 1, p. 29-29v. Interrogatório do réu José Henrique Simon.

482 Segundo o pesquisador Tiago Lemões da Silva, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), é possível que Aparício Manoel Miranda seja filho de Manoel Antônio Miranda e Generosa Xavier. Neste caso, ele era casado com Belmira Xavier, filha de João Locádio [ou Leodário] da Silva e Maria Josefa Xavier. Os pais de ambos eram escravos [ou ex-escravos] oriundos da região de Pelotas. Locádio teria sido raptado quando criança sendo criado na casa de Filisbino Xavier, ex-escravo, morador de Soledade. Pai e sogro, Manoel e João Locádio, teriam participado de guerras e revoluções. Aparício e Belmira trabalharam para Pedro Simon [ou Simão], descendente de alemães, primeiramente na Colônia (distrito de Arroio do Tigre) e, depois, no Fão (na década de 1970) e no Sítio Alto. No início do século XX, nessa região viviam famílias recém-saídas do regime escravista. Aparício era negro e tido como uma espécie de policial da região, que perambulava de cavalo. Aparício e outros ex-escravos lutaram na batalha do Fão em 1932. Conforme informação por e-mail de 20/11/2012, 14:11, Tiago Lemões da Silva <tiagoufpe@yahoo.com.br >

483 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Op. cit., Interrogatório do réu Aparício Manoel Miranda. V. 1, p. 28. (APERS)

Tunas já passava a condição de vila, sede do sexto distrito de Soledade.⁴⁸⁴ No caso dos réus, eles eram provenientes de Soledade. Percebe-se, assim, que a ação que vitimou o curandeiro Deca França partiu de moradores das coloniais mistas do Arroio do Tigre e das Tunas, possivelmente descendentes de alemães.

Sobre o réu Pedro Guilherme Simon⁴⁸⁵, verifica-se que ele tomou parte do levante de 1932. Em setembro daquele ano, ele assinou o *Manifesto ao Povo do Rio Grande do Sul*, junto com outros conterrâneos, republicanos e libertadores, tais como Olmiro Ferreira Porto, Ludovico Thomasi, Inácio Dihel e Deodoro Serrano, onde eram apresentadas as razões desses soledadenses para aderirem à causa constitucional ao lado dos paulistas. Em Soledade a insurreição foi chefiada pelo comandante do 33º corpo auxiliar da Brigada Militar, coronel Cândido Carneiro Júnior, conhecido como Candoca, vinculado ao Partido Libertador (PL). Ele foi proclamado comandante em chefe das forças revolucionárias constitucionalistas de Soledade com outros três coronéis – Caio Graccho Serrano, Hércules Boccardi⁴⁸⁶ e Urbano Benigno dos Santos – que formaram o estado maior da rebelião⁴⁸⁷, conforme exposto no capítulo 2.

Os acusados declararam não dispor de recursos para a defesa, por isso foi nomeado como assistente o advogado Henrique de Freitas Lima Filho. Ele havia sido juiz municipal de Sobradinho até, pelo menos, 1935. Em novembro de 1937, Henrique Lima Filho esteve envolvido em disputas políticas municipais. Juntamente com um grupo de cidadãos, entre eles advogados, funcionários da prefeitura, comerciantes de fumo e o delegado de polícia, Antônio Pedro Pontes, denunciaram ao interventor Daltro Filho que o prefeito, o comerciante Santo Carniel, andava percorrendo o município “coagindo pobres colonos a assinarem pedido de sua permanência na prefeitura”.⁴⁸⁸ O advogado também conhecia a história dos *barbudos* desde o início. Como foi apontado no capítulo anterior, ele acompanhou as diligências do capitão

484 BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976, p. 19; MÜLLER, Armindo L. “A comunidade evangélica alemã de Nova Colônia de Sobradinho”. In: MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO/INSTITUTO HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO. *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemão no Rio Grande do Sul 1980*. Anais 1987. São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 1987, p. 42, 49-51; GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 35; PELLANDA, Ernesto. Imigração e Colonização Italiana. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1. 2a. ed. Porto Alegre, Sulina, 1968, p. 146; FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 105; RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Comissão de Estudos Municipais. *Os novos municípios gaúchos: Tunas*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988, p. 17; FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 29.

485 Possivelmente seja o mesmo Pedro G. Simon que compôs a chapa da Aliança Libertadora no pleito municipal de 16 de agosto de 1924. O candidato a intendente pela chapa foi Henrique Bohrer Sobrinho, que não se elegeu. Entre 1857 e 1859 chegaram ao Rio Grande do Sul, provenientes da Alemanha e da Prússia, lavradores católicos e protestantes da família Bohrer.

486 Vice-prefeito de Soledade de 1928 a 1931.

487 FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975, p. 126.

488 SOLEDADE. Correspondência Expedida. 1937. Lata 128, maço 384. (AHRGS)

Riograndino da Costa e Silva⁴⁸⁹, em abril de 1938. A atuação do ex-juiz municipal de Sobradinho na defesa dos réus foi fundamental para absolvê-los.

Em janeiro de 1941, o juiz do processo tomou conhecimento de que o cabo Antônio Porto havia deixado a Brigada Militar e que o soldado Lucas de Campos Galvão estava destacado em Soledade. Em 5 de julho, o oficial de justiça de Soledade informou que o ex-cabo Porto estava trabalhando na Aviação Férrea, em Passo Fundo. Em abril, o juiz Aristides Boeira resolveu tomar outras medidas para ouvir o soldado Lucas, uma vez que a precatória expedida, em 11 de janeiro, para Soledade, ainda não tinha sido respondida. Em junho, através de telegrama, Boeira solicitou novamente ao colega de Soledade a devolução das precatórias, reiterando o pedido feito em abril, de transferência para a cadeia de Sobradinho de João Elberto para depor, uma vez que ele estava preso, aguardando apelação de outro processo. Pediu, ainda, que o soldado e o cabo fossem avisados para depor em 16 de julho. Por fim, alfinetou: “conforme carta enviada a esse Juízo em onze de janeiro último, até esta data não devolvida”.⁴⁹⁰

O lavrador João Elberto de Oliveira, 30 anos, analfabeto, casado, natural de Soledade e residente em Tunas, depôs pela primeira vez em 16 de julho de 1941. Declarou-se pobre, sendo nomeado como seu defensor o advogado Pedro da Costa Gouvêa. Mais prudente do que os demais citados, talvez devido às detenções na cadeia de Soledade, deixou a defesa para o advogado, o que acabou não se efetivando. O nome do réu Oliveira não aparece na defesa coletiva formulada pelo advogado Henrique Lima Filho.

O soldado da Brigada Militar Lucas de Campos Galvão, 24 anos, analfabeto, solteiro, natural de Lagoa Vermelha e residente em Passo Fundo, há 18 anos, depôs no dia seguinte, em 17 de julho. Com relação às testemunhas, registrou que desconhecia Evaristo da Silva. Por ser pobre, foi nomeado o advogado Henrique de Freitas Lima Filho para a sua defesa. Seu depoimento foi esclarecedor, particularmente sobre as circunstâncias em que foram baleados França e Santos. Ao que parece, por ter ficado ausente dos depoimentos iniciais prestados na Delegacia de Polícia de Sobradinho, esqueceu o combinado e declarou: “a única coisa” que ele fez, “foi abrir a porta da frente na ocasião em que os homens saíram pelos fundos”.⁴⁹¹

Esta singela frase do depoente colocaria por terra a versão construída ao longo do processo se, de fato, as autoridades quisessem apurar as reais circunstâncias que vitimaram os dois *barbudos*. Foi repetido à exaustão, no conjunto dos depoimentos, que os militares

489 COSTA E SILVA, Riograndino. Viagem a Sobradinho e Soledade, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados. Cópia do arquivo particular de Riograndino da Costa e Silva.

490 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. V. 1, p. 49. Telegrama Juiz de Direito Candelária, 14/06/1941, para Juiz de Direito de Soledade. (APERS)

491 Ibidem. v. 1, p. 61 e 61v. Interrogatório do réu Lucas de Campos Galvão.

chegaram pela frente, enquanto os civis postaram-se nos fundos da casa. Se o soldado, que negou a autoria do homicídio de Antônio Mariano dos Santos, afirmou que os “homens saíram pelos fundos”, supõem-se que as vítimas foram alvejadas pelos civis. É justo pensar, ainda, que a iniciativa dos disparos foi atribuída aos militares como forma eficiente de eximir de culpa os civis que participaram do cerco. Estaria o cabo Porto também nos fundos da casa?

O depoimento do soldado tornou frágil a versão construída pelo cabo Antônio Porto: 1) que os militares se encontraram com os dois *monges* na porta da frente; 2) que os *barbudos* teriam resistido à voz de prisão; 3) que teriam investido contra os militares com as duas facas de cozinha; 4) que houve luta corporal; 5) que os policiais reagiram em legítima defesa, o que teria causado a morte dos agressores. Distraído, Lucas Galvão acabou com o álibi dos civis, associado ao fato dos tiros terem ocorrido na frente da casa, enquanto eles estavam nos fundos. No entanto, esse tipo de detalhe não mereceu a atenção das autoridades da época, pelo menos não no processo.

Mais cauteloso do que no depoimento policial, especialmente agora que era ex-cabo da Brigada Militar Antônio Porto⁴⁹², 31 anos, casado, natural de Ijuí e residente em Passo Fundo há seis anos, respondeu ao interrogatório em 05 de agosto de 1941. Porto optou por nada declarar, afirmando que “oportunamente provará” sua inocência. Afirmou ser pobre e, por isso, foi nomeado Henrique Lima Filho como assistente judiciário. Como testemunhas de sua defesa, o ex-cabo Antônio Porto apresentou ocupantes de cargos públicos, autoridades municipais e militares de altas patentes: Abel Ferreira, subprefeito do 8º distrito de Soledade, Arlindo Rosa, 2º tenente e comandante do destacamento da Brigada Militar de Santa Rosa, Edgar Ferraz, 2º sargento em serviço no hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, Luis Peigas Goulart, sargento do 3º regimento de cavalaria de Passo Fundo, e o capitão Riograndino da Costa e Silva, então delegado regional, em Porto Alegre.⁴⁹³

O réu Pedro Guilherme Simon requereu como testemunhas moradores do 3º distrito de Sobradinho, Arroio do Tigre: Antônio Pereira Vaz, Christiano Freese, Paulo Bernhard, Rodolfo (Rudi) Textor e Theodoro Schaeffer. Benedito Paulo do Nascimento arrolou o então subdelegado de polícia, Sady Corrêa. João Elberto de Oliveira apresentou moradores do sexto distrito de Soledade, Lagoão: Albino Groth, Basílio Lopes e Beno Silveira. O advogado de defesa teve o cuidado de acrescentar outros oficiais da Brigada Militar para a defesa dos civis: os tenentes Antônio Pedro Pontes, delegado de polícia de Sobradinho, e Wandenkok de Freitas Marques, porque os dois “comandaram o contingente desta Força, encarregado da

492 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Interrogatório do réu Antônio Porto. V. 1, p. 81-81v (APERS)

493 Ibidem, v. 1, p. 81v, 86v.

repressão contra os Fanáticos deste município e de Soledade”. Para a defesa do soldado Lucas Galvão, Henrique Lima Filho arrolou o major José Rodrigues e o tenente Januário Dutra, delegado de Polícia de Soledade, na época da denúncia ambos eram residentes em Porto Alegre.⁴⁹⁴ Graças a este fato, tem-se a oportunidade de conhecer a opinião dos comandantes das forças do Estado Novo que atuaram em Soledade e Sobradinho na repressão aos *monges barbudos*. Da mesma forma, pode-se registrar e conhecer o envolvimento de alguns moradores na perseguição ao movimento religioso.

O advogado Henrique de Freitas Lima Filho atuou como assistente de defesa de todos os acusados. Embora na defesa escrita⁴⁹⁵ não tenha sido citado o quinto acusado, João Elberto de Oliveira. No entanto, ele se constituiu defensor à medida que os réus foram sendo localizados pela Justiça. Assim, utilizou como estratégia de defesa dos civis – primeiros a depor – apontou os militares como responsáveis. Na defesa do soldado, o advogado acusou o cabo. Para defender Antônio Porto, radicalizou na acusação dos “fanáticos”. Henrique Filho alegou não proceder a denúncia porque “os mesmos não tiveram participação alguma na morte das vítimas”, nem “cometeram violência de espécie alguma”. Contestou ainda o art. 231 da Consolidação das Leis Penais pelo fato de não serem servidores públicos, portanto com um erro de enquadramento penal. Com relação ao art. 294, que caracterizava a premeditação, o defensor qualificou: os “assistidos, homens pacatos e ordeiros, acudiram com a melhor das intenções ao chamamento de um cabo da BM, que os convidava para que o acompanhassem até a casa de José Crespim da Rosa”. Quanto aos “fanáticos” *barbudos*, alegou que promoviam “uma reunião clandestina”. Ao chegarem, “foram os soldados agredidos por dois fanáticos e, na luta, feriram mortalmente a dois deles.”

Avançando na responsabilização dos militares, afirmou, antes do depoimento do soldado, que “o cabo Antônio Porto e o soldado Lucas Campos Galvão confessam a autoria das mortes e declaram ter agido em legítima defesa”. Na defesa de Lucas Galvão, o advogado recuou desta versão. Reiterou que as mortes deram-se na frente da casa e que os civis estavam atrás e nem sequer assistiram aos acontecimentos. No entanto, o defensor acabou revelando que os civis estavam armados, ao afirmar que eles não “puxaram sequer de armas”.

Quando o soldado Galvão⁴⁹⁶ depôs no processo, o cabo Porto ainda não tinha sido localizado. Assim, o assistente judiciário associou a defesa do soldado à dos civis afirmando: “o assistido, assim como os demais civis que acompanharam o cabo Antônio Porto, o faziam a

494 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, v. 1, p. 31v, 38, 63-64.

495. Ibidem, Defesa Escrita. Henrique de Freitas Lima Filho, assistente judiciário. Sobradinho, 13 de abril de 1941. V. 1, p. 36-8. (APERS)

496 Ibidem, v. 1, p. 63. Defesa Escrita pelo denunciado Lucas Campos Galvão. Henrique de Freitas Lima Filho, assistente judiciário. Sobradinho, 17 de Julho de 1941.

convite deste, sendo que o assistido, como soldado e inferior hierárquico, estava no dever de acompanhar o cabo Porto na diligência”. Modificou a versão apresentada na defesa dos civis, de que as praças teriam sido responsáveis pelas mortes, e a própria circunstância do tiroteio, acabando por admitir que os *barbudos* foram atingidos nos fundos da casa: “o assistido não usou da arma que carregava e a sua missão foi abrir a porta da frente da casa, onde se achavam os ‘monges’. Nesta ocasião, as pessoas que se achavam no interior da casa saíram pelos fundos e foram, então, recebidas pelo cabo da escolta, travando tiroteio com ele.” Afirmava, desta forma, que o soldado teria entrado sozinho pela porta da frente da casa. Por fim, o experiente advogado Freitas mencionou que, segundo o delegado de polícia de Soledade, tenente Januário Dutra: “a ordem de prisão das vítimas fora determinada por escrito pelo Major José Rodrigues, da BM”, documento que estaria arquivado na delegacia. Concluiu o defensor: o acusado “estava cumprindo uma ordem legal, escrita e emanada de seu superior legítimo e, não tendo usado de violência, nem excedido a execução da mesma, não poderá ser passível de punição”.

Para a defesa do ex-cabo Antônio Porto⁴⁹⁷, o advogado Henrique Lima Filho utilizou duas estratégias contundentes. Primeiramente, caracterizou os *monges* com expressões depreciativas, até então ausentes do processo. Em seguida, chamou à responsabilidade para as autoridades do Estado na repressão ao movimento dos *barbudos*, situando o cabo apenas como executor dessa política. Assim, o advogado politizou o processo. O que poderia ser um problema de aldeia, de inimizades locais, passou a ser um problema de Estado. Desta vez, não foram boatos de vínculos com Flores da Cunha, ex-governador no exílio, mas o descumprimento às determinações do Estado Novo. A defesa circunstanciada, se os disparos foram dados em frente à casa ou nos fundos e por quem, deixou de ter relevância. A discussão passou a ser as razões de Estado que levaram o cabo a executar os “fanáticos”, legitimando a ação pela suposta conduta dos próprios *barbudos*.

Assim, o cabo estava encarregado de uma escolta da Brigada Militar com o objetivo de reprimir “a ação dos famigerados monges”, que “infestavam” Soledade e Sobradinho. As reuniões estavam proibidas, portanto eram “clandestinas e até criminosas”. Dessa forma, o “Governo do Estado, numa ação louvável e de proteção às famílias, mandou aquela escolta e um contingente da Brigada Militar, sob o Comando do Tte Antônio Pontes.” Na defesa escrita o advogado dos réus, historiando os fatos, revelou que: “Depois de realizar muitas prisões e de ter ciência dos fatos o Sr. Chefe de Polícia, foram efetuadas muitas batidas, pessoalmente pelo Capitão Riograndino da Costa e Silva, então delegado Regional, que esteve no local.”

497 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Pela Defesa do Denunciado Antônio Porto. Sobradinho, 12 de agosto de 1941, p. 86-86v.

Cabe lembrar que, o próprio advogado, então juiz de Sobradinho, acompanhou a missão de Riograndinho no interior dos municípios, conforme apontado no capítulo anterior. Henrique de Freitas Lima Filho revelou, ainda, que, com a “ordem de retorno, o contingente da Brigada seguiu para Passo Fundo, ficando somente a escolta sob o Comando do denunciado e debaixo da autoridade do Major José Rodrigues, que deu ordens severas ao cabo Porto de não permitir reuniões de espécie alguma entre aqueles elementos.”

Estabelecida a justificativa política, o advogado buscou o amparo legal para a presença dos civis no local. Procurou amenizar os termos: no lugar de “intimação”, usado anteriormente, suavizou para “convite” e “auxílio”. As circunstâncias: “Ciente de que os ‘barbudos’ desrespeitavam a ordem policial, o denunciado no dia do fato, acompanhado do soldado Lucas Galvão, convidou alguns civis para que o auxiliassem na diligência”. A reação dos *barbudos*: “Pressentindo a chegada da polícia, os famigerados monges saíram pelos fundos da casa, alvejando de imediato o denunciado, que foi obrigado a usar da justificativa legal para não ser sacrificado”.

Pode-se observar que o ex-cabo Antônio Porto recuou de sua declaração inicial de que ele e o soldado chegaram pela porta da frente, afirmando que ele chegou pelos fundos da casa, por onde saíram Antônio Mariano e André França, momento em que eles teriam alvejaram o acusado. Todavia, cabem algumas indagações: onde foi parar a arma usada contra o cabo, uma vez que os policiais só apreenderam facas de cozinha e as vítimas estavam desarmadas? Qual a participação dos civis, que estavam nos fundos da casa – consenso entre todos os que se manifestaram a esse respeito –, ao verem os *barbudos* saindo pela porta? Como o cabo Porto teria sozinho baleado Antônio Mariano na cabeça do lado esquerdo, produzido duas contusões na cabeça de André França e lhe dado dois tiros do lado direito, se eles saíram correndo? Houve ou não luta corporal? Nenhum dos acusados reclamou de lesões. Estas questões não foram esclarecidas no processo.

Em agosto de 1941, o diretor geral da Viação Férrea do Rio Grande do Sul enviou correspondência para Candelária ao juiz Dutra Boeira, justificando a ausência de Antônio Porto em audiência marcada, dado que o funcionário não dispunha de recursos para custear a viagem e pedia que “seja fornecida a passagem”.⁴⁹⁸ Não foi necessário. Em 20 de setembro de 1941, 45 dias após depor em Sobradinho e oferecer elementos para a sua defesa ao assistente judiciário, o ex-cabo sofreu trágico acidente. Segundo o atestado de óbito, Antônio Porto⁴⁹⁹

498 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Of. n. E-108-1/787 Diretoria da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 13 de agosto de 1941. V. 1, p. 94. (APERS)

499 Ibidem, v. 1, 123. Registro Civil, óbito n. 3.935. Passo Fundo, 04 de outubro de 1941, oficial de registros de nascimentos e óbitos José Pinto de Moraes.

teve “fratura dos ossos da bacia – ruptura completa do períneo. Secundária a choque”. Foi esmagado. Faleceu às 7 horas, no Hospital São Vicente de Paula, aos 31 anos, solteiro, de “cor mista” e “filiação ignorada”, sendo sepultado no cemitério de Santo Antônio, no município de Passo Fundo.

4.3 Depoimentos de testemunhas civis e militares

Das 18 testemunhas arroladas pela defesa, 12 depuseram. Das três solicitadas pelo Ministério Público, apresentaram-se duas. Do total de 14 depoimentos, oito foram dados por militares, quatro de pessoas da comunidade local e, dois *barbudos* – eram os únicos que estavam presentes no local quando ocorreu o duplo assassinato. Vários depoimentos foram colhidos através de cartas precatórias. Os oito militares que foram ouvidos adotaram posturas diferenciadas.

1) Antônio Nunes Pontes⁵⁰⁰, capitão da Brigada Militar, 47 anos, casado, residente em Porto Alegre, foi arrolado pelo defensor Henrique Lima Filho. Era 1º tenente quando comandou a força do 1º regimento de cavalaria, de Santa Maria, com 40 participantes, em missão em Sobradinho onde permaneceu até julho de 1938. No entanto, sobre o fato narrado na denúncia, “nada sabe” e também não conhece os denunciados.

2) Januário Dutra⁵⁰¹, capitão da Brigada Militar, 39 anos, casado, residente em Pelotas, fez manifestação idêntica à do capitão Pontes: “nada sabe”. No entanto, Januário Dutra era tenente e delegado de polícia de Soledade quando foi arrolado como testemunha de defesa do soldado Lucas Galvão. Foi responsável por dois relatórios enviados ao comando geral da Brigada Militar e ao interventor federal no Governo do Estado sobre a “exótica seita” dos *monges barbudos*. O primeiro, em 30 de março, com o resultado da diligência comandada pelo 2º tenente Arlindo Rosa, o segundo, em 15 de maio, após os confrontos com mortes ocorridos na Bela Vista e no Jacuizinho. Segundo o boletim da Brigada Militar⁵⁰², o tenente Dutra relatou “a existência de um grupo de fanáticos organizado naquele município e sobre o qual recai suspeita de professar ideias extremistas”. Ademais, acompanhou as investigações do capitão José Rodrigues realizadas de abril a julho de 1938 no território em conflito.

Esses dois oficiais seguiram na corporação, tornaram-se capitães. No entanto, estranhamente, permaneceram calados. Podiam não conhecer os militares acusados, que eram

500 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Assentada. Testemunha Antônio Nunes Pontes. Porto Alegre, 03 de novembro de 1941. V. 2, p. 185v-186 (APERS)

501 Ibidem, v. 2, p. 185-185v. Assentada. Testemunha Januário Dutra. Porto Alegre, 03 de novembro de 1941.

502 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior, III Seccção. Minutas, ofícios, informações, cartas e portarias. Março e abril de 1938.

de Passo Fundo, mas, com certeza, tinham informações relevantes sobre os *monges barbudos* adquiridas nas operações policiais e militares desenvolvidas na região.

3) Arlindo Rosa⁵⁰³, 34 anos, 2º tenente e comandante do destacamento da Brigada Militar de Santa Rosa, era comandante do destacamento em Soledade, do qual faziam parte o cabo Porto e o soldado Galvão. Afirmou que, na época, o comando era do sargento Luiz Getúlio Piegas Goulart, através do qual teria tomado conhecimento dos fatos. Acrescentou que recebera ordem do chefe de Polícia para “prender os componentes ou chefes da referida seita, tendo dado várias batidas, não conseguindo prendê-los”. Ele foi denunciado por excessos pelos dez *monges* que foram presos durante diligência por ele comandada, composta por 20 praças, em março de 1938, no interior do distrito do Lagoão no município de Soledade, conforme narrado no capítulo anterior.

4) Luis Getúlio Piegas Goulart⁵⁰⁴, 28 anos, casado, 2º sargento do 3º regimento de cavalaria da Brigada Militar de Passo Fundo, comandava o destacamento deslocado para atuar em Soledade na época do crime. O militar afirmou que os denunciados e mais 15 praças compunham a escolta por ele comandada, que atuou no sexto distrito de Soledade, sob orientação do major José Rodrigues da Silva. Tinha ordem de “operar” em Soledade, Sobradinho e Santa Cruz com o objetivo de “atenderem os ‘barbudinhos’, membros de uma seita religiosa” e “prender André Ferreira França”, caso ele reunisse seus seguidores. Estava afastado desde o dia 10 de agosto de 1938, por “haver doença em sua família”. Por isso, o comando da escolta estava com Antônio Porto, com ordem explícita do major Rodrigues de prender Deca “quando [realizasse] reuniões dos ‘barbudinho’.” Quando retornou à sede do sexto distrito, dia 18 de agosto, Antônio Porto lhe deu ciência dos acontecimentos, ampliando o número de *barbudos* presentes na casa de José Crespim da Rosa de 11 para 20. Relatou que, ao receber a voz de prisão, Deca teria resistido, “com arma branca, investiu contra o cabo Antônio Porto e o soldado Lucas Campos Galvão, tendo outros componentes da seita feito uso de armas de fogo; que em vista disso, os denunciados Porto e Galvão fizeram uso de seus revólveres”. O depoente informou o ocorrido ao chefe de polícia, ao tenente Januário Dutra, delegado de polícia de Soledade, e às demais autoridades da Brigada Militar.

Várias perguntas foram formuladas ao sargento Goulart. Entre elas, respondeu que: “por umas três vezes conseguiu sitiar a casa onde Deca reunia os membros de sua seita e, todas essas vezes, Deca armado de faca, resistindo à voz de prisão, conseguiu escapar”. Informou, por fim, que o cabo já havia estado envolvido em outro episódio: “o cerco da casa

503 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Termo de Assentada. Santo Ângelo, 15 de setembro de 1941. V. 1, p. 105. (APERS)

504 Ibidem, v. 1, p. 138-138v. Termo de Assentada. Testemunha Luis Getúlio Piegas Goulart. Soledade, 07 de outubro de 1941.

não estava completo quando componentes da seita dos ‘barbudinho’ fizeram fogo na escolta, de uma cozinha, quando ele, Antônio Porto, e o soldado Galvão, por sua vez fizeram fogo contra os que resistiram à prisão e os agrediram”. Esclareceu que o contingente comandado por Antônio Porto estava dividido em “duas escoltas”, uma, estava “destacada em casa de Chico Camargo”, a outra, “na sede das Tunas”, comandada pelo cabo Porto. Os depoimentos desses militares iam dando a dimensão do que foi a repressão aos *barbudos* e a perseguição a Deca França: casas sitiadas, violências e fugas constantes.

5) Wandenkok Freitas Marques⁵⁰⁵, tenente da Brigada Militar, um dos oficiais da operação, retornou em julho para Santa Maria. No entanto, o tenente aproveitou para revelar a sua opinião e participação na repressão aos *monges*. Afirmou que “esteve na missão de capturar André Ferreira França, vulgo ‘Deca’ e seus adeptos, recebendo mesmo ordem de fazer fogo, caso os membros desta seita resistissem”. Para ele, “o referido indivíduo era muito esperto” e seus seguidores “não acreditavam em bala”, mencionando as batidas feitas na casa de Deca França, que “era no meio do mato”. Prosseguiu o oficial destacando os “atos imorais e crimes”, além de supostos criminosos infiltrados⁵⁰⁶.

6) Sady Corrêa Bastos⁵⁰⁷, então tenente e subdelegado do distrito do Arroio do Tigre, apresentou-se como “criador”. Afirmou que esteve no local atendendo ordem do delegado de Sobradinho para fazer o auto de corpo de delito nos dois mortos. Ao chegar ao local, apresentaram-se o cabo Porto e um soldado. Os dois teriam dito que: “tendo ido fazer a prisão dos monges, que na noite precedente constava que iriam se reunir, foram agredidos por estes de faca, sendo obrigados a matá-los”. Embora tivesse instruído o inquérito policial, limitou-se a responder de forma breve e afirmativa as perguntas sobre a determinação direta do interventor do Estado na “repressão aos barbudos”.

7) José Rodrigues da Silva⁵⁰⁸, 42 anos, casado, major da Brigada Militar, residente em Passo Fundo, dirigiu as duas forças da Brigada Militar deslocadas de Santa Maria para Sobradinho e de Passo Fundo para Soledade e presidiu um inquérito a respeito dos *monges*, conforme visto no capítulo anterior. O oficial, na época capitão, bastante citado no decorrer do processo, afirmou que, com relação à denúncia, encontrava-se na Capital do Estado, quando ocorreram os fatos, não sabendo como “decorreu o mesmo”, mas fora informado pelo sargento Luiz Goulart pelo fato de ter “comandado a força que reprimiu a ação dos chamados

505 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Termo de Assentada. Testemunha. São Jerônimo, 15 de setembro de 1941. V. 1, p. 110.

506 O oficial deu entrevista ao jornal Paladino Serrano de Sobradinho, em 02 de novembro de 1977, no mesmo sentido dessas acusações, conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 39-40, 87.

507 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Op. cit, p. 142v. Termo de Audiência. 2ª Testemunha, Sady Corrêa Bastos. Sobradinho, 29 de outubro de 1941.

508 Ibidem, Assentada. Testemunha José Rodrigues da Silva. Porto Alegre, 03 de novembro de 1941, v. 2, p. 184-185.

‘monges barbudos’.” Registrou a intensa busca policial feita ao “chefe daquela seita” e a negativa de Deca em apresentar-se às autoridades “a despeito de inúmeros chamados e formais promessas de todas as garantias.” Dos acusados, só conhecia os militares há quatro anos, assegurando que “os antecedentes dos mesmos são bons”.

8) Riograndino da Costa e Silva⁵⁰⁹ 37 anos, casado, capitão do exército, residia no Rio de Janeiro, onde foi inquirido. Na ocasião em que esteve em Soledade e Sobradinho era delegado auxiliar da Repartição Central de Polícia. Distante das disputas locais, seu depoimento foi objetivo. Garantiu que esteve no local a serviço do interventor federal, coronel Cordeiro de Farias, observou os fatos e formulou apurada análise, contrapondo-se ao discurso da defesa. O defensor formulou itens para serem respondidos, dando voz aos boatos locais, perguntou pelos “crimes, hábitos e ideias” dos *monges*, fazendo menção ao “perigo à população e às famílias”, acusando-os de usarem cultos religiosos para desviar “donzelas” e praticar “roubos e extorsões”.

Riograndino da Costa e Silva fez declarações esclarecedoras. Ele esteve no local para “proceder a uma sindicância por ordem do Governo do Estado”. Foi apurar as circunstâncias das mortes na Páscoa de 1938 e a prisão de 104 participantes do movimento no Jacuizinho, realizada pelo delegado de polícia de Sobradinho. Alguns desses “presos já tinham também sido remetidos para a Capital do Estado, tanto que o depoente os encontrou em sua passagem por Cachoeira.” Com relação aos itens formulados pela defesa, Riograndino ignorou as acusações de “desvio de donzelas” e práticas criminosas, adiantando que, para o Estado, a ação dos *barbudos* devia-se à “crassa ignorância reinante entre todos eles”. Sobre Deca França, “soube que efetivamente o referido elemento vinha realizando reuniões e práticas baseadas em princípios de fundo supersticioso, parecem constituir perigo, pelo menos no local, (...) à ordem social”.

Cabe registrar que o comando da Brigada Militar louvou os oficiais e as praças “pela disciplina e abnegação demonstradas (...), sob o comando do major José Rodrigues da Silva, na grave situação ali criada por um aglomerado de habitantes fanatizados e hostis às leis e às autoridades.”⁵¹⁰ Verifica-se que era uma operação determinada, coordenada e dirigida pelo governo estadual sob intervenção federal do Estado Novo e no comando do coronel Cordeiro de Farias.

Dos quatro civis, moradores locais que depuseram, dois já haviam registrado depoimento na fase policial. Os outros dois eram curiosos que não presenciaram os fatos. José

509 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, v. 1, p. 86v.

510 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Boletim da Brigada Militar, 1938, n. 154, p. 89.

Crespim e Pantaleão da Silva mudaram radicalmente o depoimento dado na delegacia: revelaram que os *monges* estavam cansados de fugir.

1) Evaristo Rodrigues da Silva⁵¹¹, 46 anos, analfabeto, casado, agricultor, residente em Sobradinho, foi um dos primeiros a depor no inquérito policial, declarou em juízo que o cabo Porto teria convidado os civis para se dirigirem com ele a casa de Crespim, “afim de dissolver essa reunião”, porque não havia “mais praça a disposição” em Tunas. Com relação à conduta dos civis denunciados, Evaristo afirmou “ser boa por se tratar de homens trabalhadores e que jamais andaram envolvidos em briga”. O assistente judiciário, Olmiro Campos, solicitou que a testemunha respondesse “se Deca França costumava fazer reuniões que punham em sobressalto a população do distrito onde o mesmo residia?” Respondeu que sim, “que todos os moradores dessa região tinham medo das reuniões de Deca França por ignorarem quais as intenções dele e de seus adeptos, temor esse que também era compartilhado pelo depoente como morador desse lugar”.

2) Rodolfo Carlos Textor⁵¹², Rudi, 32 anos, casado, mecânico, natural de Soledade, residente na vila Arroio do Tigre, em Sobradinho, afirmou que “viu os mortos, de nome Deca e outro barbudo”, mas “não sabendo como se deu o fato”. Ele assinou os autos de necropsia no cargo de perito notificado, mas não mencionou esse fato no depoimento.

3) Antônio Pereira Vaz, 64 anos, agricultor, natural de Cruz Alta, residente na Costa do Lagoão, no 3º distrito de Arroio do Tigre, em Sobradinho, não presenciou os fatos, mas esteve no local. Lá chegando, perguntou ao cabo Porto “que serviço era aquele”. Ele teria respondido efusivamente: “fui eu” e “batia no peito, ‘vim prender esses barbudos e eles resistiram à prisão’.” Quanto à participação dos civis, “soube que os outros réus tinham ido de vaqueanos”.

4) Theodoro Schaeffer⁵¹³ 32 anos, casado, agricultor, natural de Santa Cruz, residente na Serrinha, em Sobradinho, também não presenciou os fatos. Foi ao local acompanhando o subprefeito e subdelegado do Arroio do Tigre, Sady Bastos. Na chegada, “apresentaram-se um cabo e um soldado e, respondendo eles a interpelação do subprefeito, disseram que tinham ido ali para prender os monges, mas eles reagiram e assim foram obrigados a matar os dois”.

Com o depoimento das testemunhas locais, moradores de Sobradinho e do distrito do Arroio do Tigre, constatam-se os temores dos vizinhos antagonistas aos *monges*. Eles tinham medo. Não chegou a ficar claro nos depoimentos a razão das desconfianças, mas as reuniões

511 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Termo de Assentada. Testemunha Evaristo Rodrigues da Silva. Soledade, 29 de setembro de 1941. V. 2, p. 156. (APERS)

512 Ibidem, v. 1, p. 143-143v. Termo de Audiência. 4a Testemunha, Rodolpho Carlos Textor. Sobradinho, 29 de outubro de 1941.

513 Ibidem, Termo de Audiência. 3a Testemunha, Theodoro Schaeffer. Sobradinho, 29 de outubro de 1941. V. 1, p. 143.

dos *barbudos* eram vistas com susto pelos contrários a eles. Assim, a captura e a morte do curandeiro Deca França mobilizou a atenção dos curiosos que foram ao local confirmar.

5) José Crespim da Rosa⁵¹⁴ alterou substancialmente o depoimento dado na Delegacia de Polícia de Sobradinho. Afirmou que, na noite de 14 para 15 de agosto, por volta de 20h, chegaram a sua casa André França e Antônio dos Santos pedindo para passar a noite. Disseram que: “vinham cansados de se encontrarem escondidos e que pretendiam se apresentar às autoridades no dia seguinte”. Por volta de três horas, ainda de madrugada, Crespim acordou com “o barulho da porta de sua casa que foi arrombada à coronha de arma.” Levantou, acendeu a luz e foi até a porta “onde encontrou um soldado com uma arma em punho (...). Apontou para o depoente dizendo que voltasse que senão morria, que então o depoente voltou e ficou escorado na mesa”. Garantiu Crespim que, “no momento em que foi arrombada a porta as vítimas saltaram por uma outra porta a fim de fugirem”. No entanto, “ao saírem (...) começou o tiroteio”. Antônio Mariano “caiu logo ao sair da porta” e Deca França foi ferido “mais abaixo da casa ao procurar passar um [arame]”. Depois de ferido, foi carregado até a frente da casa, “onde faleceu em seguida”.

Crespim confirmou a versão de que somente um praça chegou pela frente da casa, arrombando a porta, enquanto Deca e Antônio tentavam fugir pelos fundos, sendo baleados. José Crespim e o jovem Pantaleão da Silva quando presos foram “conduzidos para a sede de Tunas, daí para Soledade e depois para Sobradinho”. Crespim reconheceu todos os civis e militares que formavam a escolta que cercaram a sua casa. Com a inquirição sobre a “religião”, Crespim recordou a morte do outro líder, Anastácio Fiúza. Embora tenha negado a participação na “seita dos monges do sexto distrito”, confirmou que “somente tomou parte na [guarda] de Tácio Fiuza, morto em consequência de ferimentos recebidos (...) na Igreja de S. Catarina, por ocasião de uma reunião que os Monges aí realizavam”. Crespim declarou-se católico e que costumava rezar na Igreja de Santa Catarina onde já encontrara “uma reunião de membros dessa seita”. Com isso, pode-se questionar a respeito das condições em que foi obtida a primeira declaração de Crespim, em agosto de 1938, feita ao delegado Antônio Pontes, na Delegacia de Polícia de Sobradinho.

6) Pantaleão Moura da Silva⁵¹⁵ modificou a essência do depoimento prestado na Delegacia de Polícia de Sobradinho, assim como Crespim. O jovem Pantaleão declarou que acordou de madrugada “com o barulho do arrombamento da porta da casa e ficou sentado na

514 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, v. 2, p. 162-4. Termo de Assentada. Testemunha José Crespim da Rosa. Soledade, 20 de outubro de 1941.

515 Ibidem, Termo de Assentada. Testemunha Pantaleão Moura da Silva. Soledade, 20 de outubro de 1941. V. 2, p. 166v-167v.

cama, onde foi preso pela escolta vendo nessa ocasião o soldado Lucas”. Afirmou que “ao mesmo tempo em que foi arrombada a porta, foi dado uns quantos tiros”, viu os dois *monges* mortos na frente da casa quando foi retirado da casa preso. Negou a participação na “seita dos barbudos”. Provocado a falar sobre as “perturbações da ordem” que a “seita praticava”, refletiu que “algumas pessoas tinham receio das reuniões”.

4.4 Sentença previsível: acusação improcedente

Em 23 de novembro de 1941 o juiz remeteu o processo para as razões finais do promotor público. O Ministério Público, nas palavras do promotor Pacheco, apenas pediu “justiça”⁵¹⁶, confirmando a tendência verificada em todo o processo de pouco esforço da acusação. O promotor público não fez nenhuma pergunta, nem aos réus, nem às testemunhas. Não observou detalhe algum e não incluiu nenhuma informação. A postura do promotor da Comarca de Candelária, Olavo Freitas, no enquadramento legal da denúncia defendendo a tese de ação premeditada, violência e abuso de autoridade, contudo, tornou-se uma exceção no processo.

O advogado Henrique de Freitas Lima Filho, nas razões finais⁵¹⁷, sintetizou: os “réus, atendendo à intimação do cabo Antônio Porto foram prestar seus serviços à causa pública, não tendo, entretanto, participação alguma na morte das vítimas”. A caracterização dos réus como “homens de conduta exemplar, morigerados acudiram ao chamado da autoridade não trepidando em arriscar a própria vida no objetivo de prestigiar a lei.” Responsabilizando o Estado e os próprios ‘barbudos’: “Está provado que a atuação da BM contra os ‘barbudos’ foi determinada diretamente do Governo do Estado (...) em vista da atividade nociva e criminosa dos mesmos, que estavam ameaçando a sociedade do município com seus costumes.” Sobre a responsabilidade do crime, desta vez, culpabilizou unicamente o falecido ex-cabo Antônio Porto: “Ficou demonstrado que foi o cabo Antônio Porto quem, depois de agredido, alvejou mortalmente as vítimas.”

Em 23 de fevereiro de 1942, José Marasquim, avaliador judicial do termo de Sobradinho, cumprindo despacho do juiz de direito, “depois de bem estudado o caso”, avaliou “o dano que deve ser indenizado”. Baseando-se na expectativa de vida de 65 anos, estimou que André França ainda poderia viver mais 15 anos, como teve a profissão “ignorada”, no auto de necropsia, o avaliador estipulou um ganho diário de 5 mil reis, 1:500\$000 reis anuais,

516 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942, vol 2, p. 196v-197. (APERS)

517 Ibidem, v. 2 p. 198.

em 15 anos 22:500\$000 reis. Antônio Mariano dos Santos, com 48 anos, teria como perspectiva mais 17. Como a profissão também foi ignorada, a base para o cálculo foi igual a utilizada para França, 25:500\$000, vinte e cinco contos e quinhentos mil reis, que “deve ser pago aos herdeiros”.⁵¹⁸

Assim, em 30 de março⁵¹⁹ de 1942, 14 meses após a denúncia da promotoria pública, o juiz Aristides Dutra Boeira⁵²⁰, que instruiu todo o processo judicial, fazendo com que as testemunhas arroladas fossem ouvidas, pressionando escrivães quanto à organização do processo, controlando prazos, zelando pela anexação dos documentos aos autos, finalmente pôde externar a sua versão sobre os fatos que mobilizaram Soledade e Sobradinho. Em quatro páginas, o juiz acrescentou dados não mencionados por nenhum depoimento nos autos do processo, questionou as informações prestadas pelas duas únicas testemunhas de acusação e aceitou a versão dos réus.

Ao que parece, o juiz apresentou na sentença a forma como os *monges barbudos* eram vistos naquelas localidades do ponto de vista de seus antagonistas mais intelectualizados. A sentença associou os *monges barbudos* à guerra de Canudos⁵²¹, no Nordeste brasileiro, e aos *muckers* do Ferrabraz: “Revivendo o fanatismo de Antônio Conselheiro, no estado da Bahia, e dos Muckers, em nosso estado, Antônio Mariano dos Santos e André Ferreira França reuniam constantemente grupos de pessoas (...) explorando a credice e ignorância de grande número de pobres agricultores, e fazendo-se passar como detentores de um poder sobre-humano, capaz de curar todas as moléstias.”

Para ele, a atividade religiosa estava associada a uma nova crença, mais desqualificada que o espiritismo, e a uma total subordinação que os faziam enfrentar os poderes constituídos pelo Estado e pela Igreja: “Praticavam o baixo espiritismo e exerciam rigorosa autoridade sobre aqueles caboclos, que lhes prestavam a mais absoluta submissão, a ponto de desatenderem a ordem de autoridades policial e religiosa, que ali estiveram por vezes para os

518 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Laudo de Avaliação. José Marasquim, Sobradinho, 23 de fevereiro de 1941, p. 200-202v.

519 Conforme visto no capítulo 3, em março de 1938, foi remetido o primeiro relatório do delegado de Polícia de Soledade ao comando da Brigada Militar sobre os *monges barbudos*, cinco anos antes dessa sentença.

520 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho, Op. cit., vol 2, p. 203-204v, Vistos, Etc. Aristide Dutra Boeira, Juiz de Direito. Candelária, 30 de março de 1942.

521 No norte da Bahia, no sertão de Canudos, no Belo Monte, desenvolveu-se um arraial, estabelecido em 1893, comandado pelo peregrino Antônio Conselheiro, líder religioso dos caboclos. Em 1897, as expedições militares destruíram o povoado e derrubaram 5.200 habitações. Acusados de fanatismo e de defensores do Império, não se renderam. No ataque final, com um contingente calculado entre seis e oito mil homens do Exército brasileiro e de forças estaduais com 18 canhões, restaram quatro pessoas, o restante estava morto. O cadáver de Antônio Conselheiro foi exumado e fotografado. Devolvido à cova rasa, foi novamente desenterrado para lhe cortarem a cabeça que foi exibida para as multidões. Conforme CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]; MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário José Filho. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Euclides da Cunha (p. 81-4, 326) destacou os gaúchos nas comparações com os vaqueiros e os jagunços do norte e nordeste brasileiro. O autor denunciou a degola dos prisioneiros: “A degola era (...) infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança.”

convencer de que estavam sendo ludibriados na sua boa fé.” Para que se entenda a associação feita pelo juiz Aristides sobre o não atendimento das ordens das autoridades do Estado e da Igreja por parte dos *monges barbudos* é necessário recuperar que, nesse período, a Igreja Católica estava reatando as relações com o Estado rompidas com o advento da República. Com o estabelecimento do estado laico, a partir da Constituição de 1891, houve um real afastamento e a Igreja perdeu os privilégios que tinha na relação com o Estado inclusive na prestação de serviços como os registros de nascimento e casamento.

Conforme Riolando Azzi⁵²², a Revolução de 1930 começou a reverter a ruptura entre o Estado e a Igreja Católica, consolidando a perspectiva aberta no início da década de 1920 de reaproximação. Esse período, chamado pelo autor de Restauração Católica, teve como principal liderança o arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. As ideias fundamentais desse novo momento eram uma maior presença da Igreja na sociedade brasileira e uma efetiva colaboração com o governo. Essa atuação deu-se através do episcopado que passou a disputar uma maior liderança sobre a população brasileira e a colaborar com o governo para “manter a ordem e a autoridade constituída”. Por seu turno, o governo Vargas “percebe na Igreja uma valiosa força auxiliar na contenção dos movimentos revolucionários que começam a eclodir nesse período”. A Restauração Católica calcou-se na apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo, o protestantismo e o espiritismo.

No Rio Grande do Sul, com a Revolução de 1930, o arcebispo D. João Becker (1914-1946) solidarizou-se com Vargas aceitando os rumos do fechamento político e da instituição do Estado Novo. Para D. Leme, os alvos principais para a afirmação católica eram: combater a heresia protestante, em especial a de origem norte americana, “o espiritismo de superstições grosseiras a apoiar-se na ignorância, pobreza e curiosidade malsã das camadas populares, a mania laicista de alguns espíritos das classes dirigentes, a falta de instrução religiosa do povo”. As publicações analisadas por Riolando Azzi, de 1920 a 1930, destacavam-se por definir dois adversários principais: o protestantismo e o espiritismo.⁵²³

Outro aspecto apontado pelo juiz Aristides Dutra Boeira em sua sentença e que não aparecessem nos autos é a associação dos *monges* com roubos e furtos. O juiz afirmou que os *barbudos* “já passavam a viver de furtos”. Além disso, realizavam reuniões “quase diariamente, violando-se determinação expressa emanada da própria Chefia de Polícia”. O movimento crescia, “tomava vulto cada vez maior, impressionando a opinião pública”, ameaçando os que não aderiram. Por isso, foi necessária a ação da Brigada Militar com um

522 AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 1. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/agos, 1977. _____. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 2. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola v. 4, n. 11, p. 73-101, set/dez, 1977.

523 AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 1. *Síntese*, São Paulo, v. 4, n. 10, maio/agos, 1977, p. 70, 82, 85.

contingente para “policiar a região e fazer cessarem as reuniões.” Apesar da repressão: “Mesmo assim, continuavam a pertinácia dos ‘monges’, como eram conhecidos os dois chefes daquela original agremiação.” Afirmava o juiz que “a prisão dos dois chefes André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos”, havia sido determinada pelas autoridades constituídas.

Sobre o crime, apesar de todos os depoimentos e as contradições aqui apontadas, o juiz apresentou a versão inicial do cabo Porto: os militares foram avisados, seguiram com os civis à casa de Crespim, “logo perceberam que estavam todos ali reunidos, motivo pelo qual deram cerco, aproximando-se pela frente os dois soldados. Pressentindo o movimento que faziam os soldados junto à porta da casa, saíram os dois ‘monges’, sendo-lhes dada voz de prisão.” Aceitou a tese da resistência à prisão: “Ao invés de atenderem a ordem legal, investiram eles contra a escolta, de faca em punho, em consequência do que os atacantes desfecharam vários tiros, que ocasionaram a morte de André Ferreira França e de Antônio Mariano dos Santos.”

O juiz Dutra Boeira apontou como positiva a uniformidade do depoimento das testemunhas e a confissão dos acusados, alegando terem “agido em cumprimento a ordens legais; Considerando que os denunciados afirmam terem feito uso de suas armas somente depois de verem desatendida a ordem de prisão e quando eram atacados pelos resistentes à mão armada”. Deste modo, o juiz Aristides Dutra Boeira julgou improcedente a acusação e decretou a absolvição dos acusados e a “extinção da punibilidade, quanto ao co-réu Antônio Porto (...) tendo em vista a certidão [de óbito], que comprova o falecimento do acusado. (...) Candelária, 30 de março de 1942”. Expirado o prazo legal para recursos do Ministério Público, em 9 de abril de 1942, o escrivão entregou os autos conclusos. No dia seguinte, o juiz mandou arquivar. Com 205 páginas, um custo de mais de dois contos de réis (2:154\$000), em 7 de março de 1944, com “visto em correição”, o processo foi remetido, pelo juiz Aristides Dutra Boeira, ao arquivo público.

4.5 Evidências inequívocas da emboscada

No estudo dos autos do processo crime sumário, evidencia-se a intenção de julgamento do movimento religioso dos agricultores de Soledade e Sobradinho. Foi enfatizado o fanatismo e o medo reinante quanto a supostas intenções ocultas dos *monges barbudos*. Isso se comprova na medida em que a promotoria cala e o juiz abdica de investigar as circunstâncias dos homicídios. Em vez disso, Aristides Dutra Boeira discorre, com base em avaliações ideológicas, sobre sua interpretação dos acontecimentos e a ação de seus líderes. Desqualifica a organização dos camponeses, ironiza suas crenças e os trata como ignorantes.

A postura do Ministério Público, após o afastamento do promotor Olavo Freitas, foi de um acompanhamento formal. Com todas as nuances das versões circunstanciais do cerco, o juiz tomou como base o primeiro depoimento do então cabo Antônio Porto.

Questões elementares, como o fato dos civis estarem armados, não chamou a atenção dos promotores. Soube-se pelo próprio defensor que eles estavam armados. O cabo Antônio Porto, além do réu civil José Henrique Simon, “ouviu de seis a oito” tiros, e as testemunhas Pantaleão Moura da Silva e José Crespim da Rosa mencionaram vários tiros e marcas de bala nas paredes. Na casa, e com os mortos, foram localizadas apenas facas de cozinha. Nem mesmo a contradição entre o primeiro depoimento de Antônio Porto e a defesa escrita foi observada. Ou seja, na delegacia o cabo acusou o soldado Lucas Galvão pelo outra morte, e disse terem o dois chegado pela frente da casa. Na defesa escrita, o defensor Henrique Lima Filho admitiu que Porto chegou pelos fundos, de onde teriam atirado contra os *barbudos*. Por que motivo o jovem José Henrique Simon fez questão de registrar que estava nos fundos da casa e que o fato teria ocorrido na frente, quando os outros calaram? Sobre o réu João Elberto de Oliveira, que respondeu ao processo preso e, depois, já condenado em outro expediente judicial, qual teria sido a condenação em Sobradinho? Por que o defensor nomeado não apresentou uma defesa escrita para ele e não o mencionou na defesa coletiva?

Por tudo que se pode observar nos autos, pode-se dizer que os *barbudos* foram mortos por emboscada: casa cercada, porta arrombada, vários tiros disparados. Ao que parece, o soldado chegou pela frente arrombando a porta, fazendo com que as duas vítimas saíssem pelos fundos. Os laudos de necropsia confirmam que os *barbudos* receberam tiros pela frente. Antônio Mariano dos Santos recebeu um tiro fatal, na cabeça, no lado esquerdo da frente. Deca França recebeu dois tiros do lado direito e teve dois ferimentos na cabeça, região frontal, no lado esquerdo. É improvável que todos esses ferimentos tenham sido produzidos por uma única pessoa. Fica claro, pelo depoimento dos militares, que existia uma verdadeira caçada ao “célebre” Deca França. O tenente Wandenkok de Freitas Marques foi o único a dizer que existiam criminosos infiltrados entre os *barbudos* e que a ordem era “fazer fogo, caso os membros desta seita resistissem”. O sargento Luis Piegas Goulart, do 3º regimento de cavalaria de Passo Fundo, e o major José Rodrigues da Silva também mencionaram outros cercos a casas onde estaria Deca França e suas fugas constantes.

Outras questões também podem ser levantadas: 1) Por que o cabo Antônio Porto acusou o soldado pela morte de Antônio Mariano dos Santos? Por que ele disse, no primeiro depoimento, que chegou pela frente com o soldado, modificando a versão na defesa escrita formulada pelo advogado Henrique de Freitas Lima Filho admitindo estar nos fundos da casa? 3) Quem teria ficado na linha de tiro, acertando Deca França duas vezes na cabeça – região frontal, do lado esquerdo, por arma contundente –, enquanto que os tiros o atingiram no lado

direito, na região abdominal e na região torácica anterior, na altura do coração? 4) O peão Aparício Miranda e o preso João Elberto de Oliveira seriam “capangas” de Pedro Simon? 5) Por fim, resta a grande dúvida sobre as circunstâncias da morte do ex-cabo Antônio Porto, dias depois de seu depoimento em Sobradinho, nos trilhos da aviação férrea onde trabalhava.

5 PROTAGONISTAS, OS BARNABÉ

Este capítulo analisa mais profundamente os protagonistas do movimento religioso dos *monges barbudos*. São investigadas as motivações e as justificativas dos trabalhadores rurais de Soledade e Sobradinho para aderir a uma “nova” religião, que animou e mobilizou essas comunidades na década de 1930. Nos documentos da época, manipulados durante a pesquisa e trabalhados nos capítulos anteriores, são raros os registros de manifestação dos membros do grupo dos *monges barbudos*. Foram localizadas onze manifestações dos participantes, ortografadas entre 1937 e 1938, durante os confrontos entre os seguidores de Anastácio Fiúza e André Ferreira França e as autoridades do Estado Novo, acompanhadas por paisanos. Esses testemunhos são: um depoimento na Delegacia de Polícia de Sobradinho; quatro depoimentos colhidos pelo capitão José Rodrigues da Silva da Brigada Militar – com a participação do delegado de Polícia de Soledade –; quatro manifestações no processo crime que apurou o assassinato de André Ferreira França – dois na fase policial, claramente induzidos, e dois na fase judicial –; e duas manifestações no Correio do Povo.⁵²⁴ Todos os registros foram obtidos em circunstâncias de prisão, violência ou constrangimento, alguns foram distorcidos ou manipulados, como visto nos capítulos precedentes, em outros, os próprios participantes negaram seu envolvimento com o movimento religioso, possivelmente com temor da repressão violenta bastante presente no cotidiano dessas localidades rurais, conforme apontado anteriormente.

A partir das informações contidas nos jornais, nos documentos da época e na bibliografia – especialmente no trabalho de reportagem dos jornalistas André Pereira e Carlos Wagner⁵²⁵ – foi possível mapear alguns participantes. Essa lista consta dos anexos e pode auxiliar na leitura e contribuir com novas pesquisas. Desta forma, recuperar-se parte dos componentes desse grupo em conflito com o *status quo* de Soledade e Sobradinho nos anos de 1930, buscando obter elementos para o entendimento das motivações para a formulação e adesão a essa nova “seita”. Buscam-se, assim, os “ignorantes”, os “pobres agricultores”, os xucros, os “caboclos” dos campos e dos matos, com seus nomes apontados nas listas dos presos, dos feridos e dos mortos.

524 Depoimentos policiais: Abrelino da Rocha Soares (53 anos) em Sobradinho, em 10/nov/1937; Alfredo Antônio dos Santos (66 anos) em 03/jun/1938; novamente Abrelino da Rocha Soares em 20/jun/1938; Donato Vidal dos Santos (31 anos) em Soledade e Leôncio Pereira Vaz (39 anos) também em Soledade; José Crespim da Rosa (38 anos) em 25/ago/1938 e Pantaleão Moura da Silva (18 anos) em 26/ago/1938, ambos em Soledade. Depoimentos judiciais: José Crespim da Rosa e Pantaleão Moura da Silva em 20/out/1941. No CORREIO DO POVO de 5/maio/1938: Cecílio Mariano dos Santos e Maria Cândida Ferreira de Camargo.

525 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

Delimitados os protagonistas, foi empreendida a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul visando obter informações cartoriais e judiciais sobre os envolvidos e as condições de vida em Soledade e Sobradinho na época. Através da leitura e da análise de inventários, atestados de nascimento e óbito e processos crimes foi possível recuperar indícios do modo de vida dos trabalhadores agrícolas e dos camponeses, além de episódios de abusos por parte das autoridades locais, na passagem do conturbado e questionado regime democrático pós-Revolução de 1930 para a ditadura do Estado Novo.

Para além de questões anedóticas, bizarras e de fanatismos, por vezes presentes em artigos de jornais⁵²⁶ e em informações policiais e judiciais, os *monges barbudos* são considerados neste trabalho como agentes⁵²⁷ de um movimento social e religioso próprio, eivado de magia e sincretismo, de contestação ao modelo político e econômico que foi implementado no Rio Grande do Sul nos anos 1930 e que visava atender as necessidades nacionais e internacionais que antecederam a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dentro dessa concepção geral, como superar os escassos registros da opinião dos próprios participantes? Como sobrepujar a falta de informações sobre a religiosidade e os acontecimentos a partir do ponto de vista dos protagonistas?

Os trabalhos publicados⁵²⁸ por jornalistas e acadêmicos resgataram informações através de entrevistas realizadas nas localidades envolvidas entre os já velhos participantes e os vizinhos opositores. Assim também para este trabalho foram realizados novos encontros⁵²⁹ com protagonistas que estiveram diretamente envolvidos com os confrontos da Semana Santa de 1938 na região rural dos municípios de Soledade e Sobradinho. A ideia fundamental era compreender o fenômeno a partir da memória *dos de dentro* do movimento, em contraste com as fontes escritas da época. Os depoentes escolhidos assistiram ou foram vítimas dos ataques de civis e militares à Igreja de Santa Catarina, na localidade de Bela Vista, no Lagoão, sexto distrito, e ao Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, no velório de Anastácio Fiúza. Estiveram presos ou presenciaram o cativo de mais de cem *monges* em

526 GAZETA COLONO & MOTORISTA. Suplemento Gazeta da Serra. Edição especial. *A saga dos monges barbudos*. Sobradinho, 22 de julho de 2011. O jornal apresenta diversas versões e fofocas sobre o movimento, entre elas, a associação dos *monges barbudos* com casos de incestos ocorridos em Sobradinho nos anos 1960, p. 18.

527 Conceito de agente social desenvolvido por ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKER, Cornélia e FRY, Peter Henry (org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25a reunião brasileira de antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 45-80.

528 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Evolução histórica do município. In: CAMPOS, Sonia Siqueira et al. *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, p. 17-27; KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001; FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

529 As entrevistas foram realizadas em 02 de novembro de 1988 e 20 e 21 de janeiro de 1990, nos municípios de Tunas, Lagoão e Salto do Jacuí. Foram integralmente transcritas na mesma época buscando manter o registro fiel à fala dos entrevistados. Esse material permaneceu inédito até esse momento. Colaboraram com as entrevistas: Luciane Fagundes, jornalista, e Balbina Fiúza Naguel, a Polaca, sobrinha de Anastácio Desidério Fiúza.

um galpão de uma propriedade rural na vila do Jacuizinho. Viram amigos e familiares serem levados para Sobradinho, Soledade, Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Eles compartilharam o medo, o trauma das torturas, as sequelas dos que voltaram cegos e as mortes.

As entrefalas foram realizadas nas casas dos *monges* – jovens participantes do movimento na década de 1930 – e idosos no momento das entrevistas, conforme pode ser visto na Figura 4. Os encontros foram realizados separadamente e depois de alguns trabalhos já publicados.⁵³⁰ Os entrevistados reconstituíram a história dos principais líderes da “religião” – André Ferreira França e Anastácio Desidério Fiúza: o momento da conversão, as pregações e as curas com os remédios de ervas. Destacaram a repressão policial e as intimidações promovidas pelos vizinhos e pelas autoridades policiais locais e estaduais, as mortes acidentais e a execução seletiva dos principais protagonistas, Anastácio Fiúza e André França, um, no dia 15 de abril, o outro, quatro meses depois, em 16 de agosto de 1938. O diálogo buscou a racionalidade explicativa formulada pelos próprios *monges barbudos*.

Foram entrevistados sete participantes do movimento dos *monges barbudos*: Andreza Gonçalves Reis e Idalcinéia Alves da Costa, apontadas por algumas fontes como as *santas* Catarina e Terezinha dos *barbudos*, Ernestina Fiúza e Thomas Desidério Fiúza, irmãos de Anastácio, o casal de primos Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa e o cunhado Gregório Costa. Eles estavam com idade entre 60 e 80 anos. Alguns eram considerados sérios conhecedores dos fatos de 1938, como Gregório e Orlandino que foram destacados por outros entrevistados como fontes confiáveis e fidedignas para os acontecimentos. Outros eram tidos como esclerosados ou malucos, como foram apontados Thomas e Andreza, embora tenha se mantido em uma narrativa lúcida e coerente. Idalcinéia, a velha Idalsa, morava sozinha, era solteira e não teve filhos, por isso, seu depoimento foi o mais liberto e esclarecedor, manifestou destemor arriscando-se em apontar os agentes da perseguição e a filosofia dos *monges barbudos*. Todos eles sabiam que disputavam versões. Houve quem reclamasse dos livros já escritos e das opiniões registradas pelos perseguidores, enquanto que outros acreditavam que as publicações faziam parte das previsões de Deça França.⁵³¹ A metodologia utilizada para as entrevistas foram perguntas amplas que motivassem a fala livre.

Em paralelo, além dessas entrevistas inéditas, foram utilizados documentos da época e informações colhidas em outras fontes para confrontar os registros da memória, sempre afetados pelas subjetividades. Com as informações sistematizadas até aqui, pode-se afirmar que, na articulação do movimento religioso, existiram pelo menos três núcleos familiares aglutinadores e propagadores dos ideais e práticas religiosas, além de mais de 40 famílias

530 Os depoentes conheciam os livros que resultaram das pesquisas dos jornalistas PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981 e do frei VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987.

531 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

participantes, conforme pode-se verificar na lista de presos e feridos. Um núcleo era constituído pelo curandeiro André Ferreira França, no Lagoão, sexto distrito de Soledade. Sua casa tornou-se um local para onde acorriam doentes buscando tratamento para diversas moléstias. Outro núcleo era formado por Anastácio Desidério Fiúza e sua esposa Ana Gonçalves Vieira Fiúza, nas Campinas do rio Despraiado, com destacada capacidade de difusão e mobilização religiosa. O terceiro núcleo estava no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, no quinto distrito de Soledade, era a grande família do velho Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa, os Barnabé.

É possível que o Rincão dos Costa seja o principal espaço de conexão e vínculo dessa manifestação religiosa, por isso, denominamos o grupo como protagonistas barnabés. Essa denominação visa reconhecer a atitude ativa e rebelde desse grupo de agricultores. Ativa no sentido de planos e projetos, tanto no âmbito terreno quanto no plano celeste, e de assenhoreamento dos rumos da vida comunal. Rebelde no conceito da cultura popular, expresso por E.P. Thompson⁵³², uma rebeldia na defesa dos costumes. Eles foram agentes sociais do processo de contestação ao *modus operandi* dos “estabelecidos” de Soledade e Sobradinho vinculados aos interesses estaduais e nacionais. Entenda-se aqui o conceito de agente social desenvolvido por Sherry Ortner⁵³³, que considera os atores sociais sempre envolvidos e enredados em relações de poder, de desigualdades e entre redes de solidariedade, com capacidade de ação e de intencionalidade. Sedimentada a compreensão do ativismo do grupo, soma-se seu aspecto localista, rústico e autóctone no adjetivo barnabé como o tipicamente rural e naturista, na ingenuidade imaginativa e na sabedoria ancestral dos povos agrícolas e das florestas. O perfil étnico do grupo pode ser melhor entendido através dos sobrenomes, repetidos e alternados entre si, conforme poderá ser visto mais adiante, caracterizando e consolidando uma aliança entre primos⁵³⁴.

Verifica-se que os três núcleos familiares – Ferreira França, Desidério Fiúza e Gonçalves da Costa – detinham a propriedade da terra onde trabalhavam.⁵³⁵ Eles plantavam e criavam animais, relacionavam-se com os vizinhos, faziam negócios, ganhavam a vida com o trabalho rural, comercializando o excedente da produção agrícola. Vários casamentos foram realizados entre estas famílias. Por isso, busca-se detalhar informações sobre a vida anterior

532 THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.

533 Conceito de agência de ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKER, Cornélia e FRY, Peter Henry (org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25a reunião brasileira de antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 45-80.

534 COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 137-8. O antropólogo destaca a aliança entre primos: “Uma das instituições utilizadas para interligar uma elite (...) é o casamento cruzado. Entretanto é muito difícil avaliar a contribuição do casamento na organização informal de uma elite, pois muitas outras formas simbólicas, tais como amizades, operam simultaneamente para seu funcionamento.”

535 Até este momento, não foi possível localizar os documentos sobre as terras de André Ferreira França.

ao movimento dos *monges* e as transformações advindas após a chegada do enigmático *profeta* João Maria, em 1935, na região de Soledade e Sobradinho.

Com relação ao trabalho e à inserção econômica dos participantes do movimento dos *monges barbudos*, Orlandino Gonçalves da Costa – filho de Alípio Gonçalves da Costa e de Tereza Gonçalves da Costa – e a prima Idalcinéia Alves da Costa – filha de Ananias Alves da Costa e Idalcina Gonçalves da Costa – afirmaram que eram todos agricultores.⁵³⁶ Para Orlandino, cada um com seu “pedacinhozinho” de terra, sua “propriedadezinha”. Quando surgia oportunidade, também trabalhavam como peão. A ideia expressa por alguns vizinhos de que, quando o pessoal entrava para a religião, abandonava a família e o trabalho e só queria rezar, foi refutada com veemência. Idalcinéia Costa apresentou a rotina de trabalho de sua casa:

Como é que a família ia ficá? Rezava, mas tinham que comê mesmo. Quando era domingo, sábado, depois que nós tratava toda a criação, arrumava todo o serviço. Sexta se lavava a casa, plantava, naquele tempo tinha mais gente, eu podia, hoje eu não posso nem comigo mais. Se arrumava todo o serviço, tudo bem limpinho. Sábado, nós da casa, rezava. Não vinha os vizinho rezá, cada um rezava nas suas casa.

Eram camponeses típicos, com rotina de trabalho na lavoura, criação de animais, família numerosa, cuidados com a casa, onde as rezas faziam parte do cotidiano. A vida na roça não permitia maiores acúmulos financeiros: “Nóis tudo era pobre. Nóis trabalhava. Fazia safras boa”. Os excedentes eram vendidos nos armazéns locais ou trocados por outras mercadorias. No entanto, eles queriam guardar os sábados, feriados e dias santos. Para ela: “sábado tem no Novo Testamento que é santificado por Deus Pai, porque foi o dia que Deus descansô e foi o dia que Jesus nasceu, nesta ocasião, então é um dia muito respeitado”. Mas, se a safra exigisse: “Bom, domingo, se houver muito aperto de serviço, de meio-dia pra tarde, pode trabalhar. Se for muito aperto, se não, respeitar”.

Precisar o número de participantes, a procedência e a inserção social e econômica de todos não é tarefa simples. Nem mesmo os jovens participantes puderam dar um número preciso, alguns acharam prudente nem arriscar. Orlandino afirmou que ele nem conheceu muitos *barbudos* e, quanto ao número, disse apenas que era “bastante”. Acreditava que na igreja onde foi morto Anastácio Fiúza, e no seu velório no Rincão dos Costa teriam se reunido “cento e tantas pessoas”. Com o trauma da perseguição, não quis dizer quem eram os participantes: “a gente nem se lembrava mais”. Já Gregório Costa arriscou alguns números: estimou em três mil os participantes na Igreja de Santa Catarina e, no velório de Anastácio, duas mil pessoas. Idalcinéia acreditava que, na época, a religião contava com uns 300

⁵³⁶ Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990; entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

seguidores. Para Thomas Fiúza, o seu Tóia, era “um pessoal miserável, pobre completamente, como eu era também, e sou”, apesar de ser proprietário de terras e de possuir algumas cabeças de gado.

5.1 A ida para a Igreja de Santa Catarina

Como foi visto nos capítulos anteriores, nos documentos da época existia muita especulação sobre o que teriam ido fazer os *barbudos* – homens, mulheres e crianças – na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, naquela quarta-feira, 13 de abril de 1938, na Semana Santa. Para os antagonistas, como o comerciante Júlio Telles⁵³⁷ – que mandou chamar as forças policiais –, o boato era que, o sábado de Aleluia, “era o dia escolhido para os monges se apropriarem das propriedades dos que não faziam parte da religião deles.” Para os *monges* entrevistados, eles foram à igreja por orientação do *profeta* João Maria. Ele apareceu na casa de Anastácio Fiúza, por isso o povo “foi se juntando”, a fim de ver e ouvir o velho *monge*. São João Maria teria ficado uma semana na casa de Anastácio. Antes, teria estado no Rincão dos Costa. Instruiu para que fossem à Igreja de Santa Catarina e teria preparado Anastácio para a morte. O irmão Thomás Fiúza e a esposa, Alsira Koeller Fiúza, foram chamados. Ela era muito devota e insistiu para que o marido fosse ver o *profeta*. Resistente, Thomás disse que não iria e descrente, sentenciou: “Esse home tá fazendo uma religião aí, contando essa cosa, mas ninguém viu ainda quem é, ninguém viu. Eu não vi, não verifiquei. Isso às vez quê dinheiro, às vez quê um bem pra sí. [...] É melhor eu não ir.” Por insistência da mãe, Balbina Onorato Fiúza⁵³⁸ e da esposa, acabou indo à casa do irmão Anastácio. Achou que ao ver o *monge* de perto poderia tomar posição:

Cheguei lá tava o homezinho pletiano [...] Ele tava sentadinho, de pé no chão, fez eu me abaxá. [...] Chamava-se *são* João Maria. [...] Aí diz pra mim: ‘– Por que que não veio ontem?’ Eu digo: ‘– Não, eu não estava em casa, pam-pam-pam.’ Ele disse: ‘– Óia! Vai tê benefício. Você não é do bem, mas a salvação vai tê teu ermão, ele tá pedindo, rogando por... pra você... por mim.’ Ele disse: ‘Eu não sô Deus, mas sô enviado de Deus’. Ele disse. Óia, embriava a gente.

Com simplicidade e poder de convencimento, o velho *barbudo* João Maria teria mandado o povo que rodeava a casa de Anastácio ir para a igreja da Bela Vista, pois lá existia

537 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Relatório. Do delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, para o emissário do Governo, capitão José Rodrigues da Silva. Registra os acontecimentos de 13 e 17 de abril de 1938, ocorridos no 5º e 6º distritos de Soledade, lista 98 presos e reúne depoimento de testemunhas. Soledade, 15 de maio de 1938. Depoimento de Júlio Telles. (APERS)

538 Conforme RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 4. Espumoso, vila Jacuzinho, p. 161. (APERS). No atestado de óbito consta que Balbina Onorata Fiúza nasceu em 19/mar/1876 e faleceu em 03/dez/1952, às 2 horas, de “moléstia ignorada”, aos 76 anos. Ela foi sepultada junto com o marido, Bazileu Desidério Fiúza, no cemitério do Rincão dos Costa, do lado direito da sepultura do filho Anastácio.

mais espaço para reunir as pessoas. Estavam na Semana Santa e teria dito: “Vão rezá lá, vão acendê vela”. Foram todos juntos. Gregório negou que tivessem levado imagens de santos. Ele também negou que fosse uma prática reunir pessoas nas igrejas da região, garantiu que foi só daquela vez. Para ele, *são* João Maria era “um homizinho pequenininho, barbudinho assim. Um homi quieto.” Não chegou a ouvir o *mestre*: “logo nós saímo pra igreja”. Na ida para a Igreja de Santa Catarina, “o Tácio ia junto, ele ia recomendando que não era pra mexê em nada alheio.” Idalcinéia confirmou a presença do *monge* na região e mencionou o dinheiro da “oferta pra igreja”:

São João Maria que mandô. Era pra todo irem rezá e levá uma oferta pra Santa Catarina, que era padroera da igreja. Irem rezar o rosário. E daí eles assaltaram lá na igreja. Dizendo eles que foram pra roubá, o pessoal denunciador que inventaram lá que [...] conversa da perseguição. Mas não. Eles foram rezar e ficô na porta, chegaram lá tava chaveada, não quiseram deschaveá a igreja. Ficô por baxo da porta, assim mais ou meno, uns dez mil em dinheiro, que o povo levô de oferta pra igreja, né? Que eles ó... na cachaça.

Para Idalcinéia, a reunião foi episódica, tendo ocorrido somente naquela oportunidade por orientação do *monge*. No cotidiano, viviam “cada um nas nossas casa. Nós não fazia grupo. Nós rezava em nossas casa. Fomo na igreja que ele mandô convidar, que ele ia aquele dia na igreja.” Essas informações foram confirmadas por Gregório, para quem as reuniões de rezas eram poucas e que, embora tivessem ocorrido algumas vezes, o comum era cada um rezar na sua casa: “Cada qual rezava as suas oração, em casa”. Nas casas, as famílias se reuniam para rezar. Muitas vezes, iam em um vizinho ou em outro para “ajudá a rezá. Era aquele sistema, né? Por exemplo: a pessoa vai lá, a pessoa vai lá na otra casa, né? Já marca o dia. Ansim era esse tempo”. Rezavam um terço completo. Os dois entrevistados falaram de uma religião doméstica, familiar e comunitária. Para Gregório, desde a aparição do *monge* João Maria na casa de André França, até o assassinato de Anastácio Fiúza, teriam transcorrido entre três e quatro anos.⁵³⁹

Anastácio Fiúza levou o pessoal à Igreja de Santa Catarina para rezar, mesmo tendo sido avisado de que algo de trágico iria acontecer. Teria ido chorando porque fora avisado de que de lá voltava morto. Ele foi guiando o povo, em procissão, “tudo dois a dois”:

Se ele não fosse, a polícia não ia também, porque daí ele foi, foi com aquele mundo de gente e tava lá rezando e tudo o mais. Eles acharam: ‘Isso aí é os bandido’, isso e aquilo. Mas foi, foi de religião, não foi coisa de banditismo. Banditismo fizeram a polícia e aqueles que perseguiram.

Orlandino expôs a circunstância, confirmando que Anastácio foi esperando a morte:

⁵³⁹ Confere com a primeira aparição, na qual foi convertido André França, em 1935. O capitão Riograndino da Costa e Silva apontou que o movimento teria mais de dois anos.

Foi *são* João Maria que ordenô ele. [...] *São* João Maria ficô em casa de Tácio e mandô ele lá pra igreja. [...] Ficô lá e a mulher do Tácio também não foi. Diz: ‘Tu vai encontrá teu marido quando vié assassinado de lá’, ele contô tudo que ia acontecê. Tácio foi sabendo que de lá da igreja ele vinha assassinado. Saiu chorando... [...] Foi. Ele queria defendê os fio dele, os dele. Pra defendê os que acreditavam nele, ele entregava os espírito dele, as matéria, mas não dizia que não.

Segundo a sua irmã, Ernestina, Anastácio sabia e profetizou que de lá não escaparia vivo. Esta versão foi confirmada pelo outro irmão, Thomas: “Ele não tinha medo. Ele foi sabendo [...] Que ele vorta. No dia de Jesus... Que Jesus vai vim, na pedra, ele dizia, no dia que Jesus vim, ele vai vim também. [...] Voltava junto. Agora pode sê inludido, o qué que eu vô dizê?” Para ele, Anastácio chegava a se esconder “pra não podê fazê mal pra ninguém”. Tamanha era a convicção na sua própria morte que “deixô até a roupa à parte”. Ele teria aceitado o convite do *monge* João Maria para segui-lo em espírito, assim narrou Idalcinéia:

Ele usava bombacha neste tempo. Bombacha bem larga, ansim. E daí esse profeta convidô ele pra i junto com ele, em espiritual. Ele aceitô. [...] Ele apartô uma calça de brim pretinho com listrinha branca. Um parzinho de chinela. Um lenço vermelho bem bonito, que gostava. E um chapéu de lona com uma cruz na cabeça, que neste tempo usavam, né? Foi assim que foi vestido, e o casaco da mesma cor.

Gregório estava na igreja da Bela Vista e confirmou: o pessoal foi lá para rezar. Era quarta-feira, 13 de abril, quando começaram a chegar: “Então o pessoal foram se juntando e foram pra rezá, né? E foi e foi, que no fim, chegô bastante gente, umas três mil pessoa foi na igreja aquele dia lá. Lá que a polícia bateu na pessoa”. Para ele, Anastácio sabia que a polícia estava a caminho: “O Tácio Fiúza dizia, na hora que tava na igreja, que eles tavam cercado pelo burro preto. Que não se assustasse que vinha batê aqui. Como de fato, quando foi de manhã, bateu a polícia”, era quinta-feira, 14 de abril. A igreja ficava longe do Rincão dos Costa: “Saímo daí a meia-tarde ou de manhã, chegamo de noite lá. É longe sim”. Passaram a noite “acampado”, no outro dia de manhã: “a polícia bateu”. Gregório estava do lado de fora da igreja, quando “mataram ele, atiraram [...] e ele escapô, e atiraram [nele], né? Mas ele... Veio numa certa altura, ele morreu, né? E truxeram pra casa aí. Que ele pediu, antes de morrê, que viesse aqui pra esta casa, ele foi sepultado aqui, no Orlando ali. Ali foi velado também.” Essas eram as terras dos avós de sua esposa Ana Fiúza, do falecido e respeitado Pedrinho Barnabé e sua esposa, Maria Pacífica da Costa.

Os depoimentos convergem sobre quem teria dado o primeiro tiro em Anastácio Fiúza: Oscar da Silva Telles, então com 25 anos. Como foi apontado em capítulo anterior, os Telles eram comerciantes na localidade, o pai, Júlio, era bastante influente⁵⁴⁰, e o próprio Oscar já havia respondido a vários processos crimes por arruaças e violências contra vizinhos

540 Para Idalcinéia, Júlio Telles “era muito bandido”.

nas localidades rurais de Sobradinho. A família da Silva Telles teve participação ativa mobilizando e colaborando com as autoridades policiais. Manoel da Silva Telles⁵⁴¹ depôs como testemunha em Soledade e Janico Telles, irmão de Oscar, foi lembrado pelas confusões e violências que protagonizava. Segundo Idalcinéia, Júlio Telles “não desceu mais, depois que fez toda essa folia, ele tinha medo também.” Segundo Gregório, quem matou Anastácio Fiúza “foi a polícia: os Telles sim. É, mas a polícia junto com eles”. Narrou que “tavam todos eles junto lá. [...] Foram buská a polícia em Sobradinho” e “bateram na igreja. [...] A igreja era bem na frente da casa do Júlio Telles.”

Para Orlandino e sua esposa, Izantina Gonçalves da Costa, Anastácio Fiúza foi morto pela polícia, dentro da igreja. Eles sabiam que Oscar Telles buscou a polícia: “Diz que ele foi um dos que entrô na frente bem dizê, com a polícia. Lá não sei se foi ele ou foi a polícia, mas foi aquela hora, foi.” Orlandino não estava presente, mas Izaltina estava. Mesmo não tendo testemunhado o fato, ele sabia detalhes como o de que os tiros tinham sido seletivos, queriam acertar Anastácio. E atiraram nele, mesmo estando “no meio do povo, era ele que eles queriam”. Foi baleado com dois tiros na barriga, no interior da Igreja de Santa Catarina. Morreu na madrugada do dia 15 de abril, na casa de Guilherme Ritter, perto da Bela Vista.⁵⁴² Segundo Pereira e Wagner⁵⁴³, o corpo de Anastácio teria sido carregado “pelo meio do mato, à noite”, por uma distância de 50 km, até o Rincão dos Costa, no Jacuizinho, para ser velado na casa de Alípio.

Outras violências aconteceram naquele dia. Gregório também foi atacado: “Me deram com fuzil, me bateram com fuzil. Não me acertaram, eu pulei por cima do fuzil, me escapei”. Mesma sorte não teve um bebê morto nos braços da mãe. Outros teriam sido baleados. Ernestina viu muitas camisas ensanguentadas. Izaltina recordou-se da morte de duas crianças. A mãe que estava amamentando o nenê em seu colo foi baleada no peito⁵⁴⁴. A bala atingiu a criança e a mulher: “A criança morreu e a mulhé ficô aí, com o braço balhado assim, saiu a bala, né? Ela sarô”. Teria sido tratada pelo próprio Deca França. Segundo Orlandino: “Nem no médico não foi, aquele ainda foi o Deca que curô ela.” Deca França não estava na igreja, quando Anastácio foi baleado. Para Orlandino, André não foi porque “não era a veiz dele. Quando tinha a veiz dum era dum, quando era d’otro...” Segundo Idalcinéia, “dali a quatro mês ficô André Ferrera França convidado pra ele ir. Dali a quatro mês, no dia 16 de abril o Tacinho foi, no dia 16 de agosto, foi pru André.” Estas informações correspondem com os

541 RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Delegacia de Polícia de Soledade. 1o tenente Januário Dutra, delegado de polícia, 15 de maio de 1938, depoimento de Manoel da Silva Telles. (APERS)

542 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 30, 36; Entrevistas Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990 e Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990.

543 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit., p. 40.

544 Possivelmente fosse Catarina Vital e seu filho de 20 dias, Francisco Vital.

documentos da época. Observa-se nesses relatos a crença na vida após a morte, na imortalidade do espírito e na inevitabilidade da morte trágica de André e Anastácio.

Os *monges* entrevistados conheciam a versão corrente de que o corpo de Anastácio teria ficado insepulto a espera da ressurreição: “Ora, contam isso, mas não era assim”. Refutaram essa versão. Para eles, não houve demora no sepultamento, os procedimentos de antigamente é que exigiam mais tempo: fazer o caixão, abrir a cova, organizar as roupas. As fortes chuvas dificultavam as providências que precisavam ser tomadas. Assim, as várias pessoas que foram chorar a morte de Anastácio também tiveram que permanecer no local por mais tempo, mas tudo dentro dos prazos regulares dos velórios. Mesmo assim, a nova concentração de *barbudos* teria chamado a atenção das autoridades. Como contou Gregório:

Naquele tempo, não é como hoje, que a roupa tem feita. Eles foram fazê roupa, foram fazê caixão, né? E o pessoal ficaram aí. Chegaram de tarde com ele, na casa do finado Alípio, passaram aquela noite. No outro dia, sepultaram ele de tarde, me lembro, venceu as 24 hora. O pessoal era tudo de longe, não puderam se retirá, tava chovendo. Ficaram ali. Por isso que a polícia bateram de novo lá.

Com a chegada da noite, “o pessoal não pôde se retirá”. Era “gente de todo lado”, de muitos lugares distantes. Gregório estimou em duas mil pessoas. Em meio ao clima de tensão e medo, durante o velório de Anastácio Fiúza, aconteceu algo inusitado: “baixou o espírito” de Santa Catarina em Maria Cândida Ferreira⁵⁴⁵ e Maria Florestina Ferreira⁵⁴⁶. As duas jovens foram levadas presas para Porto Alegre, conforme visto em capítulo anterior. Assim, relataram Izaltina e Orlandino:

Foi o dia do sepulcro dele. Quando levantaram ele pra levá pro sepulcro. Então uma moça, uma Ferrera, saiu gritando: ‘Minha rainha Santa Catarina, que é virge e é poderosa.’ E dançava num pé só. [Pegava a] água e chegava e pedia. Mas óia, a coisa mais linda! Durante o sepulcro dele, tudo. Daí é que ela voltô pra dentro de casa e começô a explicá o povo, como é que aconteceu, o que é que... Mas contava tintim por tintim, que vinha a polícia e o povo imbibido a esperá. Se naquela hora tivesse se esparramado tudo, não achavam ninguém. Mas se embeberam com ela ali, de escuitá, escuitá, até que chegô a...

Esse episódio foi lembrado também por Gregório, a santa “baixou” contando histórias do que “acontecia” e do que “não acontecia”: “Conversava lá, mas a gente não sabia [no princípio como era]. Naquele tempo, eu era rapaiz.” Quando foi de manhã, “a polícia bateu de novo”, cercaram o Rincão dos Costa, mataram mais um: “tirotiaram lá”. Assim como o Anastácio, “esta gente não tinha arma”. Idalcinéia viu mais uma pessoa ser morta:

545 Maria Cândida Ferreira de Camargo foi identificada pelo correspondente do CORREIO DO POVO de 05 de maio de 1938, como a Santa Catarina dos *monges*. Ela foi entrevistada na cadeia civil de Soledade.

546 Maria Florestina [ou Florícia] Ferreira foi identificada como a Santa Terezinha dos *monges*. Ela foi levada presa com outras duas pessoas para Porto Alegre. No total, nove pessoas foram deslocadas presas da delegacia de Polícia de Soledade para Porto Alegre.

“Mataram Benjamin de Amaral, morreu com o rosário na mão.⁵⁴⁷ A arma que o pessoal tinha era só o rosário. Eles anunciavam que os homens tinham arma, até de guerra, e era mentira”. Não é sem motivo que Idalcinéia referiu-se a armas de guerra, este boato tinha vinculação com o inverossímil vínculo com Flores da Cunha – apresentado em depoimentos na Delegacia de Polícia de Sobradinho – que, além de estar no exílio nessa época, ainda estava envolvido em escândalos de assassinato e corrupção, segundo notícias nos jornais de abril de 1938.⁵⁴⁸

O responsável pelo novo cerco e a fuzilaria foi o subdelegado do Jacuizinho, quinto distrito de Soledade, Otacílio Pinto, que também era fazendeiro. Ele apareceu com “uma turma de paisano”, moradores vizinhos. Ele encaminhou as prisões, levaram os *barbudos* para a vila do Jacuizinho. Segundo Orlandino, o espírito de Santa Catarina ainda estava presente neste momento, as moças teriam saído na frente encarando a chuva e o grupo armado, falando: “filho de Santa Catarina não deve nada e não se teme.” Pegaram o Divino Espírito Santo e todos foram atrás. A escolha por Santa Catarina foi explicada de forma muito simples por Gregório: ela era a padroeira da igreja aonde os *monges* iam, “lá onde foi matado o Tácio”. Para ele, a identificação de moças da religião com Santa Catarina e Santa Terezinha era “ignorância do povo [...] que dizia”. Não era crença dos *barbudos*. Este entendimento foi confirmado por Izaltina e Idalcinéia que refutaram a ideia de “santinhas” da religião.

As entrevistas, embora mais de 50 anos distantes dos acontecimentos, trouxeram várias convergências com os documentos da época e esclarecem circunstâncias polêmicas com outros estudos. Duas questões foram apontadas, a esperança na ressurreição de Anastácio, entendida pelos entrevistados como imortalidade do espírito. Para os *monges* não houve retardo na inumação, conforme a cronologia dos acontecimentos estava dentro dos prazos tradicionais de um velório de 24h/48h. A outra questão foi a identificação de moças como santinhas da religião. Na negativa dessa crença, aparece outra, a manifestação das santas como espírito nas moças Ferreira, Maria Cândida e Maria Florícia. Foram as santas que “baixaram” e elas dançavam num pé só. Gregório e Orlandino registraram o inusitado dessa situação dando a entender que eles desconheciam esse tipo de manifestação religiosa. Já as autoridades interessaram-se pelo ocorrido e prenderam as duas moças. Teriam essas manifestações identidade com práticas religiosas de origem africana?

547 Conforme entrevista Ernestina Desidério Fiúza. Tunas, 20 de janeiro de 1990. Ela também confirmou mais uma morte no dia do “sepulcro” de Anastácio Fiúza.

548 CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1938.

5.2 Amarrados na mangueira

Como não existisse cadeia capaz de abrigar tantos presos, os detidos ficaram em um galpão do curral de gado, na mangueira de João Kremer, na vila do Jacuizinho. Foram levados pelos próprios vizinhos. Gregório tinha cerca de 20 anos e também foi preso. O grupo era composto por uma centena homens e apenas uma mulher. Vieram reforços policiais para guarnecer os prisioneiros, os destacamentos de Santa Maria e Passo Fundo, comandados pelo capitão José Rodrigues.

O subdelegado Otacílio Pinto, “muito conhecido” de Gregório, botou o rapaz para fazer a comida “pr’aquela gente” e ele “tirou” o jovem vizinho Orlandino para ajudá-lo. Os presos eram “maneados”, atados uns aos outro, pelos braços, de costas⁵⁴⁹. Dormiam no chão, no piso de terra do galpão. Havia chovido muito e fazia bastante frio naquele abril de 1938. O próprio prefeito interino de Soledade, Olmiro Ferreira Porto⁵⁵⁰, mencionava as fortes chuvas daquele ano para justificar ao interventor federal, coronel Cordeiro de Farias, a falta de arrecadação de impostos nos distritos. Gregório, que “era um rapaz que sempre tinha uns cruzeiro na gibeira”, comprou umas mantinhas para amainar o frio dos companheiros. Numa certa hora, uns presos foram buscar água e “decerto algum rapaz disparô e a polícia tirotiu no rio”. Marcolino Alves Costa⁵⁵¹, agricultor, 39 anos, morador do sexto distrito de Soledade, “foi tirotiado”, mas não chegou a morrer. Como verificado no auto de corpo de delito, ele foi atingido no músculo infra-espinhoso e no pulmão. O episódio serviu para intensificar o medo. O pai de Gregório, Antônio José da Costa, e o futuro sogro, Alípio Costa, também estavam presos⁵⁵². Como Marcolino, Alípio foi alvo de tiros.

Para buscar água para cozinhar para os presos, Gregório pedia para ser amarrado. A detenção na mangueira teria durado “uns quatro dias, mais ou menos”⁵⁵³. Todos foram interrogados pelo capitão José Rodrigues da Silva da Brigada Militar. Após os interrogatórios, um grupo foi levado preso para Soledade, outros para Cachoeira e Porto Alegre. Para Cachoeira teriam ido presos: Alfredinho cego, os irmãos Gonçalves - Alípio, Antônio e Crescêncio – e os Bachane. Os familiares solicitaram para a Brigada Militar, estacionada no local, para trazê-los de Cachoeira para Soledade. Teriam obtido êxito: vieram para Soledade, mas continuaram presos por quase um mês.⁵⁵⁴

549 Confirmado por Orlandino Costa.

550 SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. (AHRGS)

551 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho. Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito. Exame no ferido Marcolino Alves da Costa. 25 de abril de 1938, 14h.

552 Constam da lista de 98 presos.

553 Informação confirmada na entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

554 Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Mas qual seria a justificativa encontrada pelos *monges barbudos* para tamanha perseguição? Explicou Idalcinéia que foi em função dos bons conselhos a eles dados. Ela falou de calúnias e fofocas, inclusive os boatos de perversão sexual:

“Queriam nos matá. Inventaram que nós robava. Inventaram com calúnia que [Anastácio] tinha uma cama que cabia 20, 200 moça, era só com moça que ele dormia, né? Um só? Calcula, né? E pra isso aí, conversa que nós assaltava nas casa, nunca, graças ao meu bom Deus.”

O próprio irmão de Anastácio, Thomas, não queria a religião, justificava: “Havia muita mentira, havia muita denúncia, havia muita coisa. [...] Então aquilo tava incomodando o governo”, que estava “fazendo despesa. [...] O delegado vinha, mandava soldado prendê e coisa [...] Sem devê nada”. Por que teriam sido tão perseguidos se tratava-se apenas de um movimento religioso? Idalcinéia refletiu emocionada:

Ora, minha filha! Assim como Cristo também nada devia e foi aperseguido antes de nascer. Por que o que ele fez no mundo, não é? Ansim veio aquela onda pr'aquele também, né? Ele foi aperseguido por isto. Só porque ele fez o bem. Nunca ele disse, pr'um que dissesse: ‘dê um tapa naquele!’ Disse: ‘óia, meu filho, se aquele te dé uma tapa, teu inimigo, tu corra, não queira [disputar]. Entregue a Deus, que Deus é nosso juiz e nosso protetor.

Thomás lembrando as pregações de Anastácio afirmava que o objetivo era: “tê a salvação, que eles diziam que o mundo ia terminá, e que aquilo era benefício que mais tarde ia havê.” Inconformado com a adesão do irmão, que tinha virado um novo *profeta*, questionava: “Mas pra que isso? Pois se for pra morrê, que vai morrê e vai vim novo mundo, como você diz ermão, então... [...] No tempo que tá se incomodando, em prisão e lambança com isso aí. Vem te prendê, eu sô ermão, prendem eu também, o que fazê?” Ele teria pedido de “joelhos” que o irmão largasse a crença. Confessou: “Eu tinha medo.”⁵⁵⁵ Thomás foi preso pelo menos em duas ocasiões em 1938: em 22 de março, com o grupo de oito *monges* detidos pela diligência do tenente Rosa determinada pela Delegacia de Polícia de Soledade e pelo comando da Brigada Militar, e, em 17 de abril, no Jacuizinho, com outros 98 presos, após o sepultamento de seu irmão.

Para Idalcinéia, a perseguição durou quatro anos, “daí pararam”. Começou antes do confronto na Igreja de Santa Catarina na Bela Vista, vinha desde a época em que Deca França teria começado a curar com ervas e a explicar questões existenciais e religiosas para o pessoal: “De gente ir lá e tomá remédio e sará, como Albino Groth⁵⁵⁶ e Auralina. Ela foi desenganada do médico. Tava desta altura [enferrujada]. Ela veio do dotor desenganada. Foi lá e ele curô. E foi a primeira que foi persegui ele.” Albino foi testemunha de defesa do réu João Elberto de Oliveira, um dos acusados pela morte de André Ferreira França.

555 Entrevista Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990.

556 Ou Albino Groders [ou Groth]. Na época, Albino teria 48 anos, era casado, agricultor e residia na Colônia das Tunas, sexto distrito de Soledade.

Esclareceu Idalcinéia que quem perseguia eram os comerciantes, os próprios vizinhos. No entanto, não foram todos que perseguiram: “Os comerciante forte mesmo, de lá da onde nós morava, eles não eram aperseguidor. Porque era os forte freguês que eles tinham, pra fazerem mantimento e tudo, sortimento”. Idalcinéia destacou como persecutores os Kraemer⁵⁵⁷, os Telles, os Nogueira. Em especial os alemães das Tunas⁵⁵⁸: “Os alemão perseguiram muito”. O mesmo não podendo ser dito com relação aos italianos: “Os italiano não foi tanto, porque o italiano eles são uma gente (...) intimidados. (...) O gringo tem medo de Deus, tem medo do padre e o padre apoiava a nossa religião. Então o gringo não perseguia de medo do padre. E o alemão não tem medo de nada.”

Idalcinéia lembrava o “tempo da perseguição” como de muito sofrimento. Tempos de enganos, fugas e recolhimento: “não se podia se sai”. Explicou: os perseguidores “iam ansim nas casas, todo mundo tava rezando, tavam dizendo que tavam de baile, tinha isso também. Tudo mentira.” Para ela, foi somente com a vinda das autoridades estaduais que os ânimos se acalmaram. Relatou a passagem do próprio interventor federal, Cordeiro de Farias, e do bispo de Santa Maria⁵⁵⁹ nos rincões de Soledade e Sobradinho:

Foi pra Rio de Janero esta religião. Naquele tempo, veio de Rio de Janero, veio um... Aí, como é o nome dele? Cordero de Farias, ouviu falá? (...) Eu não sei se ele era um coronel, ou era um general, era um agraduado. (...) Era Governador. Aquele teve aqui. Eu tinha a foto, me robaram a foto dele. (...) Veio. Naquela igreja ali. E daí ele deu carta branca na religião. Gostô da religião. Tirô todas as foto. Dali mês e tempo, veio o bispo, ele mandô o bispo, [...] D. Antônio. Ele é falecido. Tinha 80 anos quando ele andô aí. Antônio Pio, parece que esse aí era... Ou rei, rei Antônio Pio. Ele deu carta branca na nossa religião. Gostô muito, tirô toda as foto do pessoal, que dali foi construída a igreja do rincão [dos Costa].

As acusações de comunismo, segundo a compreensão de Idalcinéia: eram “pra desmoralizá e anarquizar, e comunista são eles. Diziam que era comunista, era ladrão, eram... assaltavam nas casa, e faziam isto e faziam aquilo.” E seguiu:

E anarquizaram, porque era um pessoal que nunca robaram. Eles chegaram a contar que aquele pessoal que foram na igreja tinha arma de guerra. E era o rosário. Só o que levaram. Semana Santa. Qual é o católico religioso que bota arma na cintura e sai. Não pode, né? O que tem fé não.

557 O que não impediu que as gerações posteriores se unissem em casamento, conforme apontado na Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

558 Além dos imigrantes assentados na região no século XIX, agricultores teuto-brasileiros, procedentes de Santa Cruz, foram para Tunas, entre 1900 e 1918.

559 O bispo de Santa Maria era conhecido como dom Antônio Reis e o papa era Pio XI.

5.3 Para tirar a força, corta-se barba e cabelo

Cortar a barba e os cabelos dos *monges* passou a ser um dos objetivos da repressão. Conforme Orlandino, quando achavam um “fora, meio desgarrado” aproveitavam para raspar os pelos. O crente Horácio da Silva suicidou-se por isso: “Cortaram um lado do bigode e um lado da sombrancelha e deram um ‘sal’ no cabelo dele. E ele veio embora e chegô em casa e se matô”. Com mais de 40 anos, não aguentou a humilhação frente à família e aos vizinhos. Acabou tirando a própria vida, ao que parece, com uma pistola. Gregório confirmou que a polícia raspava a barba e cortava os cabelos das pessoas.

A barba e os cabelos compridos seriam um “distintivo dos *monges*”, explicou Gregório. Para ele, foi “o seu Deca” que disse que “iam perseguir os monges era por causa da barba, assim que o pessoal usasse barba”, porque *são* João Maria [...] era barbudo”. Os participantes desenvolveram características próprias que os identificavam como adeptos do grupo. Construíram uma marca distintiva ou responderam ao estigma com outras feições. Segundo Erving Goffman ⁵⁶⁰ o estigma pode servir como identidade social uma vez que aponta de imediato o portador do atributo e o identifica como uma “pessoa estragada e diminuída”. Não pelo atributo em si, mas pela “linguagem de relações” que estabelece. Essas marcas, preexistentes ou criadas, podem fazer com que os membros dessa “categoria de estigma particular” associem-se em “pequenos grupos sociais”. Para o autor, três tipos de estigma podem ser identificados. São as deformidades corporais, as questões de caráter e as características étnicas:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, (...) encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.⁵⁶¹

Quais seriam, assim, os estigmas preexistentes que teriam feito com que os *monges barbudos* buscassem a associação entre os estigmatizados? Para Gregório, “os contra” arranjavam “motivos para perseguir”, assim a polícia vinha bater nos *monges*. Contudo, de

⁵⁶⁰ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Tradução de Márcia Bandeira Nunes. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1988, p. 8, 12, 13 e 32.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 14.

tudo o que foi dito “não puderam prová nada daquilo. E não vão prová!” Ao contrário: “De vez em quando, quando não esperava, eles batiam na casa da gente, também. Assaltavam as casa”. Roubaram alguma coisa? “Muitas cosa eles roubaram. [...] Pegaram, levaram.” Orlandino confirmou essa versão, referiu-se ao fato de que os *barbudos* é que foram roubados: não foram uma, nem duas, mas muitas vezes. Chegaram a fazer denúncia em Soledade, com advogado, entre as vítimas estavam Gregório Costa e Adão Raymundo⁵⁶². Apesar disso, não conseguiram solucionar, nem recuperar os prejuízos.

Além dessas questões envolvendo roubos, com acusações de ambos os lados, outros boatos de violências ou orgias sexuais ocuparam as atenções tanto na época, quanto nas versões escritas posteriormente. Andreza Gonçalves Reis, filha de Estácio Gonçalves da Costa e de Delfina Ferreira Gonçalves, e a prima Idalcinéia desmentiram a versão de estupro publicada no livro *Os monges barbudos & o massacre do fundão*⁵⁶³. Segundo Idalcinéia, as mulheres não foram agredidas pela polícia: “Eles chegavam, podia tê uma menina de casera, podia tê uma moça, podia tê uma mulher, eles não entravam. Dali pra dentro não. Dali eles queriam o chefe, se o chefe não tava, eles não entravam.” Para ela, a maior agressão vinha dos vizinhos: “os de roda da casa [...] paisanos, os [alemão]. Iam lá com 50, conversa, com tiro, a polícia aí vinha. Chegava e não tinha nada.” Lembrou um episódio:

Então uma vez, nós távamo colhendo trigo, o meu pai não tava. O pai dexô cinco peão cortando trigo. Ele foi chamado em sede Aurora, que uma irmã dele ia se operá. Ele foi. E daí foram denunciá que tinha um grupo de barbudo, acima de 500 barbudo, lá na nossa casa. Aí veio a polícia de Soledade, que virgem mãe do céu. Eram dois sobrinho do pai e o meus ermão que tavam cortando trigo. Nós puxando trigo pra casa.

Explicou Idalcinéia que não era a riqueza ou a pobreza que definia os perseguidores:

As veiz algum rico não era tão aperseguidor (...) porque nós morava lá pertinho de gente fazendera. Como tinha os Ortiz⁵⁶⁴, tinha os Rodrigues. Gente muito cheia da gaita, não é? Fazendero forte, que nunca perseguiram. Ficaram quieto. ‘Para mim eles são bão.’ Diz: ‘Eles não me roubam. Não vem roubá aqui. Não vem pedi. Se eles vem pedi um dinheiro emprestado, nós emprestamo’. Diz: ‘algum vem pagá nós.’ Tamo certo. Disse um dia o falecido Júlio [Nunes]: ‘Eu quero lidá com deiz barbudo do que lidá com deiz alemão lá das Tuna, mais sem-vergonha e mentiroso.’

Na entrevista, Idalcinéia deu muita ênfase para a perseguição dos “alemães”, em especial os moradores das Tunas, sexto distrito de Soledade. Como foi apontado no capítulo 4, foi um grupo de colonos da localidade que acompanhou a escolta estacionada em Tunas que atingiu e matou André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Eram cinco

562 Na lista de presos do Jacuizinho conta Sebastião Raymundo.

563 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 55.

564 Em 1922, Euzebio dos Santos Ortiz foi apontado como um dos grandes pecuaristas do quinto distrito de Soledade por COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 2. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 229-32.

agricultores – todos naturais de Soledade, que transferiram residência para a colônia de Tunas há mais de 20 anos – que acompanharam o cabo Antônio Porto e o praça Lucas Campos Galvão do 3º regimento da cavalaria de Passo Fundo. Foram liderados por Pedro Guilherme Simon⁵⁶⁵ – vinculado à Frente Única Gaúcha e aos movimentos políticos de 1932 de enfrentamento ao governo Vargas. Compunham o reforço policial: o jovem José Henrique Simon, filho de Pedro Guilherme, Aparício Miranda, seu “peão”, Benedito Paulo do Nascimento e João Elberto de Oliveira – preso em Soledade por outros processos. Embora não identificando a etnia dos perseguidores, Gregório Costa confirmou a perseguição dos vizinhos. Ele afirmou que o pessoal foi “muito, muito, muito perseguido”, pela polícia e pela “classe de vizinho”: comerciantes e fazendeiros, que “não entravam na religião, então abusavam”.

Os ânimos ainda estavam exaltados quando o padre do Arroio do Tigre recebeu ordem do governo para percorrer as casas para reconduzir os *fanáticos* para a vida cotidiana da produção rural. André França ainda estava vivo quando estiveram na casa de seu cunhado e de sua irmã, Estácio Gonçalves da Costa e Delfina Ferreira Gonçalves, no Despraiado. O objetivo do padre era reunir os fiéis para apurar os fatos, rezar o terço, celebrar uma missa e, também, para se certificar se eram da *religião* ou não. No entanto, uma semana antes, teriam estado ali dois oficiais da Brigada Militar. Seriam o major José Rodrigues e um capitão acantonado no Sítio, ambos procedentes de Santa Maria. O major Rodrigues teria dito: “Tá reconhecido que vocês cuidam de religião. Mas não façam reunião, (...) prá vê se termina com essas coisa.” Novas reuniões, somente se necessário e com ordem escrita.⁵⁶⁶

Ao receber o padre, Estácio Barnabé - que já havia estado preso em Soledade em março de 1938 -, receoso, tentou explicar: “Seu vigário, minha casa podia estar às ordens, mas não posso, porque tenho ordem do major José Rodrigues, veio de Santa Maria, me proibiu, pra mim não aceitar reunião.” O padre do Arroio do Tigre garantiu que possuía ordens por escrito do governo para fazer reunião de verificação e teria deixado a instrução escrita para Estácio. O encontro foi marcado para o dia 30, dia de Santo Antônio, os vizinhos foram avisados. Muita gente compareceu, trazendo as crianças.

No entanto, no outro dia, a “denúncia” da reunião já havia chegado a Soledade. Vieram um cabo e dois soldados prender Estácio. Ele estava em casa com três filhos, entre eles Andreza, quando foi detido em frente à casa, com um fuzil apontado, enquanto o cabo entrava para vasculhar. Pegaram Andreza, que começou a gritar pela Santa Catarina e a dizer que era da “lei divina”. Assim, como se tivesse proferido palavras mágicas, foi solta e o pai

565 Pedro Guilherme Simon era signatário do *Manifesto ao povo do Rio Grande do Sul* da Frente Única Gaúcha de Soledade, de 1º de setembro de 1932, justificando as razões para a adesão à causa constitucionalista.

566 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

liberado. Foram embora. No caminho, bateram em um rapaz e invadiram a casa de uma mulher aleijada. O “bicharedo estava agitado.”⁵⁶⁷ Andreza quis “dar parte” para o padre, mas o pai desaconselhou: “Não adianta, minha filha. Tu não vê que a lei dá força só pros aperseguidor?” A moça pediu para um cunhado, que ia na casa do “chefe” André França, fazer a consulta se ela deveria relatar o acontecido ao padre. O tio Deca disse que sim, que ela denunciasse. Assim ela fez.⁵⁶⁸

Segundo Idalcinéia, o padre que percorria a região, na década de 1930, vinha de Soledade. No Rincão do Caixão, onde moravam, ele aparecia de três em três meses. Não havia igreja e o padre fazia a reunião dos fiéis. Depois dos confrontos, o padre ainda enfrentava as rusgas religiosas entre italianos e alemães. A velha Idalcinéia lembrava dos detalhes:

esse graduado do Rio de Janeiro⁵⁶⁹ (...) ordenô o padre, em 90 em 90 dia, visitar os cantos de pessoal pra fazê... Tinha gente com 20 e tantos anos e não era batizado. Ele então ficô de obrigação, em três em três mês, recorrer todo o município. (...) Então lá naquele lugar, ele vinha na nossa casa. E ali vinha o pessoal assisti a missa, fazia encontro pr’ele, batizava e tudo. Em cada um lugar tinha, daí que foi construído essa igreja, porque eles não queriam que fosse na igreja de lá. Os italiano tinham uma igreja ali, quebraram tudo. (...) O que era dono dessa terra aqui. Até cagá dentro da igreja cagaram. Os tal de Krods⁵⁷⁰. (...) Alemão. Não queriam. Aí os italiano terminaram com a igreja. Aí pararam sem igreja. Aí formaram aquela igreja ali. Não foram. Nunca foram mais.

Como outros⁵⁷¹, Idarsa destacou o papel do frei Clemente que teria confirmado a religião e substituiu os líderes assassinados, por isso ela guardava uma foto dele no altazinho de sua casa. Gregório também seguiu no mesmo sentido: “Esse tomô conta da religião. Quando deu-se essa perseguição, o padre tomô conta.” Explicou o entrevistado:

não tinha igreja, ele vinha nas casa rezá a missa [...]. Aqui no finado Alípio, ali no Orlando, ele vinha rezá a missa. Então, ele vinha no Despraiado, o padre. Lá, eu pegava o padre e trazia aqui, e ia no Salto do Jacuí e levava em Soledade. Eu viajava com ele, a cavalo. Então eu levava ele lá, porque ele tinha muito medo dos *monge* assaltá [...]. O pessoal diz que os *monge* iam assaltá, iam tomá isso, iam robá. Então que uma boa parte era o medo.

Os episódios narrados acima apresentam algumas das dificuldades da Igreja Católica em estar presente em territórios afastados como os rincões de Soledade e Sobradinho. O

567 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

568 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Em PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, foi dito que neste episódio a jovem teria sofrido violência sexual. Ela negou esta versão, dizendo que foi um mal-entendido dos jornalistas que a entrevistaram.

569 Perguntada se o graduado era o interventor federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, Idalcinéia respondeu afirmativamente.

570 Possivelmente era a família do agricultor Albino Groders [ou Groth] residente na Colônia das Tunas, em Soledade, citado anteriormente.

571 Na entrevista Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990, ele lembrou-se do frei Clemente como alguém que foi ver “se tinha religião”, e do capitão Riograndino, do Rio de Janeiro, que verificou “se não tinha banditismo e ou má ideia”.

estado laico, estabelecido pela primeira Constituição da República (1891), deu ampla liberdade de manifestação para indivíduos e confissões religiosas fazendo com que a Igreja Católica perdesse privilégios da época colonial e imperial, quando era reconhecida como religião oficial do Estado.⁵⁷² Com a reaproximação entre Estado e Igreja Católica, estabelecida a partir da era Vargas, duas questões passaram a mobilizar a hierarquia católica: maior presença da Igreja na sociedade brasileira e colaboração com o governo atuando para garantir a estabilidade social e tentando conter os movimentos de caráter revolucionário.⁵⁷³ Na fala de Idalcinéia e Andreza percebe-se as iniciativas da Igreja Católica, através do bispado de Santa Maria e da Igreja Católica do Arroio do Tigre, para dar continuidade ao trabalho de controle dos *monges barbudos* iniciado com as ações policiais.

5.4 Percepções dos vizinhos: com fé, enfrentaram a violência

Para contrastar a manifestação dos *monges barbudos* e a dos registros policiais, foram realizadas entrevistas com vizinhos não implicados diretamente com a perseguição, nem com o movimento religioso. É a visão daqueles que viram surgir o movimento e não aderiram. Na vila do Jacuizinho, o casal Gervázio e Nilda Fiúza⁵⁷⁴ – primos de Anastácio Desidério Fiúza – acompanharam à distância o surgimento da “seita” e a perseguição religiosa. Eles confirmaram a versão corrente de que a origem do movimento estaria na aparição do *monge* João Maria. Segundo Nilda, o velho *monge* trazia uma “carta celeste” avisando que “quando viesse uma nuvem, uma cerração, então estaria perto do fim do mundo”. Nesse momento, todos deveriam abandonar o que tivessem e seguir com os outros crentes. A partir disso, Anastácio Fiúza teria começado a pregar. Ia, de casa em casa, oferecendo a salvação. Aos que aderissem, era garantida a ressurreição; aos demais, a morte eterna seria inevitável.

Gervázio Fiúza nunca viu o *monge* João Maria. Mas, o primo Anastácio lhe contou que o *profeta* andava “vestido como padre” e era “poderoso”. Gervázio e Nilda souberam de uma única aparição do *monge*, e, assim mesmo, só “os mais entendidos da coisa”, o “enxergaram”. Eles eram céticos, achavam que “foi coisa inventada”. Ela achava “difícil um profeta aparecer aqui” e garantiu que a polícia tinha a mesma desconfiança. Anastácio Fiúza fazia o trabalho de agregação e de convencimento. Os primos Gervázio e Nilza Fiúza foram “pleiteados” para aderirem à religião. Nilda disse que, quando era menina, com uns nove ou dez anos, Anastácio esteve em sua casa, falando com sua mãe. Eles não aderiram. Mas

572 AZZI, Riolando. O Episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola v. 5, n. 12, jan/mar, 1978, p. 76.

573 AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 1. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 4, n. 10, maio/agos, 1977, p. 63.

574 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990. O pai de Nilda era irmão de Balbina Fiúza, mãe de Anastácio. Gervázio é filho de Luis Manuel Fiúza, irmão de Basiléu Desidério Fiúza, pai de Anastácio.

garantiram que a maior parte da família, dos Fiúza e dos Costa, aqueles “menos esclarecidos”, foram convencidos e “aí não saíram mais”. Segundo outro entrevistado, o alfaiate Deodoro Graco Serrano⁵⁷⁵, grande parte da família Ferreira, do Jacuizinho, também ingressou na religião. Para ele, quem participava era “quase só o caboclo brasileiro”.

Um dos pontos doutrinários fundamentais da religião, que começava a ser formada, era a fé na ressurreição, pelo menos era o que achavam os vizinhos. Para os moradores da região, os *monges* acreditavam que ressuscitariam, assim como Jesus Cristo. Mais do que isso, nas cercanias, corria o boato de que ele estaria entre os *barbudos*, seria o próprio Anastácio Fiúza. O casal de alfaiates – Deodoro Serrano e esposa –, que moravam na vila do Jacuizinho na época, afirmaram que Anastácio era carregado em um andor: como santo. Eles nunca viram, mas era o que contavam. Segundo o casal, ele seria, mais do que um santo, era o deus dessa nova religião. Assim, Anastácio ia sendo identificado, pela comunidade que não integrava a religião, como Jesus Cristo; sua esposa, Ana Gonçalves Vieira Fiúza, teria sido “batizada na religião deles como Santa Catarina”, embora eles não estivessem rebatizando os fiéis. As rezas, sim, eram um pouco diferentes das dos demais cristãos.⁵⁷⁶ A fé dispensada à Santa Catarina era reconhecida, de sorte que além de Ana Fiúza, outras jovens foram apontadas como sendo a Santa Catarina dos *monges*⁵⁷⁷. Os crentes também dedicavam atenção especial à Santa Terezinha, identificada com moças da religião⁵⁷⁸.

Mas quem “fazia todas as mensagens para os outros”⁵⁷⁹, sendo considerado como um verdadeiro profeta, era André Ferreira França. Os *monges* acreditavam que ele curava: “Decerto fazia algum benzimento [...] melhorava um pouco, já ficava com nome na história” - opinou Gervázio Fiúza. André França não era o único que benzia. Alfredo dos Santos - o cego Alfredo - era reconhecido por seus benzimentos e pelas rezas que puxava. Houve quem duvidasse de suas curas e até de sua cegueira⁵⁸⁰, chegando a afirmar que ele fingia, “para

575 Entrevista Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988. O alfaiate de 85 anos viveu em Soledade e no Jacuizinho.

576 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

577 Andreza Gonçalves Reis foi apontada como sendo a Santa Catarina dos *monges barbudos* segundo PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 47. Na entrevista realizada em 21 de janeiro de 1990, ela afirmou que não sabia se era. Segundo entrevista de Deodoro Serrano, a moça identificada com Santa Catarina “era uma Ferreira, irmã do falecido Agenor”, que morava pelos lados de Estrela. Maria Cândida Ferreira de Camargo foi apontada no CORREIO DO POVO de 05 de maio de 1938 como a Santa Catarina dos *monges*.

578 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990 e Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988. Ambos mencionam a existência de uma santa Terezinha entre os *monges*, mas não recordaram o nome. No livro *Os monges barbudos & o massacre do fundão*, Idarsina da Costa [Idalcineia Alves da Costa] foi apontada como a Santa Terezinha dos *barbudos*, p. 50.

579 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

580 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990; Entrevista Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

dizer que tinha poder”.⁵⁸¹ Mas houve quem chamasse o “ceguinho” em momentos de aflição.⁵⁸²

O certo é que eles tomavam muito chá de caroba. Utilizavam a casca da árvore afirmando que era bom para o sangue: depurativa. Gervázio acusou os *monges* de terem acabado com as carobeiras do lugar: de “tanto tirarem a casca”. Acreditava que o chá servia para curar “essa gente” que era “muito sarnenta”. Também tomavam chá de salsa parrilha, recordou Nilda. Mas o que os diferenciava não era somente o fato de tomarem muito chá, nem a barba comprida, tampouco as roupas, que era praticamente igual a dos outros colonos: era o cheiro do cigarro que identificava, de longe, um *barbudo*.⁵⁸³ Mas bebida alcoólica, “nem falar”, de bailes, também não participavam.⁵⁸⁴ Os homens passaram a não cortar o bigode e a barba e as mulheres usavam tranças compridas⁵⁸⁵, semelhantes as tranças de Nossa Senhora, que também “não cortava o cabelo” e usava vestido longo⁵⁸⁶.

Além da previsão do fim do mundo, eles faziam outras. Diziam que iria ocorrer muitas mudanças. As estações do ano iriam mudar muito, não se podendo mais identificá-las. Garantiam que ficaria difícil de diferenciar um homem de uma mulher.⁵⁸⁷ Os vizinhos lembraram-se de dois ditados muito utilizados: “ia chegar o tempo de ter bastante pasto e pouco rastro”, associado às fazendas de criação de gado que, com o passar do tempo, foram sendo substituídas por plantações. O outro, era de que: “hoje estamos bem, amanhã estaremos melhor”.⁵⁸⁸ A crença no fim do mundo teria feito com que eles comessem um processo de santificação. Rezavam muito, faziam grupos e, às vezes, passavam a noite toda reunidos. Entre os vizinhos havia a versão de que “eles não cuidavam mais nada em casa. Só iam para a Igreja. [...] Abandonavam tudo e saiam”.⁵⁸⁹ Deodoro Serrano assegurou que eles não faziam mal para ninguém: “Só não trabalhavam. Viviam amontoados lá. Um acampamento aqui, iam para outro, rezando e caminhando”. Opinião compartilhada por Gervázio: “Mal eles não faziam. Mas estavam começando um grupo [...] e fazendo do jeito de uma greve, e saiam assim de grupo de cem, duzentas pessoas. [...] Todos juntos, todos embolados”.

Como eles faziam para se alimentarem, uma vez que não trabalhavam mais e haviam abandonado as casas? Para os observadores locais eles “chegavam na casa de um outro que

581 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

582 Ibidem. Os entrevistados mencionaram “dona Edviges, casada com seu Salustiano”, que gostava muito do benzedor Alfredo.

583 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990. O casal referiu-se a uma erva acrescentada pelos *barbudos* nos cigarros com um cheiro característico, acreditavam que não produzia outro efeito, somente um aroma peculiar.

584 Entrevista Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

585 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990. Ela afirmou orgulhosa que só cortou o cabelo uma única vez.

586 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

587 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

588 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza; Entrevista Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

589 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza.

era parceiro deles e ali apanhavam comida”. Comiam quando tinham muita fome e passavam um pouco de necessidade: “diz que passavam”.⁵⁹⁰ Achavam que foi por isso que a polícia interveio: “eles tinham que trabalhar e tinham que se dispersar”. Não trabalhando, teriam “decerto que roubar.” Mas nenhum caso de roubo foi relatado nas entrevistas realizadas. Os vizinhos que acoassaram os *barbudos* preocupavam-se, não com o que eles faziam, mas com o que eles pudessem vir a fazer: “Como é que iam fazer depois? Ficar só mendigando, não era possível”.⁵⁹¹

Se eles não roubavam, então andavam armados, de forma ostensiva, ameaçando a população, como faziam os *bombachudos* do prefeito de Soledade, Francisco Müller Fortes, ou como fazia o prefeito de Sobradinho, Santo Carniel, que coagia os agricultores? Não. Nenhum caso de agressão ou violência, da parte dos *monges*, foi registrado. Os vizinhos garantiam que eles “não tinham arma nenhuma.”⁵⁹² Então o que provocava medo na comunidade, fazendo com que uma parte dela comesse a prosseguir-los? Alguns afirmavam que foram os boatos: eles “esperavam o dia do Juízo Final para ficar com tudo aqui na Terra, com as bodegas, as propriedades dos que não escapassem do fogo”. Teriam sido estes rumores que fizeram com que “os comerciantes e, depois, as autoridades de Soledade” combatessem os crentes. Talvez fosse isso que consideravam o “comunismo”.⁵⁹³ Ou talvez o motivo da perseguição fosse mais terreno: “Pensavam que, mais tarde, pudesse dar até uma revolução, com aquela gente lá acampada”. O movimento crescia e espalhava-se pelos distritos. Alastrara-se pelo Jacuizinho, Lagoão e Tunas. A “mocidade já estava entrando e vem os prevalectidos que iam se metendo”.⁵⁹⁴

O certo é que a perseguição começou com os vizinhos. A polícia foi chamada, mais tarde, em auxílio aos opositores dos *monges*. Seriam as reuniões dos grupos, que às vezes se prolongavam por toda a noite, que assustavam os moradores próximos? Para estes vizinhos, o medo era de que, atrás das reuniões religiosas, estivesse sendo tramado algo político. A religião seria o disfarce para uma revolta. Temiam que eles fossem manobrados para participar de levantes, convencidos, aguardariam a ordem de alguém, supunham. Afinal, “tinha muito dessas revoluções [...] improvisadas”, naquele tempo, lembraram os primos Gervázio e Nilda. A comunidade e os jornais da época justificavam a agressão aos *monges* devido ao “perigo latente”⁵⁹⁵ que eles representavam. De fato, eles eram destemidos. Não acreditavam em armas, enfrentavam “de peito aberto” as balas da polícia. Talvez fosse a fé na

590 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

591 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

592 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

593 Frederico Ibner, conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 38.

594 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

595 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 08 de maio de 1938.

ressurreição que lhes dava esta valentia: acreditavam “que mesmo que morressem, voltavam.”⁵⁹⁶ Foi o receio de um possível “levante” que teria levado policiais e civis a investir contra os *barbudos* reunidos na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, na Semana Santa de 1938. No entanto, a repressão iniciara-se antes do tiroteio da quinta-feira. Anastácio Fiúza já havia sido preso e tinha conseguido escapar.⁵⁹⁷

O confronto que resultou na morte de Anastácio e de várias pessoas iniciou na vila Figueira, em Bela Vista, em uma igreja de madeira “muito bem feita”. Ali a família Telles, que era “muito contra esta religião”, possuía comércio, “o velho [Júlio] Telles era comerciante”. Os *barbudos* moravam perto, na vila Costa, assim, os vizinhos temiam as reuniões do grupo. Esses é que “abarroaram” com os *monges*.⁵⁹⁸ Foi na igreja da tão admirada santa Catarina que Anastácio Fiúza foi baleado. Não foi o único a ser morto naquela antevéspera de Páscoa. Chegou a ser mencionada a morte de oito *barbudos*.⁵⁹⁹ Houve uma correria em direção ao mato. Para carregar os feridos teriam sido feitas camas de pau. Uma mulher e o seu nenê teriam sido socorridos.⁶⁰⁰ O assassinato de Anastácio Fiúza foi visto como uma “estupidez”, “ele não tinha arma nenhuma e atiraram”.⁶⁰¹ Afinal, “foi uma judiaria, era um rapaz bom”⁶⁰². Mas quem matou Anastácio? “Foi um soldado, ou foi um outro, que era meio junto com a polícia, um civil, mas do mesmo grupo”.⁶⁰³ O certo é que se “falava muito nos Telles, Oscar Telles”⁶⁰⁴. Ao que parece⁶⁰⁵, esta morte nunca foi apurada, ficando a suspeita que a perseguição era coisa “de Soledade mesmo”; senão “eles não faziam isso, matar e ficar por isso mesmo”.⁶⁰⁶

Com Anastácio Fiúza morto, era hora de tratar do enterro. Os crentes foram para o Jacuizinho, no Rincão dos Costa. Como já visto, corria a versão de que ele teria ficado insepulto, por vários dias, na esperança de ressurreição. Como isso não ocorrera, o teriam enterrado em pé, por isso, depois “eles iam aguardar no cemitério”.⁶⁰⁷ A ação policial não estava concluída com a morte de Anastácio. A repressão ainda atuaria com outras violências. Um novo cerco, com policiais e civis, foi feito ao Rincão dos Costa. Após o enterro de

596 Entrevista Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990; Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

597 Entrevista Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

598 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

599 Felisberto dos Santos Lopes, 72 anos, morador do Alto da Serra, perto do povoado da Bela Vista, conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 36.

600 Bibiano Antunes de Camargo, 67 anos, agricultor, morador da Bela Vista, conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit, p.36.

601 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

602 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

603 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

604 Entrevista Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

605 Até o momento, não foi localizado nenhum processo crime sobre a morte de Anastácio Desidério Fiúza. Oscar Telles consta como réu em diversos processos, conforme apontado no capítulo 3.

606 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

607 Entrevista Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

Anastácio, vários *monges* ficaram reunidos em um galpão, esperando a chuva acalmar. A polícia chegou atirando. Morreu mais um.⁶⁰⁸ Depois do cerco, foram levados, a pé, com chuva, para a vila do Jacuizinho.⁶⁰⁹ Cerca de cem pessoas foram presas em uma mangueira, de propriedade de João Kremer, fazendeiro e comerciante local. Aí ficaram entre dez e quinze dias. De noite, todos eram atados para dormir. Mesmo assim, eles tentavam fugir. Em uma dessas tentativas, Simão Silveira Filho foi atingido ao descer da ponte. Caiu, mas não morreu. Ao que parece, foi levado para ser atendido pelo médico da vila.⁶¹⁰ Simão não foi o único, feriram muitos. Bateram muito em Ananias Costa. Ele era “muito brabo”, contavam que ele “se botou na polícia”, “prenderam ele na estrada”.⁶¹¹ Na época da intensa perseguição, alguns “*monges* se escondiam nos rios”⁶¹².

A polícia encarregava-se de identificar os fiéis para mandar cortar a barba e o cabelo.⁶¹³ Do grupo detido no Jacuizinho, vários foram enviados presos para Sobradinho, Soledade, Cachoeira do Sul e Porto Alegre. Ao chegarem em Sobradinho, de caminhão, causaram espanto aos moradores. Era um grupo de pessoas “sujas, barbudas, cabeludas, maltrapilhas e ensangüentadas”. Teriam sido apresentados para a execução pública, no pátio do hotel.⁶¹⁴ Com as perseguições, Deca França foi obrigado a esconder-se nos matos, cheio de “muquiranas”⁶¹⁵, no distrito do Lagoão. Lá teria ficado muito tempo: “decerto ele era assistido por algum, que levava comida”.⁶¹⁶ Com outros companheiros, conseguiu escapar até agosto de 1938. Corria a versão de que a polícia teria ‘sido informada sobre a localização do esconderijo de André: “Começaram a perseguir, a perseguir e daí mataram”.⁶¹⁷

Percebem-se coincidências nos depoimentos dos vizinhos com as versões registradas pelos *monges* e pelos documentos policiais. Além disso, os registros evidenciam os boatos e os exageros. Poucos efetivamente presenciaram os acontecimentos, mas as narrativas foram pródigas em detalhes não vistos. As marcas que estigmatizavam os *monges barbudos* podiam ser vistas e sentidas: estavam na barba dos homens, nas tranças das mulheres, no cheiro peculiar dos cigarros, na sujeira e nas muquiranas – os piolhos – das roupas, nos chás de caroba, nas rezas e nos encontros religiosos. Os comerciantes temiam o abandono ao trabalho

608 O casal não soube informar o nome do *monge* assassinado. Conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 42, seria Júlio Cabeça, morto com um tiro no peito, no dia 17 de abril de 1938.

609 Entrevista Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

610 Gervázio Fiúza viu Simão Silveira Filho ser baleado.

611 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

612 Darci Moratis Vargas, motorista de taxi foi entrevistado no Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

613 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

614 Entrevista Dianyra E. Calheiro. Sobradinho, 17 de outubro de 1990 (por telefone). O hotel, na atualidade, é chamado de Hotel do Comércio. Era de propriedade de Gustavo Kener, já falecido. A professora não sabia como era chamado na década de 1930.

615 Entrevista Gervázio Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

616 Loc. cit.

617 Loc. cit.

e o fim de seus negócios ou a perda das propriedades por não serem eles os escolhidos de Deus. Por fim, temiam uma rebelião.

5.5 Núcleos familiares dos *monges barbudos*

Com as informações apresentadas até aqui se observa que, para além de disputas religiosas ou políticas⁶¹⁸, têm-se grupos em litígio. Os colonos de origem estrangeira – “os de roda da casa”⁶¹⁹ – e os comerciantes que intermediavam as safras e a compra do fumo, em contestação ao estilo de vida dos *monges barbudos*: suas crenças, o tempo gasto para o trabalho, o direito aos sábados e aos domingos e a uma relação direto ao sagrado, sem a intermediação de padres ou pastores. Estava em jogo a apropriação dos frutos do trabalho agrícola e das atividades extrativas. Além disso, utilizando-se o modelo conceitual de Abner Cohen⁶²⁰, pode-se dizer que os protagonistas barnabés desfrutavam de relações de parentesco ampliadas, sólidos vínculos de amizade, espaços de convivência para práticas ritualísticas e uma rede bastante elástica de relações informais. Como aponta o autor⁶²¹: “Alguns desses padrões de comportamento simbólicos foram historicamente explicados, ou melhor dizendo, descartados sob a classificação de ‘atrasos culturais’.” Perdendo-se, assim, o gesto simbólico enquanto “processo essencial do desenvolvimento da identidade”. Isso porque os “grupos manipulam valores, mitos, rituais e cerimônias de sua tradição cultural para resolver problemas básicos de organização.” Nesse caso dos trabalhadores rurais de Soledade e Sobradinho, ele coordenava “suas atividades cooperativas através de um estilo de vida”. Com isso, potencializavam a organização de interesses em uma forma simbólica: a “religião” dos *monges barbudos*. Como apontou Cohen, a forma simbólica da religião põe em evidência: “como as crenças, os sentimentos rituais e a própria organização religiosa podem tornar-se instrumentos de coordenação das organizações corporativas de grupos de interesse.”

Assim, essa “nossa população pobre e esquecida de caboclos no mato e no campo”⁶²² possuía redes de relacionamento que poderiam prescindir da intermediação dos “estabelecidos” de Soledade e Sobradinho: Anastácio Fiúza levava produtos agrícolas para vender em Lajeado, como será visto adiante. Assim, pergunta-se: até que ponto esses ervateiros, carvoeiros e intrusos, poderiam ser autônomos para dispor das parcerias sociais ou comerciais? Como localizar informações sobre essas populações que se mantinham a serviço

618 Para COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p: 11-2: “O ‘poder’ é visto como um aspecto presente em quase todas as relações sociais, e ‘política’ é sempre utilizada em referência aos processos envolvidos na distribuição, exercício e manutenção do poder.”

619 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

620 COHEN, Abner. Op. cit., p. 13-4.

621 Ibidem, p. 15-7, 29.

622 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

do extrativismo ou do trabalho eventual nas safras? Seria a tensão constante pela apropriação privada dos recursos naturais das florestas para a exploração comercial, especialmente a madeira, que teria mobilizado esses caboclos para uma religiosidade de preservação da natureza? Se a base social do movimento poderia ser identificada com esse perfil apontado pelos colonos alemães que escreviam no jornal *Kolonie*, onde estava situada a liderança dos *barbudos*? Quem era o curandeiro André Ferreira França? Por que ele teria aceitado a missão trazida por um velho andarilho anacoreta, trajando andrajos, identificado como *são* João Maria, representante divino de uma nova ordem baseada na adesão a princípios religiosos exigentes? Quem era Anastácio Desidério Fiúza, que conduziu os vizinhos para uma “nova” religião e enfrentou os comerciantes da Bela Vista exigindo a chave da igreja e o direito a uma relação direta com os assuntos divinos? E os demais presos e interrogados, moradores do Lagoão e do Jacuizinho?

A partir dessas questões, busca-se a rede de relações entre as famílias de agricultores que aderiram ao movimento dos *monges*. Para tanto, foram utilizadas a listagem dos presos, mortos e feridos agrupando por famílias para identificar as origens familiares dos membros do grupo de *barbudos*, especialmente as lideranças que foram submetidas às prisões e aos interrogatórios. Essa relação de quase 120 pessoas possibilitou novas pesquisas. É possível verificar vários grupos familiares que compõem a rede de organização dos *monges*. Vários sobrenomes são comuns e combinados entre eles. Podemos apontar 38 sobrenomes, que têm diversas combinações: Alves, Cândido, Camargo, Costa [da Costa], Corrêa, Crespim, Dias, Garcia [Garcias], Gonçalves, Fernandes, Ferreira, Fiúza, França, José, Lima [de Lima], Lopes, Mariano, Mattos [de Mattos], Maura [Moura], Moraes [de Moraes], Oliveira [de Oliveira], Pereira, Pinto, Pires, Raymundo, Rocha, Rodrigues, Rosa [da Rosa], Santos [dos Santos], Soares, Silva [da Silva], Silveira, Tavares, Valentim, Valta, Vaz, Vidal [Vital] e Vieira, compondo 42 grupos familiares.

No grupo dos *monges*, detectamos a existência de pelo menos três núcleos familiares, com relações de casamento e afinidades, que podem ter atuado como articuladores e irradiadores do *protagonismo barnabé*. Percorrendo esse caminho, até aqui não trilhado nos estudos sobre esse tema, examinamos a documentação cartorial, confirmando as sólidas relações entre eles. As relações estreitavam-se com casamentos e compadrios. Eram as famílias de André Ferreira França – no Campestre, no Lagoão, sexto distrito de Soledade –, os Desidério Fiúza – em Campinas, também no sexto distrito – e a grande família Gonçalves da Costa que possuíam propriedades no rincão do rio Caixão⁶²³, no Jacuizinho, quinto distrito e

623 Rincão do Caixão, Rincão dos Costa e Rincão dos Barnabés ou Bernabés são os nomes encontrados para designar a propriedade dos Gonçalves da Costa. Barnabé era o apelido do antigo proprietário dessas terras, Pedro Ignacio Gonçalves, o Pedrinho Barnabé, casado com Maria Pacífica da Costa.

no Palmital, sexto distrito de Soledade. Não por acaso, a lista de localidades percorridas pela diligência do tenente Dutra, da Delegacia de Polícia de Soledade, em março de 1938, tinha como foco o Lagoão, em especial as localidades de Campinas, Gramado, Palmital e Sítio.

A relação entre as famílias possibilitou casamentos e vínculos de solidariedade. Alguns casamentos que pode-se comprovar:

- 1) Anastácio Fiúza casou-se com Ana Gonçalves Vieira, filha de Frutuoso Gonçalves da Costa e neta de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa.
- 2) Estácio Gonçalves da Costa, filho de Pedro Ignacio e Maria Pacífica, casou-se com Delfina Ferreira França, irmã de André França, nominou uma das filhas como Andreza.
- 3) Almerina, irmã de Anastácio Fiúza, casou-se com Miguel Schneider. Ana Pacífica Schneider – casada com José Manoel Schneider – era filha de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa. Provavelmente Miguel e José Manoel fossem parentes.
- 4) Jovelina Ferreira França, filha de André Ferreira França e Delfina, casou-se com Salvador Barnabé, filho de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa.

Pelos vínculos e relações identificadas, supõem-se que a “religião” e o movimento dos *monges barbudos* tenha servido como apoio aos grupos familiares e ao mesmo tempo tenha sido amparado por esses vínculos: eram vizinhos, agricultores e criadores. Todos eles viviam as dificuldades de manter as famílias com as terras que possuíam ou com os serviços rurais que podiam realizar.

5.5.1 Família Ferreira França, do curandeiro Deca França

O grande líder espiritual do movimento dos *monges barbudos* foi André Ferreira França, o seu Deca França⁶²⁴. Em 1894, ele era criança quando a sua família migrou para Soledade, estabelecendo-se no Campestre do Lagoão, provavelmente fugindo dos horrores da Revolução Federalista, iniciada em 1893. Eles eram procedentes da freguesia de São Bonifácio, em Cachoeira do Sul. O pai seria um homem de posses, os irmãos eram Antônio, Delfina, Estácio, João França, Sebastião, Talita⁶²⁵ e Vicente. Ali, foram criados.

André casou-se com Delfina⁶²⁶, morena clara, “muito pacienciosa para prorear”⁶²⁷, criada na serra, era muito acanhada. Tiveram 10 filhos: Antônio, Arvino, Dolina, Estácio,

624 O “vulgo” Deca França como é denominado nas fontes policiais e judiciais.

625 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990. Ela cita Talita como participante do movimento dos *monges*.

626 Ibidem. Segundo Andreza, Delfina possuía uma família numerosa.

627 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Francisco, Jovelina, Livino, Osalina⁶²⁸, Sebastião e Virgínia. Uma irmã e uma filha de Deca casaram-se com os irmãos Barnabé, filhos de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa. A irmã Delfina Ferreira Gonçalves casou com Estácio Gonçalves da Costa, a filha Jovelina Ferreira França⁶²⁹ – nascida em 1913 – casou com Salvador Gonçalves da Costa, tiveram duas filhas, denominadas, sugestivamente, de Maria Catarina e Terezinha.⁶³⁰ Assim, tia e sobrinha viraram cunhadas. A filha Dolina Ferreira França era afilhada de batismo de Anastácio Desidério Fiúza⁶³¹ demonstrando que entre os dois líderes dos *monges barbudos* as relações pessoais eram sólidas.

Deca França era analfabeto. Como colono ganhava a vida com as plantações e com a criação de animais, tinha terra e casa no Goiabal, no meio do mato. Segundo Orlandino Costa: “tinham a escritura da terra, tinham tudo. Só não me lembro quantos alqueires era, mas era bastante. (...) Era uns 18 a 20 alqueire⁶³². Comprado a [suor].” A família plantava milho, feijão, arroz, trigo, “ele era muito trabalhador”, garantiu Idalcinéia Alves da Costa. Para Thomas Fiúza, que afirmou conhecê-lo bem, André era “um miserável”, não poderia ser considerado criador, plantava “como pobre”.

Na década de 1920, a família Ferreira era numerosa em Soledade. Em meados da década, ainda era possível, para alguns membros da família, obter lotes de terras por concessão do Governo do Estado ou da municipalidade.⁶³³ Verificamos que, no movimento dos *monges*, pelo menos 20 participantes tinham o sobrenome Ferreira. Além disso, as duas moças que teriam incorporaram as “santas” Catarina e Terezinha no velório de Anastácio chamavam-se Maria Cândida Ferreira e Maria Florestina [ou Florícia] Ferreira. Essas jovens foram levadas presas para Porto Alegre em dias diferentes. Foram as únicas mulheres feitas prisioneiras. Vicente Ferreira França, irmão de André, possuía terras em Sobradinho. Na grande família de André, os irmãos não apoiaram a religião, diferentemente das irmãs Talita e Delfina.⁶³⁴

628 Conforme atestado de óbito, Osalina Ferreira França nasceu em 1925 e faleceu em 02/out/1941, com 16 anos. Era solteira e foi vítima de “moléstia ignorada”. RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Soledade, Jacuizinho, 2ª zona, Tunas, p. 166. (APERS)

629 Participou da Páscoa de 1938, teria ido à Igreja de Santa Catarina, no caminho ouviu os barulhos de tiros e viu o pessoal correndo, conforme PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 63-5.

630 Ibidem, p. 63.

631 Ibidem, p. 65.

632 Conforme já apontado anteriormente, o chamado alqueire paulista corresponde a 2,42 hectares enquanto que o alqueire mineiro a 4,84 hectares. Ambos são usados como referência no RS. Para comparação, a família Gonçalves da Costa possuía 105 alqueires distribuídos em duas propriedades, no Jacuizinho e no Palmital, enquanto que Anastácio Fiúza adquiriu por compra 10 alqueires na Campina do Lagoão.

633 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário. Comarca de Soledade. Livro 59, Soledade 6/10/1922 a 25/02/1924; Livro 61, Soledade, 15/01/1925 a 23/11/1925; Livro 67, Transmissões de Propriedade, Soledade, 24/04/1929 a 03/12/1929. (APERS)

634 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

Em 1935, Deca França era um homem maduro, de aproximadamente 47 anos, quando “baixou”⁶³⁵ em sua casa o *monge* João Maria. O peregrino teria permanecido durante 24 horas. À noite, não quis dormir na cama e ficou na “biriva”⁶³⁶, em volta do fogo. Pediu para o dono da casa a mantinha que ele guardava: um enxergão de lã de ovelha para encilhar o cavalo na montaria. O velho usou como travesseiro. No dia seguinte, devolveu afirmando que André deveria usar para curar o povo e fazer os “passes”. Em casos de dor de cabeça, por exemplo, deveria ser cortada uma franjinha, queimada no fogo e dada ao doente para cheirar.⁶³⁷ Temos aqui alguns intrigantes elementos da crença dos *barbudos*: a ideia de que espíritos se materializam e “baixavam,” a mantinha que absorveu poderes curativos do próprio *monge* e a fumaça também com propriedades de cura.⁶³⁸

Segundo Idalcinéia⁶³⁹, esta aparição de João Maria teria ocorrido em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, dando início à religião. Para ela, tudo o que André passou a pregar foi aprendido com o *santo monge*, antes disso ele era um colono normal, como os outros. Essa não teria sido a primeira aparição do velho *barbudo* na região. Ele teria estado outras vezes, a primeira delas seria no ano da Revolução de 1893, durante a Revolução Federalista, conforme registrou o médico Ângelo Dourado⁶⁴⁰ em seu diário de campanha. Posteriormente, esteve em 1930 e, também, em 1935 e 1938. Para Gregório, André já “era velho” quando iniciou a religião. Deixou crescer a barba e passou a dizer que não fizessem o mal a ninguém. André curava: “Ele dava muito remédio. E curava mesmo, curava. Muita gente se curô com o remédio dele”, disse Gregório. Remédio feito de ervas, em especial, a caroba. Receitas aprendidas com o *profeta*.

No atendimento ao povo, Deca França era auxiliado por uma sobrinha, Andreza Gonçalves da Costa⁶⁴¹, filha de sua irmã Delfina Ferreira Gonçalves e de Estácio Gonçalves da Costa⁶⁴², da família Barnabé, também tido como “fanático”. Do Despraiado, onde moravam os pais, ela ia ajudar o tio: fazia o fogo e buscava água para cozinhar a caroba na “panela da remessa”.⁶⁴³ A vida de acólita tomava muito tempo, conforme a semana ia transcorrendo o movimento na casa de Deca ia aumentando. Nas sextas-feiras, o “povo era demais”. Com a mantinha “divina”, “enviada” por Santa Catarina, junto com a *Carta de*

635 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

636 Biriba ou biriva. Existe um lugar na região conhecido por Biriva. Esta também é a forma como são conhecidos os moradores da serra e também os tropeiros. Biriva pode também significar o fogo de chão.

637 Entrevista Orlandino. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

638 PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.

639 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

640 DOURADO, Ângelo. *Os Voluntários do Martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1977, p. 218. O autor relata a presença do *monge* João Maria na Revolução Federalista, na região do Rio do Peixe (SC).

641 O próprio nome de Andreza seria alguma referência ao tio André Ferreira França?

642 Estácio foi preso com o grupo de oito *monges barbudos*, pelo 2º tenente Arlindo Rosa, e levado para a Delegacia de Polícia de Soledade, em 22 de março de 1938.

643 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

*Aviso*⁶⁴⁴, deixada pelo profeta João Maria, em 1935, Deca França abençoava os fiéis. Ao passar a mantinha e dizer a “palavra divina”, alguns “corcoveavam”: estavam “afetados”. Outros, iam lá só para “esculachar”. O curandeiro “fazia os passes” e na sala tinha o remédio para a “confirmação”. Em certos dias, o trabalho era tanto que às 10 horas da manhã Deca França ainda não tinha tomado chimarrão. Andreza acreditava que esta era a sua missão, delegada por *são* João Maria e Santa Catarina. Para ela, o serviço era dos dois. Segundo o tio, ele era o peão e, ela, a peoa de “Nossa Senhora Santa Catarina”. A moça passava a semana na casa do tio, conseguia sair somente nos finais de semana.⁶⁴⁵

O que teria André Ferreira França de especial para ser escolhido como líder espiritual, iniciando uma nova “religião”? Para Idalcinéia, foi “pelo coração e o pensamento. O procedimento.” Ele era “uma pessoa que nunca fez mal a ninguém. Era um home trabalhador. Ele era um home que não tinha mau pensamento, viu? Ele era um home bem católico. Ele nunca aconselhô, deu mau conselho, pra... isso, pra ninguém.” O *santo monge* teria escolhido Deca França para iniciar a “religião” e ele “escolheu o Tacinho pra ajudá ele. E por isso aqui que hove a perseguição.” André fazia curas: “Com reza e com uma mantinha que santo monge abençoou pra ele. E ele passava na gente. Até que num dia teve uma mulher [...] uma mulher vomitô até cabelo na casa dele.” Curava com chá e ensinava. O que ele não curava, “nem o dotor não curava.” Por seu lado, “Tacinho ensinava e dava os conselhos”⁶⁴⁶, também indicando os remédios do “velho” André⁶⁴⁷. Os depoimentos vão apresentando uma religiosidade bastante sincrética. Trazem elementos do catolicismo popular, da devoção aos santos e às santas, da crença na cura com ervas, dos passes, do contato físico curativo com a mantinha abençoada pelo *monge* João Maria, dos poderes mágicos e da adivinhação.

No início de 1938, o sentimento de medo e perseguição já dominava o cotidiano dos *monges* quando Deca França começou a anunciar a quaresma. Ele dizia que o dia 20 vinha chegando. Foi perguntado se ia parar de trabalhar a partir desse dia, teria respondido: “Eu não sei quando paro.” A quaresma teve início e, na quarta-feira de Cinzas, 9 de março, o “bicharedo” bateu na casa do Deca: eram “uns comissários” com “relhos de rabo de tatu” nas mãos. Queriam saber com ordens de quem ele estava trabalhando. Teria respondido que trabalhava por “Nosso Senhor Jesus Cristo, Nossa Senhora e Santa Catarina”. Ficou “intimado” para comparecer, no dia seguinte, na subprefeitura de Tunas. Ao se apresentar, acabou preso na “cadeinha”. Andreza ficou atendendo o povo: ficou rouca de tanto conversar. Naquele dia não conseguiu comer nem beber nada até às 22 horas. Tempos depois, a jovem

644 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 46-8.

645 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

646 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

647 Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

também foi conduzida presa por um tenente-coronel frente a uma escolta armada com fuzis. Foi levada para uma subprefeitura, ouviu ofensas do subprefeito e foi liberada.⁶⁴⁸

Segundo Orlandino, Deca França atendia as pessoas em casa. Ele “não saía”, atendia “em casa.” Mas, quando começou a perseguição: é “claro que saiu [...] pegô a se escapá porque os [bandido] pegaram a persegui ele, aí ele saiu.” A perseguição ao líder espiritual dos *barbudos* foi confirmada por diversos policiais militares que depuseram como testemunhas de defesa no processo crime⁶⁴⁹ que apurou as circunstâncias da morte de André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos, na costa do rio Lagoão, na Coloninha. Relatou Idalcinéia que, enquanto Deca França fugia da perseguição policial e dos vizinhos, seus bens eram saqueados:

Tiraram toda a criação dele, só pra tirá o que ele tinha. (...) Foram lá, tocaram o gado dele por diante, chegavam a matá vaca. Tiravam o ternerinho pequenininho assim, e matavam ansim no terrero. As criança chorando por causa do leite. Eles surravam as criança, pequenininhas assim.

Desta forma, Deca França teve de buscar refúgio, “mais parava no mato do que em casa. Queriam assaltá quase todo o dia na casa (...) nem trabalhá não podia mais porque assaltavam na roça.” Com a eliminação de Anastácio Fiúza, a perseguição concentrou forças em capturar o curandeiro dos *monges barbudos*. Orlandino afirmou que André França ficava escondido, “por aqui, por ali”, até que um dia ele estava na casa de um amigo, José Crespim, e acharam ele, e mataram ele.” Ao abrir a porta, “atiraram nele.” E quem matou André França? Respondeu Orlandino: “Pois foi a polícia.” Depois do assassinato do curandeiro dos *barbudos* as terras foram tomadas e um novo morador se instalou. “O gado tiraram tudo. Ficaram os coitado sem nem uma vaca pra tomá leite. Iam lá e tocavam por diante e pronto.” Foram os “Telles e o tal da Luz [ou Taldarluz]”. Para Idalcinéia, foi “uma revolução que tu nem sabia mais quem era. Quem menos corria, voava deles”. Os salteadores tinham nome: “Júlio Telles tirô. Até lá de Soledade, o Rodolfo Borges⁶⁵⁰, um moço rico, veio dali, levô 18 vacas do gado [...] do Deca. [...] Tinha o tal de Dário, escrivão, foi lá tocô 40 reis por diante. Só agarravam ansim, chegavam e tocavam e levavam.” E quem ficou com as terras? Idalcinéia não sabia: “A família se intimidaram e saíram porque prometiam matá até as criança. E daí saíram, e se foram pra... veio uma irmã da mulher, de Iraí, e levô eles.” Ela não soube identificar quem ficou com as terras, “mas eles não venderam pra ninguém.”

648 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990. Até esse momento não foram localizados documentos sobre essas duas prisões. No entanto, pode-se supor que esse relato seja verdadeiro.

649 Conforme capítulo 4.

650 Em 1922, Rodolpho José Borges era apontado como um dos grandes pecuaristas de Soledade, conforme COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922, v. 2, p. 230. No município também havia o coronel Rodolfo Joaquim Borges, que foi eleito prefeito, assumindo em dezembro de 1904 e permanecendo até 1908. Outra pessoa com função pública de sobrenome Borges foi o major José Campos Borges, eleito prefeito municipal. Ele assumiu em 1º de outubro de 1935 e foi assassinado 1936.

Idalcinéia contou com clareza a morte de Antônio Mariano dos Santos, o Toninho Vital, na mesma ocasião que assassinaram Deca França. Desconhecia que tivesse havido alguma investigação sobre os executores das mortes. Na região correu a versão de que, depois de morto, André França, além de degolado, teve a cabeça decepada. Parece que Janico Telles lançava a cabeça no ar e fincava com uma adaga. A versão, bastante escabrosa, se tomada isoladamente, parece adquirir veracidade quando associada aos acontecimentos políticos que marcaram o Rio Grande do Sul no final do século XIX.⁶⁵¹ Em especial, a Revolução Federalista (1893-1895) foi marcada por violências e degolas⁶⁵². No início do século XX, os sucessivos conflitos armados verificados nas primeiras três décadas, até a Revolução de 1930, também foram repletos de episódios violentos. Além disso, embora não constasse como penalidade na legislação brasileira, os participantes do “bando” de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que atuava nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe, foram mortos em julho de 1938 e tiveram a cabeça decepada. O feito foi registrado em macabra fotografia amplamente divulgada onde aparecem também cabeças de mulheres.⁶⁵³

Quanto a André Ferreira, ele também sabia que iria ser morto, convidou amigos para ficarem com ele. Ao amanhecer, um último “milagre”: ele estava com a roupa toda branca. Foi levado amarrado para a sepultura no Goiabal⁶⁵⁴, depois do cadáver ter ficado o dia inteiro exposto. Era necessário dar ciência para aquelas comunidades que o curandeiro Deca França finalmente tinha sido morto. O “célebre” Deca França carregava nos bolsos e pendurado no pescoço orações, ervas e cascas.⁶⁵⁵ Nas palavras da jovem discípula Idalcinéia⁶⁵⁶:

Quando assaltaram nele, ele sabia até a hora, porque ele convidô os vizinho pra ficá com ele. Quando ele apresentô-se. (...) Aí quando eles avançaram, que atirotiaram ele, ele disse ansim: ‘Agora me botem na cama com a minha mãe.’ Tava de ropa escura, minha fia, e amanheceu de ropinha branca. [...] Lá no terrero. Daí manearam ele e levaram como um porco pra sepultura. E lá, antes de sepultá, ficaram com medo que aquele pessoal da religião fosse tirá ele, degolaram.

Para Idalcinéia, a aceitação das mortes de André França e Anastácio Fiúza estaria no fato de que eles poderiam ajudar no céu quando houvesse o “grande rumor no mundo”,

651 Ver AHLERT, Jacqueline. *Degolas à Gaúcha*. In: REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ano 7, n. 84, setembro de 2012, Rio de Janeiro/RJ, p. 48-51. A professora da Universidade de Passo Fundo (UPF) aborda a prática violenta do contingente militar rio-grandense que atuou na 4ª e última expedição do governo brasileiro, presidido por Prudente de Moraes, contra o arraial de Canudos, na Bahia. Essa expedição aniquilou com o movimento religioso liderado por Antônio Conselheiro.

652 Ver REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-Paus. Guerra Civil e Degola no Rio Grande*. Porto Alegre, L&PM, 1985; ESCOBAR, Wenceslau. *Apointamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920, p. 372-398.

653 AVENTURAS NA HISTÓRIA. Edição 118, maio de 2013, São Paulo/SP, Editora Abril, p. 31.

654 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 49-50.

655 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escrivania do Juri, 1938-1942. Declaração do Cabo Antônio Porto, em 18/08/1938, v. 1. p. 10-10v. (APERS)

656 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

mobilizando do “Céu à Terra” e da “Terra ao Céu”. Todo aquele “que escapasse, o que defendesse, o que conseguisse: a fé, a religião, ansim, então seria defendido. E o pecado nunca mais haverá de haver só com o susto que esse pessoal iam levá”. Por isso precisavam de reforços no céu:

se eles fosse, ajudavam. Eles são espírito. Sofreram aqui na Terra. São espírito sagrado. Ajudaria os otros profetas divino, que tem no céu, rogamem por nós, por aquele que tenha fé e amor neles. (...) O mundo mesmo terminá não vai. Mas que nós vamo levá um susto vamo.

Os sonhos tinham papel de destaque nas crenças do grupo. André França recebeu a confirmação de sua missão por sonho e teria dito que deixaria avisos por sonho, depois que ele se fosse. Ele dizia que sua “voz era mundial”. De muitas outras coisas guardava mistério: mesmo algumas mensagens deixadas por *são* João Maria ele não compreendia. Teria afirmado: “Mas *são* João Maria teve 24 hora na minha casa conversando e me explicando. Mas tudo, tudo, ainda não compreendi e eu não compreendo tudo ainda. Eu agora explico pro povo, mas não sei bem. Eu tenho que puxá tino e o povo tem que puxá tino também, pra compreendê”, contou Andreza.

5.5.2 Família Desidério Fiúza, do pregador Anastácio

Anastácio Desidério Fiúza foi o primeiro *monge* a ser assassinado na Semana Santa de 1938, ele tinha pouco mais de 30 anos. Ele era alfabetizado, agricultor e criador, morava nas Campinas, próximo ao rio Despraiado, sexto distrito de Soledade, prestou serviço militar no Exército, 8º Batalhão. Era filho do agricultor Bazileu Desidério Fiúza⁶⁵⁷ e neto de Mercedes Fiúza⁶⁵⁸. Eram descendentes dos Fiúza de origem castelhana. Seus tios, por parte de pai, eram João, Joaquim, Luis Manuel e Pedro. Sua mãe era Balbina Onorato Fiúza⁶⁵⁹, filha de Joaquim Onorato Fiúza e Cezaria [Tesses] Fiúza. Anastácio teve cinco irmãos: Almerina, Aristeu, Ernestina, Reinoldo e Thomas. Almerina casou-se com Miguel Schneider⁶⁶⁰. A mãe e todos os irmãos teriam aderido à religião, exceção do pai que era afastado da família e possuía uma segunda esposa.

657 Bazileu [ou Basiléu] Desidério Fiúza nasceu em 23/maio/1873 e faleceu em 23/jun/1940, conforme RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Soledade, Jacuizinho, 2ª zona, Tunas, p. 96 (APERS) Ele foi sepultado no cemitério do Rincão dos Costa, junto com a esposa.

658 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990; Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

659 Balbina Onorato Fiúza nasceu em 19/mar/1876 e faleceu em 03/dez/1952, às 2 horas, de “moléstia ignorada” aos 78 anos, conforme RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 4. Espumoso, vila Jacuizinho, p. 161. (APERS) Ela foi sepultada no cemitério do Rincão dos Costa, junto com o marido, do lado direito da sepultura do filho Anastácio Fiúza.

660 Possivelmente Miguel fosse irmão ou parente de José Manoel Schneider casado com Ana Pacífica, filha de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa.

Anastácio casou-se com Ana Gonçalves Vieira Fiúza, filha de Frutuoso Gonçalves da Costa e neta de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa, com que teve dois filhos: Arator e Eurélia. A filha Eurélia casou-se com um neto de Pedro Ignacio e Maria Pacífica, filho de Alípio e Tereza Gonçalves da Costa. O filho Arator teve uma filha, Izilma Gonçalves Fiúza, que se casou com Luis Adalberto da Costa, filho de Orlandinho e Izaltina Gonçalves da Costa.⁶⁶¹ Os descendentes mantinham assim os vínculos de casamento verificados na geração anterior.

Anastácio cultivava nas terras do pai quando, em 19 de dezembro de 1929, conseguiu adquirir um lote de terras em sociedade com o irmão, Aristeu Desidério Fiúza. Ambos já eram casados e maiores de idade. Era um lote de terras de cultura de 10 alqueires, em Campinas, no Lagoão, sexto distrito de Soledade, por dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000), pago em moeda corrente com “plena e geral quitação”. A propriedade fazia divisas, ao norte, com as terras do pai, Bazileu Desidério Fiúza, ao sul, com Nicanor Rodrigues de Almeida e Doralice Borges Almeida, e ao poente, com o rio Despraiado. As terras foram adquiridas dos criadores Nicanor e sua esposa, Doralice. Foram pagos impostos e taxas de transmissão de propriedade no valor de 147\$500.⁶⁶²

Nas Campinas do rio Despraiado, Anastácio construiu uma casa e plantou cinamomos.⁶⁶³ Sustentava a família criando e comercializando porcos em Lajeado⁶⁶⁴. Levava a vara a pé, tropeando mais de 100 animais de cada vez. Junto com as suas criações, levava a manada dos vizinhos, era digno de confiança, negociava os produtos consignados, “era de fé”, como afirmou Thomas. Para a atividade, podia contar com o auxílio dos jovens da família de Ana Fiúza, o primo Marcolino Gonçalves da Costa, filho de Alípio e de Tereza Gonçalves da Costa, era um dos ajudantes de Anastácio.⁶⁶⁵ Durante a viagem, para descansar, debulhava espigas de milho para os porcos ficarem em volta enquanto aproveitada o frescor do mato. Nessa mesma época, comercializava cristais de quartzo. Comprava na região e levava para polir em Lajeado. Criava animais e tinha plantações. Como os demais vizinhos, cultivava o fumo que era vendido para os comerciantes de Santa Cruz ou para os intermediários locais: os bodegueiros. Percorria os longos caminhos a pé, a cavalo ou de barco pelos rios.⁶⁶⁶ Nas horas prazenteiras, gostava de navegar, de briga de galo de rinha e disputava carreira de cavalo.⁶⁶⁷

661 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

662 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Nicanor Rodrigues de Almeida e esposa a Aristeu e Anastácio Desidério Fiúza. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 19 de dezembro de 1929. Livro n. 68, 04 de dezembro de 1929 a 25 de março de 1931, p. 8-8v. (APERS)

663 Conforme Entrevista Balbina Fiúza Naguel, Tunas, 21 de janeiro de 1990. Ela é sobrinha de Anastácio Fiúza e herdou o nome da avó Balbina Onorato Fiúza.

664 Nessa época, os criadores de porcos não podiam mais abater e beneficiar os produtos derivados, eles tinham que levar os animais para os abatedouros como os de Lajeado.

665 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

666 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa; Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

667 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa.

As longas viagens a pé e os distantes trajetos a cavalo não eram novidade. O próprio Orlandino, quando jovem solteiro foi duas vezes a Nonoai. Foram quatro dias de viagem, saindo de madrugada, e parando nos pousos, às vezes até no mato. Foi acompanhando a mudança de uma irmã que migrou para o Norte. Vemos aqui um vínculo com as terras de Nonoai, através da migração. Cabe lembrar que, o capitão Riograndino da Costa e Silva⁶⁶⁸, quando esteve por dois dias no interior de Soledade e Sobradinho, a serviço da chefatura de polícia, em abril de 1938, apontou que o *monge* João Maria seria procedente de Nonoai, do toldo dos índios, tese compartilhada também pelo capitão José Rodrigues da Silva⁶⁶⁹ que estava no local, por determinação do Governo do Estado, para dirigir as tropas da Brigada Militar de Santa Maria e Passo Fundo que foram enviadas para reprimir os *barbudos*.

Anastácio teria sido uma espécie de pregador do movimento, não possuía poderes, como o *monge* João Maria, nem conhecimentos curativos, como Deca França, mas percorria as casas, organizava os terços e enfrentou os vizinhos para reunir os *barbudos* na igreja da Bela Vista. Existia a crença de que Anastácio sabia que ia morrer, teria separado a roupa do enterro antes de sair para a Bela Vista. A esposa Ana ficou aguardando em casa.⁶⁷⁰ Para alguns, o *monge João Maria*, que estava hospedado em sua casa, teria previsto que Anastácio voltaria morto. Para acompanhar seu sepultamento, centenas de agricultores enfrentaram o medo e o cerco de policiais e civis, que acabou por vitimar Benjamim Garcias de Moraes⁶⁷¹.

Mas, por que Deca França teria escolhido Anastácio Desidério Fiúza para ajudá-lo? Para Idalcinéia foi porque ele “era otro homenzinho que obedeceu os conselho”. Anteriormente, o Tácio “era um perverso”, explicou:

Não de ladrão. Não de bandido. Mas ele gostava da farra, gostava da brincadeira, não é? Ele era um home casado. Mas não de mal. Mas o coração dele não era permitido almafazejo⁶⁷². A mulher dele era uma doente. Era desenganada. Ela sofria de uma doença nos ovário. Daí a muier tanto ajeitô, ele levô ela lá. Ele levô lá e acreditô tudo. E aquelas vaidade, aquelas inlusão, aquela barbaridade que ele fazia: ele chegava num baile, desmanchava. Terminô tudo. Jurô pra Deus. Quando ele escuitô o conselho, disse, jurô pra Deus, com a vida dele, que entregava a Deus, que salvasse a muier dele, que ele haverá de seguir aquela fé. Que ele seguia. E seguiu e a muier sarô.

Anastácio teria vivido uma radical modificação no seu modo de vida. Antes, ele gostava de diversão, envolvia-se em jogos, carreiras de cavalos, brigas de galo de rinha e não perdia festas. O comportamento inconveniente de Anastácio, descrito por Idalcinéia e

668 COSTA E SILVA, Riograndino. Viagem a Sobradinho e Soledade, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados. Cópia do arquivo particular de Riograndino da Costa e Silva.

669 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.

670 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

671 Também conhecido como Benjamin Amaral.

672 Seria malfazejo, de malfazer, “amigo de fazer mal, malfeitor, malfazente. Antônimo de benfazejo”, conforme *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão 6.1, 4. ed. Editora Positivo, 2009.

confirmado por Ernestina Fiúza, em muito se assemelhava ao de Oscar Telles⁶⁷³, especialmente em intervenções inoportunas em festas alheias. Gregório Costa também apontou mudanças no comportamento de Anastácio. Para ele, antes de entrar na religião, Tácio “era um homem que tudo que era de jogo, era de carrera, era de jogo de... desse jogo... Como é vamô dizê? Sete baiano, que tinha primeramente, ele fazia tudo, né? Era estrabulega. Entrô pra a religião e mudô tudo. Era um homem bom.” Mas tudo isto foi antes: “Depois ele mudô muito, ficô um homi.” Assim como os outros adeptos, passou a viver um processo de sublimação, uma quase beatificação. Para os vizinhos, ele virou um santarrão.⁶⁷⁴ Anastácio passou a formar uma dupla muito respeitada com André França. Diziam que “o camarada tem que adotá os santo: Santa Catarina, São Francisco, Anjo da Guarda”, como meio de salvação. Falavam de um dilúvio destruidor e “que não era pra mexê no alheio”.⁶⁷⁵

Foi com a cura de sua esposa, realizada por André França, que Fiúza resolveu seguir a “religião”. Ajudando a “dá o bom conselho, pelo exemplo e a graça que ele recebeu.”⁶⁷⁶ Assim, a adesão e a conversão de Anastácio Desidério Fiúza está associada à doença de sua esposa Ana Gonçalves Vieira Fiúza, filha de Frutuoso Gonçalves da Costa, neta de Pedro Ignacio Bernabé e Maria Pacífica da Costa. Ela estava desenganada pelo médico que a visitou em casa e também por outro profissional que ela consultou em Cruz Alta.⁶⁷⁷ Na época, para uma consulta médica era necessário ir a Soledade ou a Cruz Alta, a cavalo.⁶⁷⁸ Ana Fiúza já estava toda inchada⁶⁷⁹, sem esperança de melhora, quando o pai dela⁶⁸⁰ aconselhou que o genro a levasse à casa de Deca França. Os boatos sobre os poderes adquiridos pelo colono corriam pelos lugarejos há quase um ano. Segundo Orlandino, Frutuoso teria dito: “Olha! Por que é que tu não vai lá no Deca. Essa mulher tá perdida. Tá perdida, o que que tu vai fazê? Leve ela lá, pois seja lá o que Deus quisé, se tivé de morrê, o que fazê?” No mesmo dia, ele colocou a esposa em um cavalo e foram em busca do curandeiro.

Ana Gonçalves Vieira Fiúza, esposa de Anastácio, passou uma temporada de nove dias de cura e aprendizagem na casa de André França: coletava ervas e auxiliava na feitura de remédios. Tornou-se conhecedora da farmacopéia curativa dos *monges*. Como parteira, socorreu muitas mulheres da vizinhança⁶⁸¹. Para os animais de criação com problemas de

673 Conforme capítulo 3, Oscar Telles tinha um comportamento social agressivo e foi processado várias vezes por conduta violenta.

674 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

675 Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

676 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

677 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

678 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

679 Lembrou Orlandino: “Os pé assim dela era um bolo, inchada.”

680 Para Orlandino, Frutuoso era o mais descrente dos Bernabé sobre a nova “religião”. Ele era tido como “herege”, mesmo assim, foi quem aconselhou Ana a se tratar com André França.

681 Não podemos afirmar que as atividades como parteira tenha vínculo com o movimento religioso dos monges barbudos.

saúde, Ana Fiúza fazia promessas e confeccionava bichinhos de cera de vela.⁶⁸² Ela usava saias longas, tranças compridas e lenço na cabeça. Morreu com mais de 80 anos.⁶⁸³ Era morena clara, gorda, baixota, uma típica mulher da roça, como descreveu Orlandino.

Izaltina Gonçalves da Costa descreveu o primeiro encontro de Ana na casa do seu André da seguinte forma: “Chegô lá, ele mandô que ela tirasse os pé no chão”. Ficou ajudando ele: “puxava água dum oio d’água que tinha na frente da casa. Começô a ajudá ele a fazê remédio. Ele curô ela.” O casal pousou lá. Fiúza teria revelado sua descrença e que só teria ido em busca do *barbudo* por interferência do sogro, que ele mesmo não acreditava nos poderes curativos de Deca França. No entanto, no outro dia, Anastácio já acordou mais crente, ficou junto com a esposa os nove dias. A partir disto ele teria começado a acreditar “que fosse verdade aquelas palavra que ele tava contando.” Ana teria aprendido sobre os remédios de ervas abençoados por André. Depois de curada, Ana continuou a frequentar a casa do curandeiro.⁶⁸⁴

Ao que tudo indica, a partir da cura de Ana, André França e Anastácio Fiúza passaram a desenvolver uma profunda identidade. Lembrou Orlandino: “O que um dizia, o otro junto.” Mas, cada um teve um papel diferenciado no movimento. “Um lá na casa dele, otro cá. Lá de vez em quando, então o Tácio ia lá. O Deca não vinha cá. O Deca não saía. (...) Ele era mais velho e ele era em casa. Agora o Tácio como táva a cavalo ia pr’um lado, pra outro, ele saía.” E mobilizava os vizinhos. Enquanto André França atendia o povo que acorria a sua casa, Fiúza batia de porta em porta, ia de casa em casa pregando para vizinhos e parentes. A caminhada, o pastoreio, a troperagem eram seu forte. Fiúza puxava as rezas, novenas e terços. Promovia reuniões de famílias: as novenas eram feitas no clarear do dia. Rezavam durante nove dias, cada dia na casa de um vizinho. Segundo Orlandino, Fiúza era quem rezava: “Mas rezava tudo. Terço, como diz ele. Não era missa, era terço [...] Era rosário.” E ficavam por aí, garantiu Izaltina: “Batizá não batizava. Era coisa do padre”, seguiu Orlandino, “ele só tinha aquela religião, mas casamento e batizado, isso aí não. Como dizia: não era padre.” Puxavam orações e cantavam, lembrou Izaltina. As preferidas eram Santa Maria, Ave-Maria e a oração do Anjo da Guarda.⁶⁸⁵ Thomas recordou as preces do irmão:

Meu anjo da guarda bem-aventurado e me sempre tenha comigo, tenha pegado, que me sempre me tenha comigo, me tenha pegado. Seis hora da tarde, seis hora do dia, que nasceu Jesus Cristo da virge Maria. Que nasceu Jesus Cristo da virgem Maria. [...] Meu anjo da guarda me tenha pegado, que

682 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990. No túmulo de Ana Fiúza, em 1990, ainda podiam ser vistos esses pequeninos moldes de cera de vela alusivos aos animais da criação.

683 Entrevista Balbina Fiúza Naguel. Tunas, 21 de janeiro de 1990; Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

684 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

685 Loc. cit.

me sempre me tenha convosco, me tenha pegado, que me sempre me tenha convosco, me tenha pegado.

Nos funerais, Anastácio comparecia para rezar para que a alma fosse para o “além”: “Amemo, amemo, por Nossa Senhora, levai este espírito pro reino da glória [...] Levai este espírito pro reino da glória. [...] A Nossa Senhora [...] Sua excelência no corpo de Cristo, São Paulo e São Pedro e o meu São João Batista.” Fiúza ia transformando o misticismo rústico, camponês curativo, em movimento social religioso. Potencializou as curas de França e propagou a “nova religião”. Para Thomas, Anastácio “entregô a vida pra Deus. Venha ou não venha que ele foi nesta fé”. Tudo pela crença em um novo mundo, criado após o fim deste, que seria destruído: “daquela hora em diante [...] com vento e tormenta e coisarada. Quanta doença desconhecida. O dinheiro ia perdê o valor. Rico ninguém ficava”. Depois que entrou para a “religião”, Anastácio Fiúza passou a andar desarmado. Dizia que todos tinham que ser como “cordeiro”. Se alguém batesse, era para oferecer a outra face.⁶⁸⁶ Esse era um dos pontos de divergência com o irmão Thomas, para quem não havia sentido em garantir o “benefício” pelo não uso de armas: “Isso que é o pior, que eu me agitava nessa parte, porque tinha que morrê como galinha. Não era pra brigá, não era pra tratá mal ninguém. Era uma coisa só pro bem. [...] Essa religião é benefício de nova vida, que ia se dá e que tá se dando.”

No perfil da personalidade de Anastácio Fiúza, construído pelos entrevistados, percebe-se um nítido destaque para a ruptura que ele teria feito com determinadas práticas conflitivas e violentas existentes na vida comunal, como as apostas, os jogos e a intervenção em bailes. Verifica-se também o aspecto empreendedor de Anastácio. Ele estava perfeitamente inserido dentro das possibilidades de negócios possíveis de serem realizados naquela época em Soledade, conforme apresentado no capítulo 1. Evidencia-se, ainda, sua iniciativa e agilidade para transações comerciais, rompendo com os limites dos negócios locais e buscando novos mercados nos municípios vizinhos e novas possibilidades como o comércio das ágatas e ametistas, por exemplo. Com o mesmo ímpeto utilizado para buscar transações comerciais mais vantajosas ele aderiu à “nova” religião e a suas consequências, entre elas, um pacifismo na contramão das relações políticas e de poder locais, influenciadas pelo clima beligerante pré-Segunda Guerra Mundial.

5.5.3 Família Gonçalves da Costa, os Barnabé

A numerosa família do agricultor Pedro Ignacio Gonçalves, também conhecido como Pedrinho Barnabé, e Maria Pacífica da Costa esteve profundamente envolvida com o

⁶⁸⁶ Entrevista Ernestina Desidério Fiúza. Tunas, 20 de janeiro de 1990. A irmã de Anastácio Fiúza afirmou que viu João Maria na casa do irmão.

movimento religioso dos *monges barbudos*. O casal teve onze filhos – oito homens e três mulheres. Os homens eram⁶⁸⁷: Salvador, Frutuoso, Alípio, Antônio, Crescêncio, David, Estácio e Ignacio. As três mulheres eram casadas: Andreza Pacífica da Silva com Manoel João da Silva, Ana Pacífica Schneider com José Manoel Schneider e Idalcina Gonçalves da Costa com Ananias Alves da Costa.

Maria Pacífica da Costa faleceu em 1929, deixando terras como herança. Possivelmente seu nome de solteira fosse Alves da Costa e os vizinhos do Rincão do Caixão, no Jacuizinho, Marcolino Alves da Costa, já falecido, e Olegário Alves da Costa fossem seus parentes. Durante a prisão no Jacuizinho, foi gravemente ferido Marcolino Alves da Costa⁶⁸⁸, com 39 anos, casado, agricultor, residente no sexto distrito de Soledade, com um tiro que atingiu o tórax e um pulmão. Seria ele filho do falecido Marcolino e parente de Maria Pacífica? Alípio, um dos oito filhos de Maria Pacífica, batizou um filho seu de Marcolino Gonçalves da Costa.

Os Alves tiveram significativa participação no movimento dos *monges*. Eram os Alves, Alves da Costa, Alves da Silva e Alves de Oliveira. Sete foram presos: Adão Alves, Ananias Alves da Costa, Gregório Alves da Costa, Adão Alves da Silva, Cristiano Alves da Silva, Nicolau Alves de Oliveira e Sebastião Alves de Oliveira. Outra questão que chama a atenção é que, os José da Silva, eram vizinhos no rio Caixão – Eufrásio José da Silva – e no Palmital, sexto distrito – Emiliano José da Silva.⁶⁸⁹ Da família José da Silva foram presos três: Frutuoso José da Silva, João José da Silva e Manoel João José da Silva. Na partilha realizada por Pedro Ignacio Gonçalves, os filhos Frutuoso e Inácio receberam as terras situadas no sexto distrito de Soledade, entre os lajeados Despraiado e Palmital. O Palmital estava entre as localidades vistoriadas pela patrulha do tenente Rosa, da Delegacia de Polícia de Soledade, em março de 1938.

Em 18 de dezembro de 1929, Pedrinho Barnabé com 84 anos, fez a partilha das terras herdadas por meação de sua esposa, Maria Pacífica da Costa, falecida naquele ano. A repartição contemplou 12 herdeiros: os filhos e as filhas e a neta Maria Jesuina Henbner, casada com Adolpho Henbner. Os herdeiros eram todos agricultores e um dos filhos já havia migrado, morava no município vizinho de Júlio de Castilhos. No inventário, o patrimônio total de Maria Pacífica da Costa era calculado em 27 contos de réis, correspondentes a 105 alqueires de terras. Como o inventário foi sobre a meação, os dois imóveis rurais partilhados somavam 52,5 alqueires, no valor de treze contos quatrocentos e cinquenta mil réis

687 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de doação inter-vivos de Pedro Ignacio Gonçalves a Salvador Gonçalves da Costa e outros. Cartório do Notário, Comarca de Soledade, 18 de dezembro de 1929. Livro 68, p. 7-8. (APERS). Foi mantida a ordem da Escritura por ser talvez uma ordem etária, do mais velho ao mais novo.

688 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho. Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito. Exame no ferido Marcolino Alves da Costa. 25 de abril de 1938, 14h.

689 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de doação inter-vivos de Pedro Ignacio Gonçalves. Op. cit., p. 7-8.

(13:450\$000), e estavam localizados no quinto e sexto distrito de Soledade. No rincão do rio Caixão, quinto distrito, eram campos e matos, limitados com o rio Jacuizinho e, ao sul, com o grande fazendeiro Inácio Diehl. No Palmital, sexto distrito, eram terras de cultura na divisa com os lajeados Despraiado e Palmital. Cada um dos herdeiros e herdeiras receberam o correspondente a um conto cento e vinte mil oitocentos e trinta e três réis (1:120\$833) em pouco mais de quatro alqueires.

De posse de sua parte do Rincão do Caixão, o agricultor e criador Crescêncio Gonçalves da Costa, viúvo de Juvita Helena da Costa, com seis filhos menores de idade - Pedro, Francisco, Sebastião, Izaltina, Alzira e Oscar - vendeu um pedaço das terras herdadas da esposa, recentemente falecida. O negócio foi realizado em 30 de junho de 1930. O comprador foi o bem situado criador de gado capitão Inácio Diehl, vizinho da família. Ele adquiriu 9,75 alqueires, no Rincão do Caixão, por dois contos, oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos réis (2:837\$500). A área fazia divisas ao sul e ao poente com o comprador. O capitão pagou pela transmissão de propriedade em impostos e taxas a quantia de 167\$500 réis.⁶⁹⁰

O velho Pedrinho Bernabé nasceu no final da Guerra dos Farrapos, em 1845, e viveu 92 anos. Faleceu em 29 de setembro de 1937, às 15 horas, em sua residência, no Jacuizinho, sem assistência médica⁶⁹¹. Não presenciou o assassinato dos *monges barbudos*. Os filhos e as filhas, genros e noras de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa tiveram importante participação no movimento religioso. Os irmãos Estácio e Salvador foram presos em março de 1938, pela diligência do delegado de Polícia de Soledade, tenente Januário Dutra; Alípio e Crescêncio foram presos em abril de 1938, na Bela Vista. Esses dois irmãos voltaram da prisão cegos devido ao veneno colocado em suas cabeças na prisão. O cunhado Ananias Alves da Costa também foi participante destacado da religião, foi preso junto com o grupo de mais de cem *barbudos*, levados, após o enterro de Anastácio, em 17 de abril de 1938, para a vila do Jacuizinho. Nesse grupo estava novamente Sebastião e outros quatro Gonçalves da Costa: Adão, Napoleão, Natalício e Orlandino.

Da família de Estácio – que herdou a alcunha de Bernabé – e de Delfina Ferreira França temos informações sobre duas filhas: Andreza auxiliava o tio curandeiro André Ferreira França na sua casa – ajudava na preparação do chá de caroba e no atendimento aos

690 RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Crescêncio Gonçalves da Costa e seus filhos a Inácio Diehl. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 30 de junho de 1930. Livro n. 68, p. 45-45v. (APERS).

691 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Primeiro distrito. Sobradinho, Soledade e Jacuizinho, 04 de agosto de 1933 a 05 de janeiro de 1940, p. 41. (APERS)

fiéis –, e Maria Fermina dos Santos, doméstica, casada com Carmelino Corrêa⁶⁹², faleceu jovem, com 28 anos, em 12 de maio de 1940, de “moléstia ignorada”⁶⁹³.

O Rincão dos Costa, mesmo sendo de difícil acesso, por estar localizado entre dois rios, o Jacuizinho e o Caixão, foi um centro aglutinador dos *barbudos*. Naquelas terras, no cemitério dos Barnabé⁶⁹⁴, foi enterrado Anastácio Fiúza e outras lideranças dos *barbudos*. Ali vivia também Alfredo Antônio dos Santos⁶⁹⁵, 66 anos, conhecido por Ceguinho, reconhecido benzedor e puxador de terço. Da família dos Santos, foram presas 17 pessoas. Alfredo esteve preso pelo menos três vezes: em 22 de março de 1938, na Delegacia de Polícia de Soledade, no grupo de oito *monges*; em abril, foi encaminhado preso para Porto Alegre com mais dois *monges*, e prestou novo depoimento em junho do mesmo ano, novamente na Delegacia de Polícia de Soledade. Em 3 de junho de 1938, quando foi interrogado pelo capitão José Rodrigues e pelo delegado tenente Januário Dutra, disse temer as autoridades locais.

No depoimento prestado por Alfredo, ele mencionou Antônio Salles, um indivíduo “que vivia a pé pelo mundo”, como o primeiro a pregar a *religião* na região. Relatou que *são* João Maria de Assis esteve na casa de Anastácio Fiuza e que convidou os “crentes da religião” para irem até a igreja da Bela Vista. Era um personagem emblemático da “religião”: “Alfredinho bom dos olhos”, como se referiu Thomas. Morou com a família de Gregório Costa por 13 anos, não seria parente, mas foi abrigado e alimentado. A cegueira o impedia de trabalhar, mas não de rezar e pregar. Era o capelão da igreja do Rincão dos Costa. Nos domingos, ia “tropicando, caindo aqui, ali” até chegar à capela para puxar a missa e o terço. Em casos de emergência, que envolvesse crianças, “ele fazia o batizado dele”.⁶⁹⁶

Alfredo era levado para rezar o terço nas casas. Além das orações, o seu forte eram as benzeduras: “Benzia muito bem, qualqué cosa”, em especial, para eliminar vermes, as “bicha” que atacavam as crianças. “Ele dava o seu remédinho de caseiro, de erva, essas cosa ele dava [...] Ele era chamado muito pra tudo, não era só na religião que levavam ele. Levavam ele qualqué gente que não era religioso”⁶⁹⁷ Mas houve também quem duvidasse de seus benzimentos e até de sua cegueira⁶⁹⁸, chegaram a afirmar que ele fingia, “para dizer que tinha poder”⁶⁹⁹. Mencionaram a sua agilidade, “quando foi perseguido fez uma travessia muito

692 Da família Corrêa foi preso Sebastião José Corrêa, em 17 de abril de 1938.

693 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Soledade, Jacuizinho, 2ª zona, Tunas, p. 90. (APERS)

694 Nesse cemitério está sepultada Jesuina Pacifica dos Santos, nascida em 1883 e falecida em 1908.

695 Os nomes Alfredo Alves dos Santos e Alfredo Antônio dos Santos constam das listas de presos de março e abril de 1938. Possivelmente, fosse o Ceguinho.

696 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

697 Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990;

698 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990; Entrevista Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

699 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

difícil”⁷⁰⁰, para justificar a descrença. Alfredo morreu “sem dor”, acreditam que com 105 anos, foi sepultado no cemitério do Rincão dos Costa.⁷⁰¹

5.6 O *profeta* João Maria, motivador da religiosidade

O início do movimento dos *monges barbudos* está, invariavelmente, associado à aparição do *monge* João Maria na região rural de Soledade e Sobradinho. Em 1935, ele teria ensinado André Ferreira França a utilizar ervas medicinais, a realizar curas com a mantinha “sagrada”, pregando o juízo final e a remissão dos escolhidos. Nesse encontro, deixou a *Carta de Aviso*. No entanto, as histórias do *santo monge* eram ouvidas desde a época de Pedro Ignacio Gonçalves, falecido em 1937, com 92 anos. Era o avô Barnabé que contava as façanhas do velhinho. Para Orlandino Gonçalves da Costa, as histórias do *monge* antecediam ao seu nascimento: no tempo do “finado avô, de vez em quando ele aparecia.” Eles se conheciam “há muito tempo.” Sua esposa, Izaltina, achava “engraçado” os fatos narrados: “Tempos atrás, no tempo do finado meu avô, ele, de noite, andava assim caminhando e várias vezes ele apareceu lá no seu Deca.” Da mesma forma que chegava sem ser esperado, também ia embora sem anunciar.

Mas quem era João Maria? O seu local de parada seria o cerro do Botucaraí, afirmou Orlandino. Izaltina garantiu que lá “ele tinha uma igreja”, feita por ele mesmo ou “fizeram a igreja prá ele”, conforme Orlandino. “Nem água não tem lá. Ele vinha buscá água cá embaixo. Então diziam que ele largava um barbante com uma vasilinha d’água, pegá cá embaixo e puxava aquela água”, contou o neto de Pedrinho Barnabé. O casal conheceu o cerro já na velhice, mas a existência do lugar era sabida desde a infância. As aparições do velho andarilho eram surpreendentes, envoltas em proezas.

Um episódio notável sobre uma das passagens do *monge* no Rincão dos Costa dizia respeito à travessia que ele teria feito nos rios que circundavam a propriedade num período de chuvas constantes. Narram que ele teria chegado “enxuto” apesar das fortes chuvas e da impossibilidade para os demais de cruzarem os rios.⁷⁰² Em outra ocasião, na casa de Crescêncio, pai de Izaltina, certo dia, “eles tavam fazendo melado, moendo num engenho aí cana e tudo, e o rio aí não tinha canoa, não tinha ponte, o rio cheio. Quando viram ele chegando lá.” Indagaram-se: “Mas como é que este véio cruzô? Não conheciam. Como é que

700 Entrevista Deodoro Graco Serrano. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

701 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

702 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990. Histórias semelhantes são narradas por OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1992, p. 116, sobre a habilidade de São João Maria em cruzar rios como em Porto União (PR) e Campos Novos (SC).

este véio cruzô? E o pai dela já sabia mais ou meno das notícia, mas não conhecia ele. Perguntô se era ele o são João Maria: – Não sei”⁷⁰³, teria respondido displicente. Nem sempre as conversas eram diretas. Prosseguiu Izaltina: “Ele não perguntô assim direto, sabe? Perguntô como é que ele cruzô o rio, diz: – Ah, cruzei. – Mas o rio tá cheio, como é que o vizinho cruzô?” As perguntas nem sempre eram respondidas, as respostas podiam ser evasivas.

O velhinho chegava pedindo licença, ele tinha os pés inchados. A perna “malhada” provocava certa repulsa, o que acabava impedindo que alguns dessem pousou a ele, interpretou Izaltina. Não era o caso de Crescêncio Gonçalves da Costa que levou o visitante para dentro de casa: “Aí papai chegô a perguntá prá ele, naquele tempo era tempo da religião, que vivia perseguindo [...] se não aperseguiam ele. Houve aquele perseguição, de só vivê escondido. – Não. Não perseguiam.” O peregrino trazia uma batatinha doce, já roída, em uma maleta, “num saquinho”⁷⁰⁴. Segundo Izaltina, Crescêncio teria dito: “– Quem sabe o vizinho carrega vontade de comê? E o vizinho: – É. Carrego. Tem muita gente que chega assim e me dão.” Depois de cozida a batatinha, o hóspede ofereceu para os anfitriões e disse: “– Óia vizinho, pode comê.” Ao que responderam: “– Não, não.” E prosseguiu: “– Podem, vizinho, podem comê. – Não. Eu mandei cuzinhá pro vizinho comê. - Não, não, podem comê.” E Izaltina acrescentou: “Só sei que aquela batata, até hoje me alembro, tinha nojo de ruída, assim, né? Deu pra nós tudo. Nós era entre sete. Deu pra nós comê tudo aquela batata. E ele comeu ainda.” Izaltina ficou impressionada com o fato de uma pequena raiz ter sido dividida entre tantas pessoas.⁷⁰⁵

O *profeta* João Maria “era um homem pequenininho que usava um gorrinho.” Para Gregório, o *profeta* teria aparecido na região por duas vezes: a primeira, na casa do seu André, a segunda e última, foi na casa de Anastácio Fiúza⁷⁰⁶, quando instruiu os fiéis para irem para a Igreja de Santa Catarina. O *profeta* João Maria deixou com André França a *Carta de Aviso*, documento copiado largamente e guardado com os fiéis como símbolo da adesão religiosa. Na leitura da carta, tem-se a impressão de que ela foi escrita como se o próprio Jesus Cristo estivesse fazendo um desabafo. No início da carta, foi registrado o fato de ter sido dada pelo “são João Maria Santos três Manuel de Tibagé”⁷⁰⁷. Segundo Izaltina, seriam

703 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

704 Loc. cit.

705 Entrevista Izaltina, 21 de janeiro de 1990. Segundo OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1992, p. 117, episódio semelhante aconteceu em Porto União: “Teve um dia que João Maria tava junto com uns 20 home conversando. Daí eles falaro que iam armoçá; mais ele falo pra eles armoçá com ele. Mas todo mundo ficaro assustado, porque ele só tinha uma panelinha de couve – era só o que ele comia -, daí serviu todos, e todos comero bem e ficaro satisfeitos.”

706 Entrevista Ernestina Fiúza. Tunas, 20 de janeiro de 1990. A irmã de Anastácio Fiúza afirmou que viu João Maria na casa do irmão.

707 Seria alusão ao rio Tibagi [Tibaji], no Paraná?

três irmãos: Manuel, João e José⁷⁰⁸. Os irmãos andariam “no mundo pregando as palavra prá todo o povo não pagá maus caminho. Então... Mas era um cara sério, sentava aí, principalmente onde tinha biriva ele parava.” De acordo com Orlandino, o andarilho gostava do fogo no chão: “dentro de casa, na cama, ele não dormia: ‘Eu sô grossero, sô lá da biriva!’ Comê, a senhora podia arrumá uma mesa do melhor aí, ele só comia qualqué um poquinho pro’cê vê aí. Então ele dizia, ele já foi morto, ele era um espírito que andava reformado.” Mesmo assim, arrisca-se a pergunta sobre a origem e a nacionalidade do andarilho. A resposta foi de que ele era bem brasileiro, sem sotaques. Para Orlandino era “tipo bugre até”. Complementou Izaltina que ele era “bem moreno”. Tipo índio? Não. Izaltina, logo que viu, pensou que fosse “negro”.

A abordagem desses aspectos físicos e das idiosincrasias do *monge* João Maria possibilitou que os entrevistados afirmassem crenças sobrenaturais como a superação da morte e a incorporação de espíritos a outras formas corporais. Assim, acreditavam ser João Maria um espírito na forma de “uma pessoa bem véinha”⁷⁰⁹. Caminhava “bem devagarzinho, assim curvadito, os [ombro] curvado, curvado”⁷¹⁰. Para o casal Orlandino e Izaltina eram “treis irmão, treis santo Manuel Tibagé”. Mas que história é essa de três irmãos? Respondeu Orlandino: “Treis santos Manuel Tibagé. Então era João, Manuel e José. Então eram treis e vinham a sê um só. Então foram matado os treis, então foram santificados, pelos judeu, ele mesmo contô”. João Maria possuía a marca no lado esquerdo do peito, indicando o lugar “onde ele foi matado”. Sim, confirmou Izaltina, “mataram e atiraram em cima dele.” Seguiu Orlandino narrando esse fato inusitado: “Então ele abria a camisa assim e mostrava o retângulo que fíncava a lança no coração dele. [...] ele já tinha sido matado lá.” Teria dito que o próprio pai “tinha esse sinal”, além dos três irmãos: “Era um retorno assim, que foi cortado [...] e fechado com sal”. Segundo essa versão, João Maria seria um espírito, uma vez que já fora assassinado com uma lança em seu peito.

A *Carta de Aviso*⁷¹¹ deixada por João Maria era para lembrar aos humanos as “maldades que teriam feito” contra Cristo. Por isso, alertava que Jesus afirmara que, “se não fosse as benditas rogas de minha mãe Maria Santíssima, Santa Catarina, Santa Terezinha, São Francisco e os anjos de vossa guarda, eu teria castigado todos há mais tempo”. O Cristo rancoroso ameaçava: “por seus males, que tendes feito, não terão de gozar nada, se não cumprir com os meus pedidos. Destruirei com tais tormentas e verão os clamores de seus pais [por] não terem educado seus filhos quando era tempo”, agora era tarde. No entanto, ainda

708 Na Região do Contestado, no estado de Santa Catarina, José Maria apresentava-se como irmão de João Maria.

709 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

710 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

711 Carta de Aviso deixada pelo *profeta* João Maria a André Ferreira França, em 1935. *Apud* PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 46-8.

havia tempo para o arrependimento sincero, a ser feito com muitas lágrimas. O mesmo não ocorrendo com aqueles que “abusassem” ou que duvidassem daquelas palavras. A esses estava reservada a “condenação” aos “infernos para sempre”. Os “misericordiosos” e “seus próximos serão considerados bem aventurados todos vós, com vossas famílias [e] filhos”. Esse seria o “derradeiro” aviso, mas “quem em sua casa tiver esta oração, nestes dias, não há de ser castigado”. No entanto, “quem duvidar”:

[dos] meus avisos, que foi feito [pelas] minhas sagradas mãos e trazidas pelos anjos, o fim desta, como foi sua geração antes de vós, para quem espalhar esta minha carta de aviso e der cópia dela a quem pedir pelo amor de Deus para espalhar pelo mundo, eu perdoarei todos os pecados, [bem como a] aqueles que não souber ler nem escrever, darão uma esmola de um vintém [que] será posta no cofre das almas para ficar valioso.

Aos que lerem “com fé todos os domingos” e que falarem com “devoção eu livrarei dos castigos, colocarei a minha direita”, ficando “livres de todos os perigos desta vida”. Aos que “abusarem” do que era dito, “verão de agosto em diante [com] grande admiração dos castigos que mandarei ao povo quem não cumprir com os meus preceitos não terão a minha benção”. Mas, o pior estava reservado a aqueles que “abusassem”; esses “não terão o pão, nem o alimento corporal e verão seus filhos morrendo de crueldade, que não hão de saber de onde vem, donde vem e nem para donde vai”. Acrescentando que “ainda tenho avisado com tempo de rogar a minha mãe Maria Santíssima, Santa Catarina, Santa Terezinha, São Francisco e os anjos de vossa guarda, estes que estão pedindo para não serem castigados conforme guerras, morte repentina”.

Ao final, fazia mais um apelo: “por isso, peço pelo amor de Deus, cópia desta minha *carta de aviso* para não ser castigado” e quatro Salve Rainhas, uma para cada um dos quatro santos, uma Ave Maria e “glória à pátria aos anjos da vossa guarda Jesus por vossa família e por vossa proteção e por vossa criação e para que nós sejamos felizes dos castigos que tendes haver de agosto em diante”. Essas cartas, além de servirem de aglutinação para os participantes do movimento religioso, podem ter causado medo aos vizinhos. Estavam explicitamente registrados os eleitos e os demais, os castigos e as bênçãos, os submissos e os que abusavam.

Depois dos episódios da Semana Santa de 1938, ninguém mais ouviu notícias de *são* João Maria, se ele morreu, ou o que teria acontecido. Para Thomas, essa foi a última aparição do velho *monge*, ele “nunca mais apareceu”, especulava:

Decerto ele contô aquela e tá aguardando lá como os otros todos. Porque tem gente que acredita, como o dia de amanhã, que vai vim e que Jesus vai vim na Terra, que ele ficô de vim a dois milhano e tá pertinho agora. Diz na Bíblia, eu não sei lê, a senhora me desculpe, mas na Biblíá tá, os otro me dizem.

Segundo Orlandino, “ele disse, aquela verdade ele disse: ‘Óia, é a última vez que eu venho aqui. Então agora voceis...’ [...] Cada um pra si e Deus por todos. E quem merecê...’.” Complementou Izaltina: “O que ele tinha que explicá, tava explicado.” Orlandino acreditava que a missão do velho *monge* estava cumprida, ele mesmo teria dito: “O que eu tinha de fazê é isso, então eu agora vô me recoie.”

Para além das questões místicas envolvidas com o *monge* João Maria, é possível verificar algumas questões bastante importantes. O velho João Maria podia ser confundido com um “bugre” ou com um “negro”⁷¹², poderia estar bastante perto do Rincão dos Costa a ponto de se aproximar das residências sem ter de cruzar as partes mais largas dos rios, tinha marcas corporais cicatrizadas com sal, similares a de seu pai, não dizia ser o *monge* e a precariedade de sua figura, com feridas e inchaços, inspirava um certo “nojo” em quem não conhecia seus poderes. Por fim, tinha práticas antissociais: não juntava multidões, andava sozinho.

5.7 Aspectos místicos da religiosidade “exótica” e mestiça

O aspecto místico religioso do movimento dos *monges barbudos* constitui um universo simbólico bastante complexo de ser resgatado. Como visto anteriormente, as fontes da época são mediadas pelos agentes públicos que fizeram os registros e pelas circunstâncias em que foram colhidos. Não importava o conteúdo das preces – desde que ficassem nos marcos da Igreja Católica –, mas o possível caráter rebelde e contestatório das reuniões dos *barbudos*. Existe um consenso a respeito da devoção as Santas Catarina e Terezinha como elemento constitutivo da religiosidade. Como afirmou o agricultor Abrelino da Rocha Soares⁷¹³, aos 53 anos, em interrogatório na Delegacia de Polícia de Sobradinho: ele praticava a “religião” que tinha como “padroeira Santa Catarina”, mencionando também “uma história bíblica”, “um catecismo” e utilização de “breves” com as orações de Santa Catarina. Crenças que vinham “desde os seus antepassados”. Outro aspecto era a identificação das moças da “seita” com essas Santas. Além disso, o aspecto mais incomum: as moças Ferreira – Maria

712 Na antiga região de Soledade e Sobradinho da década de 1930 foram reconhecidas três comunidades quilombolas nos anos 2000. A comunidade de remanescentes de quilombolas do Rincão dos Caixões, no Jacuizinho, a pessoa mais velha é Erocilda dos Santos Fernandes, Tia Fiinha, com 84 anos. Os outros moradores têm sobrenomes: da Costa, da Silva, dos Santos, dos Santos Fernandes, Fernandes, Fernandes da Silva, Fernandes dos Santos, Marques de Oliveira, Santos da Silva e Xavier dos Santos. Na comunidade de remanescentes de quilombolas da Linha Julio Borges, no Salto do Jacuí, os sobrenomes são: Costa, Fernandes, Silva e Xavier. Na comunidade de remanescentes de quilombolas da Linha Fão, no Arroio do Tigre, os sobrenomes são: Costa, Fernandes, Miranda e Silva. Conforme informação fornecida por Jônatas Elias Florêncio, economista da EMATER de Jacuizinho/RS, por e-mail: barulho_13@hotmail.com, 12/dez/2013, às 15h48min, de acordo com o documento Diagnostico de comunidades negras rurais remanescentes de quilombos.

713 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares. 10 de novembro de 1937.

Cândida e Maria Florícia – incorporaram as Santas que “baixaram” no funeral de Anastácio Fiúza. Foram as únicas mulheres presas no Jacuizinho em 17 de abril de 1938.

A fé em Santa Catarina pode ser explicada pela presença das irmãs nas áreas coloniais. Segundo Rovilho Costa⁷¹⁴, em 1900, vieram para o Rio Grande do Sul freiras da congregação das Irmãs de Santa Catarina, provenientes da Alemanha, com o intuito de colaborar com a evangelização nas áreas de colonização. É possível que a Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, no distrito do Lagoão de Soledade, tenha vínculo com essas missionárias. Por outro lado, a devoção a Santa Therezinha do Menino Jesus estava em alta em 1938. No *Correio do Povo*⁷¹⁵ – jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul –, pode-se ver o anúncio da exibição de um filme sobre a vida da Santa Therezinha. A película estava em cartaz nos cinemas Coliseu e Ypiranga em Porto Alegre: “Verdadeira exaltação da fé católica.”

Com essas ressalvas, foram destacados alguns elementos da religiosidade presentes nas entrevistas realizadas com os então velhos *monges barbudos*. Segundo relato de Andreza Gonçalves da Costa⁷¹⁶, o tio André Ferreira França apresentava ideias sobre os conflitos celestes, tão reais como se ele tivesse presenciado. Para ela, as ameaças contidas na *Carta de Aviso* teriam sido, de alguma forma, ouvidas por ele. Assim ela narrou o diálogo entre as divindades: Deus queria destruir o mundo inteiro, por isso mandou Jesus Cristo para rezar pela salvação. Nossa Senhora (Mãe Maria Santíssima), Santa Catarina, Santa Terezinha, São Francisco de Assis e o Anjo da Guarda “se pegaram com ele, lá pelas tantas, para não fazer: – Não Jesus, não destrua tanta gente boa no mundo. Santa Catarina pediu: – Não Jesus. Tanta gente boa, tanto coração bom no mundo, tanto inocente, não faça.” Com o apelo, Jesus Cristo entregou o mundo para Santa Catarina e Nossa Senhora.

Segundo Andreza, o objetivo era fazer uma “separação completa”. Santa Catarina tiraria uma parte para ela: uma semente. “O que é dela, é dela.” Encarregada pela redenção da humanidade, teria pedido a Jesus Cristo para “baixar um profeta”⁷¹⁷, que mandasse *são* João Maria com uma oração assim recitada por Andreza durante a entrevista:

Minha gloriosa Santa Catarina vós sois clara e digna porque sois aquela senhora santa que passastes pelas porta da casa de Adão e Eva e encontrastes com mais de 50 mil homens bravos como leão. Vós com as santas palavras da razão abrandastes os corações de todos os meus inimigos [...]. Que os seus olhos não me enxerguem, seus ouvidos não me ouçam, sua boca não abra para falar má palavra contra mim, suas pernas não me alcancem, seu braço não se levantem para me derrubar. Suas arma se neguem contra mim, que meus inimigos e inimigas não tenham valor nenhum. Assim vos peço, minha gloriosa Santa Catarina, me livre de tudo quanto é bicho peçonhento.

714 DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. ver. atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011, p. 234-5.

715 CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 14 de abril de 1938, p. 13.

716 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990. Ela preferia ser chamada como Andreza Gonçalves da Costa, seu nome de solteira.

717 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

Me livre de todos os desastre, da água e do fogo, me livre das tentações, das atenções, das perseguições, de prisão, de calúnia e de má morte. E minha casa sempre seja conservada em paz e que eu seja feliz nos negócios, que eu vos ofereço todos os dias um Pai Nosso e uma Ave Maria isto com muita fé e devoção.⁷¹⁸

Dentro do universo simbólico narrado por Andreza, pergunta-se: as formas de resolução dos conflitos celestes poderiam ser utilizadas como formas didáticas ou psicanalíticas de resolução dos conflitos terrestres? Ela tinha convicção naquilo que Deca França teria falado. Para os outros entrevistados, a separação do mundo e os apelos das santas e dos santos não foram o bastante para demover Cristo da ideia de destruição: “Mas que ele vai destruir o mundo vai. E tá bem pertinho”.⁷¹⁹ A ideia do fim do mundo e da salvação dos escolhidos foi reafirmada por Idalcinéia. Segundo Orlandino e Izaltina, o *profeta* João Maria falava sobre a volta de Jesus Cristo, mas isto: “nem os anjos, nem os apóstulo [...], não sabiam o dia nem a hora. [...] Mas que ele voltava, voltava.” E quem vai saber ao certo? Indagava-se Izaltina, se “Nem eles que são os poderosos não sabem. Nós aqui na terra... Nós sabemos que dicerto o fim de século que ele anunciô tem que chegá esse dia, não é?” André falava em dilúvio, na salvação dos fiéis e na volta de Jesus Cristo, “só não sabia a hora e nem o dia”, nem se seria em vida ou após a morte.⁷²⁰

Para Gregório, a religião dos *barbudos* era a Católica. Mesmo com a precária assistência religiosa prestada por essa Igreja, os *barbudos* eram batizados.⁷²¹ A religião era a “Católica verdadeira que estava decaída e abandonada pelo mundo inteiro e foi levantada abaixo de dor pelo sangue brasileiro”, dizia Andreza. Segundo Orlandino, todas as religiões eram respeitadas pelos *barbudos*, mas aquela considerada principal era a Católica Apostólica Romana. As santidades possuíam atributos específicos: Santa Catarina, virgem e poderosa; Santa Terezinha do Menino Jesus, guia do caminho do bem; São Francisco de Assis, primeiro guia e defensor; Anjo da Guarda livra dos perigos e das más intenções, defende dos castigos e da escuridão. E *são* João Maria de Jesus: “santificado sem pregar os braços na cruz”.⁷²² Na hora da perseguição, Andreza teria conseguido escapar “só chamando por Santa Catarina”⁷²³, assim venceram “tudo”. O povo gritava só por Santa Catarina, chamando por ela, e dizendo a oração.

Segundo Izaltina, o anúncio está feito: Cristo “anunciô e no dia que ele subiu ao céu, ele deixô anunciado. [...] A gente tem que ir forcejando pra não fazê certas cosas contra Deus, pr’aquele dia a gente sê feliz.” Deca França também falava sobre a vida e a morte. Orlandino

718 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

719 Loc. cit.

720 Entrevista Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

721 Entrevista Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

722 Entrevista Andreza Gonçalves Reis.

723 Entrevista Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990. Ele confirmou a devoção a Santa Catarina.

o ouviu dizer que: “Pr’aquele que seguisse bem direitinho, ia pro céu, e, aquele que virasse, ia pro inferno. Diz: ‘Óia, quem seguiu bem direitinho, terá o reino do céu [...] e quem mata ou roba, ou malandrage, ou isso e aquilo, aquele vai pro inferno.’” As opções eram claras e definitivas, segundo Izaltina: “É o reino da glória lá. Se nós fizemo mal aqui, porque que nós ia tê o perdão lá. Não podemo tê o perdão. Nós fizemo mal aqui na terra pros nossos ermão, então é isso aí. A gente tem que se cuidá isso, pro dia que a gente subi ao céu a gente tê o descanso.” Seguiu na sua fé:

tudo as palavra dele, como diz o ditado, tudo era palavra boa, nada era pro mal. Por isso que o povo muitos pegô aquelas palavra e seguiu. Agora fosse umas coisa, palavra do mal, mas isso é coisa que ninguém ia querê. Palavra do mal, como diz o ditado, eu até chego a me arrepiá em falá. Se é do bem, tudo bem. Mas não sendo do bem, nada mudô.⁷²⁴

Segundo Gregório Costa, André França explicava muitas coisas para as pessoas, entre as quais, previsões sobre a violência política, tendo acertado quanto ao assassinato de “uns quantos aí”, principalmente quanto às autoridades locais: “ia sê um contra o otro e iam se matá”. A violência política em Soledade e Sobradinho era uma realidade nos anos 1930 e assassinatos por divergências também fazem parte da história dos municípios, conforme apresentado no capítulo 2.

O líder espiritual dos *barbudos* também teria defendido a sua tese sobre a criação do mundo e para o uso da barba e dos cabelos longos. Observa-se que, em meio a explicação de Andreza, aparece uma divergência com os judeus e com a própria Igreja Católica. Deca teria assim explicado:

Deus pai é todo poderoso, de nada se gerô. Depois que se gerô resolveu fazê o mundo. Fez tudo, tudo assim. Depois fez o homê e fez a mulher, mas fez a barba e o bigode pro home e o cabelo comprido pra mulher. Mas acontece que o judéu tomô conta do mundo e trocô tudo. Hoje nem padre, nem bispo, nem papa, não tem barba, não tem mais.

5.8 Ervas, pés no chão e cuidados com o fumo

Convencido que tinha uma missão a cumprir, André Ferreira França passou a fazer “consultas”, receitar chá de caroba, dar “passes”, divulgar a *Carta de Aviso*. Deixou a barba crescer e passou a ter ervas penduradas no pescoço e orações nos bolsos. Aos que acorriam a sua casa, Deca dedicava tempo para as conversas, o que era o seu forte: André gostava de prosear, acabava convencendo aos ouvintes de que dizia a “puríssima verdade”. Falava nos mandamentos: não matar, não roubar, tratar a todos como irmãos. Incentivava a caridade e a solidariedade ao próximo, em especial aos necessitados e às crianças – “os inocentes” – todos

724 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

deveriam dar uma “ajudazinha”, uma “oferta”, um prato de comida – “uma cozinhada de qualquer coisa” –, ou um “dinheirinho”.⁷²⁵

Segundo Idalcinéia⁷²⁶, o ensinado era que deveriam fazer caridade aos necessitados, além disso: “não dizer a má palavra, não fazer mal a ninguém. Não usar essas modas horríveis, que não eram parte de Deus”. André aconselhava aos filhos que não “marroteassem” os pais e que não desejassem mal a ninguém. Respeitar pai e mãe. “Casal, tinha os seus noivo, casá na Igreja Católica, pode ser no cartório, mas fazer o catolismo, porque Nossa Senhora foi casada”. Pregava o respeito entre os casados. Ensinar a rezar, “e tomar remédio de ervas, que a época ia chegar a tempo que nem o doutor não iam conhecer as doença que iam aparecer.” Estas ideias foram confirmadas por Thomas Fiúza, para quem Anastácio também falava que iam ocorrer muitas doenças e que o dinheiro ia perder o valor.

O poder de convencimento do *barbudo* Deca França era notável: “qualqué um de nós, que chegava lá, se convencia com as palavra dele. Ele contava certo”, “explicava: não fazê mal aos seus semelhante, tratá direito os seus semelhante e tratá da religião direitinho e que ia ter salvação. Ele dava muito remédio” de carobeira, “mandava tomá, tirá a casca, e fazê” o chá. Servia para “limpá o sangue. E diz que limpava as alma, a alma também.” Atestou Izaltina⁷²⁷ que André França “não chamava ninguém. Aquele que quisesse ir, e tivesse fé e tomasse o remédio com fé, sarava. E o que fosse lá só pra debochá, como muitos iam às veiz, pra vê o que que era, não é? Aquele ia e vortava no mesmo, por que ele ia sem fé”. Versão confirmada por Gregório: André “era um vivente que tratava bem a pessoa [...] A gente ia lá, como diz, ele não chamava nós, nós que ia lá. Então ele explicava certas coisa, como é que vinha, como é que não vinha”.

Seus ensinamentos eram de preservação da natureza, de sacralização da terra e das águas e o alerta contra a utilização de produtos químicos que começavam a ser adotados nas lavouras de fumo. Avisava: “Olha, vai chegar a época que vocês, como são plantador, não vão saber nem quando é inverno, nem quando é verão. Vai chegar essa época, eu não sei quando”.⁷²⁸ Assim como falava do fim do mundo e da parúsia, do dilúvio e da salvação dos escolhidos, André falava de política. Teria dito: “Olha, governo? Vai chegar um tempo, não tem governo, não tem presidente que preste. O povo nunca acha que tá bom. O povo vai tirar, o povo vai botar. O povo vão virá numa mixórdia, vai virá como num enxame de abelha sem mestre”, lembrou Orlandino. “Que nem os governos nunca mais iam se acertar”, afirmou Idalcinéia. Com toda a previsão catastrofista de grandes mudanças e do fim do mundo, existia uma ideia otimista de existência. Thomás mencionou isso: por mais que as pessoas estivessem

725 Entrevista Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

726 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

727 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

728 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

mal ou desesperançadas, deviam dizer que estavam bem e que tudo ia melhorar. Mesmo a morte, limite extremo, era vista como um benefício: chegava-se mais perto de Deus.

Assim, segundo as informações colhidas com Andreza, os escritos religiosos possuíam um sentido estratégico: garantir a permanência das ideias e “ir para os livros”. Teriam anunciado que viria uma nova Bíblia. André França teria dito que: a “Bíblia velha [...] já não adianta mais nada!” E justificava: “Mas se o povo seguisse o que tá na Bíblia, não precisava Nosso Senhor botá os pé na Terra pra ensiná. Agora, como eu tô ensinando o povo, tô guiando o povo, agora eu tô estudando a Bíblia”. Relatou Orlandino que, como não sabia escrever, André ditava “as palavrinhas” para serem registradas como orações.

Segundo Idalcinéia, na “religião” dos *monges* nada era proibido:

Tanto faiz nós querê fazê o mal como querê fazê o bem. Si fazemo o mal, Ele anuncia nós, entrega nós pro chefe do inferno. E nós fazendo o bem? Nós temos na glória. Podemo sê feia. Podemo sê bonita. Podemo gozá a nossa mocidade. Podemo cantá. Podemo dançar. Viu? Nada é proibido.

E sobre os boatos de que o pessoal da religião era proibido de beber, de ir a baile, de ouvir música? Tudo mentira da perseguição, para Idalcinéia, na “nossa religião pode tudo”:

Pode ir num baile, só assim: ir pra dançar, pra se divertir, tratar delicadamente todo o povo. E não fazê anarquia, tá certo? [...] Pode dançar? Pode. Agora, a cachaça, o bêbedo... O bêbedo é de direito, gosta da pingazinha, tome um traguinho assim chega. Mas não de virá cambota, e quebrá, e agravá meio mundo, não. Isso não é da lei de Deus. Que isso é verdade é.”

Para Izaltina, a religião não era para desejar o mal para ninguém, só o bem. Assim como Idalcinéia que falou em respeitar a “lei de Deus”. No processo de sacralização do cotidiano, tudo passou a ser sagrado: a água, a terra, as plantas. Segundo Izaltina, *monge* era uma “palavra sagrada”, sendo considerada até como um elogio. O cemitério do Rincão dos Costa, a partir da morte de Anastácio Fiúza, passou a ser chamado de Jardim da Mãe Maria Santíssima, por escolha de Ana Fiúza, sua esposa e companheira de religião. Izaltina afirmou que a forma de virar santo era a purificação do espírito após a morte e que Fiúza fora morto pelo amor de Jesus. Ainda durante a entrevista, Izaltina mencionou as cruzadas como momentos de luta contra os hereges.⁷²⁹

As curas realizadas por Deca França atraíam doentes de todo a redondeza. Pobres e ricos buscavam consolo para seus males. Orlandino lembrou-se do velho Frazio Paranhos – proprietário de grande extensão de terras, “dono disso tudo aí”, e maçom – que foi até lá, passou a noite e curou-se. Mas: “quantos iam lá, dizê que foi da religião, não eram. O sujeito às veiz dormia lá, experimentava, achava que não dava e abusava”. A caroba era utilizada para vários males. Afirmou Idalcinéia que “foi ensinado pro pessoal, que tempo de verão, que

729 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

aparecia esses grandes calor, que tomasse a caroba, porque a caroba é um remédio que refrescava o sangue. (...) A gente se sente bem, quem sofre do sangue é o primeiro remédio.”

A fama de Deca França teria ganho força quando apareceu a varicela amarela. Segundo Idalcinéia, ela própria estava desenganada pelo médico. Foi curada pelos remédios do curandeiro. A jovem, como outros, ficou “bem amarela, as ferida toda amarela, dá uma casca.” Muitos teriam adoecido. Para Idalcinéia a doença, também conhecida como bexiga amarela, “foi meio mundial”. Teria atingido peixes e animais, como o bugio, muito encontrado nos matos da região, e causado grande mortandade nos rios. Com o chá, o povo foi curado. Sarados, não procuraram mais o curandeiro. Mesmo o reconhecido médico laboratorista de Soledade, o alemão Reinholdo Heckmann⁷³⁰, acabou receitando o chá. Ele foi chamado à casa de Ananias para tratar de suas duas filhas. Quando ele chegou, as moças estavam tomando o chá: “O dottor olhô no chá e fez ansim, examinô. Diz: ‘Ah! Vocês não precisava me chamá, só esse aqui cura vocês.’ (...) E daí ele levô bastante remédio pr’ele. É. Diz que ele também fazia isto. (...) Tinha laboratório, pra fazê os remédio”.

A água e as ervas eram tidas como elementos purificadores. Os chás eram usados para banhos, imersão e uso interno. Utilizavam muitas outras ervas, ainda hoje largamente utilizadas. As cascas eram fervidas. A farmacopéia dos *monges* incluía diversas ervas, algumas foram citadas nas entrevistas⁷³¹: alecrim: para os males do coração; baicuré: para a “passagem” da menopausa; cancorosa: para os males do sangue; caroba ou carova: a casca da carobeira era indicada para os males do sangue e refrescante para o calor, “limpava” o sangue e a “alma”⁷³²; cabriuva amarela: utilização da casca; cidreira: bom para os “nervos” e para a coluna; cidró; cedro vermelho: “um remédio muito bom”; endro: bom para os males do estômago; erva de touro: indicada para dor de cabeça e no chimarrão; escadinha do céu: boa para desidratação; guiné; louro; malva: para infecções e males do fígado; marcela: para males do estômago; pitanga; samambinha do campo: indicada para reumatismo. Práticas ligadas à natureza, como colocar os pés na terra, também eram vistas como curativas.

Explicou Orlandino que Deca França falava sobre “o tal do fumo”, dizia: ‘Óia! Quem plantá fumo tá bem e quem não plantá tá muito melhor. Mais tarde vocês vão vê porque que não pode se plantá fumo.’ A causa seriam o “veneno, desses tóxico, que hoje em dia tem”. Para Thomás, os *monges* foram visionários ao preverem o envenenamento das terras e das águas. Para Idalcinéia, o profeta João Maria não teria dito para não plantar o fumo:

730 Possivelmente refere-se ao médico Reinaldo Heckmann, que atendia no Jacuizinho. Ele foi presidente da Câmara Municipal de Soledade e assumiu a prefeitura em 15 de junho de 1936, em virtude do assassinato do prefeito eleito, major José Campos Borges, que sofreu um atentado.

731 Entrevistas: Balbina Fiúza Naguel, Tunas, 21 de janeiro de 1990; Ernestina Desidério Fiúza. Tunas, 20 de janeiro de 1990; Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990; Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

732 Entrevista Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Ele não disse que não prantasse. Só não botasse na casa de moradia. Porque o fumo traiz muita, mesmo, muita doença, porque botam veneno e o fumo é muito forte. A pessoa tá dormindo e sente todo aquele cheiro, toma conta do pulmão e do coração da pessoa. Então aquilo traiz a doença pro povo. Então pode plantá e botá num galpão, mais longinho da morada.

Isto porque os agricultores plantavam o fumo e guardavam dentro das casas. Com tudo o que foi falado, “muitos deixô de plantá” e outros continuaram plantando. “O fumo era, como diz o caso, precisa tê terra forte. E hoje os adubo é muito caro, a maioria não planta. Porque quem planta é o pobre e o pobre não pode auxiliá a pranta. Mas não é dizê que ‘Não prante!’ Não. Ele nunca proibiu. Ele disse que não botasse na casa de moradia, que nisso é verdade, que não dá, não dá”, esclareceu Idalcinéia. O fumo era vendido para os donos dos armazéns como Tristão Perera Bueno, Lili Bastos, Kelmans. Os negociantes mais fortes iam buscar o produto com carroças, depois eles foram buscar de caminhão.⁷³³

Sobre a afirmação de que os *monges* fumavam um cigarro diferente, Orlandino foi enfático ao negar a versão. Mas, garantiu que os *barbudos* não consumiam qualquer fumo. O que “eles sabiam que tinha veneno, não fumavam mesmo”. Por isso que a maior parte fazia o fumo para garantir sua pureza. São João Maria já alertava que ia haver “um tempo da contaminação”. Também anunciou um fumo que iria tontear a todos, era “essa maconha”, vai acontecer, “mas se livre disso”, teria afirmado. O fumo dos *barbudos* era o “preto puro”.

A mobilização religiosa dos colonos foi produzindo desassossego entre as elites locais, formada por criadores de gado e comerciantes, em grande parte maçons ou militares. A beataria, com suas crenças místicas, curas milagrosas, convicção no fim do mundo, sobrevivência dos escolhidos, produziu desconforto no poder local, agravado pelo momento ditatorial e repressivo do Governo Vargas. No entanto, o discurso dos *barbudos* não interferia apenas na mística religiosa, mudava posturas e atitudes da prática cotidiana dos agricultores. Assim, mais do que desmoralizar e ridicularizar as práticas de curandeirismo e as reuniões religiosas eram preciso eliminar a liderança dos dois agricultores, pequenos proprietários, sobre o conjunto dos trabalhadores rurais existentes na região naquela época tais como os safristas, os ervateiros, os carvoeiros e, especialmente, os intrusos – aqueles que habitavam as matas e que poderiam exercer serviços de várias naturezas. Foi preciso prender, torturas e eliminar os dois principais protagonistas para por fim a rebelião religiosa e pacífica dos *monges barbudos* de Soledade e Sobradinho.

733 Entrevista Idalcinéia Alves da Costa. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

5.9 Curandeirismo e religiosidade, questões conceituais

Do conjunto de questões apresentadas sobre os *monges barbudos*, para além das questões objetivas – como os conflitos de natureza econômica e política, verificados nos capítulos 1 e 2 –, o que pode ter influenciado a adesão dos agricultores em seguir os “ensinamentos” de André Ferreira França e Anastácio Desidério Fiúza? Que questões de natureza subjetiva podem ter motivado André Ferreira França, um colono inserido no cotidiano de relações rurais, com quase 50 anos, a ser convencido por um andarilho maltrapilho de que ele tinha uma missão a cumprir? Que qualidades pessoais de liderança tinha Deca França que começou a ser respeitado e procurado pelos vizinhos para curas e profecias? Para o entendimento dessas questões buscam-se as reflexões de Max Weber⁷³⁴, em especial as elaborações sobre o tema do carisma e da religiosidade. Para esse sociólogo: “Por ‘profeta’ queremos entender aqui o portador de um carisma puramente *pessoal*, o qual, em virtude de sua missão, anuncia uma doutrina religiosa ou um mandado divino.” O autor não se preocupa se o *profeta* apresenta questões novas ou reinterpreta questões antigas. Para ele, o “decisivo para nós é a vocação ‘pessoal’.” As características que vêm de circunstâncias individuais, do “dom pessoal” desprovidas de mandato ou designações burocráticas, surgem “em virtude de sua relação pessoal ou de seu carisma.” O *profeta*, anuncia revelações substanciais em forma de doutrina ou mandamento, o “mago carismático”, opera a magia e divinizações, inspirado em sonhos ou oráculos.

Ainda com Max Weber⁷³⁵, podemos reconhecer Deca França como um líder carismático, que passou a exercer seu carisma a partir de uma revelação, de uma missão. Em um processo interno, individual, aceitou o destino a ele atribuído e passou a ser admitido como orientador espiritual dos agricultores do Lagoão e do Jacuizinho. Desta forma definiu o autor:

O carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência e um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los. Sua pretensão carismática entra em colapso quando sua missão não é reconhecida por aqueles que, na sua opinião, deveriam segui-lo. Se o aceitam, ele é o senhor deles – enquanto souber como manter essa aceitação, ‘provando-se’.

Para além das questões que envolvem a aceitação da missão religiosa por Deca França, temos o elemento tido como desencadeador: o *monge* João Maria. A preocupação com o personagem João Maria teve lugar na historiografia brasileira e pode ser remontada à

734 WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V. 1. 4. ed. Brasília: Editora UNB: 2009, p. 303.

735 Idem, *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 172.

década de 1960. Em 1963, Oswaldo Rodrigues Cabral⁷³⁶ escreveu um livro chamado João Maria. Nesse trabalho, o autor procurou identificar a origem e a área percorrida por esse “anacoreta”. Acabou por concluir que existiram dois *monges* João Maria. Um, seria João Maria de Agostini e, o outro, João Maria de Jesus. Para o antropólogo Célio Alves de Oliveira⁷³⁷, João Maria foi um personagem “presente junto à população cabocla dos três estados sulinos, que conviveu com ela. Seus feitos e atos extraordinários são narrados e ritualizados por gerações sucessivas”.

Segundo levantamentos de Cabral⁷³⁸ João Maria de Agostini⁷³⁹ era um italiano piemontês, nascido em 1801. Teria estado no Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possuía cabelos e barba longos e grisalhos. Vivia nas matas em solidão. Vestia um hábito e dedicava-se a erguer cruzeiros. Já João Maria de Jesus seria um segundo *monge*. A sua pregação messiânica teria iniciado após 1890. Seria o *monge* visto por Ângelo Dourado⁷⁴⁰ na Revolução Federalista, nas margens do rio do Peixe. No planalto, desde Santa Catarina, espalhava-se a fama de *são* João Maria. Este *monge* era um ancião alourado com sotaque espanhol⁷⁴¹. Dizia cumprir uma promessa. Aconselhava os sertanejos que plantassem alimentos. Tinha muitos seguidores, mas não gostava de ser acompanhado por grupos nas suas peregrinações e pouco demorava em cada local. Carregava um saco de algodão com alguns utensílios. João Maria seria um *monge* pacífico, muito popular nos sertões do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

Seriam dois ou seriam muitos *monges* João Maria? Pelo relato das entrevistas, o peregrino de Soledade e Sobradinho não era categórico ao responder sobre sua identidade. Segundo depoimento de Alfredo Antônio dos Santos⁷⁴², quem esteve na casa de Anastácio Fiúza foi *são* João Maria de Assis, portanto, nenhum dos citados por Cabral. Mas, para além dessas questões, o que passa a ser relevante é o respeito e a deferência comunitária a um velho maltrapilho, com feridas no corpo, capaz de mobilizar com a sua presença cerca de mil ou duas mil pessoas. Sociólogos e antropólogos brasileiros⁷⁴³ têm se dedicado a estudar movimentos messiânicos e a elaborar teorias sobre a magia, curandeirismo, religiosidade

736 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

737 OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado*, Santa Catarina. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 1992, p. 152.

738 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963, p. 107-11.

739 Ou João Maria d’Agostinho, conforme FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.

740 DOURADO, Ângelo. *Os Voluntários do Martírio*. Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977, p. 218.

741 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963, p. 150-1.

742 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito.

743 Entre outros, QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977; ORO, Ari Pedro. Messianismo, milenarismo e religiosidade popular. In: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, V. 2, n. 1, 1988, p. 73-84.

popular e sobre conceitos como milenarismo, messianismo, entre outros. Com certeza, estes estudos ajudam a entender esses momentos de vivência sacralizada por que passam comunidades em diferentes partes do mundo e em diversos momentos históricos.

Segundo o conceito de messianismo de Maria Isaura Pereira de Queiroz⁷⁴⁴ o messianismo carrega um elemento mobilizador e de transformação social:

As crenças messiânicas pressupõem, pois, uma necessidade de salvação terrena acompanhada por ideias muito definidas a respeito de como deveria ser solucionada. Mas podem existir durante muito tempo relegadas para o domínio mítico apenas, avivando-se, de repente, para dar lugar aos movimentos messiânicos, isto é, a uma tentativa ativa de criar realmente no mundo o milênio. Justamente porque contém 'ideias muito definidas' de como sanar as imperfeições, o messianismo não é crença passiva e inerte de resignação e conformismo; apontando para a possibilidade de um futuro melhor, pode levar - e em certas circunstâncias leva - os homens a se congregarem para conseguir, por meio da ação, os benefícios que almejam. O messias só merece este título na medida em que uma coletividade diligente o reconhece como líder.

O movimento verificado em Soledade e Sobradinho nos anos 1930 pode ser incluído entre os de caráter messiânico. Existia uma crença preexistente da chegada de um profeta anunciando o fim de uma era, ou o fim desse mundo, apontando mudanças surpreendentes, antecipando novidades e preparando o messias salvador⁷⁴⁵. Curiosamente, oito dos 98 presos chamavam-se Sebastião⁷⁴⁶. Este é o segundo nome mais comum, o primeiro da lista é João, com onze ocorrências. Toda a preparação religiosa foi vista com muito temor por vizinhos e autoridades. O empoderamento sobrenatural questionava o modelo social, político e econômico existente. Era difícil para os não envolvidos demarcar limites entre o fanatismo, uma religiosidade não convencional e a rebeldia social e política.

Para o sociólogo Antônio Flávio Pierucci⁷⁴⁷ a crença mágica permite supor que determinadas pessoas tem a possibilidade de intervir na natureza a partir de seus poderes extraordinários atuando em campos de objetividades e subjetividades:

A *crença mágica* reside na suposição de que alguns seres humanos são capazes de controlar forças ocultas (pessoais ou impessoais) e intervir nas leis da natureza por intermédio de técnicas rituais. Trata-se de um poder extraordinário – um *carisma*, no sentido forte do termo – que, segundo se crê, capacita quem é mago, bruxo, feiticeiro ou xamã a impor sua vontade às forças supra-sensíveis (tanto faz se divinas ou demoníacas) e direcioná-las para a concretização dos objetivos para os quais é solicitada sua competente performance profissional: predizer o destino de alguém, curar uma doença, defender dos invejosos, atacar os inimigos.

744 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 37.

745 Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa deram o nome de Salvador a um de seus 11 filhos. Alípio, filho do casal, e sua esposa, Tereza Gonçalves da Costa, nominaram um de seus filhos também de Salvador.

746 O mito do sebastianismo é analisado por: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. cit.

747 PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 9.

O mesmo autor⁷⁴⁸ apresenta elementos de distinção entre as práticas mágicas e as religiões. Entre os signos de magia estariam alguns dos elementos trabalhados pelos *monges barbudos* como os cristais de quartzo, o baú do *monge* João Maria, diversos tipos de invólucros para raízes, ervas e rezas escritas para serem penduradas no pescoço ou para estar perto do corpo, a “panela da remessa” – com chá de caroba –, o enxergão de lã de ovelha – benzido pelo *santo monge* – e a fumaça liberada pela queima desse objeto. A esposa de Anastácio Fiúza, Ana Gonçalves Vieira Fiúza, confeccionava bichinhos de cera de vela para melhorar a saúde dos animais de criação⁷⁴⁹ e Alfredo dos Santos – o cego Alfredo – era reconhecido por seus benzimentos e pelas rezas que puxava.

Ademais, Deca França fazia previsões. Aqui não tem relevância o conteúdo de seus prognósticos, mas o ato em si. Para Pierucci⁷⁵⁰, entre as técnicas mais difundidas de adivinhações está a interpretação dos sonhos e dos presságios. O depoimento de Andreza Gonçalves Reis, conforme apontado acima, é prenhe dessas questões, particularmente com relação às mensagens recebidas através de sonhos. Segundo o sociólogo⁷⁵¹, a vidência é “uma faculdade especial”, assim: “Ninguém é vidente porque quer. Inata ou precoce, a condição de vidência é sempre involuntária e às vezes inconsciente.”

Associa-se a essa particularidade de clarividência, a habilidade de Deca França na manipulação das ervas e da cura. Ele poderia estar situado, utilizando definição de Pierucci⁷⁵², no “grande bloco de magos profissionais”, formado pelos *curadores* conhecidos também como curandeiros, herboristas, herbolários, erveiros, ervanários, rezadores, benzedores, médiuns que aplicam passes, taumaturgos. Esses “agentes mágicos” são reconhecidos socialmente por seus conhecimentos práticos curativos e por suas habilidades pessoais no trato de doenças em pessoas e animais. Mas, para o autor, o poder do curandeiro está associado a sua capacidade de “contato com o mundo dos espíritos” oferecendo “tratamento para os males do corpo e do espírito: sofrimentos físicos, aflições psíquicas, perturbações espirituais e premências sociais.” Atuando, dessa forma, como intermediário entre as questões humanas e as questões sagradas. Dentro dessa perspectiva dos talentos para se relacionar com os espíritos, estão os benzedores, que seriam aqueles que conseguem associar “a força das rezas e o segredo das ervas com a mística dos gestos”:⁷⁵³

o benzedor recorre essencialmente a um segredo – uma receita medicinal, uma reza forte, uma fórmula verbal – que ele recebeu de outro curandeiro, antepassado, parente, amigo ou vizinho, durante o período em que passou

748 PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 21-2, 31-2.

749 No túmulo de Ana Fiúza, em 1990, ainda podiam ser vistas esses pequenos bichos de cera de vela.

750 PIERUCCI, Antônio Flávio. Op. cit, p. 31-2.

751 Ibidem, p. 33-4.

752 Ibidem, p. 35-6.

753 Ibidem, p. 37.

pelos ritos de iniciação. É isso que o leva a respeitar textualmente o ritual fixado por aquela tradição.

Enquanto a magia estabelece um vínculo prático e temporário com seus clientes, resolvendo o aqui e o agora dos desconfortos físicos e mentais, lembra Pierucci⁷⁵⁴ que é a religião que se ocupa das questões gerais: “Quem pretende dar solução total, alegando estar de posse da chave geral que leva à explicação global da vida e do universo, é a religião.” Como observa o autor⁷⁵⁵, além de um arcabouço explicativo geral a religião: “promete a salvação eterna, a paz espiritual, o bem-estar geral”. Assim: “Enquanto a religião protela, a magia é imediatista.” Desta forma, as celebrações religiosas seriam um fim em si mesmo e as relações fiéis-sacerdotes de caráter duradouro: “Religião e magia não são apenas duas formas distintas de lidar com o sagrado. Além de diferentes, elas podem ser também ardorosas rivais. A hostilidade mútua entre religião e magia é característica acentuada na civilização ocidental.”

No entanto, as distinções entre magia e religião acontecem mais como recurso interpretativo do que papéis definidos claramente por seus agentes. Como afirma Pierucci⁷⁵⁶: “É que magia e religião de fato vão misturadas no mundo vivido. Tanto assim que muitos pesquisadores insistem em usar o termo hifenizado ‘mágico-religioso’ para designar as crenças e práticas mágicas e as religiosas com um só sintagma.” Dessa forma, como sintetiza o autor: “Magia é vontade de poder; religião, vontade de obedecer.”

No movimento dos *monges barbudos*, como no mundo vivido, André Ferreira França e Anastácio Fiúza desenvolveram práticas mágicas e religiosas. Deca França com os feitos curativos, ritualísticos, com vidências e objetos mágicos, exercia o papel de curandeiro, enquanto que Anastácio anunciava o fim do mundo, puxava as rezas e manipulava os espaços tradicionais das capelas rurais e as orações tradicionais, assumia o lugar dos pregadores e dos rezadores. Ambos ousaram buscar o acesso direto aos bens de salvação, rompendo com o monopólio do acesso ao sagrado reservado para as igrejas. Na definição de Bourdieu⁷⁵⁷:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um *corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘*corpus*’ *deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em *leigos* (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos do *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal.

754 PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 49.

755 Ibidem, p. 83-4, e 90.

756 Ibidem, p. 98, 103.

757 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 39.

André Ferreira França e Anastácio Fiúza buscaram a chave do céu. Desenvolveram o discurso religioso na perspectiva da justiça divina frente às iniquidades das relações de poder. Radicalizaram na pregação da bondade, da solidariedade e do amor ao próximo. Contestaram as violências a que estavam submetidos ou *outsiders*. Buscaram a organização de uma rede social alternativa ao mando local. Estavam, assim, na contramão dos acontecimentos da década de 1930 que se preparava para a guerra. As relações sociais estabelecidas em Soledade e Sobradinho refletiam o mundo que crescia em violência e intolerância. A porta das relações institucionais mais rígidas e autoritárias estabelecidas com o Estado Novo, recém-estabelecido, era só o início do grande inferno sobre a terra que significou o conflito mundial da Segunda Guerra (1939-1945).

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho foi possível verificar que a repressão ao movimento religioso dos *monges barbudos* foi planejada e seletiva. Os dois principais protagonistas, o curandeiro André Ferreira França e o pregador Anastácio Desidério Fiúza, foram assassinados em situações que envolveram agentes do Estado em colaboração com civis. As investigações policiais já existiam há alguns meses antes dos confrontos da Semana Santa de 1938 e foram comprovadas por documentos policiais de Soledade e Sobradinho. As delegacias de polícia já haviam identificado e prendido para averiguação diversas pessoas. Foram encontrados registros de nove presos antes dos cercos de abril de 1938, nos documentos anexos ao relatório do major José Rodrigues da Silva. Outras prisões foram reveladas nas entrevistas como a detenção de Andreza Reis, de Anastácio Fiúza e do próprio André França (capítulo 5).

A ação policial foi motivada pelos comerciantes e colonos assentados em empreendimentos de colonização do início do século XX, com colônias mistas beneficiando descendentes de imigrantes estrangeiros, mas com a oportunidade de compra de terra para os nacionais. As iniciativas policiais foram acompanhadas e orientadas pelo comando da Brigada Militar e pela Chefia de Polícia sempre sob o conhecimento do Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e do próprio interventor federal no Rio Grande do Sul. (capítulo 3 e 4).

As pregações de Anastácio Fiúza em reuniões religiosas, realizadas quase diariamente, a concentração de *monges barbudos* nas capelas rurais, a retórica de que os adeptos da “seita” eram os escolhidos por Deus para um novo destino foi alarmando os não participantes. As curas de André Ferreira França, manipulando ervas locais e realizando rituais de magia, foi aglutinando pessoas em sua casa, que passou a ser um local de referência para os aflitos. O empoderamento do agricultor curandeiro Deca França – que atribuía seus feitos aos ensinamentos do *monge* João Maria – e do mobilizador Tácio Fiúza foram ameaçando o monopólio dos poderes locais permanentemente em disputa violenta em Soledade e Sobradinho.

Nas reuniões de orações participavam “em comum” homens, mulheres e crianças, especialmente os jovens – a “rapaziada” que era “a mais assediada para a seita”. Anastácio era “esperto e muito dinâmico” e conseguia conquistar a “obediência de seus fiéis”.⁷⁵⁸ Seu dinamismo pode ser verificado pelo fato dele levar a produção agrícola, sua e de seus

758 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por ‘monges barbudos’. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938 (APERS).

vizinhos, para vender em Lajeado, enfrentando os interesses dos comerciantes locais que lucravam com a intermediação da venda das safras. A disposição de Anastácio em andar a pé ou a cavalo, percorrendo a região, colocava-o como uma liderança frente a tantos grupos submetidos a relações de exploração.

Para compor essa possível aliança entre os *outsiders*, existia uma população livre que habitava as florestas, o chamado “povo do mato”. Ao longo da pesquisa, foi possível observar o espaço social do mato, como lugar de produção, moradia, subsistência e fuga de relações de opressão de diversas naturezas. Essas populações tinham a destreza no manejo das florestas e habilidade nas atividades agrícolas, de criação de animais e da produção da lavoura. Essa população de trabalhadores rurais, que garantia a produção de alimentos, o cultivo do fumo e a exploração dos ervais – inclusive para a exportação – passou a ser “pleitea” por uma nova força social envolvida no manto místico de uma nova “religião”.

A derrubada das florestas de pinheiro e erva-mate para os negócios da madeira – com as mais de 50 serrarias de Soledade⁷⁵⁹ que atendia o consumo interno e abasteciam Carazinho, Encantado e Porto Alegre –, para os assentamentos das Companhias privadas de colonização, para os novos processos da indústria fumageira – com os fornos de secagem, além da introdução de elementos químicos no manejo agrícola – foi gradativamente modificando a paisagem e destruindo a possibilidade de sobrevivência independente dessas populações. Pôde-se verificar que, além da produção agrícola dos pequenos proprietários, o trabalho dos indígenas – especialmente os guaranis – garantia a exploração econômica dos ervais com técnicas complexas e tradicionais. Além dos indígenas das florestas, os ex-escravos também prestavam serviços como safristas. Eles compunham um grupo produtivo denominado pelo jornal *Kolonie*⁷⁶⁰ como os ervateiros, os carvoeiros e os jornaleiros, que compunham o movimento dos *monges barbudos*.

Em paralelo, existiam os serviços de “capangagem” para os destros no manejo de facas e armas de fogo. Eles foram identificados como os “criminosos” dos matos. Esses contingentes masculinos que eram mobilizados pelos “estabelecidos” para os serviços agropecuários também foram ativados como contingentes armados nos conflitos de poder, como os de 1932, com a Revolução Constitucionalista, e os 1934, com o processo eleitoral. Os negociantes e comerciantes não necessitavam somente da safra agrícola, garantiam as relações de mando com o serviço dos capangas para reafirmar seus poderes enquanto grupo dominante, conforme analisado no capítulo 1 e 2. A ruptura com práticas de violência armada proposta pelos *monges barbudos* desafiava também neste aspecto os poderes constituídos.

759 SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. (AHRGS)
760 KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

O envolvimento de Pedro Guilherme Simon, seu filho José Henrique Simon, seu “peão” Aparício Miranda, além de Benedito Paulo do Nascimento e João Elberto de Oliveira, agricultores naturais de Soledade e moradores da colônia de Tunas, no Lagoão, no assassinato de André Ferreira França e de Antônio Mariano dos Santos possibilitou verificar a participação de uma família de origem germânica nos esquemas de poder local. Politicamente, Pedro Simon era vinculado à Frente Única Gaúcha (FUG) e participou do levante de 1932. Esses agrupamentos de mando e capangagem também contribuíam para a ampliação de negócios não convencionais – como o saque a propriedade rural de André França, após o seu assassinato, ou a derrubada de florestas nas terras da pobre Manoela Israel da Silva, em Sobradinho. Mais do que isso, constituíam os poderes partidários, tanto da oposição, quanto da situação, de acordo com as informações apontadas nos capítulos 2 e 4.

Nessa mesma perspectiva, verificou-se que entre os “estabelecidos” de Soledade e Sobradinho – especialmente entre os que detinham os poderes políticos e partidários – era corrente a utilização da influência pública para a obtenção de uma gama de negócios privados. Uma série dessas negociatas foram denunciadas por advogados, como Armando Andrade, ou ainda por grupos opositores, como a Frente Única Gaúcha, que denunciava o Partido Republicano Liberal (PRL) do governador Flores da Cunha. Foi possível apontar ao longo do capítulo 2, os enfrentamentos violentos entre os grandes proprietários e as disputas por poder local, mas também por ambições estaduais. Pode-se dizer que as ações locais eram balizadas pelos interesses estaduais e nacionais e que a violência política também estava relacionada aos possíveis ganhos com a utilização de cargos públicos, como por exemplo, a situação de enriquecimento do prefeito de Sobradinho, Santo Carniel.

Assim, frente às inúmeras situações de opressão política e de exploração econômica um grupo de famílias – mais de 40 foram identificadas – ligadas por relações de amizade, solidariedade, casamento e proximidade geográfica, aderiram às práticas místicas e mágicas atribuídas ao personagem João Maria. No entanto, pode-se afirmar que essas crenças tinham origens mais remotas, em gerações anteriores. Como verificado, a prática curativa de André Ferreira França estava vinculada ao conhecimento tradicional da floresta com conhecimento das propriedades curativas da flora local (capítulo 5).

Pode-se afirmar que a religiosidade contribuiu para o questionamento das transformações que estavam sendo realizadas nas relações de produção econômica e como um protesto velado, ou explícito, aos desmandos políticos. O discurso religioso questionou o processo acelerado de destruição ou de apropriação privada dos recursos naturais – como as florestas e os ervais – e as inovações na produção do fumo, como as novas tecnologias químicas e a utilização de fornos de secagem. Essas alterações na paisagem e na rotina agrícola foram enfrentadas com uma perspectiva de superação divina para os sofrimentos

terrenos. As práticas religiosas expressavam as angústias das populações locais, com as especificidades da tumultuada conjuntura política e econômica. Tinham a urgência da justiça divina para transformar a realidade existente. Ao mesmo tempo, verifica-se a existência mais antiga de elementos dessa religiosidade, como sugeriu o depoimento de Abrelino da Rocha Soares, que se referiu às crenças dos antepassados, e às passagens do personagem João Maria, registradas na região desde o século XIX, como mencionaram Idalcinéia Alves da Costa e Izaltina Gonçalves da Costa.

O velho *monge profeta* são João Maria já teria estado nessas localidades em passagens episódicas como em 1893, 1930 e 1935 – na casa de Deca França, onde teria permanecido 24h. Ele teria retornando seis meses depois, e em 1938 – na casa de Tácio, para orientar os *fiéis* para a Semana Santa. Os *monges* entrevistados (capítulo 5) consideravam que o velho *profeta* “baixou”. Para alguns, João Maria era um “espírito”, encarnado em um velho pequeno, curvado, de etnia bem brasileira, poderia ser identificado como negro ou bugre. Um “espírito que comia pouco”, que tinha a marca de uma lança no peito. Ou a marca das torturas corporais, assim como seu pai, que tinha a mesma marca. João Maria era um e eram três, os irmãos Manuel de Tibagé. Ele era uma pessoa simples, do fogo e da biriva.

Longe das descrições de um estrangeiro ruivo com sotaque, apontadas por Riogradino da Costa e Silva – que também registrou os vínculos com o toldo de Nonoai –, esse seria João Maria de Assis, como afirmou o benzedor Alfredo Antônio dos Santos⁷⁶¹, com 66 anos, em seu depoimento na Delegacia de Polícia de Soledade. Com isso, o João Maria do Lagoão e do Jacuizinho distancia-se também de João Maria de Agostini e João Maria de Jesus, ambos estudados por Oswaldo Rodrigues Cabral⁷⁶² nos anos 1960. Para a sensibilização de André Ferreira França, o velho *monge* teria chegado em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, e no curto espaço de um dia, nas 24h, teria ensinado a cura com as ervas, falado sobre o fim dos tempos, a volta de Jesus Cristo, a salvação dos escolhidos. Para garantir suas pregações, João Maria teria deixado uma *Carta de Aviso*, propondo a ruptura com os que não eram bons e com os que “abusavam”.

Os *monges barbudos*, por meio das manifestações de João Maria, ou da *Carta de Aviso*, apresentavam um Jesus Cristo nervoso, irritado, descontente em não ter sido atendido, indignado com os que perderam tempo de salvação e fazia ameaças com o inferno. Essas manifestações de rigidez e ruptura entram em contradição com a versão de que “nada é proibido”. Assim temos duas ênfases antagônicas: a de Andreza Gonçalves Reis, com a

761 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Comarca de Soledade. Termo de Declaração de Alfredo Antônio dos Santos. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito.

762 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.

separação radical entre os bons e os ruins, e a de Idalcinéia Alves da Costa, de flexibilidade e de direitos.

A aparição do velhinho maltrapilho João Maria mobilizou Deca França, então com dez filhos e mais de 50 anos. Com a conversão, André França teria começado a dar “passes”, a dar “remédio” para a confirmação e a curar com ervas, em especial a caroba – que limpava “o sangue e a alma”. O curandeiro Deca França propunha terapias de contato com a terra, valorização das águas e processos curativos que envolviam a hospedagem dos doentes em sua casa, alguns por nove dias. Ele passou também a usar um objeto de cura, o enxergão de lã de ovelha, recomendado por João Maria, que era queimado para que a fumaça agisse nos doentes.

Embora vários entrevistados tenham se identificado com a religião Católica Apostólica Romana, Deca França dava “passes” e as pessoas tinham fortes reações, como a mulher que teria “vomitado cabelos”. Também acreditavam que os espíritos “baixavam”, assim foi com João Maria, assim foi no velório de Anastácio Fiúza, quando as próprias santas Catarina e Terezinha “baixaram” em duas das moças – as Ferreira, que foram as únicas mulheres presas no Jacuizinho e encaminhadas para Porto Alegre. O fato “embeveceu” a todos, muitos não conheciam, por isso, ficaram distraídos, se descuidaram das forças de repressão. Ou, como qualificou o juiz Aristides Dutra Boeira⁷⁶³, os *monges* além de reviver “o fanatismo de Antônio Conselheiro, no estado da Bahia, e dos Muckers, em nosso estado”, praticavam o “baixo espiritismo”. Com alguma segurança pode-se associar elementos dessa ritualística com práticas de matriz africana e de magia indígena.

A conversão de Anastácio, vinculada à cura de sua esposa Ana Fiúza, foi apresentada pelos entrevistados como uma radical transformação individual: de um jovem casado, mas envolvido em farras, brigas em festas, jogos de carta, carreira de cavalo – um comportamento semelhante ao seu mais provável algoz, Oscar Telles⁷⁶⁴ –, passou a pregar a “nova religião”. Anastácio Fiúza, com pouco mais de 30 anos, passou a puxar terços e novenas, a fazer rezas em funerais e a pregar o “benefício de nova vida” para familiares e vizinhos. A ruptura feita por ele com as práticas sociais inconvenientes e agressivas, pode ter sido acompanhada por outras pessoas. Assim, ficam os questionamentos: o “perigosíssimo” agricultor Abrelino da Rocha Soares, apontado pelo delegado de polícia de Sobradinho como envolvido em três assassinatos (capítulo 3), poderia ter tido algum envolvimento com os capangas conhecidos

763 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vistos, Etc. Setença do Juiz de Direito Aristide Dutra Boeira, Juiz de Direito. Candelária, 30 de março de 1942. Vol 2, p. 203-204v.

764 Oscar Telles respondeu a diversos processos crimes por promover agressões em festas e disputas violentas motivadas por jogos, conforme visto no capítulo 3.

como *bombachudos* e por isso ter sido protegido pelo chefe de polícia? Entre os participantes do movimento religioso existiriam outros agentes da violência política de Soledade e Sobradinho convertidos ao movimento religioso e dispostos a novas práticas comunitárias?

As orientações dos *monges barbudos* eram claras: não matar, não roubar, não mexer no alheio, evitar a “malandragem”, exercer uma reação pacífica, oferecendo “a outra face”, morrer “como cordeiro” ou “como galinha”. As curas eram “uma graça” recebida. As palavras eram “sagradas”. Os sonhos eram vistos como possibilidade de comunicação com os mortos ou como revelação de mistérios sobrenaturais. Eles destacavam a solidariedade, “dar um prato de comida”, dinheiro, “uma oferta”. Sobre o trabalho, refutaram com veemência a fofoca disseminada de que eles abandonaram as tarefas produtivas, apenas teriam defendido o direito aos sábados e aos dias santos, flexibilizando o trabalho no domingo, caso fosse necessário, em épocas de safra. Defendiam o casamento na igreja e no cartório.

Verificam-se ao longo da leitura e da análise dos documentos policiais os boatos, os exageros, a ampliação de fatos e de circunstâncias, a começar pelo número de participantes na igreja da Bela Vista. Para os *monges* que depuseram em junho de 1938, havia cerca de 300 participantes. Os que chamaram as autoridades de Sobradinho falavam em torno de mil, “numerosa multidão” e a possibilidade de reforços de externos. O horário que eles chegaram à igreja da Bela Vista também varia entre 20h e 23h. Observa-se que alguns detalhes foram acentuados visando dar gravidade às motivações para justificar os temores e a ação policial contra agricultores reunidos para rezar. O extremo dos boatos foi o vínculo dos *barbudos* ao ex-governador Flores da Cunha, um reforço de cinco mil homens e mensagens deixadas por voos rasantes.

Essa versão de vínculo com o governador no exílio pode ter sido o alibi para a ação do prefeito municipal de Soledade, o farmacêutico Olmiro Ferreira Porto, historicamente vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e a Frente Única Gaúcha (FUG). As ações policiais estavam articuladas com o poder municipal e estadual. A autonomia dos poderes de polícia estava ainda em construção no período inicial do Estado Novo. A gestão da FUG na etapa inicial do Estado Novo em Soledade, – depois de afastada por vários anos da gestão municipal pelos esquemas de poder do PRL –, coincide com os atos de repressão ao movimento dos *monges barbudos*, como verificamos no capítulo 2 e 3.

Algumas perguntas de natureza política permanecem sem resposta e podem suscitar novas abordagens. A repressão aos *monges barbudos*, verificada de março a agosto de 1938, período que corresponde à gestão da FUG em Soledade, poderia ser considerada como um tipo de vingança contra o poder do Partido Republicano Liberal (PRL) de Flores da Cunha? Os *monges barbudos* tiveram algum tipo de vínculo político partidário? Os jovens Assis

Ferreira⁷⁶⁵ e Alvino dos Santos Ferreira – cabos eleitorais do PRL –, que foram assassinados em dezembro de 1936, no mesmo episódio que foi morto o farmacêutico de origem alemã, Kurt Splading – vinculado ao Partido Libertador (PL) e à FUG –, onde também resultou ferido o coronel Cândido Carneiro Júnior – conhecido por Candoca, também filiado ao Partido Libertador (PL) e dirigente da (FUG) municipal –, seriam das famílias Ferreira e dos Santos que participavam do movimento religioso?

Fica evidenciado na documentação da época: os lados em conflitos, os dois grupos nitidamente constituídos, as inimizades, e a desqualificação dos *monges barbudos* que foram associados a crimes, ameaças e posturas inadequadas frente ao sagrado. Por outro lado, observa-se o esforço de institucionalização do Estado e dos serviços de segurança pública: os delegados de polícia são chamados a registrar os acontecimentos, a colher depoimentos, chamar testemunhas e a realizar laudos periciais. Percebe-se que, do ponto de vista dos poderes institucionais, era necessário justificar a morte de um homem desarmado, dentro de uma igreja, e de um bebê no colo de sua mãe. Os documentos revelam também uma intrincada relação entre a Brigada Militar e a Polícia Civil, vários funcionários das delegacias de polícia tem patentes militares e estavam submetidos a um duplo comando. Esses funcionários públicos acabaram por atuar na perspectiva de justificar as violências a partir de uma suposta iniciativa dos agredidos.

O protagonismo violento foi negado pelos *barbudos* nas pequenas brechas encontradas por eles em suas manifestações, quando, por exemplo, Donato Vidal dos Santos afirmou que na Igreja de Santa Catarina quem teria promovido o tiroteio foi a escolta policial acompanhada dos civis resultando no ferimento de uma mulher, a morte de uma criança e o assassinato de Anastácio Fiúza. Ou sobre os maus tratos denunciados por parte da diligência comandada pelo tenente Arlindo Rosa pelos oito presos em março de 1938. Ou ainda a declaração de Alfredo Antônio dos Santos, detido pela terceira vez – tendo passado por cadeias em Soledade, Cachoeira e Porto Alegre – que mencionou temer se apresentar às autoridades por recear ser sujeitado “a trabalhos ou vexames”. Cabe ressaltar que os depoimentos dos *monges* foram tomados a termo pelo próprio comandante da operação militar, capitão José Rodrigues da Silva, na Delegacia de Polícia de Soledade. Na Delegacia de Sobradinho só quem foi ouvido foram os antagonistas.

Chama a atenção às questões ligadas a religiosidade. É dedicada bastante atenção sobre a questão da chave da igreja da Bela Vista. O detentor da chave e os outros antagonistas fizeram questão de registrar que os solicitantes só a obtiveram por muita pressão e até por

765 O nome do jovem ora aparece como Assis Ferreira ora como Gerônimo Ferreira. Maiores informações sobre este episódio ver WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 1930-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999, p. 38-43; 51, 54, 55-61, 67, 107.

ameaças. Negavam aos *monges barbudos* o direito de acesso direto ao sagrado. Desta forma, buscaram desmoralizar Anastácio dizendo que ele tomava chimarrão no altar. Eram profanadores. Do mesmo modo, foi alegado que os *monges* não deram ao morto sepultura no prazo esperado, retardaram o enterro por três dias e, quando o fizeram, foi no “pátio” da casa de Alípio Gonçalves da Costa. No acompanhamento dos eventos verifica-se que a concentração na igreja da Bela Vista iniciou dia 14 de abril, ao entardecer, e a ação das forças policiais, acompanhados de civis, iniciou de manhã. Anastácio foi ferido, vindo a falecer no mesmo dia 15. O novo tiroteio ocorreu dia 17, depois do sepultamento de Anastácio. As chuvas intensas impediram a dispersão dos que acompanhavam o velório e o enterro. Assim, mais do que o tempo para o sepultamento, o que deveria estar preocupando os vizinhos do entorno era a quantidade dos vizinhos reunidos e a persistência em não se dispersar.

Os antagonistas criaram um perfil para os *barbudos*: eram agressivos, queriam tomar as propriedades, ameaçavam de morte, estavam envolvidos em assassinatos, iniciaram os tiroteios, balearam o bebê e sua mãe. As autoridades civis e policiais não tiveram dúvidas em defender os comerciantes e os contrários aos *monges* justificando com os “infiltrados” as supostas atitudes mais agressivas. Quanto aos *barbudos*, quiseram a chave do céu para uma relação direta com o divino e encontraram na porta da Igreja de Santa Catarina, no Rincão dos Costa e na casa de Jose Crispim na Coloninha o inferno da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Foram difamados, caluniados, presos, perseguidos, humilhados, feridos e mortos.

Por fim, algumas questões podem ser sistematizadas como um resultado desse estudo. Uma primeira questão, e a mais decisiva, é a de que os participantes do movimento religioso dos *monges barbudos* estavam inseridos no modelo econômico de produção, mantinham relações de trabalho, de compra e venda e de convivência social e política com os seus opositores, relações essas nem sempre pacíficas. A segunda questão é a de que os opositores compunham a elite política e econômica local e estavam associados aos poderes municipal, estadual e nacional. O receio dos comerciantes era o de perder a mão de obra agrícola, pastoril e extrativista – por vezes, bastante explorada nas relações de trabalho – e o resultado da produção agrícola e da criação de animais dos pequenos proprietários e dos arrendatários. Estava em jogo a exportação de alimentos e dos derivados animais – como a banha e as carnes – a industrialização do fumo, organizada em Santa Cruz pelos descendentes de alemães, o processamento da erva-mate e os lucrativos negócios da madeira e da venda de lotes coloniais.

A terceira questão é a de que o recurso ao uso da força era uma marca nas relações sociais e políticas em Soledade e Sobradinho na década de 1930 e tiveram permanência na história local. A quarta questão é a de que o discurso de resistência pacífica e do naturismo

preservacionista apresentado pelos *monges* encontrou eco entre os excluídos do poder e confrontou a elite abastada no seu *modus operandi* autoritário e violento. A quinta questão é a de que a seita dos *monges barbudos* trazia elementos constitutivos de diversas matrizes culturais e étnicas sincretizando magia e religiosidade, conhecimento popular curativo e elementos do catolicismo popular. A religiosidade criada era um sincretismo cultural entre messianismo, catolicismo, espiritismo e magia.

Todo esse quadro econômico e político local era influenciado e sofria as consequências de uma conjuntura de absoluta repressão política e de intolerância generalizada: tempos de guerra, de ditadura, do Estado Novo de Getúlio Vargas. A epopeia dos *monges barbudos*, agricultores do interior dos municípios de Soledade e Sobradinho, que resistiram às relações de poder local e lutaram pelo direito de organização e manifestação religiosa, ainda tem muitos aspectos a serem desvendados e aprofundados como exemplo de repressão política e de intolerância social, mas também de resistência e capacidade de agência e de associação entre as camadas mais empobrecidas do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Jacqueline. Degolas à Gaúcha. In: REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ano 7, n. 84, setembro de 2012, Rio de Janeiro/RJ, p. 48-51.
- ALENCAR, F. Rodrigues de. *Erva-mate*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1960.
- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.
- AVENTURAS NA HISTÓRIA. São Paulo, Editora Abril, edição 118, maio de 2013.
- AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 1. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/agos, 1977.
- _____. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Parte 2. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 4, n. 11, p. 73-101, set/dez, 1977.
- _____. O Episcopado Brasileiro frente à Revolução de 1930.. *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 5, n. 12, p. 47-78, jan/mar, 1978.
- _____. O fortalecimento da restauração Católica no Brasil (1930-1940). *Síntese*, São Paulo, Edições Loyola, v. 6, n. 17, p. 69-85, set/dez, 1979.
- BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. *O Rio Grande do Sul*. Novo Hamburgo/RS, Otomit, 1967.
- BANDEIRA, Aurélio. Aspectos Históricos. In: BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Grafosul, 1976.
- BERLINK, Eudoro Brasileiro. *Compêndio de geografia do Rio Grande do Sul (1863)*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, s.d.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: colônias e colonizadores*. V. 9. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina, 1982.
- BOTTARI, Luiz Pedro. *Sobradinho: Conferência*. Santa Maria: Escola Tipográfica Santo Antônio, 1940.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRANDÃO, Souza. *Rio Grande do Sul: a terra, o homem e o trabalho*. Rio de Janeiro, Sauer, 1930.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>, acesso em 20 de julho de 2013.
- BRASIL, Decreto-Lei n. 375, de 13 de abril de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0375.htm>, acesso em: 20 de julho de 2013.
- BRASIL, Ministério do Exército. Departamento de engenharia e comunicações. Diretoria do serviço geográfico. Mapas. Folhas SH 22-V-A-VI-4 MI-2933/4 Soledade; SH 22-V-C-II-4 MI-2949/4 Sobradinho.

- BRIDI, Eda Thereza Piccinin (coord). *Histórico de Sobradinho*. Venâncio Aires: Ouro Verde, 1976.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria*. [S.l.], Editora Nacional, 1963.
- CALDAS, J. Tupi. *Rio Grande do Sul: síntese geográfica – regiões naturais*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.
- _____. *Geografia histórica: Ensaio Toponímico*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.
- CAMPOS, Sonia Siqueira *et al.* *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 3. ed. rev. São Paulo: Difel, 1977.
- COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Tradução de Sônia Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- COOJORNAL. Porto Alegre, maio de 1980.
- COOJORNAL. Disponível em: <<http://www.coojornal.com.br>> Acesso em 20/07/2013.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18, 21, 27 de abril e 8 de maio de 1938.
- CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha: 1930-1945*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 1 e 2. Porto Alegre: Globo, 1922.
- COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Scientia er Labor, 1989. Concurso da SEPCG de 1980.
- COSTA E SILVA, Riograndino. *Viagem a Sobradinho e Soledade*, 23 de abril de 1938. Rascunho manuscrito dos telegramas enviados. Cópia do arquivo particular de Riograndino da Costa e Silva.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.
- DACANAL, José Hildebando e GONZAGA, Sergius (org.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed.-ver. e atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Divisão administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1943.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, ano 3, 19 e 27 de maio de 1938.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 27 de abril de 1938.
- DOURADO, Ângelo. *Os voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920, pp. 372-398.

- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis, Editora da UFRGS e Editora da UFSC, 1995.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Arthur Filho. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- FERREIRA, João Candido Filho. *Cultura e preparo da erva-mate*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1948. Concurso de monografias de 1945.
- FERRI, Genuino A. *Os monges do Pinheirinho*. Encantado: Encantado, 1975.
- FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos monges barbudos (1935-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- _____. Os monges barbudos nos documentos policiais. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *X Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 445-459.
- FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FORTES, Amyr Borges. *Geografia física do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1959.
- _____. *Compêndio de geografia geral do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. rev. e amp. Porto Alegre: Sulina, 1979.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na história*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Soledade, 1975.
- FREITAS, Décio. A Revolução da Degola. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução de 1893*. CADERNO PORTO & VÍRGULA, n. 3. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-24.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986. 2. impressão.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil*. Região Sul. Vol 5. Sergraf-IBGE, 1977.
- FURTADO, Nelson França. *Vocábulo indígenas na geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1969.
- GAZETA COLONO & MOTORISTA. Suplemento Gazeta da Serra. Edição especial. *A saga dos monges barbudos*. Sobradinho, 22 de julho de 2011.
- GERTZ, René E. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GIOVANNI, Geraldo. *A Questão dos Remédios no Brasil*. Produção e Consumo. São Paulo: Polis, 1980.

- GOES, Cesar Hamilton Brito. *Nos caminhos do santo monge: religião, sociabilidade e lutas sociais no Sul do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul*. A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em Cima da Serra 1892-1895*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. A terra e o homem. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1952.
- HERVÉ, Egydio. Pecuária e agronomia. In: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. Vol 1. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 27-40.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432080&search=rio-grande-do-sul|soledade|infograficos:-historico>>, acesso em: 08/fev/2014.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IBGE, 1974.
- JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais/Editora Meridional Ema, 1979.
- KERN, Arno Alvarez (org). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder*. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KOLONIE. Santa Cruz, 27 de abril de 1938. Artigo localizado por Silvana Krause e traduzido do alemão por René Gertz.
- KOPP, Maria da Glória Lopes. Caçada ao célebre Deca França: no julgamento dos algozes, as fontes judiciais de uma história. Soledade e Sobradinho/RS, 1938-1942. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *IX Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: 2011, CORAG, p. 117-143.
- _____. Na Semana Santa de 1938, *fanáticos monges barbudos* tomam a Igreja de Santa Catarina na Bela Vista: prisões e mortes em Soledade e Sobradinhos/RS. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *X Mostra de pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 419-443.
- KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul -1938*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed., tomo 3, v. 1, livro 8, São Paulo: Difel, 1982, p. 99-122.

_____. A Revolução de 30 e o Regionalismo Gaúcho. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio Sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Erus, 1983, pp. 60-83.

MACEDO, José Rivair e MAESTRI, Mário José Filho. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MENEGAT, Rualdo *et al.* *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

MISSE, Michel (Org). *O inquérito policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: NECVU/IFCH/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

MONTEIRO, Paula. *Magia e pensamento mágico*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MÜLLER, Armindo L. A comunidade evangélica alemã de Nova Colônia de Sobradinho. In: MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO/INSTITUTO HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO. *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemão no Rio Grande do Sul 1980*. Anais 1987. São Leopoldo: Gráfica Unisinos, 1987, p. 45-55.

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 6.1, 4. ed. Editora Positivo, 2009.

OLIVEIRA, Célio Alves de. *A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

O NACIONAL. Passo Fundo, 22 de abril de 1938.

ORO, Ari Pedro. Messianismo, milenarismo e religiosidade popular. In: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRGS, v. 2, n. 1, 1988, p. 73-84.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKER, Cornélia e FRY, Peter Henry (org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª reunião brasileira de antropologia. Goiânia: Nova Letra, 2006. p. 45-80.

PAULA, Jorge Augusto de. *O Fão*. Passo Fundo: Pércio André, 1972.

PELLANDA, Ernesto. Imigração e colonização italiana. In: BECKER, Klaus (org). *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 127-48.

PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebando e GONZAGA, Sergius (org). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-228.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *A Revolução Federalista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

- PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. Bauru/SP, Editora Jalovi, 1980.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *A magia*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. V. 1 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Selbach, 1956.
- _____. A imigração alemã. In: BECKER, Klaus (org). *Enciclopédia Rio-Grandense*. V. 1, 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1968, p. 77-123.
- REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-Paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz *et al.* A redução jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, Rio Grande do Sul - Nota Prévia. In: REVISTA DO CENTRO DE ENSINO E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. *A Redução Jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, RS*. Nota Prévia. Santa Cruz do Sul: Museu do Colégio Mauá, 1976.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Rio Grande do Sul. *Povoadores do Rio Grande do Sul. 1857-1863*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 20/07/2013.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Comissão de Estudos Municipais. *Os novos municípios gaúchos: Alto Alegre*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Camargo*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Campos Borges*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Ibarama*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Ibirapuitã*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Lagoão*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Segredo*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Tunas*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- _____. *Os novos municípios gaúchos: Vila Maria*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa/Diretoria de Atividades Culturais. *Parlamentares gaúchos*. José Antônio Flores da Cunha. Discursos (1909-1930). Org. Carmen Aita e Gunter Axt. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. 2. ed.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

- ROLIM, Ernesto. *Contribuição ao estudo da erva-mate*. Tese de doutorado apresentada à Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1917.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1820-1821. São Paulo: Editora da USP, 1974.
- SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. Evolução histórica do município. In: CAMPOS, Sonia Siqueira *et al.* *Segredo: história e tradicionalidade*. Porto Alegre: IGTF, 1990, p. 17-27.
- SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de corpo inteiro*. 2. ed. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.
- SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre: LPM.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. 2. ed. Porto Alegre, Cia União de Seguros Gerais, 1979.
- SIMCH, Francisco Rodolfo. Situação Geográfica e Limites. Aspecto Físico do Estado. In: COSTA, Alfredo. *O Rio Grande do Sul*. V. 1. Porto Alegre: Globo, 1922.
- SOLEDADE. Disponível em: <<http://www.soledade.rs.gov.br/cidade/galeria-de-ex-prefeitos>>, acesso em 04/03/2014, 16:04.
- SOUZA BRANDÃO. *O Rio Grande do Sul: a terra, o homem e o trabalho*. Rio de Janeiro: Sauer, 1930.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-85.
- VENZON, Rodrigo A. Sobrevivência indígena frente ao latifúndio: Expropriação e luta Borboleta. In: *Terras Indígenas do RS*. [S.a.; s.l. s.n.] p. 149-158.
- VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não me Toque (RS), Gesa, 1987.
- VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- _____. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. V. 1. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 2009.
- WEDY, Garibaldi Almeida. *Soledade: fatos políticos, violências e mortes, reminiscências*. Década de 130-1940. Porto Alegre: Editora Renascença, 1999.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3º Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1º tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2º tenente Arlindo Rosa, no sexto distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938, 4 páginas.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3ª Secção. Ofício n. 281. Agenor Barcellos Feio, comandante geral da Brigada Militar, ao Exmo Snr Interventor Federal. Porto Alegre, 18 de abril de 1938. Assunto: remete um relatório (Relatório do 1º tenente Januário Dutra comandante do destacamento de Soledade). Capa.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior 3ª Secção. Ofício n. 684. Do comandante geral da Brigada Militar, Agenor Barcellos Feio, ao Interventor Federal. Porto Alegre, 15 de julho de 1938. Assunto: remete um relatório. Capa.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Relatório: sobre os acontecimentos ocorridos nos municípios de Soledade e Sobradinho com o surto de fanatismo religioso praticado por elementos que se tornaram conhecidos por 'monges barbudos'. Do major José Rodrigues da Silva para o comandante geral da Brigada Militar. Porto Alegre, 12 de julho de 1938, 3 p.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5º distrito. Auto de corpo de delito. Exame no cadáver de Benjamim Garcias de Moraes. Assinado por Octacilio Floriano Pinto, subprefeito do distrito, na função de subdelegado de polícia, e Pillar Pacheco de Campos, escrivão distrital. Peritos notificados: Arlindo Scherer e Benjamim Floriano Pinto; testemunhas: Eugenio Textor e Olavo Scherer. Vila do Jacuizinho, 18 de abril de 1938, 16h.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5º distrito. Auto de corpo de delito. Exame no ferido Marcolino Alves da Costa. Perito notificado: Honorio S. Arteché Alves; testemunhas: Eugenio Textor e Olavo Scherer. Assinado por Octacilio Floriano Pinto, subprefeito do distrito, na função de subdelegado de Polícia, e Pillar Pacheco de Campos, escrivão distrital. Vila do Jacuizinho, 25 de abril de 1938, 14h.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário. Comarca de Soledade, Livros 57 a 68, de 24 de dezembro de 1919 a 25 de março de 1931.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho Declaração de Jacinto Bridi ao delegado de polícia, Antonio Pedro Pontes, escrevente João Rodrigues. Sobradinho, 16 de abril de 1938, manuscrito.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3ª Delegacia Regional. Ofício n. 16. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para delegado de polícia de Soledade, tenente Januário Dutra. Relata a intervenção das autoridades de Sobradinho, no sexto distrito de Soledade na igreja da Bela Vista, ocorrida em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 05 de maio de 1938.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3ª Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade, Comarca de Soledade. *Termo de assentada* de Abrelino da Rocha Soares, Donato Vidal dos Santos e Leoncio [Leonço] Pereira Vaz. Assinado por Januário Dutra, 1º tenente, delegado de polícia de Soledade, José Rodrigues, major da Brigada Militar, e Augusto Villasbôa, escrevente. 20 de junho de 1938, 10h, manuscrito, 3 p.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade, Comarca de Soledade. *Termo de Declaração* de Alfredo Antônio dos Santos. Assinado por Januário Dutra, 1º tenente, delegado de polícia de Soledade, José Rodrigues, major da Brigada Militar, e Augusto Villasbôa, escrevente. Assinou em seu lugar Edgar Ferraz Machado, como testemunhas: Juracy [Curcisco] dos Santos e Sebastião de Assumpção. Delegacia de Polícia de Soledade, 3 de junho de 1938, 16h, manuscrito, 3 p.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Auto de exame de lesões corporais Osvaldo dos Santos praça da Brigada Militar. Perito nomeado: dr José Attilio Véra. Testemunhas: Francisco [Cavalli] e Serafim [Motta de Oliveira]. Assinado por Januário Dutra, 1º tenente e delegado de polícia de Soledade, e Augusto Villasbôas, escrevente. Consultório médico, vila de Soledade, 18 de abril de 1938, 17h.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Soledade. Relatório. Do delegado de polícia de Soledade, 1º tenente Januário Dutra, para o emissário do Governo, capitão José Rodrigues da Silva. Registra os acontecimentos de 13 e 17 de abril de 1938, ocorridos no quinto e sexto distritos de Soledade, lista 98 presos e reúne depoimento de testemunhas. Soledade, 15 de maio de 1938, 4 p.

RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Crescêncio Gonçalves da Costa e seus filhos a Ignácio Diehl. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 30 de junho de 1930. Livro n. 68, 04 de dezembro de 1929 a 25 de março de 1931.

RIO GRANDE DO SUL. Escritura de compra e venda de Nicanor Rodrigues de Almeida e esposa a Aristeu e Anastácio Desidério Fiúza. Cartório do Notário, Comarca de Soledade 19 de dezembro de 1929. Livro n. 68, 04 de dezembro de 1929 a 25 de março de 1931.

RIO GRANDE DO SUL. Escritura de doação inter-vivos de Pedro Ignacio Gonçalves a Salvador Gonçalves da Costa e outros. Cartório do Notário, Comarca de Soledade, 18 de dezembro de 1929. Livro 68, 04 de dezembro de 1929 a 25 de março de 1931.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Processo crime sumário. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. Sobradinho, Escritania do Juri, 1938-1942. V. 1 e 2. Auto 173, maço 23, estante 41.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Cartório de Notas. Vila de Jacuí. Livros 2 e 8.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Arquivamento Adão Gonçalves, Sobradinho, maio de 1941. N. 229, autos n. 832, maço 24, estante 41.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Aníbal Carvalho e Oscar da Silva Telles, Sobradinho, 31 de julho de 1939, n. 67, autos n. 523, maço 16. Refere-se a conflito na venda de Teobaldo Verlang, no 3º distrito de Sobradinho.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Armando Andrade. Sobradinho, agosto de 1933, n. 70, autos n. 207, maço 17.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Promotoria Pública de Santa Cruz. Processo Crime contra Amâncio Alves dos Santos e Luiz Virgilio da Caz. Sobradinho, fevereiro de 1937. Estante 41, maço 14, n. 20.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Guilherme Steinhaus e Francisco Baptista. Sobradinho, primeiro distrito, maio de 1939, n. 101, autos n. 511, maço 19.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Francisco C. da Silva, Sobradinho, 2. zona do primeiro distrito, 1940. n. 324, autos n. 728, maço 27.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime João da Silva, Jacuhy, Sesmaria do Sobradinho, 1930, n. 34, autos n. 53, maço 4.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar da Silva Telles e outros. Sobradinho, janeiro de 1935, n. 83, autos n. 105, maço 8, estante 41.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Oscar Telles. Terceiro distrito de Jacuí, janeiro de 1932, n. 105, autos n. 160. Refere-se a conflito na linha Tamanduá.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Processo Crime Sumário contra Antônio Pedro Pontes. Sobradinho, março de 1942, autos n. 169, maço 23.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Reintegração de Posse a Manoela Israel da Silva. n. 19, autos n. 377, maço 11.

RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública. Reintegração de Posse a Pedro F. da Silva. n. 317, autos n. 408, maço 26, estante 41.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Primeiro distrito. Sobradinho, Soledade e Jacuizinho, 04 de agosto de 1933 a 05 de janeiro de 1940.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Soledade, Jacuizinho, 2ª zona, Tunas.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 3. Espumoso, vila Jacuizinho.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 4. Espumoso, vila Jacuizinho.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRGS)

Registro de Concessionários de lotes coloniais. Terras em Jacuí.

RIO GRANDE DO SUL. Cordeiro de Farias. Relatório de Governo.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. Minutas. 1ª e 2ª diretoria. Códice 911, 2ª diretoria, n. 380.

SOBRADINHO. Correspondência Expedida. 1937. *O Commercio*. Cachoeira do Sul, 24 de novembro de 1937. Lata 128, Maço 384.

SOBRADINHO. Ofício n. 201/1 e 2 do Gabinete do Prefeito do município de Sobradinho, 25 de novembro de 1937. Correspondência Expedida de Sobradinho, 1937. Lata 128, Maço 384.

SOBRADINHO. Ofício n. 81 do Gabinete do Prefeito de Sobradinho, Santo Carniel, ao secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Sobradinho. Correspondência Expedida Sobradinho, 1938. Lata 128, Maço 384.

SOLEDADE. Correspondência Expedida. 1937. Lata 128, maço 384.

SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito Reinaldo Heckmam, 22 de setembro de 1937. Correspondência Expedida, 1937. Lata 128, Maço 384.

SOLEDADE. Ofício n. 61, Do Gabinete do Prefeito interino Olmiro Ferreira Porto ao interventor federal, Osvaldo Cordeiro de Farias, junho de 1938. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida, 1938. Lata 128, Maço 384.

SOLEDADE. Ofício s/n., Do Gabinete do Prefeito interino, Olmiro Ferreira Porto, para o secretário do Interior, Miguel Tostes. Relatório Financeiro de Soledade. Correspondência Expedida Soledade, 3 de agosto de 1938. Lata 128, maço 384.

ARQUIVO DA BRIGADA MILITAR

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Boletim da Brigada Militar – 1938.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior, III Secção. Minutas, ofícios, informações, cartas e portarias. Março e abril de 1938.

RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. Estado Maior, III Secção. *Minutas, ofícios, informações, memorandum e atestados*. Maio e junho de 1938.

ENTREVISTAS

Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

Balbina Fiúza Naguel (Polaca). Tunas, 21 de janeiro de 1990.

Darci Moratis Vargas. Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Deodoro Graco Serrano e esposa. Espumoso, 02 de novembro de 1988.

Dianyra E. Calheiro. Sobradinho, 17 de outubro de 1990 (por telefone).

Edgar Gölzer. Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

Ernestina Desidério Fiúza. Tunas, 20 de janeiro de 1990.

Gervázio e Nilda Fiúza. Salto do Jacuí, Jacuizinho, 20 de janeiro de 1990.

Gregório Costa. Rincão dos Costa, Jacuizinho, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Idalcinéia Alves da Costa, Tunas, 20 de janeiro de 1990.

Izaltina e Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 2 de novembro de 1988 e 21 de janeiro de 1990.

Marianinha Nogueira Lopes. Bagé, junho de 1987.

Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990.

ANEXOS

Anexo 1 – Lista de presos, mortos e feridos

Prisão de Abrelino de Rocha Soares, em 10 de novembro de 1937.

Prisão de oito *monges* na Delegacia de Polícia de Soledade, delegado tenente Januário Dutra, pelo 2º tenente Arlindo Rosa, em 22 de março de 1938:

1) Adão Alves, 2) Alfredo Antônio dos Santos, 3) Estácio Gonçalves da Costa, 4) Guilherme Francisco da Silva, 5) João Pereira Vaz, 6) Leôncio Pereira Vaz, 7) Sebastião Gonçalves França [ou Sebastião Gonçalves da Costa], 8) Thomas de Oliveira Fiúza [ou Thomas Desidério Fiúza, irmão de Anastácio].

Prisão de dez presos na Delegacia de Polícia de Sobradinho⁷⁶⁶, em 14 de abril, pelo delegado Antônio Pedro Pontes, após ter sido baleado Anastácio na Bela Vista:

1) Abrelino da Rocha Soares, 2) Amâncio Vidal dos Santos, 3) Donato Vidal dos Santos - pai e filho, 4) Alípio Gonçalves da Costa, 5) Crescêncio Gonçalves da Costa - irmãos, 6) Leôncio Pereira Vaz, 7) Apolônio Antônio Rodrigues, 8) Henrique Francisco da Silva, 9) Manoel Damásio Costa e 10) João Fernando Lima.

Prisão de 104 monges, lista nominal de 98 presos no Jacuizinho, após o velório e sepultamento de Anastácio Fiúza, em 17 de abril, pelo subdelegado de polícia do Jacuizinho, Otacílio Floriano Pinto, ordem alfabética:

1) Achiles Mariano dos Santos, 2) Adão Alves da Silva, 3) Adão Gonçalves da Costa, 4) Adelino Valentim da Silva, 5) Adolfo Mariano dos Santos, 6) Agenor Lopes da Costa, 7) Agripino de Oliveira Gonçalves, 8) Alfredo Alves dos Santos, 9) Alfredo Mariano dos Santos, 10) Alvaro Pereira Vaz, 11) Amandio Tavares da Rosa, 12) Ananias Alves da Costa, 13) Antenor José Ferreira, 14) Antonio de Assis Ferreira, 15) Antonio José da Costa, 16) Arlindo Francisco da Silva, 17) Armindo Francisco da Silva, 18) Belarmino Rodrigues dos Santos, 19) Candido Catharino da Silva, 20) Carlos Valta, 21) Cecílio Mariano dos Santos, 22) Crescêncio Mariano dos Santos, 23) Cristiano Alves da Silva, 24) Dinarte Nunciação Ferreira, 25) Dionisio Ferreira, 26) Eduino Valta, 27) Elisiario Pereira Dias, 28) Emiliano José da

⁷⁶⁶ RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no 6o distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

Costa, 29) Estácio Pires, 30) Eurico Ferreira Fiuza, 31) Fioravante Ferreira, 32) Firmo de Mattos, 33) Firmo Ferreira, 34) Flor Vidal dos Santos, 35) Flores Ferreira, 36) Francisco Mariano dos Santos, 37) Francisco Valentim da Silva, 38) Frutuoso José da Silva, 39) Geralcino Vieira de Mattos, 40) Gregório Alves da Costa, 41) Isidoro Vidal dos Santos, 42) João Antunes de Mattos, 43) João Firmo Ferreira, 44) João Francisco da Silva, 45) João José da Silva, 46) João Lopes da Silva, 47) João Nicanor da Silva, 48) João Pedro Lourenço Pinto, 49) João Pereira da Silva, 50) João Pereira Vaz, 51) João Valentim dos Santos, 52) João Vidal dos Santos, 53) Jordão Sobrinho Ferreira, 54) José Candido Ferreira Fiúza, 55) José Crespim da Rosa, 56) José Domingos de Camargo, 57) José Francisco da Silva, 58) José Silveira, 59) Júlio Rodrigues da Silva, 60) Juvêncio Valentim da Silva, 61) Ladislau Rufino Ferreira, 62) Leodoro Garcia de Moraes, 63) Leonardo Ferreira, 64) Luiz França Ferreira, 65) Manoel João José da Silva, 66) Maria Cândida Ferreira de Camargo, 67) Martins Francisco da Silva, 68) Maximiliano José dos Santos, 69) Miguel Antonio Cândido, 70) Napoleão Gonçalves da Costa, 71) Natalício Gonçalves da Costa, 72) Natalício Pereira Dias, 73) Nicolau Alves de Oliveira, 74) Norberto Fiuza, 75) Olimpico Mariano dos Santos, 76) Orlandino Gonçalves da Costa, 77) Orlando Valta, 78) Pedro Francisco Ferreira, 79) Pedro Lopes da Silva, 80) Pedro Silveira, 81) Ramiro Tavares da Rosa, 82) Reinaldo de Oliveira Fiuza, 83) Salustiano Fernandes da Rosa, 84) Salvador Luiz Rodrigues, 85) Sebastião Alves de Oliveira, 86) Sebastião Fabrício de Lima, 87) Sebastião Ferreira França, 88) Sebastião Francisco da Silva, 89) Sebastião Gonçalves da Costa, 90) Sebastião José Correa, 91) Sebastião Raymundo, 92) Sebastião Vieira Alves, 93) Simão F. Silveira Filho, 94) Thomaz de Oliveira Fiuza, 95) Valencio Ferreira da Silva, 96) Vergilio Ferreira Fiuza, 97) Vergilio Pereira da Silva e 98) Waldemar Valta.

Nove pessoas foram deslocadas presas para Porto Alegre, duas eram mulheres:

1) Abílio Ferreira do Nascimento, 2) Alfredo Antônio dos Santos, 3) Cecílio Mariano dos Santos, 4) Firmo Ferreira, 5) José Candido Ferreira Fiúza, 6) José Domingos de Camargo, 7) Maria Cândida Ferreira de Camargo – qualificada como a “Santa Catarina”, 8) Maria Floricia Ferreira – identificada como a “Santa Terezinha”, e 9) Simão Silveira Filho.

Prisão de dois *monges* na Coloninha, distrito do Lagoão, em 16 de agosto de 1938, após o assassinato de Deca França e Antônio Mariano:

1) Pantaleão Maura da Silva, ou Pantaleão Moura da Silva⁷⁶⁷ e 2) José Crespim da Rosa.⁷⁶⁸

767 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 56; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos

Lista de 4 feridos com arma de fogo e 6 mortos nos três confrontos, de abril a agosto de 1938:

- 1) Anastácio Desidério Fiúza, baleado na Bela Vista, dia 14 de abril, faleceu dia 15 e foi sepultado em 17 de abril de 1938;
- 2) Francisco Vital, bebê de 20 dias, morreu no colo da mãe Catarina;
- 3) Catarina Vital⁷⁶⁹; teve o braço atingido pelos tiros que mataram seu filho Francisco. O ferimento foi tratado por André França⁷⁷⁰;
- 4) Benjamin Garcias Moraes⁷⁷¹, ferido em 17 de abril com um tiro no rosto, após o sepultamento de Anastácio no Rincão dos Costa. Faleceu na residência de Jean Alfredo D'atney, na vila do Jacuizinho.
- 5) Julio Cabeça, Morto no ataque policial no Rincão dos Costa. Júlio teria saído para ver o que ocorria. Foi baleado no peito, morreu na hora.⁷⁷²
- 6) Piragir da Costa, ferido no ataque policial, no Rincão dos Costa.⁷⁷³
- 7) Marcolino Alves da Costa⁷⁷⁴, ferido com um tiro de arma de fogo na região infra-espinhosa esquerda, atingindo tórax e pulmão.
- 8) Simão Silveira Filho, Simãozinho, ferido no ataque policial. Levado preso para a Cadeia Civil de Soledade.⁷⁷⁵
- 9) André Ferreira França, Deca França, foi preso no início de 1938 em Tunas. Foi assassinado em 16 de agosto de 1938, na Coloninha, em frente à casa de José Crespim da Rosa com dois tiros. Foi enterrado no cemitério de Coloninha.
- 10) Antônio Mariano dos Santos, ou Antônio Vital. Foi assassinado na casa de Crespim, em 16 de agosto de 1938, na Coloninha. Teve um ferimento fatal, produzido por bala, na cabeça. Foi sepultado no cemitério da Coloninha.⁷⁷⁶

Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vol 1, p. 3 e 5. (APERS)

768 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 51 e 68; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Op. Cit. p. 2-3 e 12.

769 Catarina Vidal ou Vital.

770 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto, Op. Cit. p. 36; Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

771 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito. Exame no cadáver de Benjamin Garcias de Moraes. Vila do Jacuizinho, 18 de abril de 1938, 16h.

772 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 42.

773 Loc. cit.

774 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho. Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito. Exame no ferido Marcolino Alves da Costa. Vila do Jacuizinho, 25 de abril de 1938.

775 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 3. Espumoso, vila Jacuizinho, p. 144. (APERS); PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 42; CORREIO DO POVO, 5 de maio de 1938.

776 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit., p. 56 e 68; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vol 1, p. 2, 9-9v.

Anexo 2 – Lista das famílias envolvidas

Na sistematização das informações sobre os presos, mortos e feridos foi possível identificar 119 participantes e 42 famílias.

1. Família Alves (1): Adão Alves, preso na Delegacia de Polícia de Soledade, grupo de oito *monges*, em 22 de março de 1938. [É possível que seja o mesmo Adão Alves da Silva preso no Jacuizinho.]
2. Família Alves da Costa (3): Ananias Alves da Costa e Gregório Alves da Costa, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938; Marcolino Alves da Costa foi ferido com um tiro de arma de fogo, atingindo tórax e pulmão, em 25 de abril de 1938.
3. Família Alves da Silva (2): Adão Alves da Silva e Cristiano Alves da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
4. Família Alves de Oliveira (2): Nicolau Alves de Oliveira e Sebastião Alves de Oliveira, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
5. Família Cândido (1): Miguel Antônio Cândido, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
6. Família Corrêa (1): Sebastião José Corrêa, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
7. Família Costa (1): Manoel Damásio Costa, preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie.
8. Família da Costa (1): Piragir da Costa, ferido no tiroteio no Rincão dos Costa, em 17 de abril.⁷⁷⁷
9. Família da Rosa (4): Amândio Tavares da Rosa, Ramiro Tavares da Rosa, Salustiano Fernandes da Rosa e José Crespim da Rosa, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. José Crespim foi preso novamente em 16 de agosto de 1938, em Tunas, Soledade e Sobradinho após o assassinato de André França e Antônio Vital ao saírem de sua casa na Coloninha, distrito do Lagoão.
10. Família da Silva (6): Cândido Catharino da Silva, João Nicanor da Silva, Júlio Rodrigues da Silva e Valêncio Ferreira da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Guilherme Francisco da Silva, preso na Delegacia de Polícia de Soledade, grupo de oito *monges*, em 22 de março de 1938; Henrique Francisco da Silva, preso

⁷⁷⁷ PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 42.

com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista.

11. Família de Camargo (2): José Domingos de Camargo e Maria Cândida Ferreira de Camargo, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Maria Cândida foi identificada pelo correspondente do Correio do Povo⁷⁷⁸, em Soledade, como Santa Catarina, foi entrevistada na cadeia civil. Foram levadas para Porto Alegre no grupo de seis *monges*.

12. Família de Lima (1) / Lima (1): João Fernando Lima preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista; Sebastião Fabrício de Lima, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

13. Família de Mattos (3): Firmo de Mattos, Geralcino Vieira de Mattos e João Antunes de Mattos, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

14. Família dos Santos (4): Alfredo Alves dos Santos, Belarmino Rodrigues dos Santos, João Valentim dos Santos e Maximiliano José dos Santos, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Alfredo Antônio dos Santos, conhecido por Ceguinho, preso na Delegacia de Polícia de Soledade, grupo de oito *monges*, em 22 de março de 1938, preso novamente em abril e encaminhado preso para Porto Alegre com mais dois *monges*, prestou novo depoimento na Delegacia de Polícia de Soledade para o capitão José Rodrigues e o delegado Januário Dutra, em 3 de junho de 1938.

15. Família Ferreira (12): Antenor José Ferreira, Antônio de Assis Ferreira, Dinarte Nunciação Ferreira, Dionísio Ferreira, Fioravante Ferreira, Firmo Ferreira, Flores Ferreira, João Firmo Ferreira, Jordão Sobrinho Ferreira, Ladislau Rufino Ferreira, Leonardo Ferreira, Pedro Francisco Ferreira, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

16. Família Fiúza (6): Norberto Fiuza, Eurico Ferreira Fiuza, José Cândido Ferreira Fiúza e Vergílio Ferreira Fiuza. Reinaldo [Reinoldo] de Oliveira Fiuza e Thomaz de [Oliveira] Fiuza [ou Thomas Desidério Fiúza] eram irmãos de Anastácio, foram presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Thomas fora preso na Delegacia de Polícia de Soledade, grupo de oito *monges*, em 22 de março de 1938. Anastácio Desidério Fiúza, provavelmente esteve preso antes de abril de 1938. Foi baleado na Bela Vista, dia 14 de abril, faleceu dia 15 e foi sepultado em 17 de abril de 1938.

17. Família França Ferreira e Ferreira França (3): Luiz França Ferreira e Sebastião Ferreira França, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

778 CORREIO DO POVO, 05 de maio de 1938.

18. André Ferreira França, Deca França, foi preso no início de março de 1938 na cadeia da subprefeitura de Tunas⁷⁷⁹. Foi assassinado em 16 de agosto de 1938, na Coloninha, em frente à casa de José Crespim da Rosa com dois tiros. Foi enterrado no cemitério de Coloninha.
19. Família Francisco da Silva (6): Arlindo Francisco da Silva, Armindo Francisco da Silva, João Francisco da Silva, José Francisco da Silva, Martins Francisco da Silva e Sebastião Francisco da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
20. Família Garcias Moraes (2): Leodoro Garcia de Moraes, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Benjamin Garcias Moraes⁷⁸⁰, ferido em 17 de abril com um tiro no rosto, após o sepultamento de Anastácio Fiúza no Rincão dos Costa. Faleceu na residência de Jean Alfredo D'atney, na vila do Jacuizinho.
21. Família Gonçalves da Costa (9): Os irmãos Estácio Gonçalves da Costa e Sebastião Gonçalves França [ou Gonçalves da Costa] presos com 8 presos *monges*, em Soledade, em 22 de março de 1938; Alípio Gonçalves da Costa e Crescêncio Gonçalves da Costa, presos com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Sebastião foi preso novamente com o grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938, no Jacuizinho, onde também estavam outros familiares: Adão Gonçalves da Costa, Napoleão Gonçalves da Costa, Natalício Gonçalves da Costa e Orlandino Gonçalves da Costa. Apolinário Gonçalves Costa, foi citado pelo jornal Kolonie, mas não consta da lista de presos. Andreza Gonçalves Reis⁷⁸¹, filha de Estácio Gonçalves da Costa, foi conduzida presa por um tenente-coronel com uma escolta armada com fuzis. Foi levada para uma subprefeitura, ouviu ofensas do subprefeito e foi liberada.
22. Família José da Costa (2): Antônio José da Costa, pai de Gregório Alves da Costa, e Emiliano José da Costa, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
23. Família José da Silva (3): Frutuoso José da Silva, João José da Silva e Manoel João José da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
24. Família Lopes da Costa (1): Agenor Lopes da Costa, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
25. Família Lopes da Silva (2): João Lopes da Silva e Pedro Lopes da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
26. Família Mariano dos Santos (8): Achilles Mariano dos Santos, Adolfo Mariano dos Santos, Alfredo Mariano dos Santos, Crescêncio Mariano dos Santos, Francisco Mariano dos Santos e Olímpio Mariano dos Santos, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de

779 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

780 RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito.

Exame no cadáver de Benjamim Garcias de Moraes. Vila do Jacuizinho, 18 de abril de 1938, 16h. (APERS)

781 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraiado, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

abril de 1938. Cecílio Mariano dos Santos, foi entrevistado pelo Correio do Povo de 4 de maio, na Cadeia Civil de Soledade. Antônio Mariano dos Santos, ou Antônio Vital, foi assassinado na casa de Crespim, em 16 de agosto de 1938, na Coloninha. Teve um ferimento fatal, produzido por bala, na cabeça. Foi sepultado no cemitério da Coloninha.⁷⁸²

27. Família Moura da Silva (1): Pantaleão Maura [ou Moura] da Silva, preso em 16 de agosto de 1938, em Tunas, Soledade e Sobradinho, após o assassinato de André França e Antônio Vital na Coloninha, distrito do Lagoão.

28. Família Oliveira Gonçalves (1): Agripino de Oliveira Gonçalves, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

29. Família Pereira da Silva (2): João Pereira da Silva e Vergílio Pereira da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

30. Família Pereira Dias (2): Elisiário Pereira Dias e Natalício Pereira Dias, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

31. Família Pereira Vaz (2): João Pereira Vaz, preso na Delegacia de Polícia de Soledade, grupo de oito *monges*, em 22 de março de 1938; preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista e novamente presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938, junto com Álvaro Pereira Vaz.

32. Família Pinto (1): João Pedro Lourenço Pinto, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

33. Família Pires (1): Estácio Pires, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

34. Família Raymundo (1): Adão Raymundo teria apresentado denúncia por roubo com advogado em Soledade junto com Gregório Costa.⁷⁸³ Sebastião Raymundo, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

35. Família Rocha Soares (1): Abrelino da Rocha Soares, preso em 10 de novembro de 1937 e preso novamente com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie.

36. Família Rodrigues (2): Apolônio Antônio Rodrigues, preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Salvador Luiz Rodrigues, preso no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.

782 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 56, 68; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. V. 1, p. 2, 9 e 9v.

783 Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

37. Família Silveira (3): José Silveira, Pedro Silveira e Simão F. Silveira Filho, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938. Simão Filho, Simãozinho, ferido no ataque policial e levado preso para a Cadeia Civil de Soledade.⁷⁸⁴
38. Família Valentim da Silva (3): Adelino Valentim da Silva, Francisco Valentim da Silva e Juvêncio Valentim da Silva, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
39. Família Valta (4): Carlos Valta, Eduino Valta, Orlando Valta e Waldemar Valta, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
40. Família Vidal dos Santos (5): Amâncio Vidal dos Santos e Donato Vidal dos Santos [ou Donato Lageano], pai e filho, presos com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Citados pelo jornal Kolonie. Flor Vidal dos Santos, Isidoro Vidal dos Santos e João Vidal dos Santos, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
41. Família Vieira Alves (1): Sebastião Vieira Alves, presos no Jacuizinho, grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938.
42. Família Vital [Vidal] (2): Francisco Vital, bebê de 20 dias, morreu no colo da mãe Catarina Vital, teve o braço atingido pelos tiros que mataram seu filho, o ferimento foi tratado por André França⁷⁸⁵.

784 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 3. Espumoso, vila Jacuizinho, p. 144. (APERS); PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 42; CORREIO DO POVO, 5 de maio de 1938.

785 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit, p. 36; Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

Anexo 3 – Notas sobre alguns protagonistas

1. **Abílio Ferreira do Nascimento** foi preso e fez parte do primeiro grupo de seis *monges* enviados para Porto Alegre.
2. **Abrelino da Rocha Soares**⁷⁸⁶, 53 anos, casado, agricultor e residente no 1º distrito de Sobradinho. Foi interrogado pelo delegado de Polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes em 10 de novembro de 1937. Segundo o delegado, ele já estivera preso anteriormente como “chefete” dos *monges*. Para Pontes, ele teria se livrado da acusação de três assassinatos, sendo libertado pelo ex-chefe de polícia, capitão Monteiro. Pelo depoimento, ele frequentou reunião chefiada por André Ferreira França, no sexto distrito de Soledade. Foi preso novamente com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio na Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.
3. **Adão Alves**⁷⁸⁷, pouco mais de 20 anos, preso no grupo de oito *monges*, pelo tenente Arlindo Rosa, e levado para a Delegacia de Polícia de Soledade. O delegado Januário Dutra sugeriu que o Governo recrutasse-o para uma “missão secreta”, devido ao seu conhecimento da região, a sua esperteza e inteligência, e sua “grande ascensão” sobre os demais. O jovem disse não ser *fanático*.
4. **Alfredo Antônio dos Santos**⁷⁸⁸, 66 anos, solteiro, conhecido por Ceguinho, benzedor e puxador de terço. Foi preso no grupo de oito *monges*, pelo tenente Arlindo Rosa, e levado para a Delegacia de Polícia de Soledade, em 22 de março de 1938. Preso novamente com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista, pelo delegado Antônio Pedro Pontes, após ter sido baleado Anastácio Fiúza. Foi encaminhado preso para Porto Alegre com Firmo Ferreira e Maria Florícia Ferreira, no segundo grupo, de um total de nove presos deslocados para a Capital. Interrogado outra vez, em junho de 1938, pelo capitão José Rodrigues e pelo delegado tenente Januário Dutra, na Delegacia de Polícia de Soledade, disse temer as autoridades locais. Mencionou Antônio Salles, um indivíduo “que vivia a pé pelo mundo”, como o primeiro a pregar a *religião* na região.

786 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho. Comarca de Santa Cruz. Interrogatório de Abrelino da Rocha Soares. Vila de Sobradinho, 10 de novembro de 1937. Lista de 10 presos na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril. (APERS); KOLONIE, Santa Cruz, 27 de abril de 1938.

787 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. (APERS) Na lista dos 98 presos do Jacuizinho consta Adão Alves da Silva.

788 Ibidem. Alfredo Antônio dos Santos também prestou depoimento em 03 de junho de 1938, às 16h, na Delegacia de Polícia de Soledade, na presença do delegado 1o tenente Januário Dutra, capitão José Rodrigues e o escrevente Augusto Villasbôas. Termo de Declaração.

5. **Alípio Gonçalves da Costa**⁷⁸⁹, filho de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa, era casado com Tereza Gonçalves da Costa. O filho Marcolino Gonçalves da Costa ajudava Anastácio Fiúza nas viagens com a manada de porcos para Lajeado. A filha de Anastácio, Eurélia, casou-se com um filho seu. O filho Orlandino Gonçalves da Costa esteve preso no Jacuizinho, posteriormente casou-se com a prima Izaltina, filha de seu irmão Crescêncio. A filha Ana Luiza Costa casou-se com Gregório Alves da Costa, também preso no Jacuizinho. Junto com seu irmão Crescêncio foram apontados como “grandes responsáveis nestas façanhas dos *monges*”. Anastácio Fiuza foi velado na sua casa e enterrado no Rincão dos Costa. Foi levado preso para a cadeia municipal de Cachoeira, após o tiroteio da Bela Vista com outros dez *monges*. Aparece em duas fotografias. Na segunda, possivelmente já na cadeia municipal de Cachoeira do Sul, observa-se que estão descalços e abatidos. Os filhos de Crescêncio e Alípio afirmam que ambos foram torturados e voltaram cegos.

6. **Amâncio Vidal dos Santos**, “vulgo Lajeano”, pai de Donato. Foi levado preso para a cadeia municipal de Cachoeira, após o tiroteio da Bela Vista com outros dez *monges*. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.

7. **Anastácio Desidério Fiúza**, conhecido como Tácio⁷⁹⁰, agricultor e criador. Filho de Bazileu Desidério Fiúza e Balbina Onorata Fiúza, teve cinco irmãos: Thomas, Aristéu, Reinoldo, Ernestina e Almerina. Casou-se com Ana Gonçalves Vieira Fiúza, filha de Frutuoso Gonçalves da Costa, neta de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa. Tiveram dois filhos: Arator e Eurélia.⁷⁹¹ Líder dos *monges barbudos*, morreu em 15 de abril de 1938, em consequência de dois tiros na barriga que o atingiram na Igreja de Santa Catarina. Foi baleado em 14 de abril, morreu dia 15 e foi sepultado no dia 16 ou 17 de abril de 1938, no Rincão dos Costa, no Jacuizinho, quinto distrito de Soledade.

8. **André Ferreira França**, “vulgo” Deca França, agricultor, criador e curandeiro, com mais de 50 anos, cabelos pelos ombros e barba pela barriga, brancos, carregava nos bolsos e pendurado no pescoço orações, ervas e cascas. Morador do sexto distrito de Soledade. Casado com Delfina, teve 10 filhos. Conhecido como “chefe da seita dos barbudos”. Foi preso no início de 1938 em Tunas. Foi assassinado em 16 de agosto de 1938, na Coloninha, em frente à casa de José Crespim da Rosa com dois tiros: um, na região abdominal, e, o outro, na região torácica, na altura do coração. É possível que tenham decapitado sua cabeça após a sua morte.

789 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

790 Anastácio é grafado como Tasso em algumas fontes policiais e por vezes como Estácio.

791 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 30, 36. Entrevistas Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990 e Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990.

Foi enterrado no cemitério de Coloninha. Foram processados por sua morte e de Antônio Mariano dos Santos cinco civis e dois militares.⁷⁹²

9. **Andreza Gonçalves Reis**⁷⁹³, filha de Estácio Gonçalves da Costa e de Delfina Ferreira Gonçalves. Por linha paterna, neta de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa. Por linha materna, sobrinha de André Ferreira França. Tinha 82 anos quando foi entrevistada em sua casa no Despraído, no Lagoão, ouvia pouco e falava de forma pouco inteligível. Não escutava as perguntas, por isso, falou o que quis. Muito excitada com a visita, mal conseguiu ficar sentada. A todo o momento levantava-se para buscar alguma coisa: fotografias, anotações e lanches para oferecer. Entre os vizinhos tem fama de maluca, mas contou diversas histórias do início ao fim, com lógica e coerência. Desde cedo se preocupava com o casamento, foi consultar um vidente que fazia curas e benzia. Era uma casinha de capim, em um lugar distante, foi a cavalo, com outra moça. Na casa existia uma prateleira com imagens de santos. O benzedor vaticinou que o matrimônio seria com um viúvo. Acabou acertando, tamanha era a fé, que ela ficou a espera do viúvo. O casamento acabou causando amargas lembranças. Auxiliava o “tio Deca” no preparo dos remédios e no atendimento das pessoas, estava presente quando policiais foram intimá-lo para que fosse na delegacia, de onde não voltou, ficando preso na quaresma, em Tunas. André avisava que deixaria mensagens por sonho. Ela falou dos mistérios da religião dos *barbudos* e do seu caráter “mundial”. Narrou com veracidade um diálogo entre Jesus Cristo e outros santos, onde ele planejava a destruição do mundo, que só foi evitada pela intervenção de Santa Catarina. Assumiu-se fanática. Desmentiu a versão de estupro, disse que foi agarrada por um cabo, na ocasião em que a casa do seu pai foi revistada, que a soltou no momento em que ela chamou por Santa Catarina. Este fato, por si só, já acarretava uma vergonha imensa.

10. **Antônio Mariano dos Santos**, ou Antônio Vital, 48 anos, cor branca, casado. Estava na casa de Crespim no dia 16 de agosto de 1938, quando a polícia e cinco civis cercaram o local e atingiram André Ferreira França. Pelo auto de necrópsia, Antônio Vital teve um ferimento fatal, produzido por bala, na cabeça. Foi sepultado no cemitério da Coloninha.⁷⁹⁴

11. **Apolônio Antônio Rodrigues**⁷⁹⁵. Preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista.

792 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 12, 38, 49, 55, 62; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Vol 1, p. 2, 5v, 8-8v.

793 Entrevista Andreza Gonçalves Reis. Despraído, Lagoão, 21 de janeiro de 1990.

794 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit., p. 56, 68; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escritania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Op. cit, v 1, p. 2, 9-9v.

795 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

12. **Benjamin Garcias Moraes**⁷⁹⁶ [ou Benjamin Amaral], 39 anos, agricultor, residente na Cerca Velha, Lagoão, sexto distrito de Soledade. Morto no ataque policial, em 17 de abril. Após ser ferido, foi levado para a residência de Jean Alfredo D'atenney, na vila do Jacuizinho, onde morreu devido ao tiro recebido no rosto.
13. **Catarina Vital**. Teve o braço atingido pelos tiros que mataram seu bebê, Francisco Vital, na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista em 14 de abril de 1938. O ferimento foi tratado por André Ferreira França.⁷⁹⁷
14. **Cecílio Mariano dos Santos**. Preso no Jacuizinho em 17 de abril de 1938, ficou prisioneiro na Cadeia Civil de Soledade, fez parte do primeiro grupo de seis *monges* enviados para Porto Alegre, foi entrevistado pelo Correio do Povo, em 04 de maio de 1938.
15. **Crescêncio Gonçalves da Costa**⁷⁹⁸, agricultor e criador. Filho de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa, casou-se com Juvita Helena da Costa, com quem teve seis filhos: Pedro, Francisco, Sebastião, Izaltina, Alzira e Oscar Gonçalves da Costa. Ficou viúvo e com os filhos menores em 1929 ou 1930. Junto com seu irmão Alípio foram apontados como “grandes responsáveis nestas façanhas dos *monges*”. Foi levado preso para a cadeia municipal de Cachoeira, após o tiroteio da Bela Vista, com outros dez *monges*. Aparece em duas fotografias. Na segunda, possivelmente já na cadeia municipal de Cachoeira do Sul, observa-se que estão descalços e abatidos. Os filhos de Crescêncio e Alípio afirmam que ambos foram torturados e voltaram cegos.
16. **Donato Vidal dos Santos**⁷⁹⁹, ou Donato Lageano, filho de Amâncio. Foi levado preso para a cadeia municipal de Cachoeira, após o tiroteio da Bela Vista com outros dez *monges*. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.
17. **Estácio Gonçalves da Costa**⁸⁰⁰, ou Estácio Barnabé, filho de Pedro Ignacio e Maria Pacífica, casou-se com Delfina Ferreira França, irmã de André França. Foi preso em Soledade, em 22 de março de 1938, pelo 2º tenente Rosa. Sobre duas filhas: Andreza, auxiliava o tio Deca França no atendimento dos fiéis em sua casa, e Maria Fermina dos

796 Conforme RIO GRANDE DO SUL. Cartório da Vila do Jacuizinho, Comarca de Soledade, 5o distrito. Auto de corpo de delito. Exame no cadáver de Benjamin Garcias de Moraes. Vila do Jacuizinho, 18 de abril de 1938, 16h. (APERS). Em PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 36, consta que Benjamin Amaral teria sido morto com um tiro na testa, no dia 14 de abril de 1938, no ataque à Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista Mas. Segundo as Entrevistas de Orlandino Gonçalves da Costa e Costa e Idalcinéia Alves da Costa, Benjamin morreu no ataque policial, após o velório de Anastácio, no Rincão dos Costa. Esta informação confere com os registros cartoriais.

797 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit, p. 36; Entrevista Orlandino Gonçalves da Costa. Rincão dos Costa, Salto do Jacuí, 21 de janeiro de 1990.

798 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Op. Cit.

799 Loc. cit.

800 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS).

Santos, doméstica, casada com Carmelino Corrêa, faleceu com 28 anos, de “moléstia ignorada”⁸⁰¹

18. **Firmo Ferreira** foi preso no Jacuizinho e fez parte do primeiro grupo de seis *monges* enviados para Porto Alegre.

19. **Francisco Vital [ou Vidal]**. Bebê de 20 dias foi baleado na Igreja da Bela Vista, no Lagoão, sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938, Quinta-Feira Santa, durante o cerco policial envolvendo militares e civis à Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, no então sexto distrito de Soledade. No confronto foi morto o agricultor Anastácio Desidério Fiúza. Francisco morreu no colo de sua mãe Catarina Vital [Vidal].

20. **Gregório Costa**, tinha 74 anos, quando o entrevistamos na sua casa no distrito de Novo Horizonte, município do Salto do Jacuí. Homem fechado e sério é muito respeitado pela comunidade, tanto entre os *monges*, como pelos demais vizinhos. Filho de Antônio José da Costa também tido como *monge*. Os avós eram Benedito Alves da Costa e Francisca Ilena da Costa, já falecidos na época dos confrontos. Até os 6 anos, morou na Cerca Velha, Lagoão, depois a família foi para o Rincão dos Costa. Casou-se com Ana Luiza Costa, filha de Alípio Gonçalves da Costa, irmã de Orlandino Costa. Em 1938, Gregório era um rapaz solteiro de vinte e poucos anos, quando na Semana Santa correram boatos da chegada do “profeta” *são* João Maria na casa de Anastácio. Foi até lá. Na casa de Tácio, ele viu o *monge* “barbudinho” que dizia para o povo ir rezar e acender velas na Igreja de Santa Catarina, em Bela Vista. Estimou em 3 mil pessoas reunidas. Não chegou a ser baleado, mas a roupa ficou perfurada por balas. Desmentiu a versão da espera da ressurreição. Para ele, não houve demora para o enterro de Anastácio, tudo foi providenciado no prazo de 24 horas: o caixão e a roupa. Todos ainda estavam perplexos com os rumos que aquela Páscoa tinha tomado, quando baixou o espírito de Santa Catarina em uma moça. Acreditava que no velório estiveram presentes 2 mil pessoas, vindos de diversos cantos da região. Chovia muito. O cair da noite impediu que as pessoas fossem embora. Na manhã seguinte, civis e policiais cercaram o rincão, mais um foi assassinado. Após o tiroteio policial, foi levado preso, junto com outras cem pessoas, para a vila do Jacuizinho. No cativeiro, foi encarregado pelo subdelegado de fazer a comida. Sobre as acusações de roubos, afirmou que foi vítima. Policiais o roubaram. Para ele, as acusações serviam de *álibi* para a perseguição. Negou que houvesse santas entre eles. Disse também que não faziam grupos. Eventualmente, os vizinhos reuniam-se para rezar, de forma semelhante aos grupos de família que existem hoje em dia.

21. **Guilherme Francisco da Silva**⁸⁰². Foi preso em Soledade, em 22 de março de 1938, pelo 2º tenente Rosa.

801 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 2. Soledade, Jacuizinho, 2ª zona, Tunas, p. 90. (APERS)

22. **Henrique Francisco da Silva**⁸⁰³ Preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.

23. **Idalcinéia Alves da Costa**⁸⁰⁴, filha de Ananias Alves da Costa e Idalcina Gonçalves da Costa. O pai foi preso após os ataques policiais. Por linha materna, neta de Pedro Ignacio Gonçalves e Maria Pacífica da Costa. Tinha 70 anos quando foi entrevistada em sua casa, no interior do município de Tunas. Morava sozinha em uma casa de madeira que parecia já ter abrigado diversas pessoas e que se foi tornando vazia com o passar do tempo. Dissimulava a solidão garantindo que era acompanhada por seus santinhos - gravuras que tinha em um altar. Idarsa, como era chamada pelos vizinhos, não se casou, mas criou duas crianças como filhos. Apontada no livro *Os monges barbudos & o massacre do fundão* como a Santa Terezinha dos *monges*, desmentiu esta versão. Com lucidez, apesar de dificuldade de audição, ela sabia da existência de várias interpretações sobre os acontecimentos, por isso falou a sua “verdade”. Divertiu-se narrando os boatos de orgias sexuais. Emocionou-se falando do “Tacinho” e de sua morte anunciada. Para ela, o outro “dirigente”, André Ferreira França, era um “profeta” - fazia curas com ervas e com a mantinha abençoada pelo *monge* João Maria. No seu entender, eles preparavam-se para o fim do século e para o grande ajuste de contas. Sobre o fumo, os agricultores eram alertados para que não deixassem o produto na “casa de moradia”, era prejudicial à saúde. Afirmou que não houve abandono das casas e do trabalho. Sobre os roubos, disse serem vítimas. Falou da maldade dos Telles e dos alemães das Tunas, estabelecendo distinção entre alemães e italianos. Lembrou-se do frei Clemente, capitão Riograndino da Costa e Silva, e da visita do coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Rio Grande do Sul.

24. **Jean Alfredo D’atney**, residente na vila do Jacuizinho, para onde foi levado ferido Benjamin Moraes.

25. **João Fernandes Lima**⁸⁰⁵ preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.

802 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS)

803 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

804 Entrevistada em janeiro de 1990.

805 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

26. **João Pereira Vaz**⁸⁰⁶, foi preso em Soledade, em 22 de março de 1938, pelo 2º tenente Rosa e no Jacuizinho.
27. **José Candido Ferreira Fiúza** foi preso no Jacuizinho e fez parte do primeiro grupo de seis *monges* enviados para Porto Alegre.
28. **José Crespim da Rosa**⁸⁰⁷, alfabetizado, católico, morador do 1º distrito de Sobradinho, na costa do Lagoão, na Coloninha. Pai de Oswalda Crespim e Malvina da Rosa. Após o ataque policial, no Rincão dos Costa, após o sepultamento de Anastácio Fiúza, no dia 17 de abril de 1938, foi levado preso para a mangueira do João Kremer. Foi em frente a sua casa que André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos foram assassinados, na madrugada de 16 de agosto de 1938. Crespim e Pantaleão Maura foram levados presos, para Soledade, pela escolta que cercou a sua casa. Primeira declaração de Crespim, em agosto de 1938, foi ao delegado Antônio Pontes na Delegacia de Polícia de Sobradinho. Ele foi testemunha no processo que julgou os acusados. José Crespim e Pantaleão foram “conduzidos para a sede de Tunas, daí para Soledade e depois para Sobradinho”.⁸⁰⁸
29. **José Domingos de Camargo** foi preso no Jacuizinho e fez parte do primeiro grupo de seis *monges* enviados para Porto Alegre.
30. **Júlio Cabeça**, morto no ataque policial ao Rincão dos Costa. Júlio teria saído para ver o que ocorria. Foi baleado no peito, morreu na hora.⁸⁰⁹
31. **Leôncio Pereira Vaz**⁸¹⁰, preso em Soledade, em 22 de março de 1938, pelo 2º tenente Rosa e novamente preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista. João Pereira Vaz, provavelmente seu parente, foi preso em março e no Jacuizinho. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho como Leôncio Antônio Rodrigues.

806 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS).

807 RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparicio Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Termo de Assentada. Testemunha José Crespim da Rosa. Soledade, 20 de outubro de 1941, v. 2, p. 162-164. (APERS)

808 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 5, 68; RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Op. cit. Termo de Assentada. Testemunha José Crespim da Rosa. Soledade, 20 de outubro de 1941, Vol 1, p. 2- 3 e 12.

809 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit., p. 42.

810 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS); RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938. (APERS)

32. **Manoel Damásio Costa**⁸¹¹, preso com dez *monges* na Delegacia de Polícia de Sobradinho, em 14 de abril, após o tiroteio da Bela Vista. Citado pelo jornal Kolonie no grupo de “mal-afamados” presos em Sobradinho.

33. **Maria Cândida Ferreira de Camargo**, presa no Jacuizinho, “segundo a lenda, era Santa Catarina”, foi entrevistada pelo correspondente do Correio do Povo em Soledade, estava presa na Cadeia Civil. Negou a participação no grupo e que fosse santa. Afirmou que fora à igreja rezar um terço. Fez parte do primeiro grupo de seis *monges* que foram enviados para Porto Alegre.

34. **Maria Florícia Ferreira** [ou Florestina], identificada como a “Santa Terezinha”, foi presa no Jacuizinho, encaminhada para Porto Alegre no segundo grupo, de um total de nove presos deslocados para a Capital.

35. **Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa**, casal de primos, foram entrevistados duas vezes⁸¹² para este trabalho. Não frequentaram a escola, mas Orlandino conseguia ler alguma coisa e fazer as quatro operações matemáticas. Ele é filho de Alípio Gonçalves da Costa e de Tereza Gonçalves da Costa. Izaltina é filha de Crescêncio Gonçalves da Costa e Juvita Helena da Costa. Alípio e Crescêncio foram levados presos para Cachoeira do Sul e Soledade, onde sofreram maus-tratos na prisão, tendo sido submetidos a um veneno, que lhes causou cegueira. Izaltina estava na Igreja de Santa Catarina, quando Anastácio Desidério Fiúza foi baleado. Orlandino foi preso, na vila do Jacuizinho, após o enterro de Fiúza. No cativeiro, junto com Gregório Costa - que se tornou seu cunhado ao casar-se Ana Luiza Costa -, cozinhava para os prisioneiros. Orlandino apontou o “discurso político” dos *barbudos* como fator preponderante para a perseguição. Pregavam o respeito à natureza e anunciavam o envenenamento da terra e das águas. Incentivavam o cultivo de produtos necessários à sobrevivência, alertando para os males do fumo – guardado nas casas. Nos tempos de guri, as atuais lavouras eram cobertas de mato de canelas, camboaju, cambuí e pinheiros, em um tempo em que as cercas eram poucas e os campos eram abertos. Para ele, o avô Bernabé foi um dos primeiros a se fixar naquelas terras. Ana, esposa de Anastácio, era prima dos entrevistados. Desmentiram a versão das *santinhas* e contaram que, no momento em que o corpo de Anastácio estava sendo levado para ser inumado, o “espírito” da santa Catarina teria

811 RIO GRANDE DO SUL. Delegacia de Polícia de Sobradinho, 3a Delegacia Regional. Ofício n. 12. Do delegado de polícia de Sobradinho, Antônio Pedro Pontes, para o capitão chefe de polícia. Lista os dez presos após o tiroteio na igreja da Bela Vista, no sexto distrito de Soledade, em 14 de abril de 1938. Sobradinho, 22 de abril de 1938.

812 A primeira entrevista ocorreu em 02 de novembro de 1988, Dia de Finados, a segunda em 21 de janeiro de 1990, no Rincão dos Costa, então município de Salto do Jacuí.

“baixado” em uma moça, avisando que a polícia atacaria novamente. Sobre o *profeta* João Maria, afirmaram que as histórias sobre o peregrino eram conhecidas desde o tempo do avô, Pedro Bernabé, e o cerro do Botucaraí era tido como local de moradia daquele “santo”. Contaram detalhes desse personagem que afirmava ser um “espírito”.

36. **Pantaleão Maura [ou Moura] da Silva**⁸¹³, morador do sexto distrito de Soledade. Estava na casa de José Crespim da Rosa, na madrugada do dia 16 de agosto de 1938, quando a casa foi cercada e André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos foram baleados. Foi levado preso, junto com Crespim para Soledade. Foi testemunha no processo e modificou a essência do depoimento dado na delegacia de Polícia, assim como Crespim. Negou a participação na “seita dos barbudos”. Provocado a falar sobre as “perturbações da ordem” que a “seita praticava”, refletiu que “algumas pessoas tinham receio das reuniões”.

37. **Piragir da Costa**, ferido no tiroteio no Rincão dos Costa, em 17 de abril.⁸¹⁴

38. **Sebastião Gonçalves da Costa** ou Gonçalves França⁸¹⁵, preso com oito presos *monges*, em Soledade, em 22 de março de 1938, pelo 2º tenente Rosa. Foi preso novamente com o grupo de 98 presos, em 17 de abril de 1938, no Jacuizinho.

39. **Simão Silveira Filho**, apelido Simãozinho. Filho do agricultor Simão Silveira. Neto de Geremias Silveira e Ana Lemor. No ataque policial ao Rincão dos Costa, foi ferido. Preso no Jacuizinho, foi levado preso para a Cadeia Civil de Soledade. Foi conduzido com o primeiro grupo de seis *monges* para Porto Alegre.⁸¹⁶

40. **Thomas Desidério Fiúza** [ou Oliveira Fiúza], irmão de Anastácio Fiúza, foi preso com outros oito barbudos em 30 de março de 1938, em Soledade, e em abril, no Jacuizinho. Nasceu em 7 de março de 1910. Tinha 79 anos quando foi entrevistado em sua casa em Tunas,

813 Depois do assassinato de André Ferreira França, na Coloninha, ele e Crispim foram “conduzidos para a sede de Tunas, daí para Soledade e depois para Sobradinho”, conforme RIO GRANDE DO SUL. Justiça Pública, Comarca de Candelária, Termo de Sobradinho. Escrivania do Juri de Sobradinho. Processo crime ordinário comum. Réus: cabo Antonio Porto, praça Lucas Campos Galvão, Pedro Simon, José Henrique Simon, Benedito Paulo do Nascimento, Aparício Miranda e João Elberto Oliveira. Vítimas: André Ferreira França e Antônio Mariano dos Santos. 1938-1942. Termo de Assentada. Testemunha José Crespim da Rosa. Soledade, 20 de outubro de 1941, v. 1, p. 3 e 5, Termo de Assentada. Testemunha Pantaleão Moura da Silva. Soledade, 20 de outubro de 1941. V. 2, p. 166v-167v. (APERS)

814 PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 42.

815 RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar, destacamento do 3o Regimento de Cavalaria. Relatório. De Januário Dutra, 1o tenente, comandante do destacamento, para o comandante geral da Brigada Militar sobre diligência para reconhecer e dispersar reunião de fanáticos, determinada por telegrama, com 20 praças, comandada pelo 2o tenente Arlindo Rosa, no 6o distrito de Soledade, com oito detidos. Acantonamento em Soledade, 30 de março de 1938. (APERS).

816 RIO GRANDE DO SUL. Cartório do Notário, Comarca de Soledade. Talão de Óbitos n. 3. Espumoso, vila Jacuizinho, p. 144. (APERS); PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. Op. cit, p. 42; CORREIO DO POVO, 5 de maio de 1938.

nas Campinas. Com a voz arrastada e com dificuldade de memória, contou emocionado as conversas que tivera com o irmão aconselhando-o a não se envolver em confusão. O seu Tóia, como era conhecido, dizia-se analfabeto e miserável. Afirmou ser o pacifismo dos *barbudos* um dos pontos de sua divergência. Não admitia a possibilidade de “morrer feito galinha”, sem revidar. Precavido, já possuía sepultura, com o nome gravado e fotografia, no cemitério dos Barnabé, no Rincão dos Costa –ao lado da primeira esposa, Alsira Koeller Fiúza, falecida em 1947, dos pais, Balbina e Bazileu Fiúza, e do irmão, Anastácio. Tóia cantou as rezas dos *monges*.⁸¹⁷

817 Entrevista Thomás Desidério Fiúza. Campinas, Tunas, 21 de janeiro de 1990.

Figura 2 - Mapa Hipsométrico do Rio Grande do Sul

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: 20/07/2013. Adaptações do geólogo Rualdo Menegat.

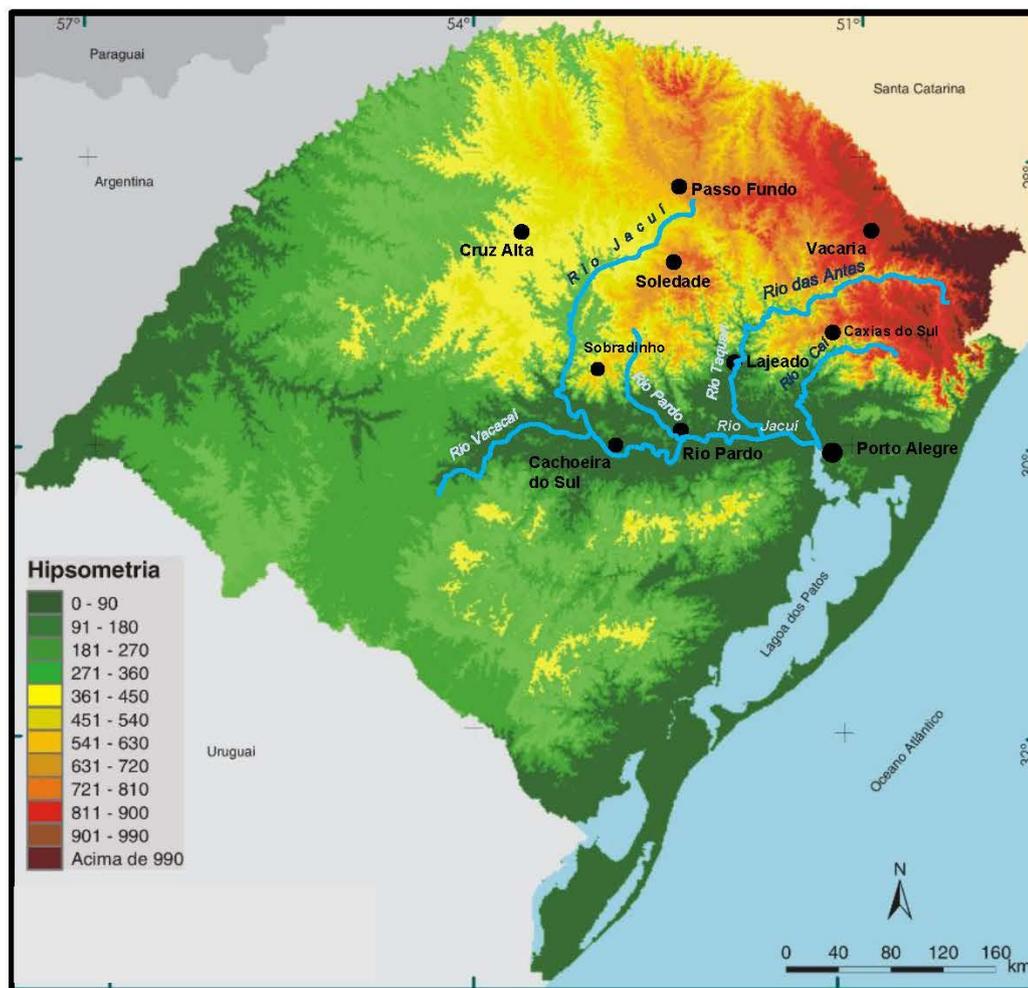
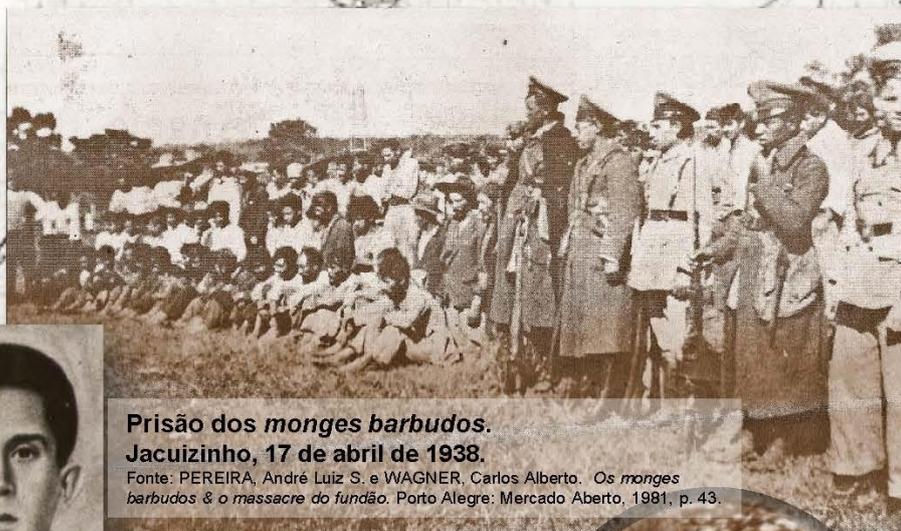


Figura 3 – Protagonistas



Prisão dos monges barbudos.

Jacuzinho, 17 de abril de 1938.

Fonte: PEREIRA, André Luiz S. e WAGNER, Carlos Alberto. *Os monges barbudos & o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 43.



Anastácio Desidério Fiúza



Pedro Ignacio e Maria da Costa; Idalcina e Ananias Alves da Costa. Imagem fotografada na casa de Idalcinéia Alves da Costa.



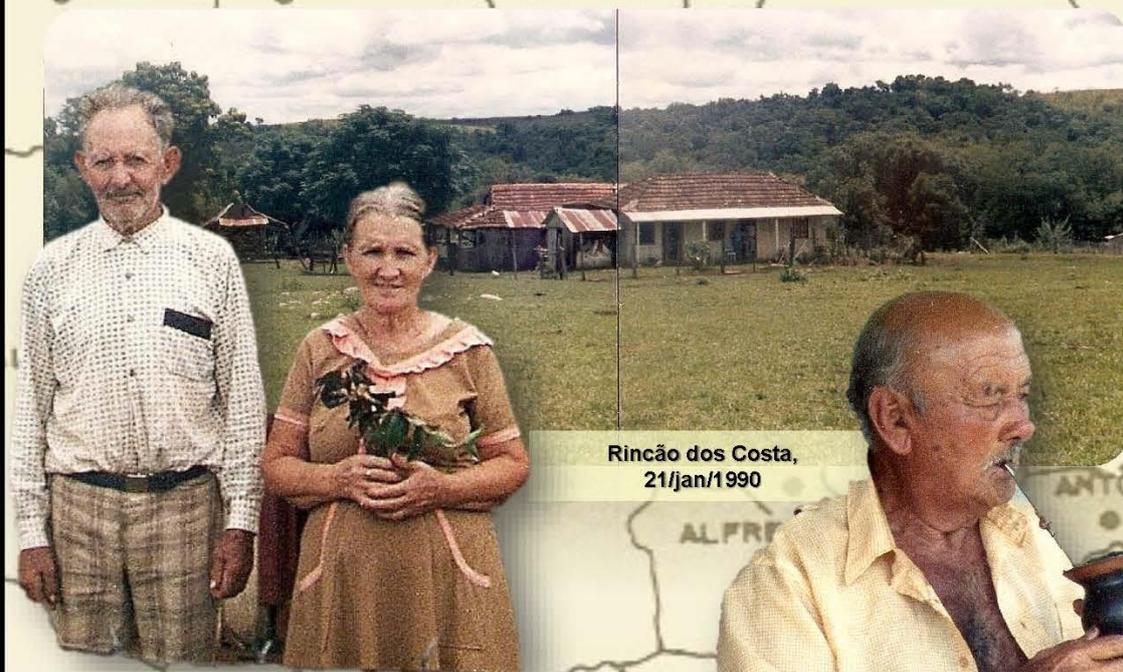
Monge João Maria



Fotografia dos dez presos após o tiroteio na Igreja de Santa Catarina, na Bela Vista, em abril de 1938.

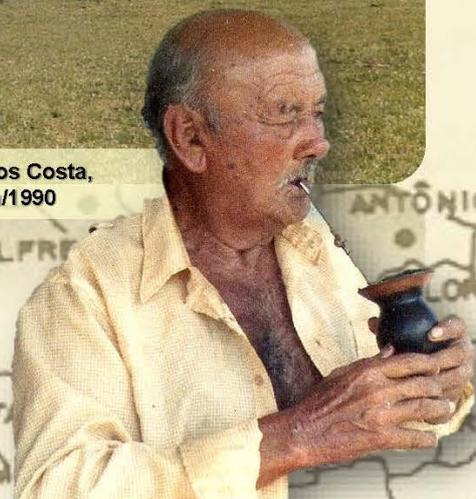
Fonte: GAZETA COLONO & MOTORISTA. Suplemento Gazeta da Serra. Edição especial. *A saga dos monges barbudos*. Sobradinho, 22 de julho de 2011, capa.

Figura 4 – Protagonistas e Território em 1990



Rincão dos Costa,
21/jan/1990

Orlandino e Izaltina Gonçalves da Costa,
Salto do Jacuí, 21/jan/1990



Thomas Fiúza, Campinas, 21/jan/1990



Idalcinéia Alves da Costa,
Tunas, 21/jan/1990



Andreza Gonçalves da Costa,
Despraiado do Lagoão, 21/jan/1990